



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PAULO GIOVANNI GOMES VALENTE

**MEMÓRIAS DA POLÍTICA, POLÍTICAS DA MEMÓRIA:
O CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ (1924).**

FORTALEZA

2014

PAULO GIOVANNI GOMES VALENTE

**MEMÓRIAS DA POLÍTICA, POLÍTICAS DA MEMÓRIA:
O CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ (1924).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho.

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- V25m Valente, Paulo Giovanni Gomes.
Memórias da política, políticas da memória : o centenário da Confederação do Equador no Ceará (1924) / Paulo Giovanni Gomes Valente. – 2014.
184 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: História social.
Orientação: Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho.
1. Brasil – História – Confederação do Equador, 1824 – Comemorações de centenários, etc.
2. Ceará – Política e governo – Séc. XX. 3. Anos 1920. I. Título.

CDD 981.3104

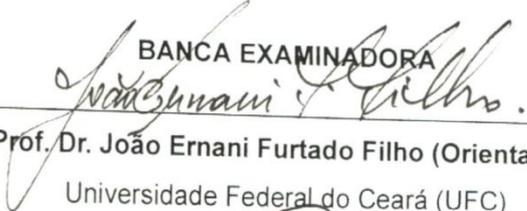
PAULO GIOVANNI GOMES VALENTE

**MEMÓRIAS DA POLÍTICA, POLÍTICAS DA MEMÓRIA:
O CENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ (1924).**

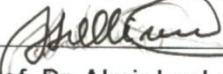
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em: 25 / 08 / 2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)


Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC)


Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

“Ter memória significa ter noção do antes e do depois, do contrário, eu também acreditaria sempre que o tormento e a felicidade de que me recordo estejam presentes no instante em que eu os recordo.” (Umberto Eco)

AGRADECIMENTOS

Acredito que os agradecimentos se constituem como uma parte essencial deste longo trabalho de produção acadêmica. Embora levando o nome de autor da dissertação foram inúmeras as contribuições recebidas, de tantas pessoas e de tantas formas, que as virtudes desse trabalho possam ser divididas com todos e os vícios, sem dúvida, são de minha responsabilidade.

Primeiramente agradeço a minha família meu pai Liduino, minha mãe Maria de Jesus e minha vó Francisca, pelo total apoio ao longo de toda à vida e especialmente nesses 2 anos.

A minha namorada, Nicolle Colares, pela paciência e companheirismo ao longo desse período, entre momentos bons e adversidades, a história desse trabalho perpassou inevitavelmente nossa relação.

Ao Professor João Ernani por todo o acompanhamento do desenvolvimento desse trabalho. Sempre com preciosas lições, leituras e releituras extremamente atentas, indicando as possibilidades, potenciais e falhas do trabalhos. Além disso, procurando apontar os possíveis caminhos a serem seguidos como profissional de História.

Aos Professores Almir Leal e Antonio Luiz pelas generosas leituras e contribuições durante a qualificação que a partir dali serviram como norte para o trabalho. Além de ter tido a oportunidade de participar de disciplinas ministradas por eles, suas presenças durante a qualificação foram fundamentais.

Aos Professores da banca do exame de defesa Almir Leal e Marcelo Santos por ter prontamente aceitado o convite. Sem dúvida suas contribuições serão importantíssimas.

Aos amigos da turma de mestrado 2012, Alysson, Humberto, Israel, Juliana, Léo, Luciana, Maurício, Nívia, Priscila, Renato, Thiago, Vicente e Victor. Rapidamente todos passaram de colegas de turma a amigos de todas as horas. Juntos superamos os desafios desse processo sempre com uma excelente dose de humor.

Ao grande Gustavo Magno, amigo desde os tempos de graduação, sempre partilhando muitas leituras e dicas e que conseguimos superar mais essa etapa da vida acadêmica.

Aos companheiros das instituições de pesquisa por sua ajuda fundamental com os materiais a serem pesquisados. Em especial, para Patrícia Marciano no Arquivo Público. E os grandes companheiros do Instituto do Ceará, Wlândia, Nonato, Marinês e ainda o grande parceiro de longa data Ítalo Diego.

Ao Professor e pesquisador Miguel Angêlo de Azevedo (Nirez) por ter gentilmente aberto às portas de sua casa, cedendo preciosos materiais.

Aos professores e amigos Elayne Rocha pela ajuda com o português e Júnior Moraes no inglês.

A CAPES pela bolsa de pesquisa que contribuiu para o andamento da pesquisa.

E aos amigos e companheiros de sempre que para não correr o risco de cometer injustiça com algum esquecimento, todos estão devidamente guardados na minha memória.

À todos meus sinceros e imensos agradecimentos!

RESUMO

As ações comemorativas convidam os indivíduos de um determinado grupo ou sociedade a rememorar determinados fatos passados coletivamente. Medida ainda mais ambiciosa quando as comemorações buscam criar ou reforçar laços de identidade dentro de uma comunidade política. A participação do Ceará na Confederação do Equador serviu para criar um momento desses. As memórias daquele evento político ocorrido no ano de 1824 foram retomadas em meados da década de 1920 durante o regime republicano no Brasil, e por meio de algumas ações de políticas da memória, diversas leituras e interpretações daquele evento foram formuladas. O ano de 1924 é marcado pela passagem centenária. Um século depois quais os possíveis significados das lutas políticas daqueles primeiros momentos do pós-independência do Brasil? Quais as personagens que fizeram parte da Confederação do Equador no Ceará e passaram a ser identificadas como heróis cearenses? Quais espaços foram utilizados para pretensamente eternizar as memórias daquele evento? E a produção histórica, qual o seu lugar nesse processo? Investigando livros, jornais, revistas, almanaques e lugares públicos busca-se elaborar algumas considerações a respeito dessa relação entre políticas e memórias.

Palavras-chave: Comemorações, Política, Confederação do Equador.

ABSTRACT

Commemorative actions call individuals of a certain group or society to recollect certain past facts collectively. It is regarded as even more ambitious when the celebrations intend to create or reinforce identity bonds inside of a political community. The participation of Ceará in The Confederation of the Equator was suitable as source of creation to that moment. Memories of that political event occurred in 1824 and it has been resumed in the first years of Proclamation of Republic of Brazil, by means of some political actions of memory, several readings and interpretations had been formulated from that event. The year of 1924 is marked by the turn of the century. A century later what possibly remains as vestige of political fights in those first moments of Brazil's post-independence? Which characters have been part of The Confederation of the Equator in Ceará and have been recognized as cearense heroes? Which gaps had been used deliberately to eternize those event memories? And what about historical production, what is its role in this process? Researching on books, newspapers, magazines, almanacs, and public places intend to elaborate some considerations concerning to this relation between politics and prior memories.

Key-words: Celebration, Policy, Confederation of the Equator

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS E ALGUNS ASPECTOS SIMBÓLICOS	29
1.1 Comemorações e centenários no Ceará do início da República	30
1.2 As Comemorações do dia 26 de agosto de 1924	39
1.3 De Condenados a Mártir: as personagens da Confederação do Equador	55
CAPÍTULO 2 AS COMEMORAÇÕES E SEUS LUGARES: A QUESTÃO DA “DÍVIDA HISTÓRICA”	73
2.1 As Publicações do Centenário da Confederação do Equador	75
2.2 Um centenário de morte: o túmulo de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe ...	94
2.3.Praça dos Mártires ou Passeio Público:o mesmo espaço, múltiplas memórias	113
CAPÍTULO 3 AS AÇÕES COMEMORATIVAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ .	134
3.1 A Confederação do Equador e algumas leituras da historiografia: interpretações, imaginação e disputas	135
3.2 Os livros didáticos de história e a Confederação do Equador no Ceará	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
TIPOLOGIA DE FONTES	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
ANEXOS FOTOGRAFIAS E IMAGENS DO CENTENÁRIO	182

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende destacar as ações desenvolvidas durante as comemorações do centenário da Confederação do Equador no Ceará. Esse evento político ocorrido inicialmente no ano de 1824 contribuiu em alguns aspectos para formação política e social na história do Ceará. Cem anos depois, na década de 1920 durante a República no Brasil, algumas releituras desse evento foram feitas, envolvidas por uma grande aura de celebração que contagiou determinados setores da sociedade cearense. No entanto, essas leituras e releituras marcam um momento de (re)elaboração das memórias em torno da Confederação do Equador no Ceará. Assim, procura-se identificar possíveis vestígios daquela comemoração e como esses poderiam ter influenciado as mudanças e permanências com relação às memórias da participação do Ceará na Confederação do Equador.

O interesse em pesquisar sobre a participação do Ceará durante a Confederação do Equador vem desde a graduação em que na oportunidade elaborei uma monografia, para a conclusão do curso, sobre a relação da imprensa, que se iniciara na Província do Ceará no ano de 1824, com o movimento da Confederação que também ocorreu naquele ano.

Partindo das contribuições recebidas durante a banca de avaliação do trabalho, pretendi dar continuidade à pesquisa, investigando possíveis relações entre a organização de juntas de governo provisório estabelecidas pós Revolução do Porto (1820) e o desencadeamento da Confederação do Equador em 1824.

No entanto, a partir de uma leitura do projeto inicial feita pelo professor-orientador João Ernani, outra possibilidade de pesquisa surgiu sobre a temática da Confederação. Fui incentivado a pensar sobre esse tema dentro da perspectiva de uma análise da memória social, percebendo possíveis relações estabelecidas entre a memória e as ações políticas. Por que não pensar as políticas existentes dentro das tramas da memória? Desde o início tal proposta me pareceu bastante desafiadora e ao mesmo tempo instigante. Tal mudança de perspectiva gerou algumas dificuldades que com o andamento da pesquisa, gradativamente os problemas foram sendo superados e a cada novo aprendizado sobre as problemáticas levantadas pelo trabalho surgia um sentimento de satisfação no que resultou um envolvimento crescente com a pesquisa.

O esforço de pesquisa durante o primeiro ano do curso de mestrado levou à produção de um capítulo que procurava destacar o centenário da Confederação do Equador como um dos momentos principais na fomentação de memórias. No entanto, seguindo preciosas sugestões e apontamentos feitos pelos professores, o que era para ser um capítulo da proposta inicial, poderia tornar-se o principal foco da investigação e assim com essa delimitação mais reduzida poderia ser feita uma análise de maior profundidade.

Assim, antes de tecer considerações sobre as memórias da Confederação do Equador no Ceará, principalmente, sobre as ações desenvolvidas durante o centenário do movimento, talvez sejam prudentes alguns apontamentos históricos sobre aquele acontecimento político ocorrido no ano de 1824.

A Proclamação da Independência do Brasil ocorreu de fato no ano de 1822, no entanto o processo que culminou com essa data tem início alguns anos antes. Para alguns a vinda da família real para o Brasil, em 1808, provocou um clima de mudanças nas estruturas políticas e sociais a tal ponto que aos poucos, os grupos políticos locais passaram a fomentar o debate em torno da ideia.¹ O fato de a família real ter aportado no Rio de Janeiro contribuiu para um maior desenvolvimento daquela região, os grupos políticos pela sua proximidade com rei pareciam procurar estabelecer uma forte aliança política, no entanto, a força econômica do Brasil ainda emanava da região Norte.

Assim, quem pagava a conta da nobreza portuguesa eram as elites agrárias do Norte que foram gradativamente perdendo sua autonomia financeira e não recebendo nenhum tipo de benefício político em troca. Desde o último quarto do século XVIII, outros modelos políticos foram ganhando força pelo ocidente, a maioria deles girando em torno da elaboração de uma constituição para cada país. Com a elaboração de uma Carta Magna, não deveria prevalecer mais a vontade de uma corte de nobres e sim todos deveriam seguir as leis responsáveis pela organização do Estado.

Desde a época colonial prevaleciam os sentimentos regionais. A colônia portuguesa foi dividida em Capitânicas, que preservavam certa autonomia. Mesmo com a implantação de um governo-geral com sede na Bahia, não se reforçou um sentido de unidade no Brasil. Após a proclamação da Independência tal sentimento

¹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2010

de comunidade não prevaleceu, e nem seria ressaltado ainda por um longo período como apontou Sérgio Buarque de Holanda.² As medidas políticas lançadas do Rio de Janeiro, assim, teriam servido mais para aquecer os debates e ressaltar tais divergências regionais.

O acirramento dessas disputas pode ser verificado com a “Revolução de 1817”, que ficou conhecida pela sua marca Republicana, no entanto, a partir da análise de Evaldo Cabral de Mello, “mais do que a república, a independência foi o verdadeiro motor de Dezesete, e sob este aspecto ele também se incompatibilizou com a aspiração de constitucionalizar o Império luso-brasileiro”.³

As discussões em torno do processo constitucional aumentaram ainda mais após a Revolução do Porto, 1820, e a elaboração da constituição portuguesa. Mas os mecanismos são bastante sutis, o clima de efervescência política apresentava uma série de nuances. Cita-se a seguir uma passagem de José Bonifácio de Andrada e Silva, de 1823, que pode servir para ilustrar o grande embrolho de tendências políticas daqueles anos próximos da Independência.

De todos os partidos em que se acha dividido o Brasil [...] são duas as principais divisões, a saber não-separatistas e separatistas. Os primeiros são os inimigos da Independência, estes fanáticos chamados vulgarmente pés-de-chumbo, que ainda suspiram pelas cebolas do Egito [...] Os segundos são os sectários da Independência do Brasil e que querem que ele figure como nação livre. Porém estes separatistas ainda se subdividem em quatro classes: 1^a, os que querem a separação, mas não a liberdade, pois preferem o antigo governo, e são chamados corcundas; 2^a os republicanos a que chamarei prognósticos; estes não podem levar a paciência que o Brasil não quisesse por voto unânime ser república e preferisse a monarquia constitucional; este partido é hoje miserável e abandonado por todo homem sensato; 3^a os monárquicos-constitucionais: estes fitam suas vistas na felicidade do Estado; não querem democracias nem despotismo, querem liberdade mas liberdade bem entendida e com estabilidade; este partido forma a maioria da nação; 4^a os federalistas, ou bispos sem papa, a que eu também chamarei os incompreensíveis. Estes, que não querem ser monárquico-constitucionais, que não podem ser corcundas e que não querem ser republicanos de uma só república, querem um governo monstruoso; um centro de poder nominal e cada província uma pequena república, para serem nelas chefes absolutos, corcundas despóticos.⁴

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico. 1^o Volume O Processo de emancipação. 2^a ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1965.

³ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 39.

⁴ Idem. *Ibidem*. p. 9.

O excerto do texto de José Bonifácio mostra a grande complexidade dos debates políticos do antes e depois da Independência. Se o Brasil se consolidou como monarquia não foi pelo dessa ter sido a única opção de modelo político, nem tampouco a mais aceita. O mais prudente seria mencionar que a monarquia foi o projeto preponderante por uma série de mecanismos entre eles políticos e também a força militar.

Após a proclamação da Independência, o Imperador convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar uma Constituição para o país. A ideia da elaboração de uma Constituição por representantes eleitos de cada Província serviria como uma medida que, ao menos teoricamente, oferecia certo equilíbrio na composição das forças políticas do Brasil. O número total de deputados para compor a Assembleia Constituinte seria de cem. Vale observar a proporção de deputados para cada Província: Minas Gerais 20 deputados, Pernambuco 15, Bahia 13, São Paulo 9, Ceará (5ª maior representatividade da Assembleia) e Rio de Janeiro ficariam com 8.⁵

Não satisfeito com os rumos tomados durante as discussões de elaboração da carta constitucional, D. Pedro I dissolveu a Assembleia, nomeou um novo Conselho de Estado para a redação de outro texto e outorgou a Carta Magna de 1824. Para alguns grupos políticos da região “Norte” tal posicionamento do Imperador seria um primeiro passo para uma possível recolonização do Brasil. Com isso, as Províncias de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte reivindicaram sua emancipação política do recém-formado Império brasileiro, propondo um projeto político de modelo republicano federalista. O movimento da Confederação naquele período, colocou em evidência as desavenças entre os diversos grupos políticos em torno do projeto político da criação do Estado brasileiro.

Após a atitude de D. Pedro I, pelo fato de o próprio Imperador ser português, foi grande a inquietação em determinados grupos políticos, temendo um retrocesso com relação à maior autonomia política conseguida gradativamente desde a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, quando a antiga colônia de Portugal passou a ser a sede do reino. Para os confederados, em virtude do conflito de sentimentos regionalistas x nacionalistas, a unidade do território parecia se

⁵ Instruções para a eleição dos deputados à Assembléia Constituinte e Legislativa, 19 jun. 1822. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Vol VIII. Brasília: Senado federal, 2002. p. 130.

encontrar distante naquele momento, no entanto, ao menos a Independência deveria ser garantida.

Sobre a Confederação do Equador gostaria de destacar ainda as construções historiográficas que envolvem dois termos em específico: separatismo e federalismo. Quando a pecha de separatismo recaiu sobre os ombros de Pernambuco, serve em contrapartida para enaltecer os conservadores do Rio de Janeiro como os construtores da nacionalidade. Tal maniqueísmo mascara os vários conflitos que de fato envolveram o processo de Independência, portanto, o separatismo neste texto será usado longe dessa dualidade e sim como parte de uma corrente política.

O outro termo, federalismo, serve como um pontapé inicial para as nossas discussões. E aqui a reflexão de Evaldo Cabral de Mello, novamente serve como mote.

O leitor deve ter em mente que, no tocante ao federalismo, não havia ideias precisas ao tempo da Independência. Por um lado, emprega-se federação como sinônimo de confederação, e, por outro, de república e de democracia, muitas vezes no objetivo *ad terrorem* de confundi-la com o governo popular, quando se tratava de concepções distintas. Por outro lado, o conceito de federalismo contém dois significados historicamente distintos. No seu sentido original, ele é a reunião de unidades políticas autônomas visando à criação, por motivos de defesa principalmente, de uma entidade maior. Esta é a acepção aplicável à criação das Províncias Unidas dos Países Baixos no século XVI na sua luta para se tornarem independentes da Espanha, e ao estabelecimento da Confederação das treze colônias inglesas da costa oriental da América do Norte (1776) na sua guerra contra a Grã-Bretanha, a qual se transformou em República federal em 1787. Mas federalismo veio a adquirir uma segunda significação, etimologicamente bastarda, a da transformação de Estado unitário preexistente em Estado federal. Foi este o caso do Brasil.⁶

Assim, o sentido de federação, especialmente no Brasil, foi ganhando significação diversa do sentido original da palavra. A confusão da ideia original de Confederação como a união de federações menores em torno de uma causa, no Brasil, vai se confundir com um Estado federativo. Se durante o Brasil monárquico ele era um Estado centralizado, em torno da figura do rei, com a proclamação da República esse Estado unificado vai passar a se dividir em estados menores, as federações que passam a compor o Estado maior do Brasil. Embora com essa mudança retoma-se um apelo inicial em torno da ideia de Confederação, qual a seja,

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 14 e 15.

a de unidade em torno de uma causa. Durante a época monárquica o símbolo de unificação da nação era o rei, nos momentos iniciais da República a figura que unificava a nação deveria ser outra. Como construir esse novo símbolo unificador? Tentativas não faltaram para solucionar essa questão. Ao certo, muitas comemorações também foram usadas em torno desse ideal. E nesse bojo a comemoração do centenário da Confederação do Equador no Ceará vai servir, criando símbolos e atuando na modificação, às vezes permanências, de várias estruturas políticas e sociais.

Após 1824, o evento político que contribuiu para o processo de formação histórica do Brasil ganhou diversas leituras possíveis na memória nacional e local. Muitos foram os mecanismos que provocaram mudanças nas formas de lembrar as ações dos confederados. Como um exemplo inicial, se, em um primeiro momento, os confederados foram considerados inimigos da ordem pública, rebeldes que dificultaram o processo de consolidação da Independência no Brasil; posteriormente, passaram a ser vistos como bravos heróis que lutaram pela liberdade e contra o autoritarismo do Imperador. Esse processo de constituição de memórias será observado durante o presente trabalho, tendo como foco as ações desenvolvidas durante o centenário da Confederação do Equador no Ceará, em 1924, e com alguns possíveis caminhos percorridos por essas memórias em um longo prazo.

A pesquisa se desenvolveu em diferentes acervos como: o Instituto do Ceará, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Pública Menezes Pimentel, o Arquivo Público do Estado do Ceará, a Biblioteca Pública Dolor Barreira e a Biblioteca da Universidade Federal do Ceará. Nessas instituições encontraram-se livros, revistas e jornais fundamentais para o desenrolar da pesquisa. Além dos acervos, logradouros públicos que identificam alguma relação com a Confederação do Equador foram investigados como: o Passeio Público de Fortaleza, cujo nome oficial é Praça dos Mártires, e o túmulo de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe erguido no local de sua morte em Jaguaribara.

As ações comemorativas do centenário da Confederação do Equador no Ceará foram impulsionadas pelo Instituto do Ceará. O dia 26 de agosto foi escolhido como a data símbolo da Confederação do Equador no Ceará, pois naquele dia em 1824, após uma grande assembleia, o Ceará assinou sua adesão ao movimento. Cem anos depois, em 26 de agosto de 1924, ocorreram algumas cerimônias comemorativas na cidade de Fortaleza. Quais os possíveis significados

que envolviam as comemorações? O que poderia representar simbolicamente a passagem de um século?

Em decorrência do Centenário, algumas publicações foram produzidas destacando os acontecimentos da Confederação do Equador no Ceará e a sua comemoração, em especial destaca-se um Tomo da revista do Instituto do Ceará, um livro intitulado *Há cem anos...* (Fatos da Confederação do Equador no Ceará) de Eusébio de Sousa, ainda, um outro livro *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*, escrito por Guilherme Studart. As duas obras citadas, ao que tudo indica, parecem ter sido distribuídas na ocasião da festividade. Assim, além do espetáculo comemorativo as pessoas participantes tiveram a oportunidade de adquirir um registro com versões produzidas sobre os acontecimentos de 1824. Além do dia de celebração, os registros impressos que foram distribuídos deveriam ampliar a divulgação daquelas ações, e com isso, a partir de leituras e interpretações dos materiais, tanto o evento comemorativo como a história da participação do Ceará na Confederação do Equador poderiam ter um maior alcance dentro da sociedade.

Nos textos podem ser verificados o tratamento dado a alguns dos participantes da Confederação do Equador e como esse foi se modificando ao longo do tempo. A imagem dos membros da Confederação que vieram a morrer em combate ou executados pela comissão militar foi aos poucos tomando ares de heroísmo e martírio. Observa-se, com isso, o processo de construção e seleção, no qual, alguns nomes foram eleitos como representantes principais do movimento, símbolos da Confederação do Equador. Analisando as publicações referentes ao centenário do movimento e cruzando-as com referências historiográficas, busca-se compreender alguns possíveis caminhos pelos quais as comemorações da Confederação do Equador contribuíram no processo de formação desses heróis cearenses.

Por meio do confronto das informações encontradas é possível perceber as contradições em torno do que foi lembrado sobre a Confederação e o que foi pretensamente silenciado. As publicações utilizadas durante a pesquisa deverão ser situadas na época de sua produção, observando as trajetórias dos autores e procurando perceber nas entrelinhas do texto a posição assumida por esses a respeito da Confederação do Equador. Um recorte importante, como já assinalado, são as publicações do ano de 1924, que trazem explícito o caráter comemorativo do centenário do evento. Tais publicações foram lideradas pelos membros do Instituto

do Ceará, por meio de uma leitura atenta pode-se pensar ainda algumas características do projeto político e histórico defendido por esse grupo, notando avanços e desavanços existentes entre os seus membros. Além das publicações do Instituto do Ceará, algumas edições do *Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do Estado do Ceará*, dos anos de 1922, 1924, 1925 e 1926, contribuem no cruzamento de referências sobre as comemorações que ocorriam na cidade naquele período. Os Almanques, publicações periódicas anuais, apresentam diversos dados estatísticos procurando demonstrar através de números o desenvolvimento gradativo, pelo qual passavam alguns setores do Estado do Ceará. No entanto, dentro dos dados apresentados, alguns aspectos tinham um caráter mais utilitário como os dias de feriados nacionais, estaduais e municipais. Na parte final do *Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do Estado do Ceará* existia ainda uma sessão literária, destinada à publicação de textos de diversos gêneros de poesias a homenagens a personalidades locais, nessa parte alguns trechos fizeram referência ao centenário da Confederação do Equador. Ainda nos Almanque, propagandas de lojas e produtos configuravam-no como um canal de circulação de informações diversas do período.

Partindo das comemorações de 1924 é possível pensar sobre como estava constituída política e socialmente a cidade de Fortaleza dos primeiros anos do século XX. No momento de formação das elites republicanas, como esses antigos grupos de tradição imperial procuraram se readaptar ao novo regime político? Uma das estratégias utilizadas foi buscar estabelecer as bases da legitimação do seu poder no presente em heranças passadas. Vale notar que em decorrência do processo de lembrança de algumas famílias com destaque na atuação política, outras são colocadas no esquecimento e à margem dos processos políticos, o que acaba delimitando o grupo de representantes políticos locais e suas teias de relações.

Mas as ações comemorativas não dizem respeito apenas a textos impressos em papel, a toponímia também recebe uma atenção especial. A nomenclatura de logradouros públicos, como praças, frequentemente pode proporcionar um debate. O Passeio Público de Fortaleza⁷ é um caso, seu nome

⁷ Cf. GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: Ed. UFC, 1997, p. 47-9

oficial é Praça dos Mártires para homenagear os participantes da Confederação que foram executados em praça pública. No entanto, o local é conhecido popularmente como Passeio Público, termo que remete para outras lembranças diferentes das da Confederação. A tensão entre o oficial e o popular pode ser observado, por exemplo, por meio do confronto entre determinações políticas em textos de cunho oficial *versus* obras de memorialistas, que são entranhadas por construções sentimentais e afetivas de seus autores, entre elas pode-se destacar: *Fortaleza antiga: ruas, praças, esquinas* (1998), de Marciano Lopes; *Fortaleza Velha* (1980)⁸, João Nogueira; *Fortaleza descalça* (1992)⁹, Otacílio de Azevedo; *Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX* (1985)¹⁰, Eduardo Campos; *História abreviada de Fortaleza* (1974), Mozart Soriano Aderaldo; *Descrição da cidade de Fortaleza* (1992), Antônio Bezerra de Menezes; *Fortaleza e a crônica histórica* (1997), Raimundo Girão e *À margem da História do Ceará* (2004)¹¹, de Gustavo Barroso. Assim, procura-se analisar os usos da memória entre o que foi pretendido politicamente e o que pode ser verificado na prática, por exemplo, pela percepção dos memorialistas.

Outro ponto de análise será a Historiografia. Com o processo de cientificação da História no século XIX, em que novos parâmetros propostos para o método de reconstrução do passado proporcionaram uma imagem pretensamente maior de “credibilidade” para essa disciplina, os trabalhos produzidos pelos historiadores pretenderam fornecer um maior embasamento para o conhecimento do passado de uma sociedade. Com isso, dos discursos políticos à história-ensinável, determinadas imagens e representações passaram a ser transmitidas socialmente. O foco central da análise será o dos resumos cronológicos, que pretendem uma narrativa detalhada, levando à exaustão a organização e construção do evento e as visões didáticas que realizam uma seleção e estruturam uma narrativa dos eventos, visando a transmissão da exemplaridade desses episódios na sociedade por meio do ensino. Contudo, perceber ainda, como uma versão da história produzida por um determinado historiador acaba consolidando-se por meio de reproduções feitas em

⁸ O livro de 1980 é a segunda edição da obra. Os textos foram escritos entre o início de 1920 e 1940 e publicados em jornais na época. NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha*; crônicas. 2ª edição. Fortaleza: Edições UFC/ PMF, 1980.

⁹ Embora publicados posteriormente os textos foram escritos e publicados em jornais entre os inícios da década de 1920 e 1940.

¹⁰ Data da 2ª Edição. A 1ª edição é de 1980, contendo uma carta-prefácio de 1975.

¹¹ Primeira edição de 1962. O livro é composto por uma compilação de artigos e crônicas sobre a História do Ceará.

obras posteriores e com isso, além da cristalização do fato do histórico, sacraliza-se também o produtor daquela versão da história.

Problematizando essa relação do acontecimento político e de como ele é lembrado, busca-se ainda, elaborar uma reflexão de como surgem, como foram transmitidas e como podem ser observadas determinadas imagens políticas. Notando as disputas e mudanças provocadas em torno do que é lembrado ou esquecido sobre os acontecimentos de 1824, podem ser debatidos elementos da memória social. As possíveis transformações ocorridas nas memórias sobre o evento devem ser observadas dentro da perspectiva de uma longa duração, na qual os ritmos de mudança ocorrem de forma lenta.¹²

Toda memória é seletiva, lembrar certos aspectos significa esquecer outros. A memória não se constitui como um depósito infinito de informações.¹³ Portanto, para que as memórias desempenhem a função social, qual seja, de atribuir um sentimento de identificação coletiva, é necessário se estabelecer práticas que provoquem essas memórias, seja por meio da linguagem, de imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos e dos ritos que reproduzem e transmitem. Memórias que serão consideradas ao longo do texto em toda sua multiplicidade como assinalado por Elizabeth Jelin.¹⁴ Principalmente, nos usos que se pode fazer dessa memória procurando perceber os processos que envolvem os trabalhos da memória: quem recorda? O que recorda? E quando recorda?

Dentro dessa amplidão das memórias, o foco recairá sobre as ações comemorativas que essas desempenham nos processos de memória. Sobre as comemorações, novamente, Elizabeth Jelin esclarece o horizonte de percepção.

¹² Rémond aponta que os trabalhos com a duração e a investigação de elementos da memória coletiva contribuem para lançar novos olhares sobre temas da história política. RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.36.

¹³ BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. In : BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. 3ª ed. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

¹⁴ “Qué es la memoria?. La dificultad, señalada por colegas, está en que un título así invita a dar una definición única y unívoca del significado de la palabra. Aun cuando lógicamente no haya contradicción, hay una tensión entre preguntarse sobre lo que la memoria es y proponer pensar en procesos de construcción de memorias, de memorias en plural, y de disputas sociales acerca de las memorias, su legitimidad social y su pretension de “verdad”. En principio, hay dos posibilidades de trabajar con esta categoría: como herramienta teórico-metodológica, a partir de conceptualizaciones desde distintas disciplinas y áreas de trabajo, y otra, como categoría social a la que se refieren (u omiten) los actores sociales, su uso (abuso, ausencia) social y político, y las conceptualizaciones y creencias del sentido común”. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002. p. 17.

Las fechas y los aniversários son coyunturas de activación de la memoria. La esfera pública es ocupada por la conmemoración, con manifestaciones explícitas compartidas y con confrontaciones. En términos personales y de la subjetividad, son momentos en que el trabajo de la memoria es arduo para todos, para los distintos bandos, para viejos y jóvenes, con experiencias vividas muy diversas. Los hechos se reordenan, se desordenan esquemas existentes, aparecen las voces de nuevas y viejas generaciones que preguntan, relatan, crean espacios intersubjetivos, comparten claves de lo vivido, lo escuchado o lo omitido. Son hitos o marcas, ocasiones cuando las claves de lo que está ocurriendo en la subjetividad y en el plano simbólico se tornan más visibles, cuando las memorias de diferentes actores sociales se actualizan y se vuelven “presentes”.¹⁵

Por meio desse apelo ao coletivo as ações públicas desenvolvidas durante as comemorações buscam afetar as subjetividades principalmente no plano simbólico. Recorrendo a mecanismos rituais que entrelaçam gerações novas e antigas, (re)lembrando, (re)vivendo memórias do passado no presente.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro serão discutidos alguns dos possíveis significados construídos em torno do evento comemorativo do centenário da Confederação do Equador no Ceará. As comemorações poderiam ser consideradas como práticas de “espetáculo da civilização”¹⁶, no qual membros de uma sociedade celebram suas raízes históricas, seus antepassados.

No tópico inicial um breve levantamento historiográfico sobre certa “febre de comemorações” que ocorrera entre o final do século XIX e início do XX. Tal aspecto pode ser verificado também durante esse período no Ceará, com algumas de suas celebrações locais conectadas com outras de nível nacional, e porque não dizer internacional como o caso da Comemoração dos 400 anos do “Descobrimento do Brasil” que também repercutiu em Portugal. Além dessa, outras foram promovidas pelo grupo de membros do Instituto do Ceará, que encabeçou as ações de 1924. Pensa-se que talvez com o primeiro tópico tratando de comemorações como os 400 anos do Descobrimento, 300 anos do início da ocupação do território cearense, centenários da Revolução de 1817 e da Independência de 1822, pode-se expor e analisar as estratégias utilizadas durante essas comemorações: publicação

¹⁵ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002. p. 52.

¹⁶ Regina Abreu pondera que o espaço dos salões da aristocracia serviria não apenas como local de decisões político-administrativas, mas também caberia como um lugar de encenação cotidiana de grandes espetáculos da civilização. Pensa-se, assim na dimensão de encenação de um espetáculo proposto pelas comemorações. ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

de livros, festividades cívicas, cerimônias religiosas, construção de monumentos, etc. Com isso, verificar quais das estratégias foram retomadas em 1924, ou se alguma novidade ocorreu durante esse evento.

No tópico seguinte serão examinadas as comemorações propriamente ditas do ano de 1924, pondo em destaque as estratégias utilizadas durante aquele evento, por meio de um diálogo com o ponto anterior perceber particularidades dos acontecimentos do centenário da Confederação do Equador. Em especial, procura-se perceber os sentidos da escolha do dia 26 de agosto, como sendo o grande dia de comemoração em detrimento de outras datas do evento. O que aquele 26 de agosto de 1824, conhecido como o dia do Grande Conselho poderia dizer sobre o ano de 1924? O dia 26 de agosto marca a chegada de forma mais efetiva da Confederação à cidade de Fortaleza. Embora as ações tenham sido lideradas por políticos do interior do Ceará, foi naquele momento que a capital da Província congregou, todas as forças políticas da região. Enfim, a proposta poderia ser discutir algumas datas estabelecidas como pontos chaves do movimento.

Para o último tópico do primeiro capítulo deve-se ir além da ideia da Confederação do Equador trabalhada durante a comemoração, mas também pensar como foram tratadas as imagens dos sujeitos que participaram daquela querela. Deve-se destacar que os confederados passaram de inimigos do recém-formado Império brasileiro a heróis locais. Quais alguns dos possíveis caminhos para essa mudança de percepção? As personagens que poderão servir de base para a discussão são: Tristão Gonçalves de Alencar, Pe. Ignácio Mororó e Pereira Filgueiras. Tristão Gonçalves, uma das lideranças do movimento, Presidente eleito durante a época do Ceará confederado. Além desses aspectos a sua imagem é vinculada à família Alencar, tradicionalmente envolvida em questões políticas. Pe. Mororó, teve sua formação no Seminário de Olinda, apontado por alguns autores como um reduto das ideias liberais durante o século XIX. Pe. Mororó, ficou marcado como o intelectual que ofereceu as bases para o movimento no Ceará. No entanto, existe uma questão controversa, se ele teria participado do movimento por iniciativa própria ou se por pressão de Tristão Gonçalves. Pereira Filgueiras, durante a época da Confederação já tinha certo reconhecimento pelos atos de bravura. Algumas histórias suas adquirem ares de verdadeira lenda. Sua participação durante o movimento pode ser considerada como o último de seus atos de bravura.

Percebendo esses aspectos podem-se elaborar considerações a respeito da criação de heróis no imaginário da sociedade cearense.

Durante essa empreitada do primeiro capítulo foram utilizados principalmente como fontes edições do *Almanach estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do Estado do Ceará*, dos anos de 1922, 1924, 1925 e 1926. Ainda números das *Revistas do Instituto do Ceará*, anos de 1887, 1888, 1900, 1903, 1904, 1907, 1908, 1916, 1917, 1921, 1922 e com destaque o tomo especial da revista dedicado ao Centenário da Confederação do Equador. Já haviam sido comemorados outros acontecimentos históricos antes de 1924, posteriormente, foi mantida a prática. Assim, observaram-se fontes de outros anos como: *Comemorando o tricentenário da vinda dos portugueses ao Ceará (1603 - 1903)*, obra com texto de vários autores e *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*, de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, obra dividida em dois volumes, o primeiro de 1922 e o segundo publicado em 1926.

As principais iniciativas para essas comemorações partiram de membros do Instituto do Ceará, assim procurou-se observar as trajetórias de alguns sócios em obras como: *Meio século de existência. (Subsídio para a História do Instituto do Ceará), 1887 – 1937*, de Eusébio de Sousa; *Os 40 da Casa do Barão. (I Centenário do Instituto do Ceará)*, de Rubens de Azevedo; *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Sacramento Blake e *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*, de Guilherme Studart. Como proposta para uma melhor organização das informações coletadas elaborou-se um quadro prosopográfico¹⁷, nos moldes propostos por Sérgio Miceli em *Intelectuais à brasileira*. As informações dispostas no quadro permitem uma visualização de alguns aspectos da trajetória dos sócios do Instituto, notando pontos em comum e divergências. No entanto, o quadro apresenta limites com relação a nuances ao longo da vida dos envolvidos, de maiores detalhes sobre sua produção e até da falta de alguns dados que ainda não foram encontrados.

Ainda para o debate das obras produzidas pelo Instituto do Ceará e de seus sócios vale destacar os trabalhos de José Honório Rodrigues e Leda Boechat, *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará, 1887 – 1954*, que oferece além de comentários sobre a produção da instituição, uma relação dos textos produzidos

¹⁷ Sirinelli trata metodologicamente a prosopografia como uma possibilidade de pensar sobre grupos de intelectuais de uma determinada época e lugar, no caso o autor levantou alguns debates com relação à realidade francesa. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

organizados por assunto tratado; a tese de doutoramento de Almir Leal de Oliveira, *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*, que analisa o momento da fundação e os primeiros anos de funcionamento da Instituição pondo em destaque as principais matrizes de pensamento que norteavam a produção dos textos; e o estudo de João Alfredo Montenegro. *Historiografia do Instituto do Ceará*, que para sua análise caracteriza em períodos a produção histórica da Instituição desde sua fundação.

A partir do trabalho de Fernando Catroga, *Ritualizações da História*¹⁸, que analisa uma série de comemorações ocorridas em Portugal ao longo dos anos, pode-se pensar sobre como os eventos comemorativos podem atuar nos processos de disputas pela elaboração de determinadas memórias ou ainda no sentido oposto, no qual os processos de disputas atuam nas constituições de certas memórias. Para a discussão seguinte sobre o processo pelo qual alguns participantes do movimento passaram de condenados a mártires. Algumas bases assentam-se sobre trabalhos de José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, no qual as questões levantadas pelo autor giram em torno das disputas entre os símbolos criados após a proclamação da República no Brasil, dentre eles, Tirandentes, passou a ser considerado um herói nacional. Além do trabalho de José Murilo, *A escrita da História*, de Michel de Certeau, auxilia na reflexão de como alguns mecanismos da narrativa historiográfica são misturados com outros gêneros e podem atuar no processo de construção desses heróis.

No segundo capítulo será observado em que medida alguns espaços foram reivindicados pelas ações comemorativas buscando estender tais ações produzidas durante aqueles eventos para as gerações futuras. Os momentos de comemoração frequentemente trazem em seu bojo esse múltiplo encontro de temporalidades, quando um determinado fato passado é revisto no presente, orientado por expectativas futuras. Com isso, certos lugares poderiam servir como suportes para que tais comemorações alcançassem gerações vindouras.

Um ponto de partida para a discussão desse capítulo encontra-se no trecho final da exposição da biografia de Tristão Gonçalves, em *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*, Guilherme Studart observou que uma das ruas

¹⁸ Capítulo do livro *História da história em Portugal sécs. XIX-XX*. Vol. II. Da historiografia à memória histórica, autores Luís Reis Torgal, José Maria Mendes e Fernando Catroga.

de Fortaleza já homenageava o líder da Confederação no Ceará. No entanto, isso seria pouco. Dever-se-ia erguer um monumento em praça pública. Em outro texto, no *Almanaque estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do Estado do Ceará*, de 1924, Cruz Filho, ponderou que em decorrência do 34º aniversário do regime republicano deveria ser dado a uma Praça ou a uma rua o nome do Capitão-mor Pereira Filgueiras, ainda mais porque naquele período estava sendo comemorado o 1º Centenário da Proclamação da Confederação do Equador. Na *Revista do Instituto do Ceará* de 1925, além de mais textos sobre o movimento de 1824, encontra-se também referência a um evento que não foi publicado na revista do ano anterior, mas que também resulta como consequência das comemorações do Centenário da Confederação. A festividade ocorreu no Sítio Santa Rosa, no antigo município de Jaguaribara, onde foi erguido um monumento no local em que possivelmente foi morto Tristão Gonçalves. Os espaços são constantemente reivindicados pelos diversos grupos sociais para servir como suporte das memórias. O estabelecimento ou não desses lugares diz respeito ainda a uma questão social chamada de “dívida histórica”. As gerações contemporâneas devem ter a obrigação de preservar a memória de seus antepassados.

Em princípio três “lugares” trazem uma relação mais direta com as comemorações do centenário da Confederação do Equador. Primeiro o Tomo especial da *Revista do Instituto do Ceará*. Embora, tendo encabeçado outras ações comemorativas em 1924, será lançada uma edição especial da *Revista* tratando ao longo de suas páginas de uma temática específica. No entanto, essa publicação assim como outras, passa por um processo de seleção do que será efetivamente impresso em suas páginas. Por exemplo, na parte em que recortes de jornais que falam sobre as comemorações do centenário são transcritos e publicados. Quais jornais ficaram de fora dessa seleção? Quais as outras partes que compõem essa edição especial da *Revista*? Um aspecto a ser destacado é que a *Revista*, assim como algumas outras obras publicadas também durante a comemoração: *Há cem annos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*, de Eusébio de Sousa e *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*, de Guilherme Studart, esses livros foram enterrados junto ao túmulo de Tristão Gonçalves na Fazenda Santa Rosa. Assim, essas várias publicações serviram como outra estratégia utilizada durante a comemoração, qual seja, a de demarcar essas recordações também por meio da escrita.

Dando continuidade ao mote anterior, no tópico seguinte pensa-se sobre a construção do túmulo de Tristão Gonçalves no suposto “exato” local onde o presidente da Confederação do Equador no Ceará foi morto. A construção desse túmulo no dia 31 de outubro de 1924, completando cem anos da morte de Tristão Gonçalves, marcou o encerramento das celebrações daquele ano. Um dia de festejos tomou conta da cidade de Jaguaribara naquela data. Com isso, podem-se pensar algumas questões sobre o erguimento de Monumentos empreendidos por uma sociedade em determinada época. Mas, qual o sentido da construção de um túmulo, ao invés de uma estátua ou outro tipo de monumento? Em outras comemorações, como o centenário da independência, outros tipos de monumentos foram erguidos. Quais os possíveis significados de se erguer uma lápide numa localidade distante e não na própria capital em Fortaleza, como foi reivindicado por alguns estudiosos?

Em discussão no terceiro ponto. O logradouro aparentemente dedicado à memória dos participantes da Confederação do Equador é um dos pontos mais populares da cidade de Fortaleza. No entanto, o nome oficial Praça dos Mártires parece passar ao largo da lembrança da maioria dos habitantes da cidade, mas ao ser mencionado o nome Passeio Público, aí sim esse lugar é prontamente reconhecido. O título de Praça dos Mártires parece ser invocado quando o discurso é direcionado para um caráter político sobre a história daquele local. Um dos momentos da comemoração do centenário foi a celebração de uma missa na Praça dos Mártires. Contudo, se as referências não são políticas, as imagens e outros textos sobre o local, o que se destaca é o nome de Passeio Público. Das três alamedas do lugar, uma chama-se Pe. Mororó, outra Pessoa Anta, os dois primeiros condenados à morte e executados naquele local, antigo Campo da Pólvora. A outra alameda recebe o nome do último Presidente do Ceará durante o Império, Caio Prado. A maioria das imagens apresenta as elites em seu Passeio, ou sentadas percorrendo o espaço dessa alameda. E os outros espaços da Praça/ Passeio Público, quais os possíveis processos que levaram a uma menor preservação de tais registros? Com isso, pode-se fazer algumas considerações sobre as memórias impostas pelas ações políticas e as resistências desenvolvidas pela sociedade.

No último capítulo será observado em que medida as leituras e releituras dos trabalhos historiográficos ao longo dos anos podem fomentar interpretações, imaginações e memórias de um determinado acontecimento. Assim, nesse capítulo

serão feitas algumas considerações sobre as possíveis relações entre historiografia e as comemorações do centenário da Confederação do Equador. O foco recairá em duas categorias de trabalhos históricos: um bloco de resumos cronológicos e outro de cunho didático. Tais obras serão consideradas dentro do seu período de produção, os trabalhos serão situados como antes do centenário de 1924 e depois das comemorações dentro dessas duas categorias. Buscando assim observar possíveis mudanças ou permanências com relação à abordagem do movimento após as ações empreendidas durante as comemorações do centenário. Os resumos cronológicos, pretendem uma narrativa detalhada, levando à exaustão a organização e construção do evento. E as visões didáticas que operam na transmissão dessas visões na sociedade por meio do ensino da história.

A partir daí, podem ser levantados alguns pontos que foram trabalhados pelas ações de política da memória durante o centenário e como esses reverberaram nas páginas da produção histórica cearense e ainda como a produção histórica pode ter influenciado nas imagens desenvolvidas durante a comemoração. A Historiografia tem uma participação no processo de construção de memórias, no momento em que durante a operação historiográfica, determinados fatos de um acontecimento acabam sendo destacados em detrimento de outros, verificando-se com isso o jogo de lembrança e esquecimento, tão caro para a memória social.

No primeiro tópico o trabalho de Tristão de Alencar Araripe, filho de Tristão Gonçalves, um dos primeiros historiadores do Ceará, vai ser o foco inicial. Em sua produção historiográfica pode ser verificado um entrelaçamento de interesses familiares na produção histórica. Cuidando das raízes de sua árvore genealógica, de certa forma, Tristão Araripe desponta como um símbolo de continuidade com relação a um passado de lutas que foram construídas como vitórias. Seu trabalho de maior repercussão: *História da província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*, foi escrito segundo o autor por motivo de pretender prestar um serviço à pátria por meio da escrita histórica e ainda procurando esclarecer algumas acusações injustas às atuações de seu pai, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e seu tio José Martiniano de Alencar durante a Confederação do Equador. No entanto, a versão do livro parece inconclusa pelo fato de a narrativa terminar antes de suas considerações sobre o início do século XIX. Segundo

Guilherme Studart, Tristão Araripe teria deixado escrita a parte referente ao XIX¹⁹. Já João Alfredo Montenegro em seu *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe*, duvida da existência de tais escritos. Em outra publicação como *Primazias do Ceará*²⁰, o autor faz considerações sobre o movimento da Confederação do Equador no Ceará e das ideias liberais naquele período. Além desses trabalhos, outros artigos que foram publicados em revistas do IHGB serão observados no intuito de perceber algumas características da produção histórica de Tristão de Alencar.

Além das considerações sobre alguns trabalhos de Tristão de Alencar, serão observados também os trabalhos de Pedro Théberge, *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, da qual a primeira edição data de 1869 tendo sido os tomos segundo e terceiro publicados em 1875 e 1895, respectivamente, sob a edição de seu filho Henrique Théberge. O tomo II é dedicado aos acontecimentos da Confederação do Equador, expondo o quanto foi turbulento esse período na Província do Ceará. No final do livro destaca-se ainda um apêndice com correspondências publicadas entre o autor e Tristão Alencar Araripe, sobre divergências, relativas às participações de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Martiniano de Alencar durante a Confederação do Equador. Pedro Théberge em seu prefácio, qualificou o seu trabalho como “uma espécie de memórias históricas” construídas a partir de coleta documental. O uso de tal noção pode reforçar a credibilidade da narrativa do autor que, com relação a algumas passagens, buscando provar a sua versão da história, utiliza-se do argumento de checar as informações com pessoas que tenham vivido o acontecimento.²¹

Os fatos da Confederação do Equador também são considerados em *Ceará: Homens e factos*, de 1889, João Brígido apresentou uma densa descrição da Confederação do Equador, desde os seus antecedentes até suas consequências. Com esse caminho de análise historiográfica pode ser possível percorrer algumas das vertentes e dimensões propostas pelas ações desenvolvidas durante as comemorações do centenário da Confederação do Equador no Ceará. Na medida

¹⁹ Mais algumas considerações desse debate na introdução de José Aurélio Câmara na segunda edição da obra. ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1958.

²⁰ Capítulo do livro *Commemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará (1603 - 1903)* Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903.

²¹ Para mais informações sobre o debate referente aos elementos de comprovação de um fato histórico, conferir a introdução de GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

em que buscou-se dar maior profundidade social às memórias desse evento no Ceará por meio de um série de elementos e símbolos, por meio da análise pretendida podem ser observadas algumas nuances, contradições e até mesmo resistências a esse projeto inicial

Por fim no último tópico deverá ser considerado o percurso que vai dos livros de história para a sociedade. O que os livros didáticos podem transmitir com relação às memórias de determinado acontecimento político? A comemoração do centenário da Confederação do Equador no Ceará terá exercido alguma influência sobre os materiais didáticos produzidos após 1924? Os livros didáticos são elaborados, prioritariamente, para o uso nas escolas. No entanto, esses materiais também poderiam ser consultados por outros leitores, ampliando assim a divulgação das versões produzidas nesses livros.

Para essa discussão o debate inicia-se com o livro *Anno Escolar* de 1921, produzido por Joaquim Nogueira, que reúne uma coletânea de textos menores de caráter didático. Além desse, o trabalho de Cruz Filho, *História do Ceará (Resumo didático)*, apresenta os fatos da Confederação desde seus antecedentes até o julgamento dos confederados pela Comissão militar, seu trabalho toma como referência, sobretudo, outras obras sobre o tema. *Noções de História do Ceará*, de Filgueira Sampaio, foi outro livro considerado, nele os fatos da Confederação do Equador foram elaborados de forma sintética, esboçando uma grande seleção do que deveria ser registrado. O trabalho de Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará*, foi publicado pela primeira vez em 1953, tendo uma segunda edição em 1962 e mais duas edições revistas em seu texto nos anos de 1971 e 1984. Um estudo das edições pode contribuir para pensar e observar se em alguma medida houve modificações introduzidas no texto referente à Confederação.

Nos trabalhos analisados durante esse capítulo deverá ser investigada a narrativa histórica utilizada, em certa medida perceber quais as tipologias de fontes utilizadas e como foi se modificando a versão contada da Confederação do Equador, de um período a outro da historiografia. Além disso, as obras historiográficas deverão ser pensadas do ponto de vista de duas vertentes que se entrelaçam no texto. Uma da história, que é contada a partir dos feitos dos sujeitos envolvidos e como esses servem como exemplos para a sociedade e outra que diz respeito ao caráter de objetividade pretendida pela disciplina histórica, no qual informações

sobre o passado poderiam ser verificadas e esclarecidas a qualquer momento nas obras.

Além das fontes tratadas ao longo do texto, ao final segue um anexo com algumas fotografias e imagens retiradas do jornal *Correio do Ceará*, da edição comemorativa ao centenário da Confederação do Equador no Ceará. Tais imagens ilustram algumas passagens daquela grande celebração.

Problematizando algumas possibilidades de como por meio de leituras e releituras dos trabalhos históricos com o passar do tempo podem ser criadas imagens, fomentadas interpretações diversas e cultivadas memórias de um determinado acontecimento político. Por meio de uma análise de algumas obras da historiografia cearense, busca-se estabelecer algumas conexões entre o que foi selecionado dos acontecimentos da Confederação do Equador no Ceará dentro desses textos e o que foi deixado de lado.

Um autor que serve de inspiração para muitos dos questionamentos dessa pesquisa é Fernando Catroga. Em um tópico do livro *Os passos do homem como restolho do tempo*, Memória Política e política da memória, o autor aponta em linhas gerais algumas orientações a serem seguidas. A partir do itinerário pensado pretende-se discutir os caminhos trilhados na formação de uma memória social, percebendo os múltiplos aspectos que atuam nesse processo histórico. Como memórias de um acontecimento político podem variar ao longo do tempo e ser utilizadas por ações de política da memória?

As comemorações podem atuar elaborando ou até mesmo modificando determinadas imagens de um acontecimento político e de seus participantes. Pontuando o tempo com marcas da memória. Além do tempo, múltiplos lugares são reivindicados por ações de memória. E a escrita histórica traz traços desse longo processo, e mais do que meros traços os textos históricos, talvez principalmente os de caráter didático, atuam com certa força nesse processo. Tais comemorações são produzidas com o intento de que um determinado grupo de pessoas possa (re)lembrar momentos passados que são (re)significados em uma outra época de acordo com outras demandas sociais. As práticas de comemoração foram adquirindo grande relevância social. Essa importância diz respeito, sobretudo, ao estabelecimento e/ou fortalecimento de raízes identitárias dos indivíduos dentro da sociedade, dentro de uma determinada comunidade política.

CAPÍTULO 1 AS COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS E ALGUNS ASPECTOS SIMBÓLICOS.

Em 1924 foi comemorado em Fortaleza o Centenário da participação do Ceará na Confederação do Equador. No momento histórico de um Brasil republicano, as memórias desse evento (que defendia o projeto político federalista) tomaram novo fôlego e até mesmo outras interpretações foram elaboradas. A participação do Ceará no movimento foi lembrada como um marco referencial da história local, no qual as batalhas travadas pelos envolvidos foram destacadas como sinônimo de bravura dos cearenses que se manifestaram contra as medidas autoritárias do Imperador D. Pedro I. Ao longo do período de construção dessas versões do evento político alguns participantes foram eleitos como símbolos capazes de representar uma coletividade, símbolo de perseverança na defesa dos ideais que foram defendidos durante a Confederação do Equador.

São vários os autores que elaboraram reflexões em torno dos questionamentos que envolvem a memória social. Um dos debates, gira em torno de até que ponto a elaboração de memórias pode ou não criar laços de identificação dentro de uma sociedade. As práticas comemorativas podem ter diversos intuitos, dentre eles o de ser pensada como ações produzidas por grupos determinados que buscam reforçar laços de identidade social. Na medida em que diversos se reúnem para memorar um fato, (co)memorar. Durante as comemorações, ao ser (re)lembrado momentos passados, se estabelecem disputas por poder entre os grupos, na medida em que existe uma tensão no processo de seleção do que é lembrado e o que é silenciado. Aspectos de um momento político colocados à margem, podem ser retomados em outro contexto histórico ou até mesmo caírem em esquecimento.

Tais ações políticas de memória tornam-se bastante recorrentes a partir dos finais do século XIX. As comemorações centenárias contribuem para a constituição e até mesmo expansão de um imaginário político.

1.1 Comemorações e centenários no Ceará do início da República.

Eric Hobsbawn apontou que esses momentos de comemoração surgiram entre o “centésimo aniversário da Revolução Americana (1876) e o da Revolução Francesa (1889)”.²² Tais eventos foram comemorados com exposições internacionais nas quais os países envolvidos poderiam expor seus avanços econômicos, tecnológicos e sociais. Uma característica é prontamente ressaltada, no intervalo de cem anos entre um acontecimento e sua comemoração, pode-se estabelecer uma comparação entre épocas distintas. Dois momentos históricos diferentes vem à tona em uma comemoração estabelecendo possíveis elos de continuidade ou diferença, avanços e retrocessos entre épocas.

Às ritualísticas que envolvem as comemorações foram gradativamente sendo incorporadas ações políticas. Com uma onda crescente de constituição dos Estados-Nação e certo recrudescimento das influências religiosas no Estado, uma nova atmosfera do sagrado vai ganhando força se materializando na composição de uma hagiografia civil e um calendário pontuado por festas cívicas. Nesse momento de ligação com o passado também se projetam expectativas futuras.²³ Essas características basilares das comemorações podem ganhar múltiplas utilidades de acordo com os usos feitos pelos agentes da política.

Não foi só na França ou nos Estados Unidos que esses centenários tiveram força. Em Portugal também, o período das grandes descobertas, a fase de ouro do expansionismo português ganhou forma no imaginário político. Embora tal fase que pretendia ser perpetuada na memória remontasse aos anos de 1500, gerando uma comemoração tricentenária ou até mesmo quadricentenária como no caso da descoberta do Brasil em 1900, o que importava era destacar os momentos das maiores glórias da nação portuguesa para que fosse possível projetar um sentimento de orgulho dos indivíduos na sua nação. Assim, diversos poderiam ser os motivos propositivos das comemorações, não apenas os centenários eram utilizados mas outros números são privilegiados: 10, 25, 50, 100, 200, 300 anos.

²² HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 29

²³ CATROGA, Fernando. Ritualizações da História. In: TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal sécs. XIX-XX*. Vol. II. Da historiografia à memória histórica. Sociedade Industrial Gráfica, 1998.

As estruturas das exposições serviriam para realçar os elementos nacionais e internacionais e o Brasil também entra nessa lógica do espetáculo,²⁴ uma dessas exposições foi a do centenário da independência em 1922, na qual momentos da história passaram a ganhar uma nova dimensão, uma dimensão de apreciação. Tal necessidade de se dar a ver estava bastante entrelaçada com a crescente influência da burguesia. Tal classe queria ver e ser vista, presenciar e atuar no espetáculo da história.

No Brasil, a Proclamação da República gerou certo clima de desconfiança. “Republicanizar a República é a palavra de ordem que comanda a comemoração do centenário em 1922.”²⁵ Ou seja, criar raízes republicanas na sociedade brasileira, destacar como esse novo regime era melhor do que a monarquia. Para isso, releituras de acontecimentos passados são produzidas com o intuito de fomentar essas raízes. Os sujeitos responsáveis pela organização dessas ideias são o grupo dos intelectuais. Caberia a esse grupo a missão social de criar um saber próprio de seu país, de seu lugar de origem. Por meio de suas ações e de intensa pesquisa e seguindo determinados métodos poderia se conferir legitimidade à história.

Todas essas características desse projeto centenário chegam também ao Ceará. Um grupo de membros do Instituto do Ceará liderou a iniciativa de promover um evento em comemoração ao centenário da Confederação do Equador. Além disso, deveriam ser comemorados também os 100 anos do jornalismo cearense. Pois, o primeiro jornal impresso no Ceará foi publicado no ano de 1824, apresentando uma relação direta com os desdobramentos da Confederação. A iniciativa partiu de alguns membros do Instituto do Ceará e contou com o apoio do Estado. Apesar de ser uma Instituição, essencialmente, de cunho científico, os sócios do Instituto participavam ativamente das tramas políticas da época.²⁶ Existia uma ligação entre os intelectuais e o poder público, tal ligação se efetivava ainda na medida em que os próprios intelectuais chegavam a ocupar cargos públicos.

²⁴ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

²⁵ MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992. p. 26.

²⁶ Sobre a discussão das diversas formas de associação que reivindicam uma participação política. Ver RIOUX, Jean-Pierre. *A associação em política*. In.: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Mas, quais os possíveis motivos para serem retomadas as histórias daquele acontecimento político? Quem foram os envolvidos na construção dessas representações? Em que medida o projeto político de uma república-federativa, divulgado pela Confederação do Equador, serviu como referencial para os debates em questão durante a República Velha? Como o Ceará se insere dentro daquele projeto histórico? Como 100 anos depois, sujeitos que foram perseguidos e considerados inimigos do recém-formado Império brasileiro, passaram a ser considerados heróis cearenses? Como um ritual de (co)memoração pode atuar nesse processo?

Após a Proclamação da República no Brasil, arranjos oligárquicos estabeleceram as bases da política nacional, deixando de lado a participação popular nas decisões políticas. Os ideais republicanos se encontravam cercados dentro do círculo das elites, que no discurso propagandeavam maior participação dos setores populares na vida pública, como forma de conferir legitimidade para o novo regime, o que de fato não acontecia. No entanto, algumas estratégias, como a criação de símbolos e o estabelecimento de determinados rituais, procuraram dar maior profundidade social às ideias republicanas.

No final do século XIX, mais precisamente no ano de 1887, foi fundado o Instituto do Ceará. O Instituto foi formado por um grupo de intelectuais locais de diferentes profissões (médicos, juristas, engenheiros, jornalistas, etc.) diferentes posicionamentos políticos (republicanos, monarquistas, militaristas) que segundo Oliveira tinha o “objetivo de construir o lugar do Ceará na história do Brasil.” Era diversa a realidade social a que cada membro do Instituto do Ceará estava vinculado, de comerciantes exportadores e importadores a produtores agrários, dentre outros.²⁷ No entanto, ainda segundo Oliveira, uma característica comum unia esses intelectuais, todos baseados nas ideias positivistas, se identificavam com as noções de civilização e progresso. Tinham como objetivo o “progresso local” e procuraram construir “uma tradição no tempo e no espaço que legitimasse o lugar social de onde falavam.”²⁸

²⁷ Para mais informações sobre os membros fundadores do Instituto do Ceará verificar o quadro prosopográfico da página seguinte.

²⁸ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 29.

Quadro dos membros fundadores do Instituto do Ceará - 1887

Sócios	Data e lugar de nascimento	Ocupação do Pai	Formação educacional	Carreira profissional	Atuação política
Paulino Nogueira Borges da Fonseca	1842, Fortaleza	-	Formado em Direito	Promotor público, Professor, Inspetor de Instrução pública, Deputado Geral, Vice-presidente da Província. Desembargador.	Moderado
Guilherme Studart (Barão de Studart)	1856, Fortaleza	Negociante, vice-cônsul britânico	Medicina	Médico, Historiador, Pesquisador.	Abolicionista
Joakim de Oliveira Catunda	1834, Santa Quitéria	-	Superior incompleto	Militar, Funcionário público, Professor e Senador	Republicano
João Augusto da Frota (Pe.)	1849, Sobral	-	Doutor em Filosofia	Professor e Diretor da instrução pública	Abolicionista
João Batista Perdigão de Oliveira	1854, Fortaleza	Militar	-	Jornalista, Burocrata estadual	-
Antônio Augusto de Vasconcelos	1852, Maranguape	-	Formado em Direito	Magistrado e Magistério público e privado, Jornalista, Deputado.	Abolicionista
Antônio Bezerra de Menezes	1841, Quixeramobim	Político e jurista	Estudioso das ciências naturais	Funcionário público, Historiador, Jornalista e Poeta	Republicano, abolicionista
Júlio César da Fonseca Filho	1850, Aracati	Militar	Formado em Direito	Jornalista, Deputado	Republicano
Juvenal Galeno da Costa e Silva	1856, (1836)Fortaleza	Agricultor	Estudos da cultura cafeeira	Diretor da biblioteca pública, Inspetor do ensino, escritor e poeta	-
José Sombra	1852, Maranguape	Militar	Formado em Medicina,	Médico jornalista	-
Virgílio Brígido	1854, Santa Cruz	Militar	Bacharel em ciências sociais e jurídicas.	Professor, Promotor e Deputado federal	-
Virgílio Augusto de Moraes	1845,Sobral	Militar	Formado em ciências sociais e jurídicas	Professor e catedrático de Direito Comercial, promotor, procurador da fazenda pública	-

Verificando o Estatuto de regulamentação do Instituto observa-se no artigo 1º, inciso primeiro “O Instituto do Ceará tem por fim tornar conhecidas a história e a geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das lettras e sciencias.”²⁹. Assim, o grupo de intelectuais que formava o Instituto do Ceará empreendeu o trabalho de delimitar o que era ou deveria ser o Ceará tanto espacial, quanto temporal e culturalmente. Para isso, por meio de um grande esforço de pesquisa foram se estabelecendo datas (cronologias) e fronteiras (cartografia) para dar forma a tal ideia de Ceará.

O quadro da página anterior traz um esboço de algumas características dos fundadores do Instituto do Ceará, nota-se que todos são cearenses. E que em sua maioria possuíam formação superior, um grau de estudo comprovado. Além disso percebe-se também que eles tiveram grande envolvimento com a política, sendo eleitos para ocupar diversos cargos públicos. Logo após a criação do Instituto, desde os seus primeiros anos, os sócios se utilizaram de algumas estratégias para difundir suas ideias, como pode ser observado nas revistas da instituição. Os textos apresentam diversos formatos como artigos, memórias, biografias e fontes. Buscavam-se novos documentos que pudessem comprovar as teses criadas e desenvolvidas durante aquele período. Outras estratégias foram promover ou ter alguma participação em conferências, palestras e comemorações.

Algumas comemorações foram registradas nas páginas da revista do Instituto do Ceará. O primeiro evento comemorativo data do ano de 1900, o quarto centenário da chegada dos portugueses. Segundo o artigo, uma comissão organizada formou-se para preparar os festejos. O dia escolhido para a celebração foi 3 de maio, data em que foi celebrada a primeira missa no Brasil³⁰. A programação teve início às 5 horas da manhã, com “duas bandas de música do Batalhão de Segurança e banda de Música do 2º batalhão de infantaria”, desfilando pelas ruas da cidade e executando em locais determinados os hinos do Brasil e de Portugal. O dia seguiu com a celebração de missa campal no largo da Sé pelo Bispo Diocesano, D. Joaquim, que segundo o relato do jornal *A República*, de 5 de maio de 1900, seis mil fiéis participaram desse momento de “preces ao Altíssimo”. Aconteceram ainda outros eventos durante todo o dia até às 10 horas da noite. Os bondes estavam

²⁹ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano I, Fortaleza, 1887. p. 9.

³⁰ O autor do convite observa ainda que não existia um consenso com respeito à data da celebração da primeira missa no Brasil, no entanto a preferência local foi pelo dia 3 de maio. Tal confusão deve-se à mudança dos calendários: do Juliano para o Gregoriano. Por volta de 1580.

enfeitados, houve queima de fogos de artifícios, bandas marciais, desfiles, recepção na casa do Vice-cônsul português e sessão solene na Sociedade de Letras “Iracema Literaria”.³¹ A organização necessária para a boa execução dos festejos e as mobilizações antecipadas para as comemorações já podem ser observadas a partir dessa data.

Na revista de 1903, verifica-se a comemoração de outro marco, o Tricentenário da chegada dos Portugueses ao Ceará. Nesse ano da publicação alguns artigos trataram da chegada dos portugueses ao Ceará e de como ocorreu o processo inicial de ocupação do território. A programação dos festejos apresentou praticamente a mesma estrutura do evento anterior. Enfeites pela rua, alvorada com as bandas do Batalhão, uma celebração na catedral, desfiles militares, queima de fogos de artifícios ao longo do dia, uma recepção no palácio do Governo, sessão solene no Clube Barbosa de Freitas. Seguiu-se ainda uma grande festividade na Avenida 7 de setembro, segundo um texto no periódico *A República*, produzido por Graccho Cardoso, “a iluminação esteve esplêndida.” “Os fogos pyrotechnicos provocaram ensejos as manifestações da multidão”. Dando continuidade à festa um concerto de bandas marciais executou várias peças, seguido por um baile até às 2 horas da manhã.³² Outra publicação em decorrência dessa comemoração foi o livro *Commemorando o tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará (1603-1903)*, nessa obra existem artigos diversos de vários autores sobre a temática da chegada dos portugueses ao Ceará, além de outros aspectos do território cearense.

Nessa data celebrava-se, sobretudo, o “nascimento” do Ceará, o início de sua colonização, a busca do mito das origens. Diferente da comemoração anterior, na qual o foco era o Brasil, naquele momento a celebração se acentuava sobre o Ceará e deviam ser destacados os grandes feitos dos cearenses.

Devo apontar alguns vultos bem altos nos diferentes estádios da estrada. Nos começos da jornada sobresaem os capitães-mores Pedro Coelho, Martins Soares Moreno, os jesuítas Francisco Pinto, Luiz Filgueira – arredando do leito do caminho cardos que o entopiam – aclarando-o, plantando a semente fecunda da boa nova. E vão marginando-lhe as curvas nomes caros ao nosso carinho – estrangeiros – portadores da civilização, os Vieira e outros, e no século ultimo – autoctones a se passarem para a historia nacional – Filgueiras, Tristão, Pinto Madeira, Antonio Manoel, Bolão,

³¹ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XIV, Fortaleza, 1900. p. 227-240

³² REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XVII, Fortaleza, 1903. p. 229-241. Na edição de 1904 da revista, dois artigos ainda fazem referência aos eventos do Tricentenário. REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XVIII, Fortaleza, 1904.

Carapinima, Mororó, Ibiapina, Padre Alencar, Pompeu, Sampaio, Tiburcio, Clarindo, José de Alencar e tantos – como melhor dirão os mestres da escripta e da historia nas folhas a seguirem.

A liberdade – de há muito foragida – deixando apenas o nome na tradição e na letra morta da carta constitucional – teve morada predilecta nesta terra – onde fez a revolução de 17, a república do Equador, a independência do Icó, o pronunciamento republicano de Quixeramobim, o 1º de janeiro do Acarape – o primeiro município livre do país, o 25 de março da primeira província sem escravos.

[...] Quem entremea bellas datas de luz e liberdade, paginas douradas na historia – quem alicerçou a áurea lei de 88 – rasou a todos os brasileiros – quem descobriu o Acre – ora tão disputado, as opulencias amasonicas – um mundo tão invejado – quem... bem merece da pátria. Muito justa a apothese do natalício cearense.³³

O trecho é da autoria de Pedro Queiroz e apresenta um breve histórico cearense. E mais do que isso procura ressaltar grandes nomes e feitos da história local. Uma tentativa de projetar o local no nacional. Nota-se ainda que foram mencionados no artigo os nomes dos que foram considerados como os principais participantes da Confederação do Equador, além do próprio evento. Nessa comemoração o Ceará é o centro das festividades.

Em 1908, um breve artigo com o título “Mais um centenário”, elaborado por Guilherme Studart celebrava a vinda de D. João VI para o Brasil. Studart mencionou uma mudança na imagem do Rei de Portugal, que segundo o autor,

Alarve, comilão, hipócrita e beato era o que dele se dizia. Hoje, porém, inteira justiça se lhe faz e o ano de 1908, o ano dos centenários, assiste a uma completa mudança nos pareceres e nos conceitos quanto ao valor moral, os intuitos e os atos administrativos do filho de Maria I.³⁴

Studart destacou as melhorias na infraestrutura do Brasil com vinda do Rei Português. Dentre elas: o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, o Bando do Brasil, o Hospital, e em especial a Imprensa Régia, que a partir da instalação dessa, outras se estabeleceram pelo território brasileiro. Em seguida, o artigo informa sobre o primeiro jornal cearense o *Diário do Governo do Ceará*. Vale destacar a proposta de releitura da imagem de D. João VI, se num primeiro momento suas ações como governante eram consideradas em certa medida displicentes, no ano do centenário de sua vinda para o Brasil, os aspectos de melhoria da então colônia portuguesa

³³ COMMEMORANDO O TRICENTENÁRIO DA VINDA DOS PRIMEIROS PORTUGUEZES AO CEARÁ (1603 - 1903) Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903. ps. 11 e 12.

³⁴ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXII, Fortaleza, 1908. p. 308.

deveriam enaltecer a figura do monarca. Em épocas distintas as medidas tomaram conotações diferentes. O próprio D. João VI, por exemplo, não escapou a uma releitura de seus atos. Se antes fora considerado displicente, durante aquela comemoração passara a rei empreendedor.

O centenário de comemoração da Revolução de 1817 foi anunciado desde o ano anterior pelo Instituto no artigo “O Ceará deve preparar-se para a comemoração do movimento de 17”. Guilherme Studart argumentou que se houve grande comemoração em 1903, em 1917 também deveria haver, pois o acontecimento histórico de 1817 “pertence de direito aos cearenses”³⁵. Com isso, na revista do ano de 1917 foram publicados discursos, artigos e documentos em comemoração ao centenário da Revolução de 1817. O centenário de 1817 foi comemorado no Recife por uma iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.³⁶ O representante enviado pelo Instituto do Ceará foi o Pe. Valdivino Nogueira. Ainda na revista desse ano, foram publicados uma coletânea de documentos sobre o movimento de 1817 e um texto de Guilherme Studart sobre o desenrolar das ações daquele ano no Ceará. O autor busca ainda estabelecer a participação mais coerente possível de cada sujeito envolvido, baseando-se em documentos diversos do período.³⁷ Como já anunciado também em 1903, da revolução de 1817 destacou-se a grande participação dos cearenses naquele movimento. Tal fato, 100 anos depois também não poderia passar despercebido.

No ano de 1922, a Revista do Instituto do Ceará fez menção apenas de forma breve ao centenário da Independência do Brasil. Há uma nota na contracapa da revista e dois artigos. Um artigo com o título *7 de setembro ou 12 de outubro?* no qual o autor Manoel Satyro questionou o motivo de se escolher o dia 7 setembro como o marco inicial da Independência se outros fatos, segundo o autor, teriam maior relevância, como a convocação da Assembléia Constituinte. O segundo artigo é composto por alguns documentos da época de 1822, transcritos da Coleção de Guilherme Studart.

³⁵ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXX, Fortaleza, 1916. p. 300

³⁶ Segundo Lilia Schwarcz, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), fundado em 1862, sendo o segundo do Brasil e o primeiro do Nordeste. A autora aponta ainda que desde sua fundação até os anos de 1930, os principais temas abordados nas publicações da instituição foram a expulsão dos invasores holandeses da região e a Revolução de 1817, episódios que destacavam as lutas políticas regionais. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

³⁷ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXI, Fortaleza, 1917

No entanto, outra publicação do período foi *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*, da autoria de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, que apresenta de forma estatística, as características físicas do solo, modalidades topográficas, indústrias, desenvolvimento da agricultura, organização política e administrativa do Ceará no ano de 1922. Essa obra encontra-se dividida em dois volumes, dos quais o segundo foi publicado somente em 1926, por atraso na impressão segundo o autor.

O livro foi dedicado “A memória de Sua Magestade o Sr. D. Pedro II e ao Dr. Epitacio Pessoa então Presidente do Ceará a quem se devia gratidão e reconhecimento pelo vivo e patriótico interesse que tomaram por seu destino econômico e social”³⁸. A intenção do autor foi:

Compediar em livro tudo quanto interessar possa o conhecimento do nosso torrão pátrio, sem deprimir nem exaltar o que quer que fosse, e somente com o desejo de acertar e pôr ao alcance do leitor dados e factos que o habilitem a formar juízo, embora synthetico, do que foi e é o Ceará na data do centenário da nossa independência.³⁹

Novamente, aqui a tentativa era inserir o Ceará no plano nacional. Em época marcada pela exposição universal tal levantamento de informações poderia ser bastante útil na elaboração de material expositivo.

Em outro material produzido, o *Almanach do Estado do Ceará*, também do ano de 1922, diversos textos citam o centenário da chamada “emancipação política do Brasil”, no entanto, apenas um artigo fez referência a uma audiência especial na Comarca de Fortaleza em comemoração ao centenário da Independência; no restante do Almanaque não aparece nenhum outro momento de grande celebração na cidade de Fortaleza, como ocorrera nos eventos anteriores. Mas houve alguns festejos pontuais em decorrência da inauguração de algumas estátuas. Destaca-se ainda o fato de que em um intervalo de dois anos um evento comemorativo celebrou o regime monárquico, 1922; em 1924 foram comemoradas as possíveis origens de um sentimento republicano. A proximidade entre as datas pode até ter gerado algumas confusões no imaginário político cearense, em um momento ressalta-se a monarquia em outro a república. Tal duplicidade pode até servir para refletir sobre a grande maleabilidade entre os grupos políticos,

³⁸ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*. Volume 1. Fortaleza: Typographia Minerva, 1922.

³⁹ Idem, *Ibidem*. p. I.

característica da política brasileira, na qual prevalece o sentimento de benefício individual ante os interesses coletivos.

Essas foram algumas das comemorações que ocorreram na cidade de Fortaleza, no primeiro quarto do século XX. No ano de 1924, já havia algumas modificações no quadro dos sócios do Instituto do Ceará, no entanto as práticas comemorativas mantiveram sua frequência dentro da Instituição.⁴⁰ No presente estudo a celebração do Centenário da Confederação do Equador será melhor observada. Mas em que medida os promotores e participantes dessas festividades, também acabam consagrando seus nomes na história? E quais os possíveis motivos para a escolha de comemorar o Centenário? Quais os sentidos atrelados à passagem temporal de 100 anos?

1.2 As Comemorações do dia 26 de agosto de 1924

Os rituais de comemoração, além de outras funções, buscam essencialmente lembrar os participantes envolvidos de sua identidade comum e reforçar os laços de pertencimento a uma coletividade. Não só um pertencimento momentâneo ou ocasional, mas principalmente uma relação que parece construída historicamente ao longo dos anos. Uma espécie de “tradição inventada”⁴¹. Nas práticas comemorativas, fatos passados são representados e transmitidos socialmente tendo em vista a conservação dos mesmos pelas gerações futuras, o que na prática nem sempre acontece. Portanto, não basta apenas recordar como o fato aconteceu e, sim, atribuir sentidos a ele com o intuito de que adquiram uma maior profundidade social. Os rituais elaboram todo um processo de envolvimento dos grupos sociais participantes para que a mensagem transmitida possa ter o alcance esperado. No entanto, a pretensão nem sempre se verifica, o que acaba gerando uma identificação limitada dentro de grupos específicos.

No dia 26 de agosto de 1824, a Junta de Governo Provisório que governava o Ceará afirmou sua posição contrária às atitudes tomadas pelo

⁴⁰ Com o passar dos anos o Instituto do Ceará, além de promover comemorações da história local, passou a comemorar a sua própria história e a de seus participantes, buscando legitimar e reforçar as bases de tradição da Instituição, garantindo seu espaço nas páginas da história cearense. SOUSA, Eusébio. *Meio século de existência. (Subsídio para a História do Instituto do Ceará), 1887 – 1937*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937. AZEVEDO, Rubens de. *Os 40 da Casa do Barão. (I Centenário do Instituto do Ceará)*. Brasília: Senado Federal, 1993.

⁴¹ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Imperador D. Pedro I, no episódio da dissolução da Assembleia Constituinte. Tal medida foi considerada autoritária, por ter decomposto o que era considerado na época um dos símbolos de maior participação política, qual seja, a elaboração de uma carta constitucional do país, feita pelos representantes políticos da nação. Assim, naquela data o Ceará firmou seu laço de adesão à “Confederação das Províncias Unidas do Equador”⁴². Esse momento pode ser verificado na ata da Sessão extraordinária do Grande Conselho Provincial que foi redigida pelo 2º oficial da secretaria de governo provisório, Francisco de Paula e Andrade.⁴³ Assim, o dia 26 de agosto foi escolhido posteriormente como a data símbolo da adesão do Ceará à Confederação do Equador. Nota-se que o momento celebrativo relembria de início o ponto auge do movimento, quando em uma sessão solene com grande audiência de representantes das várias vilas da Província foi assinada a ata de adesão. Mais quais outros possíveis sentidos poderiam ter revestido aquele momento? A ata foi assinada em Fortaleza, que após disputa com Aquiraz foi definida como capital da Província. Aquela poderia ser então uma tentativa de colocar Fortaleza como centro congregador, no qual decisões políticas de relevância histórica foram tomadas? Cem anos depois a capital, Fortaleza, sediou os principais festejos daquele evento. Pode-se pensar assim, como as comemorações podem estimular a produção de releituras de um acontecimento político. Quais os mecanismos que movem as ações comemorativas? Quais os sentimentos políticos evocados? Quais os sujeitos envolvidos?

⁴² A dissolução da Assembleia Constituinte pode ser considerada o estopim para a deflagração do movimento, mas devem ser considerados outros fatores, como: os ressentimentos pela revolução de 1817 e a crescente falta de prestígio das elites do norte do país. Mais detalhes em: ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. In.: SOUZA, Simone (Coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989.

⁴³ A ata pode ser verificada em BRITO, Jorge. *Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografias cearenses*. Ed. Ilustrada. Fortaleza: Secretaria da Cultura / Museu do Ceará, 2006. P. 181. E na REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. P. 403.

Membros do Instituto do Ceará em 1924

Sócios	Data e lugar de nascimento	Ocupação do Pai	Formação educacional	Carreira profissional	Atuação política
Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	1852, Fortaleza	Política	Formado em Direito	Deputado, magistério	Monarquista, Constitucionalista.
Guilherme Studart (Barão de Studart)	1856, Fortaleza	Negociante, vice-consul britânico	Medicina	Médico, Historiador, Pesquisador.	Abolicionista
Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo	1852, Aracati	-	Padre	Monsenhor, magisterio	-
João Augusto da Frota (Pe.)	1849, Sobral	-	Doutor em Filosofia	Professor e Diretor da instrução pública	Abolicionista
João Batista Perdigão de Oliveira	1854, Fortaleza	Militar	-	Jornalista, Burocrata estadual	-
Antônio Augusto de Vasconcelos	1852, Maranguape	-	Formado em Direito	Magistrado e Magistério público e privado, Jornalista, Deputado.	Abolicionista
Rodolfo Marcos Teófilo	1853, Salvador	Médico	Farmácia	Farmacêutico, Escritor, Jornalista, Agricultor e Industrial	Abolicionista, Liberal democrático
Júlio César da Fonseca Filho	1850, Aracati	Militar	Formado em Direito	Jornalista, Deputado	Republicano
Juvenal Galeno da Costa e Silva	1856, (1836)Fortaleza	Agricultor	Estudos da cultura cafeeira	Diretor da biblioteca pública, Inspetor do ensino, escritor e poeta	-
Antônio Teodorico da Costa	1861, Fortaleza	Farmacêutico	Engenheiro civil	Engenheiro e Professor	-
Álvaro Otacilio Nogueira Fernandes	1873, Quixeramobim	Médico	Formado em medicina	Médico e Deputado federal	-
José Lino da Justa	1863, Pacatuba	Médico	Farmácia e medicina	Médico, Jornalista e Deputado	Abolicionista
Álvaro Gurgel de Alencar	1861, Icó	Médico	Direito	Desembargador, Magistrado, Professor	Abolicionista, Republicano
Rodolfo Ferreira da Cunha (Pe.)	1880, Trairi	-	Padre	Professor e Vigário	-

Os representantes do Instituto do Ceará⁴⁴ prepararam-se, então, para mais esse evento comemorativo, dando início à publicação no ano de 1924 de Tomos especiais da revista. Tais publicações especiais reforçaram o empreendimento da instituição acerca dos marcos de referência na história do Ceará. Até hoje, 8 tomos especiais foram publicados: 6 de caráter comemorativo e outros em razão do falecimento de dois membros de atuação destacada: o Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil e o Barão de Studart. Mesmo com certa mudança no seu quadro de sócios, os objetivos da Instituição permaneciam os mesmos. Muitos dos seus membros em 1924, já estavam com idade avançada, assim pode-se entender as ações em torno daquele centenário como o encerramento de um ciclo dentro daquela instituição.

No tomo especial da revista dedicado ao centenário da Confederação, outro marco divide as páginas do periódico do Instituto do Ceará, qual seja, a comemoração do primeiro centenário do jornalismo cearense. Em 1º de abril de 1824 foi impresso o primeiro número do jornal *Diário do Governo do Ceará*. Os primeiros 5 artigos do tomo especial fazem menção ao *Diário do Governo* e às comemorações desse evento na cidade no dia 1º de abril de 1924.

O Ceará recebera, em 1824, uma tipografia doada por Pernambuco, através da figura de Paes de Andrade, então Presidente da Província e nela foi impresso o *Diário do Governo do Ceará*, que é aceito por grande parte dos historiadores como sendo o primeiro jornal impresso no Ceará.⁴⁵ Esse prelo, que recebeu o nome de Tipografia Nacional, chegou ao Ceará no dia 19 de março com o intuito de fortalecer ainda mais os laços existentes entre as províncias de Pernambuco e do Ceará.

O *Diário do Governo* foi, assim, publicado na época em que ocorreu a Confederação do Equador e vai apresentar uma relação direta com tal movimento. O seu primeiro redator foi o Padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Mororó, que num momento inicial era adepto do sistema monarquista, mas, que com a dissolução da Assembleia Constituinte feita por D. Pedro I, a 12 de novembro de

⁴⁴ Ver o quadro dos sócios do Instituto no ano de 1924 na página anterior.

⁴⁵ Para mais detalhes sobre essa discussão de qual foi o primeiro jornal cearense, quando se instalou a primeira Tipografia ver: OLIVEIRA, João Batista Perdigão. *A Imprensa no Ceará*. REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, ano XXI. Fortaleza, 1907. NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Ed. fac-similar. Fortaleza: NUDOC / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006. E ainda breves comentários em MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

1823, passou a organizar campanha contra o ato do Imperador, chegando a ser uma das lideranças da Confederação no Ceará.

Nas páginas do periódico deveriam ser publicados escritos, memórias, composições, lembranças e queixas de qualquer pessoa, desde que fossem previamente assinadas e paga a devida taxa estabelecida. O *Diário do Governo* publicou ofícios, expedientes, avisos, proclamações e correspondências, além de notícias. O periódico funcionou de 1º de abril a 17 de novembro de 1824, apresentando dezenove edições⁴⁶, das quais dezessete foram impressas no período em que a Confederação do Equador acontecia no Ceará e duas edições quando as forças imperiais já haviam recuperado o poder na Província.

Em discurso pronunciado por Thomas Pompeu de Sousa Brasil, na festa comemorativa do centenário da imprensa, o presidente do Instituto do Ceará apresentava as circunstâncias em que foi produzido o periódico,

tal era a situação governamental, a que o 'Diário do Governo' vinha servir de veículo; a qual se pode resumir em poucas palavras: anarquia, arbítrio, onipotência da força, falta de segurança individual, ludíbrio das leis. O aparecimento deste órgão de um governo transitório foi acontecimento de somenos importância, cuja repercussão se limitou ao âmbito das Camaras revolucionárias⁴⁷

O Presidente segue apontando ao longo de sua fala que a época em que o jornal foi impresso apresentava uma série de dificuldades que atrapalhavam as coerentes atividades que a imprensa deveria servir.

A imprensa livre, expressão das ideias, sentimentos e aspirações de uma época... requer ambiente social saturados de princípios e praticas legalistas. Quando, por capricho singular, emerge em meio diferente – ou não echôa na alma popular, nem mesmo na opinião pública mediana e rápido estiola-se na sua haste e pende emmurcheda no próprio seio que lhe dera nascimento – ou é menosprezada, comprimida, abafada e alfim violentada desde os primeiros vagidos pelos poderosos que temem a publicidade.⁴⁸

⁴⁶ Como mostra BRITO (2006), a partir de sua pesquisa e de uma discussão historiográfica, apenas 19 edições do jornal são mencionadas. Uma das dificuldades para o levantamento de fontes deste período se deve ao fato de que Felix de Azevedo (Participante da Confederação do Equador), mandou que fosse queimada grande parte da documentação desse período, com a intenção de mascarar o seu envolvimento com os revolucionários.

⁴⁷ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924, p. 6.

⁴⁸ Ibidem. p.7.

Nota-se no discurso um tom de ressentimento da parte do Presidente do Instituto, pois um órgão com grande potencial de transformação social que era a imprensa, devido à precariedade do momento de sua implantação, não obteria os resultados esperados. Pensa-se, contudo, que Thomaz Pompeu devido ao seu posicionamento político de monarquista, constitucional, era contrário a agitações políticas que não assegurassem minimamente as garantias individuais. Esses posicionamentos do autor levam a proclamar a chegada da imprensa a um Ceará como um efeito de futilidade⁴⁹ daquela época da Confederação do Equador. Para a concepção política do presidente do Instituto do Ceará, os princípios legais deveriam nortear a sociedade como um todo. Ações como a dos confederados só serviam para instaurar a anarquia e acabavam por atender à demanda de grupos específicos. Assim, exaltar a Imprensa atrelada àquele movimento poderia ser um tanto contraditório. Visto que a chegada da Imprensa teria sido apenas um episódio supérfluo, não teria provocado de fato mudanças profundas nas estruturas da sociedade, como um espírito crítico mais alastrado. No entanto, se as comemorações provocam um sentimento de comparação, teria a época de Thomaz Pompeu tal espírito?

Sobre Thomas Pompeu de Sousa Brasil⁵⁰, é possível observar um pouco de sua trajetória no *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense* feito por Guilherme Studart, filho do Senador Thomas Pompeu de Sousa Brasil um dos mais influentes líderes políticos do Ceará durante o Império, e que ainda,

depois de formado em 1872, assumiu a redação do Cearense ao lado do pai, de José Pompeo e João Brigído. Com Rocha Lima, João Capistrano, Xilderico de Farias e Dr. Mello, o ilustre medico bahiano, que aqui clinicou

⁴⁹ Albert Hirschman expõe três teses utilizadas pela retórica reacionária em momentos chaves de eventos ou ações com pretensões sociais. A tese da perversidade: quando uma ação ao invés de solucionar o problema anterior serviria para enfatiza-lo ainda mais; a da futilidade: quando determinada proposta serviria apenas para mascarar as causas do verdadeiro, as soluções seriam apenas superficiais e a tese do risco: que é posto em questão, quando para a realização de uma determinada mudança social, o preço a ser pago por tais reformas é mais alto que os benefícios propostos. HIRSCHMAN, Albert O. *O Pensamento conservador: perversidade, futilidade e risco*. Trad. Rui Miguel Branco. DIFEL: Algés, 1997.

⁵⁰ Nascido no Ceará a 30 de junho de 1852, é bacharel em direito pela faculdade do Recife, formado em 1872, e foi por concurso nomeado professor de Geographia do Lyceu de Fortaleza em 1876. Foi deputado à assembleia de sua então província em várias legislaturas e na assembleia geral legislativa de 1878 a 1886. Foi diretor da instrução pública do Ceará, vice-presidente da província, que nesta qualidade administrou em 1889. Ahi inaugurou um curso de historia universal para os operários e leccionou na Escola Militar. É membro da academia cearense, do Instituto histórico do Ceará e presidente da Associação Comercial deste estado. BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Volume 7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p.296.

por muito tempo e consorciou-se com uma filha do Coronel Victoriano Borges, fundou em 1872 a associação literária *Academia*, e no ano seguinte com João Brigido, João Camara, Xilderico de Farias e Rocha Lima fundou o jornal maçônico *Fraternidade*, cujo 1º nº é de 4 de novembro. Em 1880 organizou com José de Barcellos e João Brigido o Regulamento da Instrução Pública e a 8 de junho desse mesmo ano fundou com João Lopes, Julio Cesar e João Camara a *Gazeta do Norte*, órgão dos liberais pompeos. Em 1889 foi nomeado Diretor da Instrução Pública...⁵¹

Pelo trecho acima de Guilherme Studart, pode-se perceber a relação de Thomas Pompeu com a imprensa, tendo participado ativamente de vários jornais cearenses do período. Assumiu a redação do *Cearense*, fundou os jornais a *Fraternidade* e *Gazeta do Norte*. Ao criticar o momento de instalação do *Diário do Governo*, Thomaz Pompeu poderia estar pensando na situação da imprensa na década de 1920, na qual eram diversos os jornais publicados, atendendo aos interesses dos diferentes grupos sociais. Como criticou Pompeu, o *Diário do Governo* teria tido uma atuação limitada para um órgão da amplitude da imprensa circulando principalmente dentro das Câmaras revolucionárias e não conseguindo atingir um número maior de leitores.

Além desse discurso, encontra-se também na revista outro, da autoria de Júlio Cesar da Fonseca, no qual ele destacou a sua atuação na imprensa, ressaltando a importância da figura do jornalista.

Seguindo a parte dos discursos, havia uma compilação de notas da imprensa sobre a comemoração do centenário do jornalismo cearense. Os jornais *O Nordeste*, *A Tribuna*, *Correio do Ceará*, ambos de Fortaleza, e *A Verdade*, de Baturité, comentaram sobre o período de chegada da imprensa ao Ceará e sua trajetória pelo Brasil, destacando as dificuldades enfrentadas por tal empreendimento e ressaltando a bravura que os responsáveis e principalmente o redator, Pe. Mororó, tiveram para conseguir publicar o periódico *Diário do Governo*.

Após as notas da imprensa sobre o evento aparecem dois artigos de Guilherme Studart um sobre os primeiros 40 anos do jornalismo no Ceará e o outro uma espécie de cronologia da imprensa no Ceará, na qual nota-se uma lista dos jornais e revistas impressas de 1919 até 1924. Na comemoração do 1º de abril de 1924 foram constantes as referências à Confederação do Equador pela relação do *Diário do Governo* com o movimento. Observa-se a construção de uma imagem do

⁵¹ STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. Volume 3. p. 146, 147e 149.

jornal como um porta-voz e observador privilegiado dos eventos que se desenrolaram no ano de 1824. Principalmente, o nome do Pe. Mororó é constantemente lembrado pela atuação como redator do jornal e líder do movimento. A figura do jornalista é enaltecida como um indivíduo capaz de levar informação e, por meio da informação, instrução às pessoas da sociedade.

Ligar as origens da imprensa juntamente a um acontecimento revolucionário dá margem para a própria imprensa ser pensada como um símbolo de luta, um símbolo tradicional desde a sua implementação no Ceará. As comemorações são momentos privilegiados para a criação e/ou consolidação de determinados símbolos, entendidos em um sentido proposto por Claude Rivière.⁵² O *Diário do Governo do Ceará* atrelado a Confederação do Equador é apenas um momento dessa simbologia que será vista nas páginas adiante. Assim, procura-se atribuir à imprensa cearense uma origem de luta e reivindicação por transformações na sociedade, como teriam feito os envolvidos na Confederação do Equador.

Contudo, as comemorações do 1º de abril parecem ter servido para preparar o terreno para outra festividade maior: a adesão do Ceará à Confederação do Equador.

O termo de adesão do Ceará à Confederação do Equador foi assinado pelo presidente eleito, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, no dia 26 de agosto de 1824. No ano do Centenário, em 26 de agosto de 1924, ocorreram algumas cerimônias na cidade de Fortaleza como mostra a programação do evento⁵³. Buscar estabelecer um elo de 100 anos entre datas e circunstâncias distintas é uma tarefa que dá ideia de uma sociedade cada vez mais preocupada com a noção de tempo, que consegue abstrair sobre fatias cada vez maiores de temporalidade. Comemorar um centenário poderia simbolizar também uma mudança na sociedade, ao mesmo

⁵² “Etimologicamente, o nome *symbolon* se refere ao signo de reconhecimento de duas pessoas possuindo cada uma um dos dois pedaços de um objeto quebrado, servindo de meio de identificação e de encontro. Concebemos que, para ser reconhecido como tal, o símbolo deve apresentar uma certa fixidez como elemento de sua importância. Uma aceleração do tempo, em valsa por exemplo, do God save the Queen, teria um sentido ultrajante de paródia. À semelhança dos signos linguísticos, o símbolo é da ordem da comunicação, na medida em que constitui um procedimento para uma codificação geral da expressão e ao mesmo tempo é um elemento que favorece a abstração (pátria representada pela bandeira, liberdade, pelo rompimento da prisão, fraternidade, pelas mãos entrelaçadas)”. RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias políticas*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.

⁵³ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 580.

tempo marcando uma passagem de gerações e uma continuidade com relação às anteriores.⁵⁴

Elaborar uma programação prévia que deveria ser cumprida à risca, apresenta um caráter de grande ritualização. Cada parte ainda da programação com a sua própria ritualística. Todo aquele procedimento projeta uma ligação entre rito e política. Ligação esta bastante profícua que para Claude Rivière,

Apesar dos fracassos da eficácia simbólica e da integração pretendida, é preciso reconhecer que o político, mesmo antes do advento dos mídia, sempre tendeu à ritualização. Por quê? E a esta questão essencial eu respondo: porque o rito representa a atitude fundamental, verbal, gestual e postural, onde qualquer um se reconhece como inferior frente à manifestação de uma potência, e porque, ao lado da potência que se manifesta, o rito é o meio teatral de dar crédito a uma superioridade, e portanto de obter respeito e honra através da ostentação de símbolos de dominação, de riqueza, de realizações algumas vezes imaginárias de que o inferior carece, e que permitem constrangê-lo sem violência real, na medida em que criam a aspiração a um estado superior.⁵⁵

O dia de festividade teve início às 7 e meia da manhã, com uma missa campal celebrada na Praça dos Mártires pelo Arcebispo D. Manoel da Silva Gomes. “A missa campal que teve lugar as 7 ½, no flanco oeste da Praça dos Mártires onde foi armado ao ar livre um elegante altar, compareceu uma multidão numerosa, que ocupou grande area nas suas imediações”⁵⁶. Durante a celebração campal no local considerado símbolo do movimento, os envolvidos na Confederação e, principalmente, os que foram executados em raça pública: Pe. Mororó, Pessoa Anta, Pe. Ibiapina, Azevedo Bolão e Carapinima, dividiam o espaço da missa consagrada a celebrar a memória dos feitos de Jesus Cristo. Tal prática ritual desse dia de comemorações é reforçada conferindo às ações dos sujeitos envolvidos na Confederação um teor de sacralidade, legitimado pelo discurso da Igreja Católica, proferido dentro de uma celebração eucarística. Celebra-se a memória dos mortos, em especial a dos confederados: se em um determinado momento eram considerados anti-heróis durante a missa foram colocados no lugar de mártires.

⁵⁴ Segundo Le Goff “a palavra latina *saeculum* era aplicada pelos romanos a períodos de duração variável, ligadas muitas vezes à ideia de uma geração humana. Mais cf. LE GOFF, Jacques. Calendário In.: LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 515.

⁵⁵ RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias políticas*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989. p. 31

⁵⁶ *Diário do Ceará* 28 de agosto de 1924 in: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 661

Observa-se que houve repercussão na imprensa de todo o dia de comemoração. O jornal *Diário do Ceará*, de 28 de agosto de 1924, informa que ao final da Missa seguiu-se um discurso do dr. Antônio Theodorico da Costa, membro do Instituto do Ceará⁵⁷.

O discurso de Theodorico da Costa foi marcado pela exaltação dos feitos realizados pelos cearenses de outrora: “Benditas sejam tu, Liberdade, em cujos altares se tem consumido o fogo sagrado das mais puras aspirações humanas e imolado tanto heróis e tantos mártires!”⁵⁸. Logo no início do discurso, o autor evoca bênçãos em nome da causa da liberdade, que para o autor é “filha diletta dos céus”, “a mais segura condição para o bem estar da sociedade” mas que por ela devem ser feitos sacrifícios.

Theodorico da Costa, no decorrer de sua fala, procura elaborar um sentido de identidade dos cearenses daquela época com os que participaram da Confederação do Equador, notando que aquele momento seria tão marcante para a história do Ceará, como a conquista da Amazônia e a abolição dos escravos. Para o autor, tais acontecimentos seriam grandes façanhas realizadas pelo povo cearense. Theodorico apontava,

que cada um mostre o que sabe com relação a esta quadra tormentosa da nossa história, ou elevando as ações e aplaudindo os feitos nobres dos heróis ou analisando os acontecimentos e reprimindo os gestos apaixonados dos seus descontentes e perturbadores da ordem pública, que eu, calando essas paginas sangrentas do Ceará de 1824 a 1834, quero apenas congratular-me com o povo cearense, neste momento solenissimo, pelo 1º Centenário da Confederação do Equador.⁵⁹

Theodorico da Costa apresentou em seu discurso as duas perspectivas de tratar o movimento: exaltar os “feitos nobres dos heróis” ou proceder a uma análise sobre os “perturbadores da ordem pública”. Theodorico preferiu sair pela tangente do debate e apenas congratular o “povo cearense” pelo dia. Com isso, nota-se, que existia um conflito de como tratar os fatos ocorridos da Confederação,

⁵⁷ Nasceu em Fortaleza a 12 de agosto de 1861... Recebeu o título de Engenheiro Civil em 1884... Fez parte como thesoureiro das Sociedades Abolicionistas da Escola Polytechnica e Cearense com sede no Rio de Janeiro. Colaborou na *Revista-Polytechnica*, do Rio de Janeiro e *Galeria Cearense*, de Fortaleza. É membro do Instituto Polytechnico da Capital Federal e da Academia Cearense, e faz parte do Corpo docente do Lyceu do Ceará como professor de Geographia e Chorographia do Brasil. STUART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 1 (1910). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 136 e 137e 149.

⁵⁸ *Diário do Ceará* 28 de agosto de 1924 in: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 662

⁵⁹ Ibidem p. 663 e 664.

não existia uma versão consolidada. As práticas comemorativas buscavam celebrar, enaltecer, a participação dos confederados, mas, ainda dentro desse processo, cem anos após o acontecimento, é possível perceber contradições na leitura desse passado.

Ao término do discurso, saiu pela cidade uma passeata de escoteiros, o cortejo cívico é outra modalidade de ação possível. Em uma determinada passeata um grupo é destacado da multidão e dado a ver aos demais membros da sociedade, destacando a ordem e os movimentos marcados. Mais um aspecto realizado durante as comemorações do centenário, ressaltando a riqueza daquela celebração.

O dia seguiu com uma sessão lítero-musical às 13 horas no Teatro José de Alencar⁶⁰ promovida pela mocidade da imprensa de Fortaleza. Durante a sessão, discursos e poesias foram proferidos além da execução de algumas peças musicais.

A festa da mocidade em que se fez representar o exmo. Sr. Presidente do Estado pelos srs. drs. Jorge Moreira da Rocha, secretário, e Jonas Miranda, achando-se ainda presentes os membros do Instituto do Ceará, deputados, autoridades civis e militares, magistrados, jornalistas, sociedades e instituições, comissões dos colégios Cearenses, S. Luiz, La Ruche, Castello, E. Normal, grupos escolares, escoteiros, cavalheiros, senhoras e senhoritas, numa palavra, o que Fortaleza conta de mais representativo nas letras, na sociedade e na política, achando-se o recinto literalmente repleto.⁶¹

Nessa parte das comemorações a maior parte do público era formada por jovens de algumas escolas da cidade. Na própria execução dos discursos e peças musicais, moços e senhoritas considerados “distintos” mostravam suas habilidades oratórias e artísticas. No mesmo relato do jornal *Diário do Ceará*, aparecem alguns nomes dos jovens de Fortaleza que homenageavam a memória dos confederados.

A graciosa menina Nayde Jaguaribe de Alencar revelou a precocidade de seu talento, na execução de encantadora Berceuse de Wurmser e de um expressivo improviso de Alberto Nepomuceno. Depois de um excelente soneto à memória de Tristão Gonçalves, recitado pelo jovem poeta Jader de Carvalho, a gentil senhorita Maria Luiza Leitão, com muita expressão e sentimento, executou ao piano suavíssima valsa de Nepomuceno em que evidenciou a formosura de sua acuidade artística, seguindo-se o jovem

⁶⁰ Observe-se que o nome do Teatro é uma homenagem ao romancista cearense José de Alencar, filho de José Martiniano de Alencar participante da Confederação do Equador, assim como outros membros da família.

⁶¹ *Diário do Ceará* 28 de agosto de 1924 in: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 667.

Moesia Rolim, como orador oficial, proferindo substanciosa e magnífica oração sobre a potencialidade do Ceará na Confederação do Equador.⁶²

Nos momentos finais da “Festa da mocidade” tomou a palavra o dr. Jonas Miranda, representante do presidente do Estado do Ceará, e fez algumas considerações sobre a comemoração, com especial destaque para aquele momento de participação dos jovens cearenses.

Para o êxito da campanha, que comemoraes, o Ceará concorreu com o fêvido sangue de seus martyres, com a intrepidez esclarecida de seus homens, com a admirável intuição democrática do seu povo, que, fitando de continuo a indômita bravez de seus mares, teve sempre o sonho das águias, alcadorando-se ao céus nas asas da liberdade... Sois os dirigentes de amanhã, meus jovens conterrâneos, e acabaes de evocar com o natural contentamento de quem, realizado o ideal por que pelejou *toris onnibus*, vê, nas cicatrizes dos heróis lembrados, braços de glória; nas amarguras padecidas, motivos de justo orgulho; nos martyrios, com altivez suportados, a dolorosa via-sacra, prenunciadora das sublimes transfigurações do Thabor! Podemos, sem favor, qualificar de brilhante a linda festa da mocidade cearense, que desde modo deu um exemplo bellissimo de civismo, de amor as tradições nacionais, merecendo, portanto, os aplausos, que lhe forem justamente dados, e os encomiásticos elogios de todo o patriota.⁶³

Nota-se a importância dada à participação dos jovens nesse momento de “civismo”, “de amor às tradições nacionais”. Os jovens desde cedo deveriam conhecer os heróis da história nacional e também da história local. O dr. Jonas Miranda apontou no início da citação dois aspectos que, para ele, permitiram o desenvolvimento da Confederação do Equador. Foram eles: a “intrepidez esclarecida de seus homens” e a “admirável intuição democrática do seu povo”, com isso o doutor elaborou dois blocos distintos de participação no movimento. O grupo dos considerados “esclarecidos”, formado pelas lideranças do movimento que tiveram a coragem de tomar a frente da luta e o “povo”, ou os demais participantes que por intuição se lançaram na revolução. Os jovens que se apresentaram naquele dia eram considerados “distintos”. Mas, quais as marcas dessa distinção? As habilidades artísticas ou o fato de pertencerem às famílias mais abastadas da cidade? Os jovens presentes à comemoração seriam os “dirigentes” do futuro, os “esclarecidos” de tempos vindouros, os grupos políticos dominantes procuravam justificar a sua posição atual e ainda garantir herdeiros dessa tradição. Tal afirmação

⁶² *Diário do Ceará* 28 de agosto de 1924 in: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 667.

⁶³ *Ibidem*. p. 656 e 657.

levaria a inferir a criação de uma linha em que o passado justificaria o presente e forneceria as bases para empreitadas futuras, mais do que uma linha cronológica um traço de distinção social.

Às 16 horas ocorreu um “match” entre “Guarany Sport Club” do Maranhão e o “America Foot-ball Club” pela disputa da taça Confederação do Equador. O time do Maranhão acabou se sagrando vencedor pelo placar de 2 a 0 e ficou com a posse da Taça. A prática do futebol vinha crescendo sua importância na década de 1920. Caracteriza-se por ser naquele momento uma prática eminentemente urbana, marca um novo ritmo de vida social, no qual surge o aspecto do lazer. Assim, até aquela dimensão do lazer também foi coberta naquela cerimônia. E não apenas o futebol visto como lazer, puro e simples, mas também se enquadrando dentro de uma lógica política.⁶⁴ As partidas de futebol vinham sendo disputas como parte das comemorações desde 1922, centenário da Independência.

O encerramento das atividades foi marcado pela sessão solene promovida pelo Instituto do Ceará. Estiveram presentes à sessão o Presidente do Estado, desembargador Moreira da Rocha; o prefeito da cidade, dr. Godofredo Maciel; o arcebispo metropolitano, D. Manoel da Silva Gomes, entre outras personalidades. O Instituto do Ceará, na época, era presidido por Thomas Pompeu de Souza Brasil, contando ainda como membros efetivos: Guilherme Studart, Júlio Cesar da Fonseca, Juvenal Galeno, Dr. Antônio Theodorico da Costa, Dr. Álvaro Fernandes, desembargador Álvaro de Alencar, Padre Rodolpho Pereira da Cunha e Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos que foi o orador oficial da cerimônia⁶⁵. Durante a solenidade ocorreram discursos, distribuição de livros e folhetos entre eles *Os martyres da Confederação do Equador*, de Guilherme Studart, e *Há cem anos...*, de Eusébio de Sousa, fotografias, etc.

⁶⁴ Num contexto de comemorações do centenário da independência, em 1922, quando o esporte foi um dos carros chefes das festividades públicas, o futebol foi elemento importante na representação da história institucional do Ceará e do Brasil, em jogos comemorativos de exaltação patriótica, majoritariamente regional. Para além dos jogos do centenário da independência, foi comemorado o centenário da adesão maranhense à independência (28/07/1823), a Confederação do Equador (adesão do Ceará em 26/08/1824) e o descobrimento da América (12/10/1492). MAIÁ NETO, Vicente. *Futebol, imprensa e cidade: o processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. P. 145.

⁶⁵ Os nomes dos membros foram retirados da REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. P. 579. Além dos sócios efetivos os membros correspondentes eram: Francisco Paula Rodrigues, João Franklin Nogueira, Eusébio de Sousa, Thomas Pompeu Sobrinho, Ildefonso Albano e Álvaro Bomilcar.

Observa-se a partir da organização do cronograma do evento a presença destacada de 4 setores sociais que procuravam demarcar o seu lugar na sociedade de Fortaleza são eles: a Igreja Católica, com a celebração campal no Passeio Público; a Imprensa, com a festa da mocidade, a associação cearense de futebol e o Instituto do Ceará, como promotor geral de todo o evento. A partir da presença dessas instituições delineiam-se algumas forças de atuação na cidade de Fortaleza da década de 1920.

Durante a ocasião os sócios do Instituto do Ceará que discursaram foram: Thomas Pompeu de Sousa Brasil, Antônio Augusto de Vasconcelos, Júlio Cesar da Fonseca e Guilherme Studart. No entanto, dois discursos apresentaram visões distintas sobre o movimento e serão destacados. Primeiro, do então presidente do Instituto, Thomas Pompeu, seu discurso proferido na sessão faz parte das ideias e argumentações presentes no prefácio do livro *Há cem anos...* de Eusébio de Sousa. Algumas passagens.

A geração presente filia a revolução de 1889 àquele longínquo passado, que surgiu, evoluiu e terminou em poucos meses, como as flores temporais, que não frutificaram, mas delicia e encantam pelo brilho de suas cores, e o perfume enfraquecido de suas pétalas... Na ordem física, como na moral, a natureza não procede por saltos, evolui e se transforma lentamente. As revoluções são cataclismos bruscos que derrubam sem reconstruir. Não se improvisam reformas políticas elas vêm a seu tempo com o caráter imperioso da necessidade; ilude-se quem supõe promovê-las por intuição e desejo pessoal... Ora, se nos dias fluentes, está ainda o Brasil longe de atingir a educação política da qual dependem a sinceridade e excelência desta forma de governo – como admitir que há cem anos, quando a metrópole portuguesa fechava os portos brasileiros à introdução de livros e jornais, que pudessem instruir os colonos, estivesse o nordeste do Brasil preparado para aceitar e impor a seus habitantes a república federal, a mais complicada de adaptação e manejo delicado?⁶⁶

Thomas Pompeu, ao longo de todo o seu texto, mostra prudência ao tratar dos fatos que estavam sendo comemorados naquela data. Devido ao seu posicionamento político de monarquista e por isso contrário às revoluções, o autor questionava os possíveis sucessos obtidos pela Confederação do Equador no Ceará que estavam sendo lembrados naquela ocasião. Faria algum sentido apontar a Confederação como uma semente do movimento republicano que despertou com a Proclamação em 1889? Para Thomas Pompeu não, se ainda em 1924 mesmo depois da instauração do regime republicano, a “educação política” das pessoas não

⁶⁶ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 587 e 590.

era favorável ao desenvolvimento das ideias republicanas, deveria se pensar com maior cautela os fatos ocorridos em 1824. Novamente, o tom adotado por Thomas Pompeu ao falar sobre a Confederação procura atribuir certa futilidade àquele movimento, procurando questionar as mudanças que de fato teriam ocorrido naquela época.

No entanto, para outro sócio do Instituto, Júlio Cesar da Fonseca, um dos fundadores do clube republicano no Ceará, o evento de 1824 teve uma grande contribuição para a história local. Segue trecho do seu discurso proferido nessa mesma noite.

Devemos perpetuar certas recordações, celebrando dignamente as datas nacionais, para aviventar o patriotismo e manter a fé nas instituições, bebendo, em longos haustos, a seiva imortal das ideias superiores, a ambrosia dos grandes sentimentos, que fazem a paz do mundo e o aperfeiçoamento da justiça... O patriotismo dos nossos confederalistas não é um vulcão extinto, tem ainda, trazendo de eras remotas, o que quer que seja de calor, de lava ardente, sim, que nos comove e excita, que nos faz pensar e nos impele a agir. Os seus frutos não foram todos colhidos. Não estão de todos sazoados e édulos. Não perderam-se de todo, ficou o que de mais nobre tinha e que nos cumpre manter. A sua vida, embora efêmera, ainda palpita em nossos corações em ritmo de ânsias e emoções.⁶⁷

Julio Cesar da Fonseca nasceu em Aracati a 10 de outubro de 1850. No *Diccionario Bio-bibliografico Cearense* produzido por Guilherme Studart, o autor se limita a dar rápidas informações sobre a origem familiar de Julio Cesar. Pois, segundo Studart,

A Julio Cesar prendem-me laços tão íntimos que por tudo que eu dele dissesse poderia ser acoimado de suspeito; a seu respeito limito-me a transcrever uma silhueta feita em 1883 pelo *Jornalzinho*, de Fortaleza, e o manifesto que apresentou ao Eleitorado Cearense em 1890. Só tenho a ajuntar que Julio Cesar, ávido de conhecimentos e a acompanhar paripassu e sem trégua o movimento das letras e das artes que fazem o orgulho e o deleite da humanidade pensante, tem acumulado de 1883, quando dele se ocupou o *Jornalzinho*, para cá tamanha soma de saber que sem injustiça a alguém pode ser considerado o homem no Ceará de maior erudição e que mais lê.⁶⁸

O texto publicado pelo *Jornalzinho* de 1883 enaltece por demais a figura de Julio Cesar. Studart, embora não usando de suas próprias palavras para descrever o amigo, escolheu um trecho que corrobora com o seu pensamento de

⁶⁷ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 606 e 608.

⁶⁸ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliográfico Cearense*. Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. Volume 2. p. 210.

destacar Julio Cesar como um homem de grande erudição e outros atributos positivos de sua pessoa e personalidade. Em termos de posicionamentos políticos, o trecho do *Jornalzinho* complementa que Julio Cesar,

diz-se republicano intransigente à Proudhon. Prova passada temo-la no fato de ter sido já redator principal no seu Aracati de um jornal francamente republicano. Prova atual, temo-la no entusiasmo com que observa o movimento republicano em Portugal e no interesse com que lê os periódicos republicanos que se publicam naquele pais. Não obstante, praticamente, nos últimos anos por um oportunismo que ele lá entende acha-se alistado nas fileiras do partido monárquico, chamado liberal, tendo até já sido deputado nesse caráter. Ainda em política o homem é sincrético.⁶⁹

Stuart reforçou no seu texto a imagem de Julio Cesar como um republicano histórico, da corrente liberal que se formou ainda durante a monarquia. Assim, os dois oradores principais pertenciam a grupos políticos com ideias diferentes. Um monarquista, outro republicano. O que mostra as possibilidades de interpretação sobre aquele centenário. Os dois discursos apresentados no evento noturno promovido pelo Instituto fazem referência aos acontecimentos de 1824 sob perspectivas bem diferentes. Thomas Pompeu considerava que a sociedade daquela época ainda não possuía educação política para compreender as ideias republicanas assim como 100 anos depois ainda não a tinha. A perspectiva de Julio Cesar aponta como aquele momento de lutas políticas de 1824 servira para lançar as bases de formação da República vivenciada naquele momento.

Num movimento de debate de ideias, visões diferentes acabam contribuindo para compor uma memória mais ampla sobre fatos passados. Vale destacar que as memórias são pensadas na sua relação do sujeito que lembra com o contexto em que ele está inserido. As referências de Thomas Pompeu para imaginar 1824 como uma época sem educação e formação seriam as carências que ainda existiam em 1924, nessa área. Com isso, cria-se uma figura de narrativa histórica baseada na metonímia.⁷⁰ Julio Cesar busca construir uma linha de progresso histórico na qual os fatos ocorridos na Proclamação da República, em

⁶⁹ STUART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 2 (1913). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 213 e 214.

⁷⁰ “Assim, a narrativa histórica, considerada puramente como um artefato verbal, pode ser considerada pelo modo dos discursos figurativos dominantes derivados da retórica neoclássica: a metáfora (baseada no princípio da similitude), a metonímia (baseada no princípio da contigüidade), a sinédoque (baseada na identificação de partes das partes de algo como pertencentes a um todo), e a ironia (baseada na oposição)”. SCHAPOCHNIK, Nelson. *As figuras do discurso da história*. In.: MALERBA, Jurandir (org). *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 175.

1889, dever-se-iam às ações de 1824. A semente republicana lançada pelos participantes da Confederação só germinou muitos anos depois e a sociedade da década de 1920 é que poderia colher os frutos de tal empreitada. Tal linha de raciocínio pode ser pensada por sinédoque.

No discurso de Thomas Pompeu, embora questionando a atuação revolucionária dos confederados, por terem ido de encontro à sua visão evolutiva da sociedade, toca num ponto peculiar, “não se improvisam reformas políticas elas vem a seu tempo com o caráter imperioso da necessidade; ilude-se quem supõe promove-las por intuição e desejo pessoal...” Ora, se a revolução do Equador não passou de um evento, no qual se privilegiaram as determinações de um grupo dirigente, como esse movimento consegue ganhar ares de representação da sociedade cearense? Decerto, um processo longo, no qual um dia de comemoração aos feitos desse grupo contribuiu para a constituição dessa imagem, em que indivíduos de um grupo local, inimigo do recém-formado Império brasileiro, transfiguram-se em heróis cearenses, tendo seus nomes e feitos celebrados e lembrados.

É nessa teia de arranjos e rearranjos que vai sendo construída a memória social: os rituais, as cerimônias comemorativas exercem um papel importante no processo por criarem um aparato específico para que determinadas lembranças possam vir à tona e ser partilhadas coletivamente. Mas além desse longo dia de comemoração, quando vários momentos atuaram na composição desse ritual, outros mecanismos fizeram parte da formação dessas representações dos confederados como heróis cearenses.

1.3 – De Condenados a Mártires: as personagens da Confederação do Equador.

Outra obra publicada em 1924, em decorrência das comemorações do centenário da Confederação do Equador no Ceará, foi *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*, escrita por Guilherme Studart. Ao longo desse trabalho o autor procurou delimitar quais participantes da Confederação deveriam ser considerados símbolos do movimento. Seja por suas trajetórias ou pelo fato de terem entregado suas vidas pela causa da Confederação esses personagens deveriam ser lembrados como mártires. A obra contém uma breve introdução com

os fatos do movimento e depois notas biográficas sobre, primeiramente, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, seguido por Pe. Gonçalo Ignacio de Loiola Albuquerque e Mello Mororó, João de Andrade Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Luiz Ignacio de Azevedo Bolão e Feliciano José da Silva Carapinima.

Após a apresentação dos seis considerados mártires, Studart menciona brevemente quatro outros participantes, Pereira Filgueiras, José Martiniano de Alencar, Antônio Bezerra de Souza Menezes e Alexandre Raimundo P. Ibiapina, que era filho de Francisco Miguel. Os quatro foram presos no final da Confederação do Equador: Pereira Filgueiras e Antônio Bezerra morreram no caminho de suas prisões. Alexandre Raimundo foi condenado a trabalho forçados na Prisão da Ilha de Fernando de Noronha, onde lá faleceu. José Martiniano depois de preso conseguiu se afastar das punições livrando-se das responsabilidades de sua participação durante o movimento e, posteriormente, deu sequência à sua atuação política. Os quatro últimos participantes citados por Studart em seu livro, se não foram considerados mártires, ao menos dentre outros participantes tiveram seus nomes destacados pelo autor.

Esse trabalho de Studart foi publicado também dentro do Tomo especial da Revista do Instituto com o título “O movimento republicano de 1824 no Ceará”. Segundo os apontamentos da imprensa publicados no Tomo especial da Revista, no evento noturno promovido pelo Instituto do Ceará, no Teatro José de Alencar⁷¹, durante a cerimônia, Guilherme Studart, “leu o primeiro capítulo de sua obra ‘Os Martyres da Confederação do Equador’⁷². Ainda nas notas da imprensa observa-se que:

a todos os presentes foi distribuído um folheto, da lavra do Barão de Studart, contendo a síntese da Revolução e dados biográficos, de muito interesse, dos principais vultos da mesma, no Ceará: Tristão Gonçalves, Mororó, Pessoa Anta, Carapinima, Bolão e Francisco Ibiapina.⁷³

⁷¹ O teatro José de Alencar foi inaugurado em 1910, durante a gestão do então governador Nogueira Accioly. Por ocasião do crescimento da cidade, surgiu a demanda de uma casa de espetáculos de maior estrutura. Para mais detalhes sobre os projetos de construção do Teatro ver: CASTRO, José Liberal de. O centenário do Teatro José de Alencar 1910-2010 (arquitetura e consagração) In: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, 2010. p. 73-150.

⁷² *Jornal do Comercio* 27 de agosto de 1924 in: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 648

⁷³ *O Nordeste* 27 de agosto de 1924 in: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 654

Pode-se notar que esse material produzido por Guilherme Studart ganhou certa repercussão no período. Na própria capa do livreto, em seu topo, aparece a inscrição “Comemorando o 26 de agosto de 1924”. Com isso, buscava-se lembrar dos acontecimentos de 1824, construindo a monumentalização das ações dos sujeitos envolvidos no movimento. Não se trata apenas de destacar os ideais da Confederação, mas, também de formular uma imagem de alguns envolvidos que possa servir como símbolo. As biografias apresentam versões idealizadas das trajetórias de vida dos sujeitos, o que faz pensar no caráter imaginativo de tal gênero.⁷⁴

O tratamento dado a alguns dos participantes da Confederação do Equador foi se modificando e passando por construções ao longo do tempo. De um primeiro momento quando eles foram considerados culpados, rebeldes, por se colocarem contra a formação de um Império brasileiro; passaram posteriormente a ser vistos como heróis que lutaram em prol da liberdade, contra a tirania e o autoritarismo do Imperador D. Pedro I. Chegando até a ser lembrados como Mártires pelo fato de terem dado a vida pela causa que lutavam. Percebe-se, com isso, também uma mudança na figura de D. Pedro I, ao menos no nível local, de proclamador da Independência a governante tirano e autoritário. Ao longo da história, a visão sobre os acontecimentos da Confederação foi mudando de percepção de acordo com as diversas transformações ocorridas na sociedade e na política no Brasil.

Mas o que deveria ser ou o que deveria representar um herói? Um herói deve ter a capacidade de encarnar uma ideia, frequentemente são utilizados como legitimadores de regimes políticos, e, além disso, proporcionam uma identificação coletiva. Por esses usos, quando um herói não surge espontaneamente do bojo de um movimento político, frequentemente processa-se uma operação para forjá-los. A partir dessa capacidade de síntese de uma ideia, os heróis poderiam facilitar o processo de transmissão de memórias de um determinado acontecimento.

⁷⁴ É interessante notar que Freud considerava a biografia um exercício virtualmente impossível. Em seu estudo biográfico e psicanalítico de Da Vinci, ele sustentou que os biógrafos, “fixados” nos seus sujeitos tendem a idealizá-los. GAY, Peter. Passados úteis. In: GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p. 169.

O momento de publicação da obra *Os Martyres da Confederação do Equador* se insere dentro de outra perspectiva mais ampla na qual os intelectuais cearenses do início da República, baseados em ampla pesquisa documental procuravam estabelecer marcos da história “cearense”. Os marcos estabelecidos diziam respeito também a indivíduos cuja trajetória de vida deveria ser lembrada por seus feitos. A história de vida desses sujeitos poderia ser verificada em algumas biografias.

Guilherme Studart, autor de *Os Martyres da Confederação do Equador*, já havia publicado outras obras de certo caráter biográfico.⁷⁵ Mas, segundo Perdigão de Oliveira, o trabalho com biografias não era novo no Ceará, no final do século XIX, autores como Paulino Nogueira e João Brígido já haviam produzido material do gênero. Perdigão de Oliveira destaca ainda a iniciativa de Vitorino Alves Sacramento Blake que em 1883 iniciou a produção do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Assim, entre final do século XIX e início do XX, temos no Brasil um crescente “apetite biográfico”⁷⁶. No entanto, Perdigão de Oliveira aponta uma série de falhas na escrita dos trabalhos biográficos de Studart. Perdigão questiona a seleção dos nomes escolhidos, dos fatos selecionados na vida dos biografados dentre outros pontos.⁷⁷

Segundo Perdigão, ainda no próprio *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*, Studart ocupava várias páginas com a sua própria biografia, ressaltando o seu sentimento individualista. No entanto, pode ser observado no verbete do dicionário cearense, certo tom de imparcialidade pretendida quando o autor ao falar de si mesmo utiliza verbos na terceira pessoa. No dicionário elaborado por Sacramento Blake, no verbete Guilherme Studart:

Filho de João William Studart e dona Leonidia de Castro Studart, nasceu na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, a 5 de janeiro de 1856, é doutor em

⁷⁵ Outros trabalhos “Antonio José Victoriano Borges da Fonseca e seu governo no Ceará” e “Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará”. Trabalhos publicados nas Revistas do Instituto do Ceará em 1890 e 1903, respectivamente.

⁷⁶ Porém, nesse século o ritmo de publicação dessas obras aumentou até que, pelas décadas de 1870 e 1880, o que Carlyle chamava de “apetite biográfico” se tornou insaciável. Essa afirmação é um tanto exagerada. Os principais consumidores da crescente produção biográfica (que se beneficiou, como os outros gêneros de leitura, da difusão dramática do lazer) continuavam a ser uma minoria formada pelas pessoas educadas e as que queriam se educar. GAY, Peter. *Passados úteis*. In: GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das letras, 1999. p. 170.

⁷⁷ Essas críticas circulavam pela imprensa da cidade. Para mais detalhes sobre as críticas feitas por Perdigão a Studart conferir o capítulo III de OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

medicina pela faculdade da Bahia; vice-consul da Inglaterra no seu estado de nascimento desde o falecimento de seu pai que exercia este cargo; medico do hospital da Caridade e da colônia orfanológica Cristina; membro da associação medica britânica de Londres; da sociedade bibliográfica de França; da sociedade de geografia de Paris, da do Havre, da de Lisboa e da do Rio de Janeiro; do instituto histórico e geográfico brasileiro; do instituto arqueológico e geográfico pernambucano; do instituto histórico do Ceará; do gabinete aracatiense de leitura, etc. Foi sócio e um dos vice-presidentes da benemérita sociedade protetora dos escravos, denominada centro abolicionista Vinte e cinco de dezembro e foi quem iniciou a ideia de constituírem-se associações de senhoras para a propaganda em prol da abolição do elemento escravo.⁷⁸

Sacramento Blake cita apenas algumas das associações das quais Studart fazia parte. No verbete respectivo no *Dicionário Bio-biografico Cearense* aparecem outras como: Academia Cearense, Centro Literário do Ceará, Iracema Literária, Fênix Caixeiral, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Sociedade de Estudos Paraenses, Liga Cearense do Pará, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Academia Pernambucana de Letras, Instituto Histórico de São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Paraíba e Fluminense, Academia Anchieta de Friburgo, Sociedade Bibliográfica de França e Academia Nacional de História de Venezuela. No entanto, Guilherme Studart não aborda sua trajetória dentro de associações de cunho religioso. No ano de 1885, fundou a Conferência do Sagrado Coração, da qual foi presidente. Em 1889, foi eleito presidente do Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo, ficando no cargo até 1931. Essa sociedade logo se espalhou no Ceará chegando a possuir mais de 9000 (nove mil) confrades no ano de 1917.

A Sociedade de São Vicente de Paulo surgiu na França na década de 1830. No Brasil, o movimento chegou no Rio de Janeiro em 1872 ocasião em que foi fundada uma Conferência de São Vicente de Paulo. O movimento vicentino está inserido dentro de um processo no qual a Igreja Católica vinha perdendo seu espaço com a crescente laicização do Estado. O movimento, a partir da promoção de uma intervenção assistencialista na sociedade, procurava conciliar os ensinamentos da Igreja com essa tendência de modernização social garantindo o espaço da religião. Para Studart, a sociedade vicentina reunia boas condições para lutar contra o

⁷⁸ BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Volume 3, p. 201.

avanço de outras doutrinas que diminuía a importância da religião. Devido a seus serviços prestados, recebeu do Papa Leão XIII⁷⁹ o título de Barão em 1900.

Segundo Almir Leal de Oliveira, Studart procurava “resgatar o poder temporal da Igreja Católica junto aos Estados modernos”, para isso “deplorava a rejeição ao culto católico, bem como as formas institucionais laicas desenvolvidas pelo Estado republicano”. Assim, Studart pretendia “aproximar a Igreja da ciência, da liberdade dos povos, mostrando-a como amiga e não inimiga do povo como viam os revolucionários franceses”.⁸⁰ Essa postura religiosa de Guilherme Studart foi alvo de críticas por Perdigão de Oliveira, segundo ele, tal postura prejudicava a qualidade de produção de um bom trabalho histórico. Apesar das críticas feitas às produções biográficas de Studart, os nomes por ele selecionados em sua obra são os mais lembrados quando se faz referência aos acontecimentos da Confederação do Equador.

As marcas do envolvimento de Guilherme Studart com a religião católica devem ser consideradas na sua produção historiográfica, na obra em questão, *Os Martyres da Confederação do Equador*, quando o autor toma membros participantes de um movimento político revolucionário e qualifica a suas ações como um ato de martírio é possível notar as influências religiosas cristãs na escrita de Studart. A atribuição da condição de mártires à trajetória da vida de uma pessoa é frequentemente utilizada dentro dos cânones da Igreja Católica. A vida dos santos deveria servir como modelos de fé a serem seguidos. Assim, a trajetória de vida dos confederados também deveria ser seguida por outros membros da sociedade. Mas, quais características dos participantes de 1824 mereciam ser lembradas 100 anos depois, em uma época totalmente diferente da vivenciada por eles? O que poderia ser usado de útil do passado daqueles heróis?

No Ceará, dos participantes da Confederação, o que ganhou mais destaque foi Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. O ponto principal trabalhado sobre a sua imagem não foi a defesa feita por Tristão Gonçalves dos ideais republicanos, até pela concepção ideológica diferente de um modelo de República

⁷⁹ O Papa Leão XIII foi o responsável pela publicação da encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, que defendia transformações nas estruturas da Igreja Católica, como forma de reação às ideias que pretendiam modernizar as relações da sociedade.

⁸⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 230.

defendido pelos chamados “republicanos históricos”.⁸¹ A imagem centrou-se mais em uma forma de luta de oposição à monarquia, ao autoritarismo do Imperador. Tristão Gonçalves, logo após a proclamação da independência, lutou nas Províncias do Piauí e Maranhão contra as forças portuguesas que atuavam naquela região. Somente com a dissolução da Assembleia Constituinte passou a lutar contra as medidas do Imperador. Mas, nem todos defendiam essa imagem de Tristão. Virgílio Brígido⁸², um dos fundadores do Instituto do Ceará, em 1888, publicou na revista do Instituto do Ceará a sua percepção sobre os acontecimentos de 1824, em artigo intitulado *Ligeiras considerações sobre as lutas de 1824*. Segundo o autor, o texto deveria servir para “mostrar como o fanatismo de um povo assume tão vastas proporções, que ainda hoje, apesar dos dois terços de séculos decorridos, ainda assombra a leitura de suas rápidas memórias”. Para o sócio do Instituto do Ceará, o período em que ocorreu a Confederação era um “tempo de transição, nessa fermentação genética do novo Estado, as ideias de monarquia, de república, de religião, tomarão uma feição de loucura geral, de fanatismo perfeito”⁸³.

O fanatismo entendido por Virgílio Brígido era uma “dessas doenças mentais a que, pela ventura, produz os mais deploráveis estragos”. E não importava contra o que se dirigia.

Fanatismo pelo rei ou contra o rei, fanatismo pelo Deus ou contra o Deus, pouco importa; o mal é idêntico, sempre devastador e dissolvente, variando apenas de objetivo. Infeccionado dele o homem, como a multidão, é capaz de todas as torpesas, de todas as vilanias.⁸⁴

Segundo o autor, as ações dos confederados são justificadas pelo fanatismo que tomou conta dos seus participantes. Tristão Gonçalves foi “a figura mais simpática e saliente do movimento, se bem que homem inteligente, e o seu

⁸¹ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 265

⁸² Nasceu na povoação de Santa Cruz, da comarca de Uruburetama, a 24 de abril de 1854... Coursou humanidades no Seminário Episcopal e no Lyceu de Fortaleza, e matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, obtendo em 1880 o grão de bacharel em sciencias jurídicas e sociaes... Foi professor de geographia no Atheneu do Rio Grande do Norte e de alemão no Lyceu do Ceará... Nomeado em 1884 promotor de Fortaleza, tomou parte do renascimento literário do Ceará, na fase brilhante do *Libertador* e da *Quinzena*. Publicou em 1888 os *Traços Biographicos do General Tiburcio*, na ocasião de inaugurar-se a estatua do grande general cearense... Em 1900 e 1912 foi eleito deputado federal pelo Estado do Ceará. STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 3 (1915). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 214.

⁸³ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano II, Fortaleza, 1888. p. 4.

⁸⁴ Ibidem. p. 3.

discurso recai para a palavrosidade oca e sem significação.” Ainda sobre Tristão: “Era bravo, leal e de uma grande honestidade. Mas em todas as suas ações históricas há uma certa vibração nervosa que revela a tensão violenta de seu espírito fortemente apegado a ideia revolucionária”. A construção feita por Virgílio Brígido até considera algumas qualidades morais da pessoa de Tristão, mas o seu ímpeto revolucionário atrapalharia as suas decisões políticas. Ainda como exemplos desse fanatismo de 1824, são mencionados Pereira Filgueiras e o Sargento-mor Antônio Geraldo de Carvalho.

Virgílio Brígido conclui seu texto ponderando que “um dia, aplicando-se os verdadeiros métodos históricos, ver-se-á como é falseada ainda hoje a ideia que se forma dessas lutas e dos tipos que nelas influíram, tipos que na mente popular assumiram a estatura de lendários”⁸⁵. Virgílio Brígido indicava a sua visão de História, que baseada em “verdadeiros métodos” era possível ser contrário à fundação dos mitos na “mente popular”. Observam-se com isso dois posicionamentos sobre a forma de escrever a história. Enquanto Perdigão de Oliveira tratava das questões pessoais que poderiam atrapalhar a escrita histórica, Virgílio Brígido ponderava sobre o uso de um metodologia correta para evitar incorreções na história.

No entanto, observa-se nos dados biográficos de Virgílio Brígido, escrito por Guilherme Studart, que o autor publicou também no ano de 1888 *Traços Biográficos do General Tiburcio*, em decorrência da inauguração da estátua comemorativa do General. Pensa-se que Brígido, embora defendendo uma posição de que a História poderia lutar contra elaboração de mitos, ele próprio parece ter participado desse processo que envolvia a escrita e publicação de biografias de alguns indivíduos considerados de destaque na sociedade.

Na obra *Os Martyres da Confederação do Equador*, como apontado anteriormente, alguns participantes do movimento foram elencados como os principais do movimento e disputaram um espaço na construção do panteão de heróis locais. Após uma breve introdução contendo a exposição dos fatos do movimento seguem-se notas biográficas. A primeira das notas é acerca de Tristão Gonçalves que, segundo Studart.

⁸⁵ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano II, Fortaleza, 1888. p. 8.

Tem a primazia nestas notas, e com toda razão, aquele que foi o primeiro para a vida e na vida da Republica de 1824. Nasceu Tristão Gonçalves em Salamanca, Crato, em 1790. Filho de Bárbara de Alencar, pois que de tal mãe tal filho se esperava, foi deste a juventude entusiasta das ideias da liberdade.⁸⁶

A exposição de dados da vida de Tristão Gonçalves começa ressaltando os seus laços familiares. Por ser filho de Bárbara de Alencar, que participou dos movimentos revolucionários no Ceará do ano de 1817, ele deveria ter uma postura firme na defesa dos ideais de liberdade, como teria feito sua mãe anteriormente. Ter uma origem nobre fortalece a imagem da personagem, como se sua trajetória de vida estivesse determinada desde o nascimento. A parte inicial dos dados biográficos comumente remete para uma breve genealogia do indivíduo. No caso da vida de Tristão Gonçalves, publicada na versão de *Os Martyres da Confederação do Equador*, não importa uma genealogia mais detalhada de sua família, no caso nem mesmo seu pai aparece, o que importa destacar é que sua mãe é Bárbara de Alencar. A família Alencar têm suas origens em Portugal, mas desde o século XVII, já vivia no Brasil⁸⁷.

No verbete sobre Tristão Gonçalves no *Diccionario Bio-biographico Cearense*⁸⁸, consta o nome de seu pai, o português José Gonçalves dos Santos. Pensa-se que a exclusão da linhagem paterna do presidente do Ceará confederado na obra *Os Martyres da Confederação do Equador* pode ser uma tentativa de ocultar um detalhe relevante da história de Tristão, o fato de ele ser filho de português e ter lutado contra os portugueses durante a independência e após proclamada a Confederação. E ainda, por em destaque a imagem do Presidente da Confederação do Equador como um filho de sangue cearense, ocultando ser ele filho de português.

Outra característica desse tipo de discurso é que se procura destacar essencialmente as virtudes dos biografados, na sequência do texto Tristão Gonçalves foi descrito como, desde jovem, tendo demonstrado entusiasmo pelas ideias liberais, sem dar maiores informações sobre a sua infância. A obra segue com rápidas passagens das ações de Tristão durante o movimento de 1817 no qual teria

⁸⁶ STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924. p. 9.

⁸⁷ Para mais detalhes sobre a genealogia da família Alencar cf.: BARROSO, Oswald. *Tristão Araripe: alma afoita da Revolução*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

⁸⁸ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 3 (1915). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 172.

lutado ao lado do irmão José Martiniano de Alencar. Destaca ainda a ida ao Maranhão e Piauí com Pereira Filgueiras para lutar pela Independência dessas províncias no ano de 1822. Em seguida já passa para o início das tramas da Confederação, tomando novamente como ponto inicial do movimento as manifestações da vila de Quixeramobim, quando declararam decaída a dinastia de Bragança.⁸⁹

Um dos motivos que levaram Tristão de Alencar Araripe a produzir a obra *História da Província do Ceará* foram certas acusações que haviam sido publicadas contra a memória de seu pai, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e seu tio, José Martiniano de Alencar. Tristão Alencar Araripe pretendia escrever uma história que fosse digna da trajetória desses dois personagens. Uma das acusações feitas era de que Tristão Gonçalves teria sido influenciado por José Martiniano a participar como líder da Confederação e ainda teria se sacrificado no lugar do irmão. Tristão Araripe, saiu em defesa da memória de seu pai, afirmando que “o chefe da Confederação do Equador no Ceará tinha bastante elevação de ânimo para compreender o seu destino, e a situação política das coisas do seu País”.⁹⁰ No entanto, Oswald Barroso em *Tristão Araripe: alma afoita da revolução* observou que após a morte de Tristão Gonçalves vários de seus aliados se mostraram “arrepentidos”. Pe. Gonçalo Mororó teria continuado como redator do *Diário do Governo do Ceará*, mesmo após a retomada das tropas imperiais. Pessoa Anta teria jurado fidelidade ao Imperador; Carapinima aceitou o cargo de secretário do novo presidente da Província, e por fim, José Martiniano escrevera da prisão no Rio de Janeiro a seguinte carta para Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Qdo. eu cheguei ao Ceará minhas idéas eram Carvalhinas? Aprovei a tresloucada Acta de Quixeramobim? Não dezejei arrancar meu Irmão do Gov. propondo que se fizesse hu novo, por que de certo eu temia a inexperiência de meu Irmão? Qdo. o Gov. me incumbio da Circular aos Colegios Eleitorais não a fiz mandando se votar para conselheiros respeitando assim o Direito do Monarca de nomear Pres. e Secretario? Não escreveu V. Exc. hua carta a Filgueiras, que a recebeu em Cascavel, na qual pretendendo dissuadir Filgueiras do Partido Carvalhino, não se servia e não citava da dita carta mtas. Coisas que tinha ouvido de mim e que servião

⁸⁹ STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924. p 9-11.

⁹⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 30.

para o fim a que se propunha? Influi eu em alguma coisa para a deposição do Pres. Barros?...⁹¹

Ao longo da carta, José Martiniano apresentou algumas justificativas para os seus posicionamentos tomados durante a Confederação do Equador. Martiniano afirmou que seu irmão era inexperiente e que ele não era defensor do Partido Carvalhino, acredita-se que essa referência pudesse ser em relação a Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente de Pernambuco durante a Confederação do Equador. A carta foi enviada a Manoel do Nascimento Castro e Silva que era seu compadre e tinha certa influência com o Imperador, como pode ser observado em algumas passagens de sua trajetória, escrita por Guilherme Studart.

Nasceu a 25 de dezembro de 1788... Manoel do Nascimento estreou sua gloriosa carreira no publico serviço occupando o cargo de solicitador dos feitos e execuções da fazenda real em Aracaty e isto quando contava apenas 19 annos de idade (1807).

De 1809 a 1821 exerceu com zelo, probidade e intelligencia outros diversos cargos de confiança do governo ou de eleição popular, como fossem o de tabelião do publico, judicial de notas e escrivão do crime e civil da Villa do Crato (prov. de 4 de Janeiro de 1809), escrivãoda camara, orphãos e almotaceria de Aracaty (prov. de 24 de Novembro de 1813), inspetor do algodão em Fortaleza por nomeação da junta da fazenda (22 de Dezembro de 1814) e confirmação do Real Erario (prov. de 4 de Março de 1816), administrador dos direitos de exportação (6 de Agosto de 1818), official maior da secretaria e secretario interino do governador Manoel Ignacio de Sampaio (portaria de 5 de Janeiro de 1820), membro da Comissão Consultiva junto ao Governo, tendo sido primeiro aclamado secretario, e tal nomeada grangeou, que tendo a provincia do Ceará de enviar representantes às Côrtes Portuguezas não pode deixar no olvido Manoel do Nascimento, o qual tomou nellas assento a 9 de Maio de 1822 e fez parte da Comissão Ultramar...

Feita a Independencia e convocada a Constituinte não pode figurar no numero dos representantes do Ceará por se ter demorado em Portugal, mas tomou parte nas seguintes legislaturas tendo por companheiro de 1829 em diante seu mano Vicente Ferreira de Castro e Silva.

A 21 de Abril de 1824 foi nomeado Secretario do Governo pelo Presidente Pedro José da Costa Barros e, sendo este deposto, embarcaram ambos para a Corte a 15 de Maio no brigue "Mathilde" e ali chegaram a 9 de Julho, apresentando-se no dia 11 ao Imperador, que se dignou agraciá-lo a Manoel do Nascimento com a mercê de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (decreto de 12 de Outubro) e nomea-lo pouco depois (carta imp. de 1 de Dezembro) Presidente do Rio G. do Norte, cargo de que foi empossado a 21 de Março de 1825...⁹²

⁹¹ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924. p. 553 e 554

⁹² STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. Volume 2. p. 312, 313 e 314.

Assim, com todos os seus antigos companheiros que lutaram pelos ideais da Confederação do Equador, incluindo seu irmão, passando a pedir o perdão imperial, a imagem de Tristão Gonçalves como mártir sofredor foi reforçada, por esse ter lutado até o final de sua vida pela causa que defendia.

Um dos registros publicados da coleção Studart na parte documental do Tomo especial da Confederação do Equador, diz respeito ao posicionamento adotado por Lord Cochrane com relação a Tristão Gonçalves. Segue trecho de uma proclamação do Almirante inglês de 1º de novembro de 1824.

Mas saibão todos que se Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, o chefe dos facciosos, o qual se achava nos limites e recebeu devida notificação da amnistia concedida na primeira proclamação, não se aproveitou nem quis se aproveitar da mesma dentro do tempo limitado, que fica expressamente excluído das vantagens do sobredito prolongamento, e outrossim que o referido Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, tendo pois commettido vários roubos nos súbditos de nações neutras e devastado as propriedades dos pacíficos e leaes habitantes desta província: em nome e por parte de S. M. Imperial ofereço o premio de 10.000, pagos no palácio do Governo do Ceará sem dedução, áquele que no mesmo palácio entregar o referido Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, afim de responder a justiça pelos seus crimes, e alem disso concedo-lhe todo o dinheiro ou caixa militar, que se achar em poder do referido Araripe.⁹³

Cochrane, nessa proclamação, prorrogava o período de rendição para os envolvidos na Confederação. No entanto, para Tristão Gonçalves era oferecida uma recompensa por sua captura, por ser responsável por outros crimes como roubos e destruições de propriedades. Importante perceber que Tristão era apontado como “chefe faccioso” e também estava sendo acusado de roubos e destruições de propriedades particulares. Assim, era visto o líder da Confederação no final de 1824, que sofreu intensas perseguições até ser morto em batalha. Todos esses episódios das dificuldades enfrentadas por Tristão Gonçalves, que seus autores buscavam comprovar por meio das fontes, só reforçam a sua imagem de herói, de que apesar de todas as reviravoltas ocorridas durante o movimento, uma vez tendo abraçado a causa da Confederação do Equador, lutou por ela até o final de sua vida.

Após contar como ocorreu a morte de Tristão Gonçalves no sítio de nome Santa Rosa e como seu corpo ficou exposto depois desse acontecimento, Guilherme Studart começa a elaborar algumas consequências do final da Confederação. Vale destacar um trecho que aparece tanto no *Dicionário Bio-bibliográfico*, em Os

⁹³ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 443 e 444.

Martyres da Confederação do Equador e também na parte cronológica feita por Studart na edição da Revista do Instituto do Ceará em comemoração ao centenário da Confederação.

Um Decreto da Regência de 1833 em nome do Imperador á D. Anna Triste, viúva de Tristão, uma pensão de 400\$000 anuais, tomando na devida conta os relevantes serviços por ele prestados com singular patriotismo e bem da liberdade e independência do Império em diferentes Províncias dele.” [grifo do autor]⁹⁴

Segundo o texto, D. Anna Triste⁹⁵, passou a receber uma pensão pelos serviços prestados por seu marido. Além dela, a viúva de Pereira Filgueiras, D. Maria de Castro Filgueiras, também passou a receber a tal pensão por parte do governo depois de renovado o decreto em 12 de agosto do mesmo ano. Studart apontou esse momento como uma mudança na percepção da imagem de Tristão Gonçalves. Com o fim do reinado de D. Pedro I, passando para o período das Regências, teria se iniciado uma mudança na perspectiva da imagem da figura de Tristão, de inimigo do Imperador passou a ser reconhecido pelos seus serviços prestados à causa da Independência do Brasil, mais do que seu envolvimento durante a Confederação, exaltou-se sua atuação no momento pós-proclamação da Independência do Brasil, por ter levado o estandarte Imperial às Províncias do Maranhão e Piauí; de rebelde, insurgente, a um herói que lutou doando a sua própria vida pela causa da liberdade. Percebe-se aí um entrelaçamento das memórias em torno de Tristão Gonçalves. Ele foi considerado herói pelo poder público por um feito diferente da sua atuação durante a Confederação. Mas opera-se uma série de transformações ao longo da história, que a imagem heróica de Tristão vai se vincular à sua atuação em 1824. Tramas de uma memória em constante transformação.

Studart não aponta registros sobre como foram tratados, posteriormente, os demais participantes da Confederação mas, será que eles foram restituídos de alguma forma pelo Estado? Enquanto Tristão foi morto no campo de batalha e Filgueiras⁹⁶ a caminho da prisão, os demais, Pe. Gonçalo Mororó, Coronel Pessoa

⁹⁴ STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924. p. 12.

⁹⁵ Ana Porcina de Lima, conhecida como Donana Limaverde, mudou seu nome para Ana Triste de Araripe após a morte de seu marido.

⁹⁶ Virgílio Brígido oferece outro tom para a morte de Pereira Filgueiras “Preso mais tarde, Filgueiras, só porque algemaram-no por segurança em viagem, não falou nem comeu mais deixando se morrer

Anta, João de Andrade Pessoa Anta, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Luiz Ignacio de Azevedo Bolão e Feliciano José da Silva Carapinima foram executados em Praça Pública.

Essa mudança de perspectiva da imagem de Tristão Gonçalves ocorreu durante a Regência, quando seu irmão José Martiniano era um político influente no período, eleito senador do Império em 1832. Poderia Martiniano ter tido alguma participação na elaboração desse decreto? Provavelmente, o político cearense procurava preservar a memória de seu irmão e de sua família, e por consequência a sua própria. José Martiniano poderia também ter tentado apaziguar algum possível mal-entendido no que dizia respeito à sua relação com o irmão. O fato é que um ramo da família Alencar passou a receber dinheiro público pelos serviços “patrióticos” prestados por Tristão Gonçalves, destacando como a política pode atuar contribuindo para reforçar determinadas interpretações.

Essa foi parte da trajetória de Tristão Gonçalves até ser considerado herói. No entanto, outros caminhos são possíveis.

A ordem de execução do Pe. Gonçalo Mororó e do Coronel Pessoa Anta é datada do dia 30 de abril de 1825, tais mortes ocorreram no campo da Pólvora de Fortaleza⁹⁷. “...hoje na ocasião de serem executados os rebeldes Padre Gonçalo Mororó e o Coronel Andrade dá um novo brilho a sua marcial firmeza e ao religioso respeito que conservam as leis e as terminantes ordens de S.M.I.C.”⁹⁸ As ações de execução foram tomadas pela comissão militar formada por Jacob Niemeyer. Os presos durante a Confederação foram julgados e condenados por rebeldia, traição, crimes contra o Imperador, como observa-se no trecho acima.

Studart descreve com maiores detalhes o momento final da vida dos dois confederados.

Marcada a manhã de 30 de abril de 1825 para o suplicio de Mororó e Pessoa Anta, saíram os dois do oratório, o andar superior do quartel de 1ª linha, guardados por grossas levas de soldados comandados por dois oficiais, em direção a Igreja do Rosário, onde ouviram missa, celebrada por Frei Luiz do Espírito Santo Ferreira. O fúnebre cortejo viera pela Rua dos Mercadores ou Rua de Baixo, hoje Conde d’Eu e concluindo o ato religioso,

de fome por despeito e ira! Uma verdadeira insana...” REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano II, Fortaleza, 1888. p. 4.

⁹⁷ Atualmente o local tem o nome oficial de Praça dos mártires, mas é popularmente conhecido como Passeio Público.

⁹⁸ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. P. 536

segiu pelo trecho da hoje rua Cel. Guilherme Rocha, dobrando na rua Major Facundo e prosseguindo até o Largo da Fortaleza, lado norte do Campo da Pólvora, hoje o Passeio Público lugar marcado para o sacrifício.⁹⁹

Os membros da Confederação que vieram a morrer em combate ou executados pela comissão militar parecem ter em comum uma morte cheia de adversidades e sofrimentos, ou melhor, essa foi a imagem que procurou ser construída ao longo dos anos. Uma morte dolorosa, antecedida por uma espécie de “via-crúcis”, eleva os dois confederados ao altar dos mártires da história.

Se Tristão Gonçalves teria tido todo um histórico de defesa das ideias liberais, Pe. Mororó, não. Em 1817, o Padre ficou do lado dos monarquistas. Em *Os Martyres da Confederação do Equador*, Studart menciona o fato.

Em 1817 Mororó em franca e aberta oposição às theories e aos manejos do Ouvidor João Antonio Rodrigues de Carvalho, o chefe do movimento republicano de então, declarava-se partidário convencido do antigo regimen, declarava-se pronto a derramar o sangue pelo Rei, escoam-se poucos annos e Mororó, o realista, caia varado pelas balas imperialistas e Rodrigues de Carvalho, o republicano, era escolhido pelo Imperador um dos Senadores pelo Ceará. Uma irrisão da sorte, uma ironia do destino.¹⁰⁰

Tal contradição em torno da figura do Pe. Mororó gera polêmicas que sempre que um autor pretende escrever sobre sua história, esse assunto é retomado e tentam-se explicar os possíveis motivos para mudança de posicionamento político. Tais questões controversas, ou “questões lancinantes”¹⁰¹, contribuem no desenvolvimento de determinadas memórias. Assim, em virtude da morte violenta de Pe. Mororó, essa parece se sobrepôr às demais atitudes tomadas ao longo de sua vida, se em algum momento o mártir foi favorável à monarquia, em virtude de sua morte violenta esse passa, sim, a ser também considerado um dos heróis da Confederação do Equador no Ceará.

⁹⁹ STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924. p. 15 e 16.

¹⁰⁰ Idem. *Ibidem*. p.16.

¹⁰¹ “A uns chamarei questões lancinantes: são os pontos litigiosos que recebem leituras contraditórias, segundo os autores. E por esta mesma razão, tornam-se leitmotive que os autores ulteriores são obrigados a retomar. Por sua vez os leitores, de geração em geração, são intimidados a não se contentar com as informações que lhe são confiadas, mas a reagir vivamente a elas”. VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p 37.

Outro nome que é frequentemente atrelado às lembranças a respeito da Confederação do Equador é o de Pereira Filgueiras. De forma sucinta Guilherme Studart escreveu.

O Capitão-mor Pereyra Filgueyras, o ídolo do povo, o heroico companheiro de Tristão Gonçalves, sciente do desastre de Santa Rosa e vendo suas tropas dispersas e desbaratadas, depoz as armas, entregando-se ao Capitão Reinaldo de Araujo Bezerra. Enviado para o Rio de Janeiro, faleceu em S. Romão, Província de Minas Geraes, não lhe sendo dado poder fazer o longo trajecto pela Bahia por motivo da revolta ali existente. Diz-se que não articulou uma palavra durante toda a travessia.¹⁰²

Pereira Filgueiras não teve uma morte traumática como seus companheiros. As histórias de bravura do Capitão já remontam bem antes da Confederação, esse já ocupava o imaginário popular antes mesmo de 1824. “O ídolo do povo, o heroico companheiro de Tristão Gonçalves”. Seus atos épicos eram popularmente conhecidos e o ápice de suas ações para alguns foi na época da campanha de independência do Maranhão. No momento em que fez uma grande parceria com Tristão Gonçalves.

Algumas das histórias que corriam o sertão cearense sobre Pereira Figueiras foram escritas por Freire Alemão em seu diário de viagens.¹⁰³ A seguir destacam-se alguns trechos de tais feitos.

Anteontem na roda do Sucupira, falando-se sobre Filgueiras, contou o Sucupira vários casos de força deste homem não ordinário. Era homem agigantado, mas bem proporcionado e bonito.

Contam deste homem muitos atos de bravura e força. Ainda não tivemos ocasião de ver aqui uma famosa pedra que ela tombou e, estando banhando-se aqui no Crato com três sujeitos, estes quiseram, reunidos, mover, do poço ou do banheiro, uma grande pedra e não conseguiram. Filgueiras afastou-os, meteu as mãos à pedra e tombou-a.

¹⁰² STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924. p. 25.

¹⁰³ Francisco Freire Alemão (1797-1874), médico e naturalista fluminense, é considerado o maior botânico brasileiro do século XIX. Convidado para presidir a Comissão Científica de Exploração (criada pelo governo imperial em 1856) e chefiar sua seção botânica, ele percorreu terras do Ceará em duas ocasiões: a primeira, entre março de 1859 e junho de 1860, incluiu n longo itinerário Pacatuba, Aquiraz, Aracati, os vales do Jaguaribe e do Salgado, Icó, Crato e demais localidades do Cariri, o sertão central e o retorno a Fortaleza; a segunda, entre setembro de 1860 e julho de 1861, demandou a porção setentrional da província, notadamente a serra da Ibiapaba, passando por diversas vilas e cidades, como Ipu, São Benedito, Viçosa, Sobral, Canindé, entre outras. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. Advertência. In.: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato- Rio de Janeiro, 1859/1960*. Vol. 2. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007. p. 9.

Existe ainda na vizinhança da sua casa um grande visgueiro à beira do caminho; e muitas vezes passando ele por baixo, agarrava-se a um galho desse assim e suspendia o cavalo entre as pernas. Um dia estando aqui na cidade deitado numa rede, a senhora da casa falando nos casos de forças que se contavam dele, parecia duvidosa. Filgueiras levanta-se da rede, pega nela pelos punhos e arrebenta todos os cordões e diz para a Sra: “Comadre, que rede tão podre?”.

Tinha três bacamartes afamados: o Boca da Noite, O Meia-noite e o Estrela-d'alva. Eram tão grandes, que se metia um braço pela abertura do cano e só Filgueiras era capaz de atirar com estas armas.

Um sujeito, que era também de força, entendeu que podia atirar com um desses bacamartes, disparou-o e caiu ele para um lado e a arma para outro. É com estes bacamartes que Filgueiras dava a caserna e ajuntava seus cabras para qualquer ação.¹⁰⁴

As ações do Capitão Filgueiras eram bastante conhecidas na sociedade. Suas histórias de força sobre-humana e grande vigor físico percorriam o imaginário da população daquele período. Em 1817, Pereira Filgueiras também não foi a favor da revolução assim, como o Pe. Mororó. No entanto, tal episódio é colocado em um segundo plano. Destaca-se sim o momento que esse passa a lutar ao lado de Tristão Gonçalves, a partir da campanha de Independência do Maranhão, passaram a partilhar dos mesmos interesses.

Diferente de Tristão Gonçalves e do Pe. Mororó, a participação de Pereira Filgueiras durante a Confederação do Equador foi apenas mais uma de suas ações, de demonstração de coragem e perseverança. Perceber como as histórias do Capitão Filgueiras se enraizaram no imaginário popular é um processo bastante denso.¹⁰⁵ No entanto, uma característica a se destacar é o fato de que Filgueiras conseguiu alcançar essa fama ainda em vida, as histórias de seus feitos eram repetidas pelos seus contemporâneos e com o passar do tempo foram transmitidas para as gerações futuras. Assim, talvez a presença de Filgueiras tenha sido mais importante para a Confederação, do que a Confederação foi para Filgueiras, pois esse já tinha uma imagem reconhecida pela população da época, com isso, servindo para conquistar mais adeptos para o movimento em idos de 1824.

¹⁰⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*: Crato- Rio de Janeiro, 1859/1960. Vol. 2. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007. p. 42.

¹⁰⁵ “Necessidade, portanto, de distinguir a parcela do real e a do imaginário, a parcela da espontaneidade criadora e a da construção intencional. Mas necessidade de também de levar em conta o fato de que, estendendo-se no mais das vezes por uma dimensão cronológica bastante ampla, o processo de heroificação pode apresentar-se organizado em vários períodos sucessivos, sensivelmente diferentes uns dos outros por sua tonalidade afetiva”. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucía Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 72.

As comemorações em torno do centenário da Confederação do Equador no Ceará ocorreram provocando construções interpretativas desse evento. Celebrando o dia de adesão do Ceará ao movimento e trabalhando, sobretudo, a imagem dos participantes da Confederação, as figuras de alguns dos envolvidos ganharam forma de heróis e passaram a compor um panteão cívico da história no Ceará. Deve-se notar que esses personagens foram retirados de um grupo específico da sociedade, responsável pelas tomadas de decisões políticas. Com isso, pensa-se que esses símbolos construídos e personificados podem atuar no processo de estabelecimento e consolidação das classes políticas dirigentes.

Contudo outros lugares de memória também foram reivindicados para além do dia de comemorações. Escritos, monumentos e lugares públicos serviram para fundamentar leituras e representações diversas sobre o movimento, além de uma boa dose de imaginação, que pode ser observada pela forma como são contados alguns dos episódios. Depois de construídas, as imagens desses heróis, datas e ideias elas passam a ocupar e procurar sua consolidação por meios diversos.

CAPÍTULO 2 – AS COMEMORAÇÕES E SEUS LUGARES: A QUESTÃO DA “DÍVIDA HISTÓRICA”.

As ações comemorativas procuram ir além da ritualística que envolve o estabelecimento de uma data. Elas buscam ainda estender aquelas memórias (re)elaboradas para gerações futuras. Os momentos de comemoração frequentemente trazem em seu bojo esse múltiplo encontro de temporalidades, no qual um determinado fato passado é revisto no presente e orientado por expectativas futuras. Com isso, certos lugares poderiam servir como suportes para tais objetivos das comemorações.

Em seus primeiros anos de fundação, os membros do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) empenhavam-se na tarefa de produzir de forma sistemática a história do Ceará e inseri-la dentro do contexto nacional. Depois de produzidos, alguns trabalhos sobre a história dos acontecimentos locais foram principalmente divulgados por meio da Revista do Instituto, nela ocorria um processo de seleção dos marcos e personagens dignos de lembrança, pertencentes à história local.

As práticas comemorativas desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos no processo, com toda a sua ritualização, buscavam resignificar aspectos históricos. Assim, as batalhas travadas pelos participantes da Confederação do Equador no Ceará, em 1824, poderiam ser reinterpretadas cem anos depois, dentro do regime federativo no Brasil, como um movimento que lançou a semente das ideias republicanas em solo brasileiro.

Mas não só o movimento em si foi aclamado, seus participantes, acusados de rebeldia contra a ordem pública durante o desenrolar dos acontecimentos da Confederação, ao longo dos anos e por meio de algumas ações, passaram a ser vistos como símbolos, heróis locais, modelos de perseverança e civismo por terem sacrificado suas vidas em nome do ideal republicano.

Nesse seguinte capítulo pretende-se tratar, como depois da constituição de imagens idealizadas de alguns sujeitos históricos, outra ação desenvolvida foi a de estabelecer lugares privilegiados onde essas rememorações pudessem ser frequentemente revisitadas e, portanto, consolidadas na memória social. Assim, pretende-se fazer algumas considerações a respeito dessa relação que se estabelece entre lugares e memória.

No Almanaque do Ceará de 1924, Cruz Filho comenta alguns aspectos do movimento da Confederação a partir das memórias do Conselheiro Antônio Pinto e destaca que a municipalidade de Fortaleza no ano do 1º Centenário da Proclamação da Confederação do Equador deveria dar a uma Praça ou rua o nome de Pereira Filgueiras e assim pagar essa dívida de honra.¹⁰⁶ Seria uma questão de justiça lembrar-se de nomes e feitos passados? Por meio dessas ações comemorativas é possível pensar na relação que as sociedades contemporâneas mantêm com a sua história, ou melhor, como a sociedade se porta diante dessa “dívida histórica” com relação ao que é lembrado ou esquecido?

Para Paul Ricoeur, “o elo entre futuridade e preteridade é garantido por um conceito ponte, o de estar em dívida. A resolução antecipadora só pode ser um assumir a dívida que marca nossa dependência do passado em termos de herança.”¹⁰⁷ Estariam pois os escritores e historiadores de uma época envolvidos em um projeto de servir a interesses maiores? Para Ranke, um dos pontos centrais de seu trabalho é a ideia de serviço.¹⁰⁸ Embora, revestido por um sentido religioso tal termo pode ser percebido de forma mais ampla.

Michelet, sobre a magistratura da história explicita:

Sim, cada morto deixa um pequeno bem, sua memória, e pede que o cuidemos dele. Para quem não tem amigos, é preciso que o magistrado cumpra essa função. Pois a lei, a justiça é mais firme que nossas ternuras passageiras, nossas lágrimas logo secas.

Jamais em minha carreira perdi de vista esse dever do historiador. A muitos mortos esquecidos dei a assistência que eu mesmo sinto necessitar.¹⁰⁹

Assim, ao assumir tal postura diante do passado, de tratá-lo em certa medida a partir da ideia de “dívida histórica”, uma determinada sociedade coloca-se como mediadora dessas múltiplas temporalidades que perfazem a história. E as ações comemorativas podem se estabelecer como pontos privilegiados de

¹⁰⁶ ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1924 p. 397.

¹⁰⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 374.

¹⁰⁸ “Em Ranke, historiador e religioso ao mesmo tempo, a humildade e o orgulho se harmonizam com felicidade: como outros que se consideravam como instrumentos servís de um ser superior, Ranke não se absteve de solicitar o empréstimo de uma parcela do prestígio da divindade da qual apresentava-se como servo. No cerne da concepção de Ranke sobre seu trabalho há, pois, a ideia de serviço”. GAY, Peter. Ranke: o crítico respeitoso In.: GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad.: Denise Botmann. São Paulo: Companhia das letras, 1990. p. 81

¹⁰⁹ BARTHES, Roland. *Michelet*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia as Letras, 1991. p. 86.

observação de tais encontros. Analisando os espaços da escrita, do túmulo e da praça pública algumas considerações sobre esses aspectos serão pontuadas.

2.1 – As Publicações do Centenário da Confederação do Equador

Em decorrência do Centenário da Confederação do Equador algumas publicações foram produzidas. Destaca-se o Tomo especial da Revista do Instituto do Ceará com mais de 700 páginas abordando vários aspectos do ano de 1824. A revista não trata exclusivamente da Confederação, trata também de outro acontecimento centenário que foi a chegada do prelo ao Ceará vindo de Pernambuco. Outras publicações encontradas do período que tratam sobre o Centenário da Confederação foram: o Almanaque do Estado do Ceará e dois pequenos livros *Há cem anos...*, de Eusébio de Sousa e *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*, de Guilherme Studart.¹¹⁰

A parte dedicada à chegada desse maquinário de impressão no tomo especial é composta por dois discursos, um proferido por Thomas Pompeu e outro por Júlio Cesar da Fonseca, seguido de notas da imprensa do dia do evento. As notas foram transcritas dos jornais *O Nordeste*, *A Tribuna*, *Correio do Ceará* e *A Verdade*, de Baturité, todos com notícias referentes ao 1º de abril de 1924. Nesse primeiro momento, os periódicos tratavam do que estava sendo comemorado: a chegada do prelo ao Ceará. Mas, tratavam também da trajetória dos impressos e jornais de caráter local e também no Brasil, expondo algumas personagens envolvidas ao longo desse processo.

Em uma segunda parte dessa compilação os jornais *O Nordeste*, *Correio do Ceará*, *A Tribuna*, *Diário do Ceará* e *O Imparcial*, publicados no dia 2 de abril de

¹¹⁰ Antes das publicações do centenário, outros textos sobre a Confederação do Equador já haviam sido publicados nas revistas do Instituto. Observando o assunto referente ao tema no *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará, 1887 – 1954*, produzido por José Honório Rodrigues e Leda Boechat Rodrigues, nota-se na revista do ano de 1888 uma carta de João Brígido a Pedro Théberge, tratando dos movimentos finais das tropas dos confederados desde o final de setembro quando decidem ir a Paraíba resgatar Luiz Chaves; no ano seguinte as biografias do Pe. Mororó e de Pessoa Anta por João Brígido; de Paulino Nogueira em 1890 e 1891 textos referentes a Pedro José da Costa Barros e Félix de Azevedo e Sá; em 1894 também de Paulino Nogueira as Execuções de Pena de Morte no Ceará, remetem às ocorridas pós Confederação; no ano de 1889 as memórias de Antônio Pereira Pinto, a parte referente a participação do Ceará em 1824, que posteriormente foi publicada no Almanaque do Ceará de 1924; há ainda de 1914 e 1926, respectivamente os textos de Sebastião de Vasconcelos Galvão e Matos Ibiapina, que observam sobre a data comemorativa do evento em Pernambuco, para um 24 de julho e o outro 2 de julho. Ainda sobre a Confederação são transcritos alguns documentos nas edições de 1911 e 1926, além das Memórias de Manoel Ximenes de Aragão em 1913.

1924 e o *Correio do Ceará*, de 3 de abril e o *Jornal do Comercio* de 4 de abril informam como aconteceu a festa de comemoração ao centenário da imprensa, da publicação do *Diário do Governo do Ceará*, considerado o primeiro periódico cearense. Além desse recorte de notícias, aparecem 2 artigos de Guilherme Studart: *Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos* e *Jornais e revistas cearenses publicados de 1919 até hoje*, tais publicações de Studart já vinham sendo reescritas e foram atualizadas para aquela edição.

É importante notar que na elaboração da publicação verifica-se uma operação de seleção tanto dos artigos que foram publicados como das notícias de determinados jornais que acabaram sendo transcritas e publicadas na revista.

Os membros do Instituto do Ceará usavam constantemente do espaço da imprensa para publicar seus escritos. Vale destacar que durante esse período de 1920, eram várias as publicações, em forma de revista, panfletos, folhetins, etc., que circulavam pelo Estado, no entanto, dos sete jornais selecionados para publicação na revista do Instituto do Ceará, quatro deles ocupam a maior parte da revista. São eles: o *Correio do Ceará*, funcionando desde 1915, de caráter informativo, tratando de vários temas era o mais tradicional em circulação; o *Jornal do Comércio* fundado em 3 de abril de 1924, na mesma época do centenário e que já ganhava destaque, era órgão do Partido Republicano Conservador; O *Nordeste*, órgão de defesa dos interesses católicos e o *Diário do Ceará*, órgão oficial do Governo. Esses quatro periódicos selecionados poderiam dar uma indicação de algumas características, bem como de posicionamentos políticos dos membros do Instituto do Ceará. O jornal *A Verdade*, de Baturité, que apresentava tendências católicas, teve frequente colaboração de sócios do Instituto, desde Paulino Nogueira, o primeiro presidente da instituição, e também Júlio César da Fonseca, Antônio Augusto de Vasconcelos e Bruno Figueiredo. Por que não foram selecionados jornais de outros grupos, como de sindicatos e associações de trabalhadores? Por não terem mencionado as comemorações daquele ano? Seria prioridade para esses outros setores comemorar os eventos de 1824? Ou os eventos só fariam sentido para um determinado grupo da sociedade?

Muitos são os meios possíveis de transmissão das memórias, a escrita é um deles¹¹¹. Não foram encontrados jornais desses outros setores sociais para que

¹¹¹ “Um estudo sobre a mídias da memória precisa partir da escrita, não só de suas dimensões social e técnica, mas também de seu desempenho memorativo”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da*

uma comparação efetiva pudesse ser feita a respeito do posicionamento desses jornais. Mas, entendendo que a escrita participa de certo “projeto de eternização”¹¹², poderia não ser conveniente para os membros do Instituto do Ceará, consolidar outras versões, além das suas, consolidar os trabalhos de outros além dos seus.

A parte dedicada especificamente às ações comemorativas do centenário da Confederação do Equador encontra-se organizada da seguinte maneira: primeiramente, uma parte histórica sobre os acontecimentos de 1824 e, depois, a parte relativa às comemorações do centenário. Observando a organização da Revista, a parte histórica sempre precede a parte da comemoração. Com isso, pensa-se nessa relação das ações comemorativas que visam consolidar o que já havia sido produzido pela historiografia.

O primeiro artigo, escrito por Guilherme Studart, trata de uma parte cronológica sobre o movimento de 1824. A cronologia tem início em 9 de janeiro de 1824, quando “a camara, clero, nobreza e povo da Vila de Campo Maior de Quixeramobim, comarca do Crato, declaram decaída a Dinastia Bragantina e proclamam o Governo Republicano.”¹¹³ Essa data seria, então, um primeiro marco de manifestação que acabou culminando com a Confederação do Equador. Pe. Gonçalo Mororó e José Pereira Filgueiras, líderes da Confederação, participaram desse ato na Vila de Campo Maior. Pensa-se também que o estabelecimento da data de 9 de janeiro, bem anterior a 26 de agosto (adesão oficial do Ceará aos estados confederados) e até mesmo 2 de julho, quando Pernambuco proclamou a Confederação do Equador, tem o intuito de apontar que a insatisfação e o descontentamento de alguns setores sociais do Ceará com o autoritarismo do Imperador se manifestaram bem antes de a Confederação ser proclamada. Ou pelo menos era isso que se pretendia. Para o estabelecimento da data, Studart chama a atenção para a publicação de Sacramento Blake que no seu *Dicionário Bibliográfico*,

recordação: formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 194.

¹¹² “Tal ‘projeto de eternização’ pode ser observado desde os antigos egípcios, ao perceberem que as construções e monumentos de épocas remotas jaziam em ruínas, em quanto os textos do mesmo período eram copiados, lidos e estudados. Vale destacar ainda que essa mídia de memória, a escrita, foi responsável pela intensificação do surgimento de uma nova elite, que dominava as técnicas de grafia, uma elite letrada, os literatos. Pensando ainda no Egito Antigo, esses literatos poderiam garantir a sua imortalidade por meio da escrita, sem depender da política da memória dos faraós que era monopolizada pelo Estado”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*: formas e transformações da memória cultural. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 195.

¹¹³ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 141

quando trata da vida do Pe. Gonçalo Mororó, Blake observa que o episódio na Vila de Campo Maior de Quixeramobim ocorreu no dia 18 de janeiro de 1824. São recorrentes os confrontos para o estabelecimento de datações. Para corroborar seu argumento no estabelecimento da data de 9 de janeiro, Studart, ainda no tomo especial, na parte dedicada aos documentos referentes à Confederação, o autor coloca como primeiro material transcrito a ata da Câmara da Vila de Campo-Maior na qual aparece essa questão.

A parte cronológica termina no dia 21 de junho de 1826 com o fim das atividades da Comissão militar que julgou os envolvidos na Confederação. Portanto, o texto de Guilherme Studart vai desde os antecedentes do movimento até algumas consequências enfrentadas pelos envolvidos. Na sequência do Tomo especial é publicada uma parte histórica, da autoria de Eusébio de Sousa, utilizando a mesma estrutura do seu livro *Há cem anos...*

Após o texto de Eusébio de Sousa, o seguinte, é de autoria de José Eduardo Torres Camara, nele aparece o início da trajetória política de José Martiniano de Alencar. Segundo Torres Camara, José Martiniano teria participado de forma discreta da Confederação do Equador no Ceará. Ainda na narrativa de Torres Camara, José Martiniano aparece de forma mais destacada em sua atuação até o episódio da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. Após essa data, o político é colocado mais como um colaborador das revoltas que se seguem, somente dando apoio às decisões tomadas por seu irmão, Tristão Gonçalves de Alencar. Ao longo do artigo, Torres Camara destacou os feitos de José Martiniano não vinculando diretamente sua imagem à Confederação, mas destacando sua atuação política durante a carreira¹¹⁴. “E o modo por que se houve o egrégio brasileiro, naqueles afastados anos, no governo de sua terra natal, até hoje o mais notável administrador que ela, como província ou como Estado, já teve...”¹¹⁵. Nesse momento de construção de alguns símbolos políticos do Ceará, José Martiniano de Alencar é mencionado. Apesar de não ter-se tornado um mártir político durante a Confederação, como seu irmão, Tristão Gonçalves, suas realizações posteriores ao movimento foram apontadas como de grande relevância para o desenvolvimento da

¹¹⁴ Outros autores como Pedro Théberge já atribuem uma maior participação a José Martiniano de Alencar. THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Edição fac-sim. Tomo II Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

¹¹⁵ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 354

Província e seu nome é colocado no rol dos grandes estadistas cearenses. Sébastien A. Sisson em *Galeria dos brasileiros ilustres*, obra publicada durante o segundo reinado, menciona momentos da atuação política de José Martiniano de Alencar, destacando-o principalmente como um liberal de 1830. Mesmo não tendo participado de forma destacada do movimento da Confederação do Equador no Ceará, o nome de José Martiniano de Alencar aparece nesse espaço dedicado à comemoração daquele evento. Neste momento, duas considerações a ser notadas. Primeiro, a participação de José Martiniano teria se concentrado somente nos bastidores do cenário da eclosão do movimento? Ou o texto de Torres Câmara já aponta no sentido da construção da imagem de José Martiniano como político de grandes habilidades? Vale lembrar que o mesmo foi preso após o movimento da Confederação, juntamente com outros membros de sua família que tiveram uma atuação considerada de maior destaque. Ainda, nota-se como a família Alencar parece se assentar em cada momento político da história cearense, com a participação de pelo menos um dos membros de sua família atrelada a um determinado período da história, garantido uma continuidade de influência na vida política. Se Bárbara de Alencar foi heroína em 1817, Tristão Gonçalves de Alencar foi o herói de 1824, José Martiniano de Alencar o vulto político liberal da regência¹¹⁶. Tal construção torna a família Alencar como uma das mais tradicionais e influentes da política cearense.

Dando continuidade ao exame da revista especial do centenário da Confederação do Equador, segue-se uma parte documental, composta de documentos transcritos, uma série deles por Guilherme Studart e um por Palma Muniz. Nota-se que para a elaboração da cronologia da Confederação feita por Guilherme Studart alguns documentos foram tomados como base, Atas, Proclamações, Pedidos, Decretos e correspondências trocadas entre as vilas são a maior parte da documentação utilizada.¹¹⁷ Atenta-se para a organização do texto, uma parte escrita contando os fatos, documentos que comprovem a parte escrita e na sequência a comemoração. Escreve-se a história, mas essa deve ser celebrada socialmente.

¹¹⁶ Além desses o já referido grande romancista José de Alencar; Alencar Araripe, conselheiro do Império; Araripe Júnior, crítico literário.

¹¹⁷ Vale notar que a estrutura de organização é similar à revista do ano de 1917, em que se apresenta uma versão dos acontecimentos, acompanhada pelos respectivos documentos que fundamentam tal composição dos fatos.

Após a parte histórica, seguia-se o convite e a programação para as celebrações do Centenário. Depois, os discursos proferidos por Thomas Pompeu, Antônio Augusto de Vasconcelos e Júlio Cesar da Fonseca durante o evento noturno no Teatro José de Alencar promovido pelo Instituto do Ceará. Ainda no Tomo especial encontra-se um artigo intitulado *O Movimento Republicano de 1824 no Ceará*, de Guilherme Studart. O texto desse artigo é idêntico ao do livro *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará* e alguns pontos sobre essa publicação serão abordados adiante.

Por fim, a Revista apresenta mais duas falas sobre o movimento comemorativo no Ceará. A primeira é um discurso e requerimento de José Lino da Justa¹¹⁸, na Câmara dos Deputados Federais. José Lino havia sido eleito deputado naquele ano de 1924.¹¹⁹

Após um discurso de justificativa, em que tratava dos feitos dos envolvidos na Confederação do Equador, que há 100 anos não temeram arriscar sua vida em nome da liberdade, fazendo uma justa homenagem à sua memória, José Lino requereu que, “por intermédio da Mesa, fossem enviadas as congratulações da Câmara ao Presidente do Estado do Ceará, pela passagem do primeiro centenário da adesão do referido Estado a Confederação do Equador.”¹²⁰ Com essa nota, destaca-se a repercussão da comemoração do centenário no âmbito da Câmara Federal e a da pretensão de dar visibilidade nacional aos atos comemorativos que estavam ocorrendo em Fortaleza. Pensar nesse discurso é destacar novamente o envolvimento do poder público com relação ao apoio às atividades comemorativas, fomentando o elo das políticas da memória.

A última passagem do tomo especial do centenário problematiza essa questão. Em sessão de 6 de setembro de 1923 foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Ceará o Projeto de lei Nº 51 que declarava:

¹¹⁸ Nasceu a 23 de Setembro de 1863 em Pacatuba... Fez o curso de humanidades no antigo Atheneu Cearense sob a direção de Theophilo da Costa Mendes. Matriculou-se na Faculdade da Bahia onde recebeu o grau de Dr. em medicina em 1889... Durante o curso acadêmico escreveu na *Gazeta da Tarde*, órgão popular e valente propagandista do movimento abolicionista,... Por espaço de três anos foi secretário do *Club Academico Abolicionista 24 de Maio*... fundou o Diário do Ceará,... e fez parte de sua redação, da qual retirou-se para entregar-se exclusivamente aos labores de sua profissão e aos da Inspeção de Higiene do Estado... Foi presidente e orador do Centro Literário de Fortaleza. STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 2 (1913). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 137 e 138

¹¹⁹ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1868794/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-04-1924>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2014.

¹²⁰ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 673

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a auxiliar o “Instituto do Ceará” com a quantia, até o máximo de quinze contos de réis, para a comemoração, no ano próximo futuro, dos centenários do jornalismo no Estado e da adesão da Província do Ceará a Confederação do Equador.¹²¹

Ainda sobre o projeto Nº 51 segue um breve parecer da Comissão de Fazenda e orçamento do Estado.

Considerando que, na vida dos povos, assim como na dos indivíduos, a transcorrência das datas assinaladoras de fatos que de perto falam ao sentimento coletivo ou pessoal, constitui motivo sempre de justa expansão de entusiasmo e alegria, e forma a parte mais importante do patrimônio moral, assim das nações ou Estados, como das famílias ou de cada um dos seus membros em particular;

Considerando que, além das razões de ordem moral, outras de natureza cívica e patriótica justificam a rememoração dos acontecimentos que de certo modo influem na formação e instabilidade das instituições políticas e sociais de cada povo, em dado momento histórico;

Considerando, por conseguinte, que, entre os movimentos políticos que agitaram a consciência nacional, e nela infundiram a ideia republicana, forçoso é destacar o da Confederação do Equador, proclamada em Pernambuco a 2 de julho de 1824, e instituída no Ceará por adesão dada em 26 de agosto do mesmo ano;

Considerando, finalmente, que a comemoração do centenário desse acontecimento político, assim como da publicação do primeiro jornal no Ceará, em 1º de abril de 1824, é a todo ponto louvável e necessária, - sendo de toda a conveniência que essa comemoração, embora deva ser cometida a corporação científicas de fins atinentes ao objetivo de que se trata, como o é o “Instituto do Ceará”, - tenha o quanto possível de cooperação oficial, - cuja forma mais positiva e direta é a de auxílio pecuniário, - é de Parecer que o referido projeto nº 51 seja adotado em todos os seus termos e fundamentos.¹²²

A citação expõe um entrelaçamento entre as práticas comemorativas e as ações políticas. Mesmo o evento tendo sido proposto por uma instituição científica, o Estado prontamente ofereceu apoio oficial. Nota-se, no trecho acima, a seleção que se operou dos feitos ocorridos durante a Confederação do Equador, como determinados aspectos foram escolhidos e usados para justificar o apoio do Estado. Primeiro, o movimento de agitação das ideias, da “consciência nacional”, que inseriu a ideia de República. Com isso, teriam sido os confederados alguns dos responsáveis pelo início do desenvolvimento das ideias republicanas. Ainda,

¹²¹ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 674

¹²² Ibidem. p. 674 e 675.

movimentos como o que aconteceu em 1824, deveriam ser lembrados como exemplos cívicos, capazes de engrandecer as instituições políticas e sociais. Deve-se estar atento que nesse discurso oficial os envolvidos na Confederação do Equador já passaram a ser tratados como heróis. Já não há nenhuma menção ao fato de eles terem sido considerados inimigos da ordem imperial. O poder público durante aquele momento da República celebrava a Confederação como uma data memorável da história.

Nota-se uma preocupação, também, da parte dos setores políticos pelo que deve ser lembrado ou esquecido dentro de uma sociedade, ou seja, a relação entre as memórias de um evento político e de seus usos posteriores. Na medida em que os poderes fomentam as práticas comemorativas eles procuram garantir o seu próprio espaço na sociedade como colaboradores e apoiadores dessas manifestações sociais.

A intervenção do poder público nas práticas comemorativas pode ser observada novamente no seguinte trecho do discurso proferido pelo deputado Francisco Prado na sessão da Câmara do Estado, de 25 de agosto de 1924.

Por um projeto aprovado nesta Casa e sancionado pelo eminente Chefe do Estado foi o dia de amanhã decretado feriado estadual, e daí a razão pela qual entendi, na sessão de hoje, dizer alguma coisa sobre tão importante acontecimento.¹²³

Nota-se que o dia seguinte, 26 de agosto de 1924, foi decretado feriado estadual. Com a instituição de feriados, a política segue estabelecendo marcos e sacralizando datas específicas que deveriam ser relembradas a cada ano. No entanto, verificou-se uma contradição quanto a esse feriado estadual. No *Almanaque estatístico, administrativo, mercantil, industrial e literário do Estado do Ceará*, publicado em 1924, existe uma sessão que atenta para as datas comemorativas e feriados do calendário. No entanto, na referência aos feriados estaduais daquele ano encontra-se:

25 de Março – Consagrado a comemoração da redenção do cativos no Ceará – 1884.

12 de julho – Data comemorativa da promulgação da Constituição do Estado – 1892. Posse do Presidente do Estado, de quatro em quatro anos.

¹²³ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. p. 676.

16 de novembro – Consagrado a comemoração da adesão á República – 1889.
 - Nas repartições públicas estaduais é facultativo o ponto no dia 1º de julho (instalação solene dos trabalhos anuais da Assembléia Legislativa).¹²⁴

Observando, ainda, os Almanques de 1925 e 1926 também não se encontra o registro do feriado do dia 26 de agosto. Será que houve realmente o feriado? Ou essa foi uma tentativa do poder público de criar mais uma data comemorativa que pode ter acabado não ganhando a repercussão e profundidade social esperada? Ou teria o editor do Almanaque simplesmente deixado de lado a data? Observando os jornais *A Tribuna*, o *Nordeste*¹²⁵ e o encarte do *Correio do Ceará*¹²⁶ sobre o evento não se percebe mais indícios daquele feriado. O que pode reforçar a imagem de que talvez o evento tenha sido celebrado por apenas certa parcela da sociedade.

No *Almanaque do Estado do Ceará* encontra-se a composição administrativa e burocrática do Ceará, na parte final dos almanques há um espaço dedicado às Letras, Ciências e Artes. O Almanaque foi fundado em 1895 por João Eduardo Torres Camara¹²⁷ com o título de *Almanaque de Fortaleza*. Logo no ano seguinte, mudou o nome e passou a ser conhecido como Almanaque do Ceará.

Em 1924, o Almanaque era dirigido por Sophocles Torres Camara, um dos filhos de João Camara, que deu continuidade ao trabalho de publicação fundado pelo pai. Nesse ano publicou-se um artigo em homenagem à imprensa no Brasil que faz menção ao *Diário do Governo do Ceara*, que também comemorava o centenário de sua publicação em 1924. Comentava-se ainda sobre as comemorações do centenário da independência do Brasil. Há, inclusive, uma nota com uma Marcha cantada em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Dois anos depois do Centenário da Independência, as memórias desse acontecimento que

¹²⁴ ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1924 p. 34.

¹²⁵ *A Tribuna*, 26 de agosto de 1924. *O Nordeste*, 26 de agosto de 1924.

¹²⁶ *Homenagem do Correio do Ceará aos heroes de 1824*. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza-Ceará, 1924. O encarte especial do jornal apresenta o texto de Torres Câmara, a ata da sessão solene de 26 de agosto de 1824, discurso proferido durante a festa da mocidade, uma partitura do Canto heroico da Confederação do Equador e as assinaturas de alguns participantes do movimento. No entanto, destacam-se as fotografias de todo o dia do evento do centenário.

¹²⁷ Nasceu a 13 de outubro de 1840 e fez os estudos na escola do professor Joaquim Alves de Carvalho e no Lyceu de Fortaleza... Foi vereador da Camara Municipal de Fortaleza, deputado à Assembleia Provincial, Diretor da Secretaria do Governo e por muitos anos exerceu o lugar de Diretor-Secretario da Junta Comercial... Pertenceu ao *Cearense* desde Pompeu, *Gazeta do Norte*, *Libertador* e *A Republica*... STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 1 (1910). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 455.

destacam a monarquia disputavam espaço nas páginas da publicação com as memórias da Confederação do Equador.

Algumas páginas adiante no Almanaque existe um texto sobre a Confederação tratando da participação do Ceará. O texto é uma homenagem ao primeiro centenário do acontecimento, no qual foi publicada a memória do Conselheiro Antônio Pereira Pinto.¹²⁸ O editor do Almanaque aponta que essa memória, segundo Rocha Pombo, é a melhor e mais completa documentação dos acontecimentos de 1824. Ao final do escrito, alguns comentários foram feitos por Cruz Filho em nome do Almanaque.

A referência foi retirada da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no tomo 29, parte 2ª, de 1866. Com o título “A Confederação do Equador, notícia histórica sobre a revolução de Pernambuco de 1824”. O artigo encontra-se dividido em 4 partes de texto escrito por Antônio Pereira e uma parte com a transcrição de alguns documentos. Ao longo do escrito aparecem relatos detalhados de movimentos políticos no Brasil desde a Inconfidência mineira até a Confederação do Equador em especial.

O texto produzido por Antônio Pereira fazia parte, segundo o autor, de um projeto do Instituto Histórico e Geográfico,

exigindo de seus consócios a apresentação de *Memórias* concernentes aos episódios importantes da história pátria, não é um dos menores serviços que essa esclarecida associação tem prestado aos fatos nacionais.

Colhendo conscienciosa e circunstanciadamente todas as informações e esclarecimentos a cerca de tais episódios, apreciando com discrição seu desenvolvimento e tendências, e catalogando todos os documentos que lhes são referentes, os escritores dessas *Monografias* contribuem em não pequena escala para o grande edifício da *História Geral do Brasil*.

¹²⁸ Nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 20 de março de 1819 e faleceu a 5 de julho de 1880. Formado em direito na Faculdade de S. Paulo, foi logo eleito por esta província deputado a sua assembleia e, entrando para a classe da magistratura, nela exerceu o cargo de promotor público da capital de S. Paulo, depois o de juiz de órfãos em Campos, e mais tarde de juiz de direito em Guaratinguetá, servindo o do pagador de tesouraria de Marinha antes de ser juiz de órfãos, e o de oficial da secretaria da justiça antes de ser juiz de direito; depois disto, foi diretor do arquivo público do império, e por fim diretor da secretaria da camara dos deputados, em cujo exercício morreu. Foi presidente das províncias do Espírito Santo, do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina, representando a primeira na camara temporária nas legislaturas de 1857 a 1864; era moço fidalgo da casa imperial, do conselho de sua Majestade o Imperador, comendador da ordem da Rosa, cavaleiro da de Cristo, sócio do instituto histórico e geográfico brasileiro... BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p.281.

Quizemos ser do numero dos obreiros subsidiários d'aquêle alto monumento, e pois tomamos por tema para discorrer a *Confederação do Equador*.

É certo que um successo político de tanta magnitude mereceria que por outra pena fosse esboçado;...¹²⁹

A “memória” produzida por Antônio Pereira em 1866 estava inserida dentro dos interesses do IHGB de produzir uma História geral do Brasil. No Almanaque encontram-se apenas partes do texto publicado originalmente na Revista do IHGB. As partes retiradas tratam da Confederação no Ceará. Como pode ser observado no seguinte trecho.

A revolução de Pernambuco contava indubitavelmente com pronunciadas simpatias na Bahia e Alagoas, e tinha fundas raízes na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nas duas primeiras províncias não se deu a explosão por circunstâncias acidentais, pela boa política do governo imperial relativamente aos primeiros sintomas da agitação, e pelo critério de cidadãos eminentes nela preponderantes; na da Paraíba o facho da anarquia foi apagada pelo presidente Felipe Nery; algum desenvolvimento houve na do Rio Grande do Norte, mas no Ceará suas labaredas brilharam com fulgor, acompanhando a direção vinda de Pernambuco. Conquanto ligeira seja a presente *Memória*, não é possível prescindir de relatar e apreciar em resumo os sucessos do Ceará, que são perfeitamente coirmãos dos do Recife, e que tiveram sua alvorada na Vila do Campo-Maior, onde a camara reunida em sessão extraordinária declarou excluídos do trono o Imperador e sua dinastia, por ter dissolvido a Constituinte.¹³⁰

Ao longo de todo o restante do texto foi realizada a comparação da participação do Ceará com a de Pernambuco, destacando as duas províncias como os locais onde o movimento aconteceu de forma mais exaltada. Durante a narrativa, os fatos apresentados são de âmbito geral, contando o desenvolvimento do movimento e suas consequências, não se detendo a detalhes de análise sobre a Confederação. Alguns pontos mais minuciosos são acrescentados por Cruz Filho ao final do texto, nas “Notas e comentários”. Os detalhes tratam da atuação de alguns confederados, que para Cruz Filho, não receberam a devida importância da parte do Conselheiro Antônio Pereira.

No Almanaque do Ceará de 1925 encontram-se mais textos em comemoração ao Centenário da imprensa cearense e da Confederação. Os textos publicados pelo Almanaque foram retirados do Tomo especial da Revista do Instituto

¹²⁹ PINTO, Antônio Pereira. in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1866. p. 36.

¹³⁰ ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1924 p. 385.

do Ceará, pode-se notar com isso que o Tomo especial de 1924 já começava a servir como referência para os acontecimentos daquele ano. Antes dos textos, no Almanaque uma breve introdução.

O Instituto Histórico do Ceará, venerando cenáculo de notabilidades do nosso meio científico e literário, em cujos arquivos são conservadas as preciosas documentações da história pátria, promoveu condignas comemorações das datas da fundação do 1º jornal da província, a 1º de abril, e da proclamação da República do Equador no Ceará, a 1º de agosto de 1924.

Essas manifestações culturais a memória dos nossos heróis, armados cavaleiros nas pugnas da imprensa provinciana, e dos mártires da campanha republicana da Confederação do Equador, que legaram a posteridade exemplos edificantes de rara abnegação e indômita bravura cívica em defesa de sacrossantos ideais de liberdade, exalçando o espírito forte de nossa raça, não tiveram o cunho de estrito oficialismo; apesar da geral indiferença pública pelas venerações do passado, assumiram o caráter de verdadeira consagração popular, representadas como se achavam todas as camadas sociais na incomputável multidão que assistiu a missa campal celebrada pelo Sr. Arcebispo Metropolitano na Praça dos Mártires, local onde foram arcabuzados, há cem anos, os cinco patriotas revolucionários, e nas sessões solenes do Instituto, realizadas no Teatro José de Alencar.¹³¹

O Almanaque destacou novamente as comemorações do centenário promovidas pelo Instituto e ressaltou que houve participação popular nesse grande evento, principalmente, durante a missa campal realizada na Praça dos Mártires. Embora, segundo o texto, seja comum o descaso das pessoas com o passado, os heróis da Confederação pareciam ter caído no gosto popular. Pelo menos durante algum tempo depois das comemorações do centenário. Nota-se que essa era uma preocupação recorrente, deveria existir um público que acreditasse nos feitos dos heróis, para que esses pudessem ser legitimados. Talvez aí se encontre uma das chaves para pensar em toda a mobilização produzida para reforçar as ações dos confederados, quais sejam, comemorações, produção e divulgação de materiais impressos.

Na parte referente à Confederação foi reproduzido um discurso de Antônio Augusto de Vasconcelos¹³² realizado no dia 26 de agosto de 1824, durante

¹³¹ ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1925 p. 315.

¹³² Nasceu em Maranguape a 23 de dezembro de 1852,... Destinou-se em principio às ordens sacras para o que frequentou o Seminário Diocesano até 1874, mas depois, em 1876, passou-se para a Academia de Direito do Recife na qual diplomou-se com distinção a 5 de novembro de 1880. De volta à terra natal e preferindo a carreira da magistratura, foi nomeado promotor das comarcas de Canindé e Granja e aí fundou o jornal *Granjense*, uma escola popular e um gabinete de leitura... foi grande

a cerimônia noturna promovida pelo Instituto no Teatro José de Alencar em comemoração ao centenário.

No decorrer do discurso, o autor fazia uma associação entre os mártires republicanos do Ceará com outros nomes que lutaram pela República, desde participantes da Revolução Francesa até nomes nacionais como Tiradentes e o próprio Frei Caneca.¹³³ Com isso, o autor procura demonstrar todo um panteão de ilustres republicanos, acrescentando a esse os envolvidos na Confederação. Todos seriam os defensores históricos das ideias republicanas, com isso o autor, desconsidera várias noções e momentos diferentes de compreensão da ideia de República, em várias épocas. Com isso, o autor desconsidera as várias nuances da ideia de revolução e República e situa todas, inclusive a Confederação, dentro de um único modelo.

Outro livro do período de 1924 foi *Há cem anos...* (Fatos da Confederação do Equador no Ceará) publicado por Eusébio de Sousa, com prefácio de Thomaz Pompeu. Trechos do prefácio com algumas modificações foram lidos no discurso pronunciado pelo presidente do Instituto do Ceará na sessão solene em comemoração ao centenário da Confederação. Sobre a obra, Thomas Pompeu disse, “as alusões ao trabalho daquele ilustre consocio, que em quadros evocativos delineou magistralmente os traços salientes daquela loucura de patriotas mal inspirados por ideias temporães não sazoadas.”¹³⁴ No próprio prefácio, Thomas Pompeu encerra explicando que era seu pensamento, “mostrar trajetória do movimento de 1824 desde os seus prodomos, no Recife até o insucesso final, para concatenar os diferentes episódios do Há cem anos.” e ainda que o livro Eusébio de Sousa trazia boas análises dos fatos que passaram na Confederação, de forma até “desapaixonada”, a sua falha seria por não investigar a fundo as raízes que

auxiliar do movimento abolicionista. Abandonando a magistratura, transferiu-se para Fortaleza e entregou-se ao magistério particular e público. Em 1887 foi nomeado diretor da Biblioteca Pública e a 18 de março de 1889 professor de História na Escola Militar, que acabava de ser criada na Província. Em 1896 foi nomeado professor de Geographia do Lyceu. Faz parte do Instituto do Ceará e é professor da Escola Livre de Direito... STUART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 1 (1910). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 60 e 61).

¹³³ José Murilo de Carvalho observou as diferentes trajetórias de vida dos heróis republicanos, Tiradentes um revoltoso que segundo alguns relatos nos últimos momentos de sua vida se comportou como religioso e Frei Caneca que tendo uma vida religiosa participou de dois movimentos insurgentes e morreu como um revolucionário. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹³⁴ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1924. 1º Centenário da Confederação do Equador. P. 581

levaram à eclosão do movimento.¹³⁵ Como destacado anteriormente, esse trabalho de Eusébio de Sousa já havia sido registrado em um artigo dentro do Tomo Especial da Revista do Instituto do Ceará em comemoração ao Centenário da Confederação do Equador. No entanto, mesmo assim, esse trabalho ganhou uma versão em separado.

Eusébio Néri de Sousa nasceu na cidade do Recife em 14 de agosto de 1883, onde se tornou bacharel em Direito. Era filho do major José Néri Alves de Sousa e d. Maria Galdina Alves de Sousa. Foi diretor do Arquivo Público e do Museu histórico do Estado. Dirigiu as publicações dos “Anais” do Arquivo Público e do “Boletim” do Museu Histórico do Estado. João Alfredo Montenegro qualifica a produção histórica de Eusébio de Sousa, como:

De um historiador menor, que longe está de apresentar o mesmo nível historiográfico do seu coetâneo, Carlos Studart Filho.

Todavia, merece ser estudado pela grande manancial de dados históricos que conseguiu pacientemente reunir.

Caracteriza-se por ser cultor de uma narrativa que fica entre a historiografia científica e a crônica, pendendo por vezes ora para uma, ora para outra.¹³⁶

No livro, Eusébio de Sousa não faz uma análise cronológica dos fatos, ele enfatiza alguns momentos, considerados por ele importantes para o desenrolar das tramas da Confederação. Trabalhando com documentos do período e outros textos históricos ele destaca onze momentos referentes à Confederação. Cada capítulo de seu texto trata de um fato considerado digno de lembrança pelo autor. Os títulos dos capítulos são: *O Grande Conselho, Alma de pirata, Não!, O Morticínio da picada, A epopeia de Santa Rosa, Valha-me o Senhor do Bomfim, A deserção de José Felix, O Padre Mororó em face da história, Capitulação do “Juiz”, O Humorismo de Conrado, U’a casa histórica e Tributo de Sangue*. Pela organização dos capítulos de Eusébio de Sousa podem ser destacados dois pontos: primeiro, o fato de ser um livreto, de menor porte do que a revista do Instituto do Ceará, o que poderia facilitar na sua circulação. Segundo, que o tipo de construção narrativa adotado pelo autor, dividindo o evento como um todo em blocos de momentos marcantes, poderia

¹³⁵ SOUSA, Eusebio de, *Há cem annos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1924. p. XII.

¹³⁶ MONTENEGRO, João Alfredo. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003. p. 81.

facilitar ainda mais a transmissão, interpretação e até a memorização de alguns dos fatos referentes à Confederação do Equador. O recorte empreendido por Eusébio de Sousa focalizava em momentos específicos e não mais em uma longa exposição dos fatos desde os antecedentes até o desfecho final do movimento.

Eusébio começa sua incursão sobre os fatos da Confederação pela reunião do Grande Conselho de 26 de agosto.

Quem já a conhecia [Fortaleza], pois, na sua habitual quietude do meio provinciano, ainda com cheiro colonial, com certeza surpreender-se-ia ante a impaciência de algumas centenas de pessoas que, numa roda viva traziam Fortaleza naquela escaldante manhã de 26 de agosto de 1824. Mal sabiam, porém, que para aquele dia se aprazara a reunião do *Grande Conselho Provincial* [grifo do autor] que, adotando um novo plano de governo – a República – para o Ceará, iria fazer a sua adesão a Confederação do Equador, proclamada em Recife a 2 de julho, anterior. Justifica-se, pois, a ansiedade do povo pela efetividade dessa reunião a que espíritos partidários, obsecados pelo seu ideal republicano, emprestavam máxima importância.¹³⁷

Para a narrativa de Eusébio, esse é o marco inicial da Confederação do Equador no Ceará. Momento chave da adesão do Ceará às Repúblicas do Equador, nela o autor procura esboçar ao máximo a atmosfera que envolvia Fortaleza no dia 26 de agosto de 1824, descrevendo como teria acontecido o Conselho Provincial. Vale destacar novamente que a data do conselho havia sido escolhida para o dia da comemoração daquele centenário. O cenário imaginado pelo autor para aquela manhã de 26 de agosto de 1824, de uma grande reunião de pessoas com anseios partidários, em certa medida foi lembrado 100 depois durante o dia de celebração.

Alma de pirata, não! trata da participação de Lord Cochrane durante a Confederação. A sua atuação como contratado pelo governo imperial para debelar as forças do movimento na província do Ceará.

O morticínio da Picada aconteceu no momento seguinte à adesão do Ceará à Confederação, durante o período de reorganização das tropas republicanas. Uma parte do agrupamento de defesa deveria ir para Pernambuco passando pelo sul da província do Ceará. A tropa era comandada por Pereira Filgueiras que tendo que enfrentar alguns contratemplos designou cerca de 200 homens para que fossem à frente. Foi escolhido como chefe do batalhão o capitão Maxi (Maximiano Rodrigues dos Santos). No entanto, ao invés de passar pelas cidades pacificando e

¹³⁷ SOUSA, Eusebio de, *Há cem anos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1924. p. 6 e 7.

defendendo os ideais da Confederação, o capitão Maxi teria provocado roubos, pilhagem e o massacre de algumas pessoas. Descansando à noite na Fazenda de nome “Picada”, toda a sua tropa foi vitimada por pessoas armadas, no comando de Joaquim Pinto Madeira, José Dantas Rothéa e Luiz José da Cunha. Essa face dos confederados como saqueadores não aparece em todas as notações sobre o evento. Eusébio de Sousa optou por colocá-la em uma parte de seu trabalho, enquanto Guilherme Studart não menciona o assunto.

*A epopéia de Santa Rosa*¹³⁸ narra parte da trajetória e principalmente os momentos finais da vida de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente do Ceará na Confederação do Equador. Como o próprio título sugere, o autor procurou abordar de forma épica a última batalha travada por Tristão Gonçalves, na qual, mesmo após ter sido abandonado por seus apoiadores lutou até o final sozinho por suas crenças. Tal imagem pode ter contribuído para reforçar a bravura dita heróica do Presidente da Confederação, mas o quanto dos detalhes da morte de Tristão Gonçalves podem ter sido inventados por seus posteriores? Textos históricos, normalmente contém elementos com potenciais legendários.¹³⁹ E aqui, pensa-se inventado, não como uma característica ruim, atribuída à falsidade, enganação. Invenção em um sentido de ampliação da imaginação, no qual sucessivamente, após leituras consecutivas de épocas em épocas, pode-se haver uma ampliação crescente desse imaginário.

No capítulo *Valha-me o Senhor do Bomfim*, Eusébio de Sousa trata dos acontecimentos da Comissão matuta instaurada na Vila do Icó, quando constituiu-se uma comissão local que julgou e condenou à morte alguns envolvidos na “Revolução do Equador”.¹⁴⁰ Esse episódio é apontado como um dos mais sangrentos da história local, no qual diversos participantes do movimento foram julgados sumariamente sem direito de defesa. Atribuem-se ainda a esse momento

¹³⁸ Também publicado na Revista do Instituto de 1921.

¹³⁹ “Um texto histórico contém elementos potenciais de legendário. Mas apenas alguns desses elementos cristalizam, para serem retomados por cronistas ulteriores, pela literatura escrita ou oral, ou enfim pela historiografia recente, formando elementos constitutivos da memória de uma nação. O leitor, por sua vez, é livre para “interpretar à história como quiser”, e assim o episódio narrado atinge “uma amplitude que não existe na informação”. VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 37 e 79.

¹⁴⁰ O termo revolução foi utilizado pelo próprio Eusébio de Sousa. SOUSA, Eusebio de, *Há cem annos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1924. p. 46.

ares de vingança local entre os grupos dominantes. *A deserção de José Felix* conta a participação de José Felix no período de 1824. A imagem construída em torno de José Felix é a de um traidor do movimento que se recusou a lutar pela causa como outros de seus companheiros. José Felix ocupava o cargo de vice-presidente do Ceará e assumiu a frente do movimento quando Tristão Gonçalves foi a Aracati lutar contra as tropas imperiais. Em troca da garantia de sua vida, José Felix, sem lutar, aceitou que novamente em Fortaleza fosse erguido o estandarte imperial. Corrompendo, quebrando a unidade do movimento.¹⁴¹

O Padre Mororó em face da história conta fatos da trajetória do Padre Gonçalo Mororó que de apoiador da monarquia passou a defensor dos interesses republicanos, sendo escolhido como secretário geral do governo confederado. O mote central da história gira em torno de como o Padre teria passado de monarquista para republicano, se por vontade própria ou forçado por Tristão Gonçalves. Esse ponto gerou algumas percepções diferentes com relação à participação do Pe. Mororó na Confederação. Tomando como base textos de João Brígido e Virgílio Brígido, Eusébio de Sousa destacou que Tristão Gonçalves teria realmente pressionado o Padre, mas que, no entanto, esse reagiu demonstrando uma grande dignidade e não se entregou até o fim. Por essa qualidade, Gonçalo Mororó deveria ser lembrado como um mártir do movimento. Questões como essa normalmente acabam estimulando escritos posteriores ao evento, cada autor procurando demonstrar o seu posicionamento sobre os fatos.¹⁴²

Em *Capitulação do “Juiz”*, Eusébio de Sousa narra a história de quando um amigo seu perguntou-lhe sobre tal episódio que segundo o autor até aquela data ainda havia sido pouco estudado e mereceria uma melhor apreciação. Os trabalhos de João Brígido (*Ceará: Homens e fatos*) e do Barão de Studart (*Datas e fatos para a História do Ceará*) fazem referência à Capitulação do Juiz. O fato ocorreu nas proximidades da fazenda Juiz, em Missão velha, no Ceará, quando uma tropa de participantes da Confederação vinda de Pernambuco ficou cercada nessa fazenda e

¹⁴¹ “No entanto, resta pôr em prática uma última estratégia, de múltiplas combinações e que todos os homens do Complô aprenderam a manejar: a da corrupção, do aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais”. GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucía Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 40.

¹⁴² Lucette Valensi chama essas questões de lancinantes que segundo a autora: são os pontos litigiosos que recebem leituras contraditórias, segundo os autores. E por esta mesma razão, tornam-se *leitmotive* que os autores ulteriores são obrigados a retomar. VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 37.

após alguns dias de resistência com a intervenção de Frei Caneca chegou-se a um acordo com as tropas imperiais. No entanto, mesmo com o acordo, D. Pedro I acabou punindo os confederados.

O capítulo seguinte, *O humorismo de Conrado*, conta a história de Conrado Jacob de Niemeyer, líder da comissão militar que julgou os confederados do Ceará e mandou executar em praça pública: Gonçalo Mororó, Pessoa Anta, Pe. Ibiapina, Azevedo Bolão e Carapinima. Em *U'm casa histórica*, Eusébio de Sousa conta como tomou posse da fotografia de uma casa onde ficara preso Frei Caneca. Ao descrever esse documento, o autor faz algumas considerações sobre a participação de Frei Caneca durante a Confederação do Equador. O último capítulo do livro, *Tributo de Sangue*, conta como ocorreu a execução dos condenados à morte no antigo Campo da Pólvora, em Fortaleza. O tom da narrativa é marcado por destacar a bravura com que os condenados enfrentaram os últimos momentos de sua vida.

Observou-se que as publicações como um todo procuraram colocar em destaque a participação do Ceará na Confederação do Equador e almejavam estabelecer quais foram os marcos de referência do início e do fim do movimento. E, principalmente, a atuação que os sujeitos tiveram, como líderes políticos daquele movimento, passando para a história como heróis e mártires, dos acontecimentos, criando imagens do evento e dos sujeitos envolvidos a partir das possibilidades de leitura e releitura do material escrito.

A narrativa de Eusébio de Sousa, ao selecionar fatos do movimento, não expõe em maiores detalhes os critérios dessa seleção, o fato é que sua abordagem sobre os diferentes momentos da Confederação do Equador, sempre buscou enaltecer as posturas tomadas, os pontos áureos do movimento e as ações praticadas pelos considerados grandes sujeitos envolvidos. Em um capítulo, *O Morticínio da picada*, aparece certo aspecto de crueldade por parte dos confederados, no entanto, o autor coloca esse episódio como um momento à parte de quando as tropas ficaram sem “supervisão”, no caso de Pereira Filgueiras, uma espécie de insubordinação.

Eusébio de Sousa seleciona ainda quatro fatos que estabelecem pela narrativa de seu livro os antagonistas dos confederados. Em *Alma de pirata, Não!* Lord Cochrane, mercenário contratado como o braço do governo imperial para debelar o movimento. *A deserção de José Felix*, que como vice-presidente do Ceará

confederado, teria traído o movimento e se entregou sem lutar. *O Humorismo de Conrado*, apresenta com certa dose de ironia a ação de Conrado Jacob de Niemeyer, responsável por julgar e condenar à morte alguns participantes. E ainda em *Capitulação do “Juiz”*, destacando a habilidade de negociação de Frei Caneca, mostra toda a intransigência do Imperador D. Pedro I. Para processar completamente essa inversão dos confederados, de inimigos da ordem a heróis, deveriam existir os seus rivais, os seus antagonistas, é essa operação que o autor realiza nesses quatro trechos.

Nos capítulos que tratam dos heróis da Confederação do Equador, os próprios títulos ressaltam os feitos desses homens, não apenas para o seu momento de atuação, mas com o intuito de projetar seus nomes para a posteridade, para a história. *A epopeia de Santa Rosa*, sobre Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, *O Padre Mororó em face da história*, *U'a casa histórica*, mencionando Frei Caneca. Ainda sobre o livro, Eusébio de Sousa inicia com *O Grande Conselho*, e conclui com *Tributo de Sangue*. Destacando ainda mais a empreitada dos envolvidos na Confederação, que de uma grande reunião entusiasmada pelas ideias republicanas, findou com pagamento da vida de alguns indivíduos em nome desse esforço.

A operação de recortar determinados fatos de um evento passado e (re)organizá-los dentro de uma lógica narrativa se configura como uma busca por construir uma representação do que ocorreu que possa ser mais facilmente inteligível em leituras e releituras futuras. Esse é o papel da mídia escrita como meio mnemônico.

Na produção de registros de um evento é possível encontrar além do evento a própria sociedade que produziu os registros. No caso do Ceará de 1924, após a proclamação da República, alguns membros de um determinado segmento social, sobretudo, por meio do Instituto do Ceará, atuaram na busca por estabelecer marcos que delimitassem o lugar do Ceará na história do Brasil, como apontado por Almir Leal de Oliveira¹⁴³ (2001). Se os marcos da história estavam estabelecidos, naquele momento restava consolidar tais fatos por meio das comemorações. Como consequência desse processo de estabelecimento de marcos históricos, avultaram personalidades individuais capazes de representar a sociedade. Por conta disso,

¹⁴³ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

houve todo um processo de elaboração de significados em torno das ações dos envolvidos, no qual, por meio da superação das dificuldades enfrentadas na defesa de seus ideais, alguns dos sujeitos envolvidos demonstraram a qualidade da “perseverança” tão cara aos considerados heróis.

2.2. Um centenário de morte: o túmulo de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe

Ainda tomado pelo impulso das comemorações do Centenário da participação do Ceará na Confederação do Equador, outra festividade aconteceu naquele ano e proporcionou além do que havia sido escrito sobre o centenário, outra forma de rememorar os feitos que ocorreram em 1824.

A celebração realizada no dia 31 de outubro de 1924 tinha por finalidade lembrar o primeiro centenário de morte de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, Presidente eleito do Ceará na época da Confederação do Equador e assassinado nas proximidades no Rio Jaguaribe, no sítio de nome Santa Rosa. Naquele local deveria ser erguido um túmulo¹⁴⁴ em homenagem a Tristão. Um túmulo que deveria ter um caráter exemplarmente monumental.¹⁴⁵

As notícias sobre tal festejo foram publicadas na Revista do Instituto do Ceará de 1925 e ao que parece foram retiradas do impresso “Sitiá”, edição de 9 de novembro de 1925.¹⁴⁶ O autor do texto foi Eusébio de Sousa, sócio-correspondente do Instituto do Ceará, na época, que já havia publicado trabalhos anteriores nas

¹⁴⁴ “Todo o signo funerário, explícita ou implicitamente, remete para o túmulo (recorde-se que *signo* deriva de *sema*, pedra tumular). Pode então concluir-se que, se o túmulo tem por tarefa devorar e digerir o cadáver, por outro lado, ele é constituído por uma sobreposição de significantes (cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio, estatuária, fotografia, etc.) que induz metaforicamente à aceitação da incorruptibilidade do corpo, elevando-se a “metonímia real, num prolongamento sublimado, mas real, da sua carne”. CATROGA, Fernando. *O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. p. 15.

¹⁴⁵ “A pesar de lo diferentes que son las reacciones, hay una exigencia común que emana de todo monumento. Los monumentos que recuerdan una muerte violenta aportan identificaciones: en primer lugar los muertos, los asesinados y los caídos son reconocidos en un sentido concreto: como héroes, víctimas, mártires, vencedores, gente allegada, eventualmente también como vencidos; también como garantes y portadores del honor, de la creencia, de la fama, de la fidelidad, del cumplimiento del deber; y finalmente como defensores y protectores de la patria, de la humanidad, de la justicia, de la libertad, del proletariado o de las respectivas constituciones. Las series pueden prolongarse”. KOSELLECK, Reinhart. *Monumentos a los caídos como lugares de fundación de la identidad de los supervivientes*. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madrid: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2011. p. 67.

¹⁴⁶ Ao final do Artigo encontra-se a referência à Publicação no “Sitiá” da data mencionada acima. No entanto, o texto parece ter sido escrito no dia 7 de novembro de 1924, tal data aparece acima da assinatura de Eusébio de Sousa.

Revistas da instituição inclusive sobre a Confederação do Equador, como observado no item anterior.¹⁴⁷

Francisco Alves de Andrade em texto publicado na Revista do Instituto de 1983, em virtude de conferência realizada na Instituição sobre o centenário de nascimento de Eusébio de Sousa, aponta alguns aspectos da vida do pesquisador, sobre essa passagem de comemorações do evento da Confederação do Equador e da morte de Tristão, Andrade observou que:

Contra a monárquica controvérsia do separatismo, Eusébio soube alçar a mira de uma consciência republicana. Aos mártires de uma revolução frustrada, que tinham, no Ceará, à frente Tristão Gonçalves, traído e barbaramente assassinado em Santa Rosa, reconheceu-lhe a bravura proclamando o heroísmo.

Realizou acuradas investigações para assinalar o local onde tombara o lutador republicano e promoveu o movimento de que participou o Instituto do Ceará, mandando erigir naquela localidade, hoje do município de Jaguaribara, o monumento comemorativo, gravada, in memoriam, em lápide oficializada...¹⁴⁸

Segundo Andrade a iniciativa da construção de tal monumento em homenagem a Tristão Gonçalves teria partido de Eusébio de Sousa. A partir daí, podem ser pensadas algumas características da concepção histórica defendida e praticada por Eusébio de Sousa. Primeiro, a defesa de uma história que procurava destacar as ações de alguns sujeitos que passaram a ser considerados os “grandes nomes da história”. Por Tristão Gonçalves ter lutado até a morte pela defesa de seus ideais, o Presidente da Confederação do Equador, deveria sim ser reconhecido como herói local, e por que não dizer nacional, e suas ações deveriam ser transmitidas à posteridade, para que seu exemplo de perseverança servisse como modelo às gerações vindouras.

Outro ponto a ser abordado diz respeito à precisão pretendida por Eusébio de Sousa. Ao procurar demarcar o exato local da morte do líder do Ceará durante a Confederação, destaca-se o grande rigor empreendido pela pesquisa histórica na busca de determinar com exatidão os marcos espaciais e temporais da história local. Por último, destacar que essa história não bastava ser apenas escrita,

¹⁴⁷ Alguns trabalhos foram: “A epopeia de Santa Rosa”, “O Padre Mororó e seus julgadores perante a história”, “Tributo de Sangue”, “Há cem anos – Fatos da Confederação do Equador no”. REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XCVII, Fortaleza, 1983. p.23. Francisco Andrade atribui à origem pernambucana de Eusébio de Sousa, o seu interesse pela Confederação, segundo o pesquisador devido a “consciência cívica” do Recife, seria natural o interesse de Eusébio de Sousa por tais temas.

¹⁴⁸ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XCVII, Fortaleza, 1983. p.23.

dever-se-iam desenvolver diversas estratégias para a sua transmissão. Uma delas seria então a construção de monumentos.¹⁴⁹

Tais características históricas não eram exclusivas de Eusébio de Sousa, mas sim faziam parte de toda uma geração de estudiosos seus contemporâneos.¹⁵⁰ No trecho dedicado a Tristão Gonçalves no livro *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*, escrito por Guilherme Studart, no parágrafo final aparece.

Uma das ruas de Fortaleza se condecora com o nome de Tristão Gonçalves; quando o Ceará levantará na Praça pública condigno monumento ao republicano *sans peur et sans reproche*, ao grande e intemerato chefe da Revolução de 1924?¹⁵¹

Além do caráter comemorativo e biográfico do texto, contando a trajetória de Tristão Gonçalves, Guilherme Studart, defende a ideia de que não bastava produzir a história de um determinado herói histórico, o mesmo, deveria ainda ocupar um determinado espaço dentro da sociedade, um espaço de recordação¹⁵². A denominação das ruas poderia ser um desses espaços, mas existiam ainda outras possibilidades como os monumentos¹⁵³. A partir daí, pode-se pensar em alguns

¹⁴⁹ Segundo Le Goff “A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.” LE GOFF, Jacques. Calendário In.: LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 526. O monumento pode ser entendido de forma ampla deste um fragmento de escrita, passando por objetos e construções em locais públicos, no entanto preservando o sentido de possibilidade de evocação de determinadas lembranças.

¹⁵⁰ Em sua dissertação sobre a criação do Museu Histórico do Ceará (1932) e a sua organização durante os primeiros 10 anos (1942), Cristina Holanda apresenta algumas considerações sobre Eusébio de Sousa que foi o primeiro diretor da Instituição. Sobre as influências do pensamento de Eusébio, a autora apresenta um trecho no qual, após ser indagado por Abdias Lima sobre seus autores prediletos, o diretor do Museu respondeu que “[Vivem] comigo em trato as obras que mais se relacionam com a História do Ceará (...) tais sejam as de Capistrano de Abreu, Barão de Studart, Antônio de Menezes, João Brígido, Gustavo Barroso, Pompeu Sobrinho, J. Pompeu Cavalcante, Carlos Studart Filho, Andrade Furtado, João Nogueira, padre Misael Gomes, Hugo Vítor, Cruz Filho (...) para só citar a prata da casa” HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do Templo da História. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.p. 16.

¹⁵¹ STUDART, Guilherme. *Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará*. p. 12.

¹⁵² ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

¹⁵³ A análise de Le Goff sobre monumentos, observa que desde a Antiguidade romana, a palavra *monumentum* tende a apresentar dois sentidos principais: “1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.” LE GOFF, Jacques. Calendário In.: LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 526. Assim, o evento de construção

questionamentos, sobre como os espaços de uma localidade são reivindicados por diversos setores da sociedade inclusive para a celebração e difusão de determinadas memórias.

Comemorações anteriores ao centenário da Confederação do Equador já utilizaram da estratégia de erguer monumentos em locais públicos, como forma de celebrar uma determinada versão da história que estava sendo recontada por ocasião do estabelecimento de algum marco comemorativo e pretendendo que também algum resquício do evento pudesse chegar à posteridade.

Em um trabalho de 1932, coube a Eusébio de Sousa a elaboração de um texto sobre os monumentos que existiam no Estado do Ceará. A iniciativa do levantamento de tais construções partiu do Ministério da Educação e Saúde Pública, “empenhado em levantar o cadastro de tais monumentos e em coligir dados sobre a legislação dos estados a respeito”¹⁵⁴. O então secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, desembargador Olívio Dornelas Câmara, atribui a missão ao Instituto do Ceará, na época presidido por Guilherme Studart, que na ocasião delegou a tarefa a Eusébio de Sousa.

No texto, 21 monumentos são descritos pelo autor, mas seriam esses todos os monumentos que possuía o estado do Ceará em idos de 1932 ou outros teriam ficado de fora da seleção desse trabalho de caráter oficial? Será que apenas esses 21 mereceriam receber uma maior proteção legal por parte do Estado? O próprio Eusébio de Sousa em uma breve introdução ao seu texto admite o seguinte:

à rapidez com que este trabalho foi escrito, em oito dias apenas, não foi possível ao seu autor metodizar-lhe melhor, sendo ainda natural que, em virtude da escassez quase absoluta das fontes de consultas, se ressinta o mesmo de falhas.¹⁵⁵

Os monumentos selecionados por Eusébio de Sousa em sua grande maioria foram erigidos no início do século XX (17), desses, 11 foram erguidos mais precisamente ao longo dos cinco primeiros anos da década de 1920. Outro número a se destacar é que dos 21 monumentos elencados, a construção de 8 deles foi motivada em virtude da comemoração da passagem do centenário de algum

do túmulo de Tristão Gonçalves apresentaria os dois sentidos do monumento: seria uma obra comemorativa e ao mesmo tempo símbolo funerário.

¹⁵⁴ SOUSA, Eusébio de. Monumentos do Estado do Ceará: referência histórico-descritiva. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Museu do Ceará, 2006. p. 24.

¹⁵⁵ Idem, Ibidem. p. 24.

acontecimento. Tal motivação vem a reforçar a ideia pretendida por alguns intelectuais daquele período, qual seja, de estabelecer marcos que confirmem que uma determinada versão do passado é relevante. E mais ainda, comemorar tais eventos e a atuação de célebres participantes, seria um dever dos que vivem o presente com seus antepassados, um dever de memória. Assim, pode-se pensar na grande carga simbólica que envolve a construção desses monumentos, um marco estabelecido no presente que pode servir como uma legitimação do passado, que se pretende transmitir à posteridade, garantindo uma espécie de elo de uma determinada sociedade entre passado, presente e futuro.¹⁵⁶

Na Revista do Instituto do Ceará do ano de 1925 podem ser observados mais alguns artigos referentes aos acontecimentos da Confederação do Equador dentre eles um texto que trata sobre a comemoração ainda durante o ano de 1924, do centenário de morte de Tristão Gonçalves, ou como aparece no título “As brilhantes festas de 31 de outubro, primeiro centenario do combate de Santa Rosa, no qual tombou o grande heróe cearense.”¹⁵⁷. Tal escrito caracteriza-se pelo relato de Eusébio de Sousa, sobre a programação que aconteceu no dia 31 de outubro de 1924.

No texto podem ser observados que, assim, como nas comemorações anteriores o tom dado ao evento é o do combate, da defesa das ideias defendidas durante a Confederação do Equador. Embora o 31 de outubro em seu bojo seja uma data de pesar pela morte de Tristão Gonçalves, o centenário deveria marcar a epopeia de Santa Rosa, como o próprio Eusébio de Sousa se refere àquele momento. Assim, as festividades deveriam fazer jus a um feito tão grandioso. A realização da comemoração demonstra em certa medida que Eusébio conseguiu obter sucesso em alguns de seus projetos de divulgação da história local, como Cristina Holanda menciona em seu trabalho que Eusébio de Sousa transitava entre os círculos do poder, ora atuando como homem da Justiça ora como animador de certas atividades intelectuais desenvolvidas no Estado, chegando inclusive, a

¹⁵⁶ Régis Lopes em introdução ao texto de Eusébio de Sousa, em edição publicada pelo Museu do Ceará, pondera que ‘a pesquisa de Eusébio de Sousa pode ser vista como indício sobre certos procedimentos relativos aos modos de dar sentido ao passado. Refiro-me, por exemplo, ao casamento entre o tempo cronológico e o tempo comemorativo. Nessa junção da suposta neutralidade da matemática com a louvação patriótica dos aniversários, emerge, de modo espetacular o tempo com um lugar de memória, como diria Pierre Nora.’ SOUSA, Eusébio de. Monumentos do Estado do Ceará: referência histórico-descritiva. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Museu do Ceará, 2006. p. 9.

¹⁵⁷ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 27.

receber “encomendas” oficiais para redigir alguns trabalhos.¹⁵⁸ Com isso, por meio dessa articulação do intelectual com o poder público, Eusébio de Sousa conseguiu desenvolver algumas ações que colaboraram para a transmissão de uma história local, por meio de lições vivas de história, seja por meio da realização de festividades, ereção de monumentos, entre outras¹⁵⁹.

O primeiro parágrafo do texto apresenta uma síntese dos significados que envolviam aquela comemoração.

A imponência das festas de 31 de outubro, proximamente findo, levadas a efeito em Santa Rosa, do município de Laranjeiras, em homenagem ao grande heroe cearense – Tristão Gonçalves d’Alencar Araripe, dá bem a medida com que o povo cearense por órgão do ‘Instituto do Ceará’, ‘guarda cioso das tradições patrias’, vem, de um certo tempo a esta parte, comemorando a passagem de suas datas memoráveis, não sendo esquecida a sua pujante collaboração no heroico movimento republicano de 1824, em que foi figura principal, proclamando a sua Republica nos mesmos moldes da de Recife, presidida por Paes de Andrade e cujo epilogo – a cearense, teve por theatro as cercanias do escuso povoado, naquelle instante patrioticamente solemnizado¹⁶⁰.

Inicialmente, destaca-se a posição que Eusébio de Sousa atribuía ao Instituto do Ceará, na qualidade de representante do povo cearense e guarda das “tradições pátrias” caberia à instituição motivar ações voltadas para a comemoração de datas extraordinárias, papel que segundo o autor já vinha sendo realizado “de um certo tempo a esta parte” pelo Instituto do Ceará, tal fórmula recobre a instituição de certa historicidade, inserindo-a dentro da própria história cearense. No entanto, uma questão pode suscitar do parágrafo acima, qual sentido de pátria estava sendo evocado por Eusébio de Sousa naquele momento? Normalmente a própria genealogia do termo pátria¹⁶¹, remete para uma ligação, entre um determinado grupo social e sua terra de origem, criando assim uma identidade que pode ser real,

¹⁵⁸ HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do Templo da História*. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. p. 16-17.

¹⁵⁹ “Na modernidade foram cultivadas várias manifestações de cunho ritualístico, tendo em vista criar representações simbólicas que pudessem mobilizar o povo para este recebesse lições vivas de história”. CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Nudoc-UFC; Museu do Ceará, 2005, p. 101.

¹⁶⁰ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 27.

¹⁶¹ Recorde-se que é costume situar a genealogia do vocábulo “pátria” em Homero, onde *patra*, *patris* (e seus derivados: *patrões*, *patrios*, *patriôtes*)¹ remetem para a “terra dos pais” (*hê patris*) e possuem uma semântica que engloba, tanto o enraizamento natálico, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia. CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. VII Jornada setecentista, 2007. CEDOPE (Centro de documentação e pesquisa de História dos domínios portugueses) Humanas – UFPR (Universidade Federal do Paraná. Acesso em: 08/10/2013. p. 13.

criada ou até mesmo imaginada¹⁶². No sentido usado pelo autor ao evocar em diversos momentos a palavra cearense, pátria poderia simbolizar esse sentimento de identificação comum, esse laço de afeto que uniria os habitantes do Ceará. Vale ressaltar ainda como termos podem adquirir diferentes sentidos de acordo com determinado período histórico. Os “patriotas” que lutaram em 1817 e até mesmo em 1824, eram considerados elementos perigosos para a manutenção da ordem. Já naqueles anos iniciais da República quem não fosse “patriota”, ai sim passaria a ser visto como uma ameaça social.¹⁶³

O inciso primeiro, do primeiro artigo do estatuto do Instituto do Ceará estabelece: “O Instituto do Ceará tem por fim tornar conhecidas a historia e a geographia da Provincia e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias”¹⁶⁴ Então, por definição de estatuto, a instituição deveria zelar com afinco especial pela história do Ceará. Embora comemorando acontecimentos de âmbito nacional, o lugar que o Ceará ocupava nesse cenário mais amplo procurava ser realçado. Daí o papel de destaque assumido pela instituição na elaboração da pátria cearense¹⁶⁵.

Ao final da citação têm-se “cujo epilogo – a cearense, teve por theatro as cercanias do escuso povoado, naquelle instante patrioticamente solemnizado”¹⁶⁶. Do trecho destacado dois pontos devem ser pincelados. Primeiro, que aquela comemoração do dia 31 de outubro de 1924, na Fazenda Santa Rosa, celebrava o desfecho do movimento da Confederação do Equador no Ceará, a última batalha em defesa dos ideais dos confederados, ou pelo menos queria que assim ficasse consolidado, a luta em defesa da formação da Confederação poderia ainda estar sendo defendida em outras localidades. Tal passagem difere da celebração do dia 26 de agosto de 1924, que marcava 100 anos do considerado auge da Confederação, quando do momento da assinatura da ata de adesão do Ceará ao movimento, a data de 31 de outubro celebra a memória da derrocada das ações dos

¹⁶² ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

¹⁶³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia (1973). In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Para uma nova história*. (org.) Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

¹⁶⁴ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano I, Fortaleza, 1887. p. 9.

¹⁶⁵ Ideia desenvolvida em OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

¹⁶⁶ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 27.

confederados. Tal comemoração seria então uma exaltação à derrota? Pelo que percebe-se, trazer o final da Confederação do Equador no Ceará para aquela data tinha o intuito de reforçar a imagem heroica de Tristão Gonçalves. Assim, atrelar a esse personagem histórico toda uma carga de persistência na luta por seus ideais, chegando a pagar com a própria vida em nome de uma crença. Tal figura passaria a fazer parte do panteão dos heróis cearenses, um exemplo cívico que deveria ser seguido. E em nome do sentimento de patriotismo estava sendo solenemente celebrado naquela ocasião, motivo pelo qual comemorar os grandes feitos era um dever patriótico.

Pensa-se que aquela celebração não trataria de uma derrota e sim da morte de um ente antigo dos cearenses e que pela história construída em torno da vida desse ente ele se torna grandioso. Sua morte, assim, não teria sido em vão, ela serviria como exemplo para o futuro. Mas, como dotar com maior vigor esse passado morto? Embora as comemorações tenham certa força de reencenar determinados passados, no presente, tais ações permeiam muito em um nível de imaginário. Como torná-las mais concretas? Por meio de uma edificação capaz de suportar os simbolismos do passado, qual seja, um túmulo.

O dia solene teve início com uma alvorada executada pela banda de música policial do Estado, “pelas 5 horas, tocou, em alvorada, em frente à capelinha do povoado, justamente onde repousam os restos mortaes do intemerato cearense”¹⁶⁷. Eusébio de Sousa defendia a ideia de que após a morte de Tristão Gonçalves, seu corpo havia sido enterrado dentro de uma capela próxima do local onde o confederado veio a falecer.

Seu cadáver [Tristão Gonçalves] ficaria insepulto, recostado, de pé a u'a jurema, por muitos dias, a espera que o tempo se ocupasse de sua natural e completa destruição, se um coração generoso não lhe tivesse dado sepultura na capelinha de Santa Rosa.¹⁶⁸

Guilherme Studart também informou sobre o episódio da morte e da sepultura de Tristão Gonçalves.

Vencido, traído e abandonado dos seus, cae morto a 31 de outubro ao galgar a ribanceira do rio; mutilam-lhe o cadáver e deixam-no exposto ao

¹⁶⁷ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 28.

¹⁶⁸ SOUSA, Eusebio de, *Há cem annos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1924. p. 38.

escarneo e a irrisão dos adversários. A pedido de Thomaz Lourenço, que contra ele militava, e por ordem de Rodrigues Chaves um troço de soldados, as caladas da noite, dá sepultura na capelinha de Santa Rosa ao cadáver do martyr.¹⁶⁹

No entanto, um acontecimento posterior colocou sobre suspeita as afirmações estabelecidas pelos historiadores citados acima. Em virtude da construção do Açude Castanhão, as terras da cidade de Jaguaribara e da região adjacente tiveram que ser alagadas para por em funcionamento o açude. Em notícia de 15 de outubro de 2001, no *Diário do Nordeste* verifica-se a seguinte querela.

As águas do Açude Castanhão vão cobrir uma das mais fortes lembranças históricas do Ceará e do Cariri: os restos mortais e monumento erguido no local onde foi assassinado o Presidente da Província do Ceará Tristão Gonçalves de Alencar, um dos envolvidos no movimento político denominado Confederação do Equador.

A Comissão de vereadores da Câmara municipal, que esteve em Jaguaribara com a finalidade de conseguir do prefeito, Cristiano Maia, o translato dos restos mortais do herói cariense para o Crato, voltou frustrada. Não há nenhum sinal dos ossos de Tristão Gonçalves.

O prefeito mandou fazer escavações no pé do altar mor da velha igreja matriz, mas não localizou nenhum osso. O engenheiro e pesquisador Arilo Luna, que acompanhou os vereadores do Crato, ainda acalenta a esperança de encontrar os restos mortais de Tristão noutros locais da Igreja.¹⁷⁰

Com isso, teria sido Tristão Gonçalves realmente enterrado naquela igreja como apontado por Eusébio de Sousa e Guilherme Studart? Tal questão permanece sem uma resposta definitiva em virtude de não ter sido encontrado nenhum vestígio de ossada que validasse a assertiva dos pesquisadores. Mas para além dessa prova material o que emerge como importância simbólica das narrativas históricas é o ato do sepultamento. Uma figura de tamanho valor para a história do Ceará deveria ter o seu lugar de descanso eterno. Um corpo heroico que suportou até às últimas consequências não poderia ficar exposto às intempéries do clima quente e seco do sertão. O corpo de Tristão Gonçalves deveria sim ser resguardado dentro de um templo religioso para que sua alma caminhasse tranquilamente rumo ao céu e ainda para que a matéria de seu corpo fosse coberta pela terra comum dos cearenses. Se

¹⁶⁹ STUDART, Barão de. Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924. p. 11.

¹⁷⁰ DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza, Ceará - Segunda-feira 15 de outubro de 2001 Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/2001/10/15/010057.htm>. Último acesso em 21/10/2013.

ainda faltam provas materiais desse ato não faltou imaginação para os pesquisadores de outrora garantirem esse lugar em seus escritos.¹⁷¹

Contudo uma assertiva de Aleida Assmann oferece mais alguns elementos sobre essa questão. “Um local – está claro – só conserva lembranças quando as pessoas se preocupam em mantê-las.”¹⁷² Partindo desse posicionamento, pode-se entender que um lugar pode conservar determinadas memórias na medida em que as pessoas preocupam-se com elas, assim determinado local pode tornar-se um lugar por meio dos sentidos simbólicos que o recobrem. Com isso, as construções simbólicas operam para tal legitimação e de forma relativamente eficaz como pode ser observado no trecho da matéria.

O marco foi fincado no sítio Tapera, de propriedade de Francisco Firmino Negreiros, conhecido por Chico Apolônio, a 2 quilômetros da velha Jaguaribara, cujas terras foram indenizadas para serem cobertas pelas águas do Castanhão... Chico Apolônio diz que está aguardando somente vender o gado para desocupar a casa e morar em Fortaleza, onde já estão seus familiares. Além do amor telúrico pela terra, seu Chico se apegou também ao monumento. Ele diz que todo dia chega gente lá pra visitar o local. “Eu nunca vi um homem tão importante. O povo faz promessas com ele”, completa.

“O monumento está cercado de pedras. Cada pedra é uma graça alcançada. Tem uma mulher aqui que celebra missa para agradecer pelas graças alcançadas”. Ao fazer este relato seu Chico conta a sua versão sobre a morte de Tristão Gonçalves. Ele era do Crato, filho de dona Bárbara de Alencar, irmão de outro homem importante que foi José Martiniano de Alencar. Atiraram nele aqui, mas o levaram vivo para o local onde hoje é a igreja matriz, onde o torturam e acabaram de matar.¹⁷³

Pelo relato do último proprietário da fazenda, pode-se perceber que houve certa aceitação por parte de algumas pessoas das histórias evocadas em torno da figura de Tristão Gonçalves. O culto chega até mesmo a ter um caráter religioso como pode-se notar pelo fato de as pessoas fazerem promessas e agradecerem pelas graças ao santo Tristão Gonçalves. No entanto, uma diferença surge entre o

¹⁷¹ “De fato, a sepultura não é somente um lugar à parte de nossas cidades, esse lugar chamado cemitério onde colocamos os despojos dos vivos que retornam ao pó. Ela é um ato, o de enterrar. Esse gesto não é pontual; não se limita ao momento do enterro; a sepultura permanece, porque permanece o gesto de sepultar; seu trajeto é o mesmo do luto que transforma em presença interior a ausência física do objeto perdido. A sepultura como lugar material torna-se, assim, a marca duradoura do luto, o resumo do gesto de sepultar”. RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.377.

¹⁷² ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 347.

¹⁷³ DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza, Ceará - Segunda-feira 15 de outubro de 2001 Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/2001/10/15/010057.htm>. último acesso em 21/10/2013.

relato de Chico Apolônio e a versão que procurava ser reforçada com as ações comemorativas daquele dia 31 de outubro de 1924. Para o morador, o corpo de Tristão Gonçalves havia sido levado ainda vivo para dentro da igreja matriz, para lá então ser torturado e mutilado. A própria igreja assume a condição de último lugar de sacrifício do Presidente do Ceará confederado. Já na versão elaborada pelos historiadores, o corpo de Tristão Gonçalves foi parar na igreja por meio de uma ação de compaixão de alguns seus contemporâneos. Com isso, o que pretende-se destacar é que as duas versões contribuem para a criação de um imaginário heroico em torno da figura de Tristão Gonçalves, seja por meio de uma ação de misericórdia no transporte do seu corpo para um local adequado de descanso, já sendo reconhecido pelos seus contemporâneos o seu papel de destaque. Ou pelo seu sacrifício derradeiro, o seu altar, ter ocorrido no mesmo espaço sagrado onde se representa simbolicamente o sacrifício de Jesus.

Dando continuidade ao dia de festividade, seguiu-se uma missa campal, cujo altar foi montado ao lado da igreja matriz. O tom de solenidade e distinção pontua todo o registro do evento.

Famílias das mais distintas dos logarejos próximos, autoridades civis e militares, representantes de associações, e do mundo oficial abrilhantavam-n'a, sendo para esse fim reservadas filas de cadeiras ao lado do artístico altar levantado no local designado.¹⁷⁴

Embora procurando dar um caráter de popularidade a tais comemorações, os grupos dirigentes sempre buscam alguma forma de marcar o seu lugar diferenciado dentro da sociedade. O local de assento dentro da festividade já impunha uma forma de destacar as elites dos demais grupos.

Na sequência, após a missa, teve início a sessão cívica. Nessa parte do evento o texto põe em destaque o nome de várias autoridades do Estado. Prefeitos, deputados, juízes, coronéis e doutores. A sessão foi presidida por Eusébio de Sousa que naquele momento representava em suas palavras o “chefe do executivo cearense”. Após as devidas considerações iniciais seguiu-se uma série de discursos, que colocavam para os participantes daquela ocasião os possíveis sentidos da festividade. Tarefa que para Eusébio de Sousa obteve êxito, pois, “havia

¹⁷⁴ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 28.

razão para tamanhas demonstrações de apreço pois ambas essas orações foram optimas”.¹⁷⁵

Com o término da sessão cívica, o reverendo Pe. Assis Monteiro presidiu a benção da “pedra fundamental” do monumento, procurando reforçar a todo instante o carácter sagrado do evento. No entanto, o que chamou a atenção no ato da benção foi o fato de que naquele momento tinha sido enterrada no local determinado uma urna de zinco-branco, soldada, que continha o seguintes itens:

Exemplares do ‘Correio do Ceará’, ‘Diário do Ceará’, ‘O Nordeste’, ‘Jornal do Commercio de Fortaleza’, ‘O Sitiá’ de Quixadá; selos do correio e moedas em curso; 1 exemplar da homenagem do ‘Correio do Ceará’ aos heroes de 1824; Acta da reunião do Grande Conselho em que foi proclamada a República no Ceará. (impresso), Termo da sessão da Villa de Campo-maior de Quixeramobim a 9 de janeiro de 1824, (impresso); biographia de Tristão Gonçalves (impresso); ‘Os Martyres da Confederação do Equador’, pelo sr. Barão de Studart; ‘Há cem annos...’, do dr. Eusebio de Sousa; 1 exemplar da ‘Revista do Instituto do Ceará’, (tomo especial, commemorativo da Confederação do Equador) e o original da acta da sessão do lançamento da pedra fundamental, lavrada na occasião.¹⁷⁶

Na falta de vestígios mais concretos que pudessem legitimar aquele lugar como o da morte de Tristão Gonçalves, os materiais escritos elaborados sobre a Confederação do Equador ou sobre as comemorações do evento pretendiam dar essa credibilidade. O que reforça o papel que é atribuído à palavra escrita como um espaço de memória privilegiado. Em certa medida, essa ação revigorou aquela cerimônia como um ato de sepultamento, se não foi enterrado ali o próprio corpo de Tristão Gonçalves, palavras e mais palavras a seu respeito cumpriam de certa forma esse papel simbólico.

Todas essas estratégias dizem respeito a determinadas técnicas compreendidas em nome de uma arte da memória, na qual, pretende-se associar imagens a lugares. Por meio de um processo de seleção e elaboração, determinados locais são vinculados a certo imaginário, o que pode facilitar o ato de memorização e ainda uma pretensa reevocação dessas lembranças.¹⁷⁷ Um túmulo

¹⁷⁵ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 30.

¹⁷⁶ Ibidem. p. 30 e 31.

¹⁷⁷ “Mas é ao preço de um duro tirocínio que anexa a arte da memória à retórica. Essa arte consiste, quanto ao essencial, em associar *imagens a lugares (topoi, loci)* organizados em sistemas rigorosos, como numa casa, numa praça pública, num cenário arquitetural. Os preceitos dessa arte são de duas espécies: uns regem a seleção dos lugares, os outros a das imagens mentais das coisas de que queremos nos lembrar e que a arte atribui a lugares escolhidos. As imagens assim armazenadas são consideradas fáceis de evocar no momento oportuno, a ordem dos lugares preservando a ordem das coisas. Do tratado *Ad Herennium* – uma vez que os tratados gregos anteriores se perderam –

poderia valer muito bem a tal propósito, de servir como local no qual é possível evocar a imagem dos feitos considerados heroicos de Tristão Gonçalves.

Atente-se também para a ata que foi colocada no interior da urna enterrada junto ao túmulo de Tristão Gonçalves,

O representante do excellentissimo senhor desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado, e do Instituto do Ceará, representantes de autoridades federaes, estaduaes e municipaes e do clero cearense e mais pessoas abaixo assinadas, foi solenemente colocada a pedra fundamental do monumento que tem de ser erigido ao glorioso feito de 31 de outubro de 1824, conhecido pelo 'Combate de Santa Rosa', cabendo a iniciativa dessa commemoração – abraçada pelo povo da circunvizinhança, ao senhor doutor Eusébio de Sousa, sócio correspondente do Instituto do Ceará.¹⁷⁸

Além de uma consideração sobre aquela comemoração procurava-se deixar clara na ata a ação desempenhada pelos poderes públicos naquele momento, tendo as mais diversas instituições nomeado seus respectivos representantes para aquela ocasião. Após o seguinte trecho, segue-se uma lista contendo 20 assinaturas desses representantes com os respectivos cargos ocupados. Portanto, além de procurar estabelecer os marcos comemorativos daquele momento, criando inclusive um título para ele, “Combate de Santa Rosa”, as autoridades políticas buscavam garantir também o seu espaço naquele lugar de memória e, porque não dizer, procuravam garantir que o seu nome perdurasse para a posteridade, juntamente com o de Tristão Gonçalves por meio de toda aquela ritualização que envolvia a comemoração¹⁷⁹. Eusébio de Sousa parece ter tido destaque ainda maior por ser mencionado como o responsável pela iniciativa da ideia. E deve ser destacada também a grande articulação política do membro da Diretoria do Instituto que conseguiu reunir membros das diversas instâncias sociais em seu projeto de comemoração.

Ao meio-dia houve uma pausa nas comemorações em público, no entanto, durante um almoço na Casa Paroquial, não faltaram brindes aos diversos participantes envolvidos na realização daquelas festividades.

destaca-se a definição lapidar que será repetida de era em era: “A memória artificial (*artificial*) consiste em lugares e imagens”. Quanto às “coisas” figuradas pelas imagens e pelos lugares, trata-se de objetos, de personagens, de acontecimentos, de fatos relativos a uma causa a defender. O importante é que essas ideias estejam vinculadas a imagens e que esses tempos sejam armazenados em lugares”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.76.

¹⁷⁸ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 31.

¹⁷⁹ ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

Como derradeiro momento daquele dia de solenidade, Eusébio de Sousa relatava a inauguração da lápide.

Às 17 horas houve anunciada romaria ao local onde cahira, morto, Tristão Gonçalves, situado ao lado esquerdo do rio Jaguaribe, que banha o povoado, e distante dois kilometros de sua sede.

Essa expressiva homenagem teve um cunho de vivo entusiasmo por parte do grande numero de pessoas que a ela compareceu, na sua maioria gente grada da localidade e dos municípios adjacentes.

Precisamente aquela hora, o Sr. Dr. Eusébio de Sousa, como delegado da mais alta autoridade do Estado, disse dos motivos patrióticos que reunia, naquelle momento, tão compacta multidão, dando em seguida a palavra ao orador convencionado, o muito digno representante do povo cearense, na Assembleia Estadual, Sr. Deputado Francisco Prado...

...Um retumbante viva a República, dado pelo orador e acompanhado pelos presentes, reboou, afinal nas quebradas do logarejo.

Foi então inaugurada a lapide commemorativa da morte de Tristão Gonçalves, - uma coluna de alvenaria de cerca de 3 metros de altura, tendo em uma de suas faces laterais a seguinte inscrição, em placa de bronze: 'Neste local succumbiu Tristão Gonçalves d'Alencar Araripe, o heroico presidente da Confederação do Equador, no Ceará – 31 de outubro de 1824 – Homenagem do Instituto do Ceará – 31-X-1924'¹⁸⁰

Esse acontecimento parece marcar o início de uma peregrinação ao local da morte de Tristão Gonçalves, uma romaria como mencionou Eusébio de Sousa naquele dia, e que Chico Apolônio, proprietário do local em 2001 ainda aludia a esse movimento corriqueiro de pessoas ao lugar para pedir auxílio e agradecer possíveis graças alcançadas pela mediação de Tristão Gonçalves. Aqui destaca-se o forte entrelaçamento entre religião e política. Desenvolvendo uma espécie de religiosidade cívica¹⁸¹, como demonstrou Fernando Catroga. Assim, o túmulo de Tristão Gonçalves assumia a condição de lugar de peregrinação cívica, que em virtude de tamanha mistura entre política e religião, confundia-se como um local sagrado.

Deve-se pensar ainda uma vez sobre a seleção do último dia de vida de uma pessoa como estabelecimento para uma comemoração. Fernando Catroga

¹⁸⁰ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 33 e 34.

¹⁸¹ "Por outras palavras: o encômio dos mortos ilustres (ou a evocação dos grandes acontecimentos significativos), enquanto prática cimentadora da sociabilidade, pressupunha uma atitude de fundo religioso, ou melhor, uma certa religiosidade cívica, pelo menos na acepção, tal como o próprio Comte também havia sugerido, segundo a qual 'ser religioso, no sentido positivo, quer[ia] dizer sentir-se ligado aos outros por uma comunhão de sentimentos e de ideias". CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Nudoc-UFC; Museu do Ceará, 2005, p. 105 e 106.

pondera que, “precisamente porque se trata de julgar o mérito de uma vida, as comemorações, tal como na tradição católica, elegiam a data da morte como o dia maior da evocação”.¹⁸² Após a morte é possível se realizar uma avaliação mais coerente de toda a trajetória da vida de uma pessoa, ponderar e estabelecer os caminhos que levaram aquele fim, atribuir vários significados desde os primeiros dias de vida até o derradeiro. Como numa narrativa em que existe começo, meio e fim. O fato de uma morte violenta¹⁸³ ser o ponto final de uma trajetória contribui ainda mais para uma profusão de especulações do que teria levado a tal desfecho implacável. Embora a morte esteja emaranhada na essência humana, como algo natural, qualquer quebra na naturalidade desse fato provoca um estado de comoção com maiores proporções no qual o dever de memória de uma sociedade com o morto parece tornar-se maior.

Tal dever de memória pode constituir-se numa ligação fundamental entre uma sociedade contemporânea e seus antepassados. Por meio dessa dívida podem ser fomentadas características de identidade entre os indivíduos.

Uma das formas de ir saldando essa dívida histórica poderia ser cultuando a memória dos mortos. Embora o culto aos mortos seja uma característica apresentada desde tempos longínquos da humanidade, tal ato vem sendo ressignificado por diversas ações humanas com o passar dos tempos. Manter viva uma memória é como se fosse possível vencer o poder de destruição causado pela morte, a busca pela eternidade. Pensando em termos religiosos, Jesus foi morto no calvário e teria ressuscitado ao terceiro dia para o reino prometido da eternidade. Tal fato não pode ser comprovado por meio de vestígios a não ser pelos caminhos de explicação da fé. No entanto, ainda hoje, Jesus está vivo em um “reino da memória” e suas ações ainda são lembradas por milhões de pessoas cotidianamente.

¹⁸² CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Nudoc-UFC; Museu do Ceará, 2005, p. 103.

¹⁸³ “De fato, existe uma morte que só se encontra em estado puro, por assim dizer, na esfera da existência pública: a morte violenta, o assassinato. Não se poderia fazer economia desse novo desvio, que já é um desvio pela história, mas também desvio político. O medo da morte violenta, como se sabe, é considerado por Hobbes como uma passagem obrigatória em direção ao contrato celebrado entre todos os membros de uma comunidade histórica a favor de um soberano não contratante. Ora, a morte violenta não poderia ser apressadamente incluída entre as coisas dadas e manejáveis. Ela significa alguma coisa essencial concernente à morte em geral e, em última instância, à nossa morte. A morte dos próximos, sobre a qual preferimos meditar, é, na verdade, a morte “suave”, ainda que o horror da agonia a desfigure. Mesmo assim, ela equivale a libertação, ao apaziguamento, como o rosto do defunto permite ver, segundo o desejo secreto dos sobreviventes. A morte violenta não se deixa domar tão facilmente”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.371.

Poder-se-ia dizer que o reino da vida eterna seria o reino da memória? Seria uma possível comparação.

Outro ponto em que pode ser observada a busca por uma eternidade encontra-se em uma nota de Eusébio de Sousa no final dos relatos sobre a festividade do centenário da morte de Tristão Gonçalves.

O sr. dr. Eusébio de Sousa, promotor das solenidades cívicas acima descritas, conseguiu que dentre o grande numero de baptisados havidos no dia 31 de outubro na capella de Santa Rosa, por ocasião da missa campal, fossem baptisadas duas crianças: uma com o nome de Tristão Gonçalves, do grande cearense e outra com o de sua viúva Anna Triste. Este facto, aliás todo expontaneo por parte dos pais das innocentes criaturinhas, teve sua grande significação, pois irá, com o decorrer dos tempos, perpetuar a memória do valoroso cearense e de sua digna consorte.¹⁸⁴

A repetição de um nome pode atuar também como mais uma ferramenta capaz de colaborar com a eternização da memória de um determinado personagem histórico. Os significados construídos em torno de uma personalidade acabam de alguma forma por ter transmitidos alguns de seus elementos simbólicos quando o nome reaparece em outro momento. Tal forma de homenagem também pode ser entendida como um tipo de comemoração. Para Aleida Assmann “a eternização do nome é a variante mundana da salvação da alma”.¹⁸⁵ É nesse entremeio entre o sagrado e o profano que vão sendo construídas as diversas relações políticas. Mas o que vale sempre ser problematizado é essa construção, de como por meio de ações políticas, a própria política tornar-se-ia um item sagrado da sociedade.

Quais então outras possibilidades de interpretação para a construção daquele monumento em homenagem a Tristão Gonçalves no interior do Estado do Ceará? Uma possibilidade a ser destacada é a de que tal ritualística serviria, ou melhor, pretenderia transformar a figura de Tristão Gonçalves de um simples morto em um antepassado¹⁸⁶ comum dos cearenses. Como antepassado, Tristão

¹⁸⁴ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 36 e 37.

¹⁸⁵ ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 43.

¹⁸⁶ “Relembre-se que, para o positivismo, numa explicitação das atitudes que animavam o culto romântico dos mortos, só um segundo enterramento possibilitaria um ritualismo propício à imortalização do indivíduo na memória colectiva, garantindo a sua eternidade subjectiva (com os cortejos, as sepulturas, as incrições, os bustos, as estátuas), forma mitigada de dar continuidade à transformação ritual do morto em antepassado, isto é, em figura exemplar finalmente depurada para a comemoração”. CATROGA, Fernando. *O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. p. 36.

Gonçalves serviria como mais um elemento que colaboraria com a formação da identidade dos cearenses. Novamente destaca-se o trecho final da biografia de Tristão Gonçalves, publicado em *Os Martyres da Confederação do Equador*, de Guilherme Studart, no qual aparece que:

Uma das ruas de Fortaleza se condecora com o nome de Tristão Gonçalves, quando o Ceará levantará na praça pública condigno monumento ao republicano *sans per et sans reproche*, ao grande intemerato chefe da Revolução de 1824?¹⁸⁷

O texto de Guilherme Studart produzido durante o centenário da Confederação do Equador no Ceará, 26 de agosto de 1924, demonstrava a intenção de se erguer um monumento em homenagem a Tristão Gonçalves, no entanto, tal fato não chegou a se concretizar. Como foi apresentado ao longo do texto, tal monumento só apresentou forças para ser construído em uma fazenda no interior do Estado. Por quais motivos não se ergueu um momento desse porte na própria capital, Fortaleza? Em Fortaleza até aquela data outros monumentos já haviam sido erguidos em honra de outras personalidades políticas como: General Tibúrcio (1888), General Sampaio (1900), Capitão J. da Penha (1919), Justiniano de Serpa (1924) e religiosas como: Nossa Senhora da Paz (1921). Durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil foi inaugurado um monumento na cidade. O próprio Imperador D. Pedro II, símbolo da monarquia, contra a qual lutou Tristão Gonçalves, desde 1913, já possuía uma estátua em sua homenagem em frente à Igreja Matriz. Assim, o que parece é que em Fortaleza, as ações políticas em defesa da memória da Monarquia atuaram com mais vigor, buscando estabelecer alguns marcos de referência.

Mas não faltaram tentativas para a construção de tal monumento em Fortaleza. Na Revista do Instituto do Ceará de 1929/1930¹⁸⁸, Eusébio reuniu em capítulo algumas de suas crônicas publicadas naquele período para a *Gazeta de Notícias*. Na crônica “Pela Glória de Tristão Gonçalves”, Eusébio de Sousa elabora um requerimento que, por intermédio do Instituto do Ceará, deveria ser entregue ao então prefeito de Fortaleza, Alvaro Weyne, abaixo segue o requerimento.

¹⁸⁷ STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924. p. 12.

¹⁸⁸ A Revista é correspondente ao ano de 1930, no entanto, foi editada conjuntamente com a edição de 1929.

Não é estranho ao Instituto do Ceará o modo por que vem se conduzindo nos destinos prefeituras e o município de Fortaleza., o sr. Alvaro Weyne, procurando, no mais justo e louvável dos propósitos, dotar a nossa capital com utilíssimos melhoramentos, alguns já postos em evidência.

Varias ruas já foram calçadas, novas artérias da zona suburbana têm sido rasgadas, algumas praças têm sido embellezzadas, para exemplo a antiga do Carmo, que constitue, hoje, um dos nossos mais aprasiveis logradouros. Agora mesmo o operoso governador da cidade no aformoseamento da antiga praça da Lagôinha, procurando transforma-la em jardim público.

Será uma medida de alto alcance patriótico, si ao centro dessa futura praça encravada, como se acha, no coração da cidade, fosse erigido um modesto monumento que pudesse perpetuar a memória de Tristão Gonçalves d'Alencar Araripe, o grande heroe cearense que presidiu a Republica, no Ceará, em 1824, guiando-se pelos moldes da que fora proclamada, dias antes, no Recife, e presidida por Manoel de Carvalho Paes de Andrade...

... Desnecessario se torna enaltecer o valor histórico desse preito de homenagem que seria tributado ao denodado cearense, quando é bem conhecida a sua extraordinária actuação no glorioso movimento republicano de 1824. Fortaleza, com o monumento indicado, daria uma prova aos porvindouros de seu muito amor ás nossas tradições, memorando a glória de nossos maiores.

Requeiro, pois, que o Instituto se dirija ao sr. Prefeito Municipal alvitando a minha suggestão, ao mesmo tempo fazendo-lhe um apello para que a ideia se torne uma realidade.¹⁸⁹

Tal apelo parece ter sensibilizado, ao menos, os membros do Instituto do Ceará que se prontificaram em fazer com que o assunto chegasse até o prefeito. Eusébio de Sousa arremata sua crônica buscando motivar ainda mais a execução do ato.

Queiram os fados que s. s., espírito esclarecido e vontadoso que é, possa comprehender o valor dessa homenagem de modo a se tornar o justo anseio do "Instituto do Ceará" em um facto.

Alguem escreveu "que o culto do passado não deve limitar-se á commemoração, como nós costumamos fazer, das grandes datas nacionaes, a discurso de sessões magnas, ao hasteamento da bandeira nas repartições publicas e ao ócio dos feriados nacionaes".

Commemoremol-o por outros modos menos platônicos, assignalando-se, na praça publica, os feitos gloriosos de nossos antepassados.

O levantamento de um simples obelisco, na praça Commendador Antonio Theodorico, em homenagem ao valor do grande cearense Tristão Gonçalves d'Alencar Araripe, não custará rios de dinheiro.

Para effectual-o basta a vontade férrea do sr. Alvaro Weyne.¹⁹⁰

¹⁸⁹ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XLIV, Fortaleza, 1930. p. 258, 259 e 260.

¹⁹⁰ Ibidem. p. 260.

Nessa parte do texto, Eusébio de Sousa expõe a sua concepção histórica, qual seja, de que os grandes fatos e grandes personalidades deveriam ser corriqueiramente lembradas, por meio de diversas estratégias, não apenas em oportunidades de comemoração. Tal trecho utilizado pelo autor, foi proferido em 1923, pelo deputado pernambucano Luiz Cedro, ao apresentar o projeto de criação da Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil.¹⁹¹

Assim, destaca-se mais uma vez o envolvimento de Eusébio de Sousa com as questões de patrimônio, como já demonstrou Cristina Holanda¹⁹². Ressalte-se também que para Eusébio de Sousa bastava a vontade do prefeito para que se consolidasse o seu pedido, expondo dessa forma como os poderes públicos deveriam se envolver em questões de preservação de uma determinada memória do lugar.

Mesmo após essas tentativas não foi erguido na cidade de Fortaleza nenhum monumento em homenagem a Tristão Gonçalves. A função política de um monumento de criar identificação acabou não sendo consolidada na capital.¹⁹³ Mas, existe na cidade um espaço reservado à memória de tais acontecimentos: o Passeio Público. Local de grande tradição da cidade, cujo nome oficial é Praça dos Mártires em homenagem aos envolvidos na Confederação do Equador, que foram executados naquele local, antigo campo da pólvora. Mas quais os possíveis motivos pelos quais o nome oficial Praça dos Mártires não se impôs como referencial, e sim o nome Passeio Público. Alguns possíveis caminhos serão apresentados na sequência.

¹⁹¹ RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do Patrimônio em São Paulo 1969-1987*. p. 12. Disponível em: http://www.mem.com.br/Imagens_do_passado.pdf. Último acesso em: 25/10/2013. O trabalho disponível é baseado na tese da autora defendida no ano de 1994 na UNICAMP.

¹⁹² HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do Templo da História. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

¹⁹³ “Sin duda alguna, toda muerte provocada por mano humana en una guerra o una guerra civil ha tenido desde siempre una función política... transmitían un imperativo de identificación. Los muertos encarnaban una postura modélica, murieron en una tarea con la que los vivos debían estar en armonía, para que los caídos no hubieran caído *en vano*”. KOSELLECK, Reinhart. *Monumentos a los caídos como lugares de fundación de la identidad de los supervivientes*. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madrid: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2011. p. 73 e 77.

2.3. Praça dos Mártires ou Passeio Público: o mesmo espaço, múltiplas memórias.

No último tópico desse capítulo será levantada a questão da Praça, local público que frequentemente é alvo de disputas entre os diversos setores da sociedade. Tais disputas envolvem o próprio espaço físico do lugar, grupos de diversas gerações e diferentes camadas sociais buscam o seu lugar de encontro, um local de identificação. No entanto, além do espaço ocorrem também disputas de memórias, ou seria pertinente observar que os confrontos de memórias se constituem como mais uma frente de batalha na luta pelo espaço? As memórias vão sendo criadas, modificadas e difundidas dentro de uma sociedade, até algumas delas acolherem seus lugares de memória, no qual as ações comemorativas vão buscar consolidar determinada tradição.¹⁹⁴ No entanto, tal processo não ocorre de forma natural e sim por meio de confrontos.

O ponto de disputa em destaque nesse momento será o que ocorre entre a nomenclatura oficial, estabelecida pelo poder público para um determinado lugar e o nome popular pelo qual é conhecido o mesmo local. O Passeio Público de Fortaleza é um caso onde pode ser verificado tal embate. Oficialmente, a nomenclatura do lugar é Praça dos Mártires em homenagem aos participantes da Confederação do Equador no Ceará que foram executados em público naquele local. No entanto, o local é conhecido popularmente como Passeio Público, termo que remete para outras lembranças diferentes das da Confederação. Observando o confronto no qual a nomeação oficial nem sempre prevalece sobre a popular, algumas questões referentes à disputa de memórias podem ser observadas.

Durante a comemoração do centenário da participação do Ceará na Confederação do Equador, o local serviu de palco para o primeiro evento daquele dia de festividades: a celebração de uma missa campal. O convite de programação dos festejos de 26 de agosto de 1924 elaborado pelo Instituto do Ceará e as notas publicadas nos jornais *Diário do Ceará*, *Correio do Ceará*, *O Nordeste* e *Jornal do*

¹⁹⁴ “Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas que fora introduzida a noção de lugar de memória, anterior às expressões e às fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 157.

Comercio sobre aquele dia mencionam o lugar da missa como a Praça dos Mártires. Já o jornal *O imparcial* menciona em seu artigo que a realização da missa aconteceu no Passeio Público. Trata-se do mesmo lugar com suas duas denominações. Chama atenção o fato que, embora com todo o apelo, motivado por aquele momento de comemoração em honra dos cearenses que foram executados naquele local, procurando reforçar a imagem do logradouro como Praça dos Mártires, local de sacrifício, de uma memória trágica de alguns cearenses, coexiste a nomenclatura Passeio Público que remete a outros momentos diversos daquele. Com isso, coloca-se a questão que mesmo em momentos ditos como de sintonia comum dentro de uma sociedade em torno da defesa de uma ideia, amiúde aparecem manifestações contrárias em torno da síntese pretendida. A partir daí pode ser notado, o caráter múltiplo assumido pela memória.

A história da nomenclatura da Praça dos Mártires remonta há bem antes das comemorações. Em artigo da Revista do Instituto de 1942, João Nogueira¹⁹⁵ expõe um resumo dos nomes de alguns logradouros da cidade de Fortaleza e como esses foram mudando. A Praça dos Mártires, segundo Nogueira, apresentou os seguintes nomes: Largo de Fortaleza (1824), Largo do Paiol (1845), Largo do Hospital da Caridade (1856) e Praça dos Mártires, Praça da Misericórdia e Passeio Público (1888).¹⁹⁶ Note-se que João Nogueira não faz distinção com relação a quando teve início o uso dos nomes Passeio Público e Praça dos Mártires, situando na mesma data as duas nomenclaturas.

Em outro artigo também de João Nogueira, produzido em 31 dezembro de 1939 e publicado no seu livro *Fortaleza Velha*, o autor narra de forma mais detalhada alguns episódios que aconteceram no Passeio Público. O texto marcado por um tom saudosista procurava destacar a imagem do que Nogueira considerava como o melhor momento daquele lugar. Principalmente, as quintas-feiras e domingos, no qual ao som das bandas do 15^o e da polícia eram frequentes os encontros e tradicionais passeios das elites de Fortaleza, ou nas palavras de João

¹⁹⁵ João Franklin de Alencar Nogueira, filho do Desembargador Paulino Nogueira Borges da Fonseca. “O que excele em sua bibliografia é o seu livro de crônicas sobre Fortaleza, com o título *Fortaleza Velha*, 1ª ed., 1954; 2ª ed., 1958, livro resultante da seleção de crônicas suas publicadas nos jornais de Fortaleza, de junho de 1921 a maio de 1942, sem que fiquem coordenadas na ordem do tempo em que foram escritas, o que, no entanto, pouco importa pois cada qual fere tema próprio, sem sujeição à cronologia”. GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição de. Dicionário da literatura cearense. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987. p. 172 e 173.

¹⁹⁶ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano LVI, Fortaleza, 1942. p. 149.

Nogueira ali era onde “se reunia a melhor sociedade de Fortaleza”¹⁹⁷. Aqui chama-se a atenção para o posicionamento de João Nogueira buscando entrelaçar a história do Passeio Público com o de um determinado setor da sociedade cearense: uma elite.

A crônica de João Nogueira posicionava-se de forma contrária às transformações pela qual a cidade de Fortaleza estava passando, devido às obras empreendidas por seus gestores em nome de uma modernização do espaço urbano.¹⁹⁸

Ainda no texto de João Nogueira, a história do lugar conhecido como Passeio Público teve início logo após o fim da Confederação do Equador, quando o presidente da Província era José Felix de Azevedo e Sá, que ficou conhecido por ter prontamente entrado em acordo com as tropas do governo imperial, as quais vieram debelar o movimento da Confederação. Durante o governo daquele presidente, o local situado junto ao forte teria recebido os primeiros cuidados visando tornar-se um local de encontro público.

Depois de Felix de Azevedo, somente em 1864, durante o governo de José Bento da Cunha, o local do Passeio recebeu outra atenção. O então governador pediu ao Engenheiro da Província que elaborasse um orçamento de obras de construção daquele lugar público.

Mas esse local de clima agradável para encontros e passeios diários tem sua outra faceta. “Ali correu o sangue dos fuzilados de 1825 e, por várias vezes, lá ergueram a forca para condenados de pouca ou nenhuma importância social.”¹⁹⁹ Assim, João Nogueira começa a explicar os motivos da nomenclatura, Praça dos Mártires, adotada também para aquele lugar. Com isso, lembra-se que por ser aquele lugar próximo ao forte, a sede militar da cidade, era usado com frequência em punições de diversos indivíduos ao longo da história. Embora a homenagem seja feita em nome dos confederados que foram executados naquele lugar, e que

¹⁹⁷ NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha; crônicas. 2ª ed. Fortaleza, Edições UFC/PMF, 1980. p. 20.

¹⁹⁸ No trabalho de Carlos Nogueira é problematizada essa relação dos textos memorialísticos que se posicionavam contra os avanços que aconteciam em nome do progresso. Em virtude desses choques antigo x moderno, velho x novo, retrocesso x progresso, proporcionam-se formas diferenciadas de se perceber e até mesmo registrar a passagem do tempo. NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

¹⁹⁹ NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha; crônicas. 2ª ed. Fortaleza, Edições UFC/PMF, 1980. p. 16 e 17.

posteriormente foram considerados mártires, outras execuções ocorreram naquele espaço. O próprio João Nogueira levantou a questão de que os pretos da Laura que receberam a pena capital, não são mencionados em tais homenagens. Assim fica a questão de que foi necessário criar a imagem de um determinado tipo de mártir e herói para que esses ganhassem seu espaço dentro da sociedade. O espaço reforçando, ou melhor, procurando cristalizar essa imagem dos heróis da Confederação. Mas quais os possíveis motivos para que a lembrança dessas outras mortes caiam no esquecimento? No Passeio Público, as elites de Fortaleza desfilavam suas roupas, seu modo de vida, era o seu lugar de diversão, seria conveniente insistir na lembrança de que esse local de preferência das elites no início do século XX, foi também um lugar onde escravos foram assassinados. Talvez tal episódio devesse convenientemente ser relegado ao esquecimento. Mas a memória também é esquecimento.

A morte dos confederados até poderia ser lembrada, afinal de contas, esses heróis faziam parte de alguma forma das classes dirigentes durante 1824. A Confederação do Equador teve o seu caráter de luta política, tal feito também merecia destaque, recobria com uma aura especial aquele lugar onde foi comunicada, anos depois da Confederação, a Proclamação da República em Fortaleza. Tal feito, aliás, procurava reforçar a imagem do lugar, como um local em que tradicionalmente se lutava pela República, se em 1824 foram sacrificados os mártires que lutaram pela República, em 1889 naquele local comunicou-se a Proclamação do novo regime em Fortaleza. Embora a Confederação do Equador não tenha exaltado o sistema Republicano e sim o federalismo, tal aspecto era omitido, proporcionando outra leitura dos fatos.

Na narrativa de João Nogueira nota-se que a ênfase de seu texto recai sobre o título do Passeio Público e das imagens que esse nome evocam, como um lugar de encontro principalmente das camadas mais abastadas de Fortaleza. O nome Praça dos Mártires, seus significados e desdobramentos, pouco aparecem em seu texto memorialístico.

Gustavo Barroso²⁰⁰, outro estudioso sobre os diversos temas da História do Ceará, teve publicado o livro *À margem da história do Ceará*, postumamente em

²⁰⁰ Gustavo Dodt Barroso, nascido em Fortaleza, no dia 29 de dezembro de 1888. Versou os mais variados assuntos e temas – História, Biografia, Arqueologia, Museologia, Economia e Finanças, Folclore, Lexicografia, Literatura Histórica, Didática Infantil, Política, Memórias, Viagens, Teatro.

1962. O livro apresenta uma coleção de textos diversos sobre episódios da história do Ceará. Entre os textos, “O Netuno de água doce” narra um pouco da história do Passeio Público.

O texto inicia com um breve comentário sobre a fundação do Forte da cidade de Fortaleza, tratando de que foi em torno daquela fortificação que foi se desenvolvendo o núcleo da cidade. Aquele espaço situado ao lado da atual Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção recebeu o nome de Campo ou Largo Pólvora. Construções posteriores foram delimitando aquele espaço.

Segundo Gustavo Barroso,

Sendo a primeira praça da povoação e estando ao lado do quartel, da fortaleza e das prisões, foi naturalmente local de execuções de penas de morte. Vencida a Revolução de 1824, foram ali espingardeados o padre Gonçalo Mororó, o capitão Carapinima, Pessoa Anta, Ibiapina e Bolão, implicados nesse movimento republicano. Daí o ter o Campo da Pólvora seu nome mudado mais tarde para Praça dos Mártires.²⁰¹

A partir da leitura do autor pode-se perceber que a história daquele lugar é tão antiga quanto a da cidade de Fortaleza. Por estar localizado ao lado do Forte que se efetivou como o ponto central de ocupação da cidade, aquele espaço também sofreu uma série de transformações, assim como Fortaleza. Até meados do século XIX, o uso militar era a prioridade naquele espaço, servindo como depósito de armamentos e também como local público de execuções de penas de morte. E vale destacar novamente que não só os participantes da Confederação do Equador foram executados no local, mas também outras pessoas que foram punidas com a pena capital. No entanto, as ações políticas em torno da memória, empreendem uma seleção especial em torno dos participantes daquele movimento de 1824, deixando ao esquecimento os outros executados. Assim, por quais motivos não lembrar todos aqueles que foram executados naquele Campo de Pólvora? O que poderia ter de especial na execução do Confederados? Se caso as memórias da Praça dos Mártires se estendessem para esses outros condenados, de outros setores da sociedade, a lembrança do nome Praça dos Mártires teria adquirido maior profundidade social?

Inúmeros, os seus romances, contos e novelas, livros de erudição, ensaios, crônicas e pensamentos. GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição de. Dicionário da literatura cearense. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987. p. 62.

²⁰¹ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 271 e 272.

No artigo, “Execuções de pena de morte no Ceará”, escrito por Paulino Nogueira e publicado na Revista do Instituto do Ceará de 1894, é apresentado um histórico da pena capital em todo o Ceará. Na parte tocante à cidade de Fortaleza, as primeiras execuções na cidade teriam sido,

... em 1632, de ordem de Domingos da Veiga Cabral, que ficara substituindo, no governo da colônia, a Martins Soares Moreno, enquanto este foi a Pernambuco, com um reforço de índios, unir-se a Mathias de Albuquerque, para combater os holandeses. Nesse ínterim os holandeses tentam pela terceira vez apoderar-se do forte de N. S. do Amparo, hoje cidade de Fortaleza, vindos em dois baixéis armados. Desembarcaram quatro índios educados em Amsterdam, para seduzir os indígenas; mas o governador interino faz enforcar doud delles, e assim frustra a tentativa.²⁰²

No texto de Paulino Nogueira, baseado no *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de Thomaz Pompeu, não se pode afirmar com precisão que o local do acontecido tenha sido a região do atual Passeio Público. No entanto, após esse episódio as próximas execuções foram dos envolvidos na Confederação do Equador. Além desses, de 1835 a 1855, outros 10 casos são destacados por Paulino Nogueira, na sua maioria escravos que após terem matados seus senhores receberam pena capital. Destaca-se o caso do Brigue escuna Laura II. Os escravos que faziam parte da tripulação da embarcação após um motim mataram o Capitão do navio, que era o senhor dos escravos, e seus ajudantes. Decorridos os trâmites judiciais 6 escravos foram executados no Largo do Paiol da Pólvora. Paulino Nogueira apresenta ainda uma imagem de mais um dado do acontecimento que, “da rua Major Facundo via-se a forca, armada precisamente no lugar, onde existe hoje o tanque do Passeio Público.”²⁰³

Com isso, caracteriza-se aquele espaço até meados do século XIX, como um espaço público onde acontecia a punição da pena de morte na capital, o caso dos confederados não foi uma exceção. A peculiaridade do caso é que as acusações contra os participantes da Confederação do Equador teriam um caráter político, de envolvidos numa guerra contra o Imperador. Os outros casos foram de assassinados que acabaram sendo julgados e punidos com a pena máxima.

Embora apresentando essa ligação estreita com a morte, os mortos não ficaram presentes naquele local conferindo a ele uma maior sacralidade. Os corpos

²⁰² REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano VIII, Fortaleza, 1894. p. 15.

²⁰³ Ibidem. p. 53.

e os vestígios daquela prática foram removidos para outros lugares. O que persiste daqueles acontecimentos existe em um campo simbólico.²⁰⁴ Nesse ponto uma assertiva de Aleida Assmann, convida à reflexão sobre a fixação de lugares em nome de uma determinada memória de um acontecimento. O fato seria que para as pessoas “é preferível “abraçar” um ente querido num túmulo mais íntimo do que em um monumento”. Ainda, “a memória do local garante a presença do morto; o monumento em contraposição, toma a atenção para si mesmo como um símbolo representativo.”²⁰⁵ Tal afirmação esboça uma diferenciação entre a memória que pode ser estabelecida em um lugar e a construção de um monumento. A relação entre lembrança e espaço é bastante peculiar a cada indivíduo, no estabelecimento de um monumento ele adquire um sentido simbólico capaz de coordenar determinadas lembranças. As lembranças do mármore são sempre mais “frias” o modo de torná-las mais “quentes”²⁰⁶ é o desafio a ser vencido pelas comemorações.

Procurando estabelecer uma relação com a ação comemorativa tratada no tópico anterior, qual seja, a construção de um monumento no local onde teria tombado Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, nota-se certa busca pela convergência desses pontos, o local exato da morte do então Presidente da Confederação do Equador no Ceará seria consolidado com a construção de um monumento fortalecendo ao menos em tese a memória daquele acontecimento. No Passeio Público como local onde foram executados os participantes da Confederação: Pe. Mororó, Capitão Carapinima, Pessoa Anta, Pereira Ibiapina e Azevedo Bolão não se apresenta um monumento específico com relação a esse fato. O estabelecimento do nome Praça dos Mártires e as festividades realizadas no local durante o centenário parecem não ter sido suficientes para a consolidação da memória daquelas mortes ocorridas no então Campo da Pólvora.

A partir da segunda metade do século XIX houve um aumento no ritmo de crescimento da cidade de Fortaleza. Impulsionado pelos lucros gerados pelo comércio, principalmente, do algodão, a cidade passou a respirar ares de maior desenvolvimento. Juntamente com essa crescente onda de desenvolvimento,

²⁰⁴ “De um lado, estão os interesses de uma memória dos mortos que persistentemente se prende a um local; esse local da memória se torna, em certo sentido, um local sagrado, instaurado pela presença do morto”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 345.

²⁰⁵ ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 346.

²⁰⁶ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

intensificaram-se as ações políticas no espaço urbano. E o local do antigo Campo da Pólvora acompanhou de perto os desdobramentos desse processo.

Nesse ponto Gustavo Barroso expõe alguns aspectos fundamentais na transformação daquele lugar.

Em 1850, verificando ser o local preferido para passeios matutinos e vesperais dos moradores próximos, ideou o presidente da província Dr. Fausto Antônio de Aguiar transformá-lo num Passeio Público, como era uso terem todas as cidades em Portugal e no Brasil. O governo provincial, porém, só realizou esse projeto em 1864. A praça foi ajardinada e arborizada.²⁰⁷

Com o desenvolvimento material proporcionado pelo aumento de recurso na cidade pode-se perceber certo anseio da parte de determinados setores sociais para que as marcas desse desenvolvimento fossem observadas também em espaços públicos. A criação de um Passeio Público atenderia naquele momento aos interesses de uma classe de comerciantes em expansão na cidade, que tinham o seu comércio e sua residência nas imediações daquele local. Seria um espaço de lazer destinado especialmente aquele grupo social. Além disso, a criação de tal espaço poderia colocar a cidade de Fortaleza, ao menos naquele aspecto, em equivalência com outras do Brasil e em Portugal, como citado por Barroso.

Após sua criação o Passeio Público foi aumentando sua importância e por isso passou a receber certa atenção especial da parte dos poderes públicos. Se a cidade de Fortaleza crescia, o Passeio também e com reformas sucessivas foi ampliando a sua área.

Mas a parte em ladeira que descia até a Praia do Maceió, onde outrora haviam ancorado os maracatins de Matias Beck, foi somente cercada, constituindo uma espécie de pequeno sítio ou chácara, que a Câmara Municipal alugava a particulares para hortas e capinzais. Esteve alguns anos na era de 1860 ocupado dessa forma por meu avô, o capitão José Maxiamiano Barroso. Somente anos mais tarde nesse terreno inclinadíssimo da encosta da colina Marajatiba se fariam as grandes muralhas de sustentamento que permitiriam os chamados Primeiro e Segundo Planos do Passeio Público, constituindo o principal, o do Campo da Pólvora, o Terceiro, no mesmo nível da cidade.²⁰⁸

²⁰⁷ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 272.

²⁰⁸ Idem. Ibidem. p. 272.

A narração de Gustavo Barroso sobre a história do Passeio Público é bastante rica em detalhes que mostram todo o esplendor de uma época considerada áurea daquele lugar. No entanto, do trecho acima destaca-se o envolvimento que parecia ter o autor com aquele local. O texto de Gustavo Barroso, embora pontilhado por datas específicas, que provavelmente apontam para um trabalho investigativo acerca da história daquele lugar desenvolvido pelo autor, ele não apresenta as referências de onde foram retirados tais dados. Pela fluência da linguagem utilizada no texto, parece tratar-se de um texto de cunho de memorialista, no qual o autor pretende construir e defender uma determinada memória daquele espaço. E a afetividade é uma ferramenta fundamental no processo de construção da memória. Tal processo de entrelaçamento entre afetividade e memória oferece força ainda maior na recordação de determinada lembrança.²⁰⁹ Como apontado anteriormente, as próprias ações comemorativas buscavam estabelecer esses laços de afetividade com uma determinada memória e a sociedade. A partir de tais laços de afetividade as memórias poderiam ganhar maior ressonância social.

As raízes de tal afetividade para Gustavo Barroso parecem estar fincadas no vínculo que a sua família²¹⁰ manteve com aquela localidade. Como citado pelo autor, seu avô ocupou durante algum tempo os arredores daquela região. Assim, por meio desse vínculo de gerações estabelecido com aquele lugar, as memórias de Gustavo Barroso parecem ganhar ainda mais força.

Pode-se observar a seguir a riqueza de detalhes utilizada pelo autor na descrição dos três planos do Passeio Público.

Este [o terceiro plano] recebeu um belo gradil de ferro batido com portões largos abrindo sobre as fachadas do quartel, da Santa Casa e a Rua Major Facundo. Os outros foram murados, com gradil de portão sobre a praia. No Primeiro Plano, arborizado e entouceirado de bambus, fez-se um lago

²⁰⁹ “Como já se explicou no capítulo sobre o poder efetivo da imagem, o afeto [*Affekt*] desempenha um papel central na história da mnemotécnica. Uma vez que essa memória artificial precisa tomar como ponto de partida as propriedades da memória natural, ela tira vantagens dos potenciais desta última... Neste último caso, recordação e afeto fundem-se em um complexo indissolúvel. Que recordações em particular serão “afetadas” por essa força estabilizadora, isso certamente foge ao controle do indivíduo, pois a participação afetiva em determinadas recordações justamente *não* (grifo do autor) pode ser controlada pelos indivíduos”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 269 e 270.

²¹⁰ “O que dota determinados locais de uma força de memórias especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de família... Em um local de gerações como esse os membros de uma mesma família nasceram e morreram, em uma corrente inquebrantável de gerações...”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 320.

artificial alimentado por um braço do Rio Pajeú, o Marajaik dos holandeses. Ao centro, sobre um montículo artificial erguido numa ilhota, uma estátua de Netuno, brandindo o tridente, desafiava a verde e espumante cavalaria das ondas. Havia animais soltos nesse pequeno e encantador parque: emas, cutias, veados, cisnes e patos. Aos poucos abandonado, tornou-se um antro de vadios, que transformaram o lago em piscina e os dois pavilhões em estilo oriental, que ornavam suas margens, em vespasianas...

O Segundo Plano teve uma linda arborização de pitombeiras e pitangueiras, repuxos em cascatas artificiais, a Diana no Banho, de Jean Goujon, mirando-se no espelho dum tanque, e um cassino, onde havia um bar e bilhares. Também abandonado no correr dos anos, foi raspado barbaramente. Atualmente, é uma simples praça de esportes.

Enfim, o Terceiro Plano, de vida gloriosa nas tradições urbanas, conseguiu escapar a uma destruição total...²¹¹

O espaço do antigo Campo da Pólvora foi por meio de sucessivas reformas ampliado chegando até a praia. Aquele local de execução das penas capitais foi bastante modificado e embelezado procurando apagar as marcas das condenações impostas ali. Durante a segunda metade do século XIX e o início do XX, o Passeio Público tornou-se um dos principais pontos de encontro da cidade. Encontros dessa vez não para serem observadas mortes, mas outras atividades de lazer, caminhadas, conversas e paqueras. Execuções naquela época, apenas das tradicionais peças musicais tocadas pela banda de música do quartel. Mudavam os espaços da cidade e com essas mudanças iam-se imprimindo no espaço as marcas do tempo. Mas os vestígios dessas várias temporalidades podem ser percebidos com um olhar atento. É possível que as narrativas memorialísticas, de certa forma, sirvam para recuperar alguns desses fragmentos perdidos e/ou encobertos pela ação dos homens no tempo. Por meio desses textos opera-se uma inscrição na percepção do espaço, relacionando a uma escala do ritmo de duração dela. Enquanto as construções edificam o tempo de modo material.²¹²

²¹¹ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 272 e 273.

²¹² “Seja ele espaço de fixação no qual permanecer, ou espaço de circulação a percorrer, o espaço construído consiste em um sistema de sítios para as interações mais importantes da vida. Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material. Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narratividade impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que se alternem renovação e repetição. É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível um espaço ali

Com essas modificações sucessivas muitas vezes não se muda apenas a estrutura do lugar, muda-se também a sua nomenclatura. Espaços públicos de circulação podem ser utilizados como espaços de encontros e até mesmo para comemoração. Na medida em que se celebra aquele espaço, celebra-se também o seu nome. No caso do espaço localizado entre o forte e o hospital, essa passagem ocorreu então durante o século XIX, quando o antigo Campo de Pólvora, após algumas mudanças²¹³, passou a ser o Passeio Público da cidade. O nome Passeio Público procura trazer outra imagem para aquele espaço, e porque não dizer para a cidade de Fortaleza também, diferente daquela dos momentos iniciais de sua formação. Se um Campo de Pólvora atrelado ao Forte pode significar uma cidade sob forte proteção, na qual era capaz de fazer cumprir à risca as leis, não importando suas consequências. Um Passeio Público tenta destacar outros aspectos dessa cidade, que durante o século XIX buscava demonstrar certos anseios de civilização. Uma civilidade na qual a organização social não seria mais imposta pelo uso da força, mas sim por meio de um mecanismo mais sutil de disciplinarização do espaço.

A cidade se constitui assim como um espaço privilegiado de observação das ações humanas no tempo. Tal relação entre homem e cidade é recoberta de grande complexidade e envolve diversos conflitos, pois para seus espaços públicos convergem sujeitos de diferentes camadas sociais. Gustavo Barroso destaca que o Passeio Público começa a entrar em decadência, na medida em que os “vadios” começam a utilizar o lago de Netuno como piscina e seus Galpões em estilo oriental para vespasianas.

O Passeio era público, mas nem todos os públicos eram desejáveis naquele espaço. Existiam normas e costumes sociais que deveriam ser respeitados naquele espaço. A partir do momento em que tais disposições não são cumpridas surgem conflitos. Alguns outros pontos de divergência podem ser observados em documento da Câmara Municipal de Fortaleza que era responsável pela manutenção do espaço.

sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 159.

²¹³ Largo de Fortaleza (1824), Largo do Paiol (1845), Largo do Hospital da Caridade (1856) e Praça dos Mártires, Praça da Misericórdia e Passeio Público (1888). REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano LVI, Fortaleza, 1942. p. 149

Fortaleza, 5 de março de 1908

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sr. Dr. Secretario da Justiça

O Passeio Público que se acha invadido por grande numero de mulheres da vida alegre praticando actos que affectam a moralidade pública, peço providência a V. Ex.^a. para que sejam postas à disposição do administrador do mesmo, quatro praças da Guarda Cívica, afim de que seja respeitado o decoro e a moralidade das famílias que por ali transitam quer no recinto ou nas imediações do logradouro.

Guilherme Cesar da Rocha – Intendente municipal²¹⁴

Nessa correspondência expedida pelo Intendente de Fortaleza, Guilherme Rocha²¹⁵, verifica-se novamente a preocupação em selecionar quem deveria frequentar o Passeio Público. As mulheres da vida alegre feriam a moralidade pública observada naquele espaço frequentado por famílias. Assim, o Intendente solicita um melhor policiamento para colocar um fim em tais práticas. Nota-se ainda no texto que não só o Passeio deveria receber a fiscalização, mas, também os seus arredores.

Com isso fica a questão de quem poderia frequentar aquele Passeio Público? Em uma cidade que aumentava cada vez mais o seu número de habitantes, aumentavam também as desigualdades sociais e cada qual desses segmentos sociais deveria ocupar seu espaço.

Observando essas medidas questiona-se a assertiva de Gustavo Barroso sobre a divisão do espaço no Passeio Público.

A gente fina enchia a Avenida Caio Prado, cujas batalhas de *confetti* no Carnavalse tornavam famosas. A gente de menos tom frequentava a Carapinima. O povo miúdo ficava na Mororó. Separação de camadas sociais natural e espontaneamente feita.²¹⁶

²¹⁴ APEC. Câmara de Fortaleza, 1890-1921 Cx. 41. Intendência Municipal – Correspondência expedida: 1907; 1908 e 1909. (Documento digitalizado)

²¹⁵ Guilherme Cesar da Rocha – Filho de Manoel Antonio da Rocha Junior,... e de D^a Joaquina Mendes da Rocha... Depois de ter feito os estudos preparatórios no Collegio dos Padres Paiva, no Rio Comprido, Rio de Janeiro, para onde foi em 1856, matriculou-se na Escola de Guerra, que abandonou por doente já no 3^o anno do curso. De volta ao Ceará entregou-se à vida do commercio. No antigo regimen foi 4^o Vice-presidente da Provincia e no actual Vice-presidente do Estado, Commandante Superior da Guarda Nacional, deputado e Intendente Municipal. STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 1 (1910). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 350.

²¹⁶ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 273.

Como tal separação entre camadas sociais pode ter acontecido de forma natural e espontânea, se uma série de ações políticas parecem ter estabelecido essas normas? Talvez tal divisão nem fosse tão rígida assim e houvesse certo fluxo entre elas. No entanto, seguramente, se as classes dominantes se sentissem ameaçadas por tais outros grupos, alguma providência deveria ser tomada.

Por volta de 1914, a Câmara Municipal o entregou [primeiro plano do Passeio Público] à usina de eletricidade, que aterrou o lago e ergueu uma horrenda chaminé de ferro, destruindo a harmonia da paisagem. O pobre do Netuno levado para o lago do Parque da Liberdade, depois Cidade das Crianças, passou a ameaçar com tridente inútil as águas doces da antiga Lagoa do Garrote.²¹⁷

Logo na segunda década do século XX, o esplendor do Passeio Público parece ter começado a diminuir. O primeiro plano foi bastante modificado.

No final do século XIX, outro ponto parece entrar em questão, o local do Passeio também passou ser chamado de Praça dos Mártires. Segundo João Nogueira, no ano de 1888 existiam três nomes para o local: Passeio Público, Praça da Misericórdia e Praça dos Mártires.²¹⁸ No entanto, no livro *Praças de Fortaleza*, Maria Noélia Rodrigues da Cunha apresenta uma descrição mais detalhada da mudança de nome daquele lugar.

1 – FORTALEZA, Largo da: Uma das primeiras Praças de Fortaleza. Data do século XVII e recebeu essa denominação em virtude de ficar ao lado do Forte Schoonenborch, que teve início a 10 de abril de 1649, pelos holandeses do capitão Matias Beck, dirigidos pelo engenheiro Caar...

2 – PAIOL, Largo do: Como o próprio nome indica: pela existência de paiol de pólvora, que ficava situado no ângulo atual da Santa Casa da Misericórdia, lado do mar.

3 – HOSPITAL DA CARIDADE, Largo do: Em homenagem à atual Santa Casa da Misericórdia, cuja criação foi alvitada pelo Presidente da Província, Conselheiro Padre Dr. Vicente Pires da Mota, paulista. As obras tiveram início em 1847, na presidência do Tenente-Coronel de Engenheiros Inácio Correia de Vasconcelos. Foi instalada a 14 de março de 1861, na presidência do Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, depois Visconde de São Luís do Maranhão.

4 – DA MISERICÓRDIA: Em homenagem à Santa Casa da Misericórdia, que foi instalada em 1861, fundada em virtude do Regulamento de 14 de setembro de 1847 e da Lei Provincial nº 928, de 4 de agosto de 1860...

5 – DOS MÁRTIRES: Em sessão de 3 de abril de 1879, por proposta do Vereador João Câmara, cuja justificativa dizia: “e. memória dos beneméritos cidadãos que ali foram sacrificados pela causa da liberdade”.

²¹⁷ BARROSO, Gustavo. À Margem da História do Ceará. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 272.

²¹⁸ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano LVI, Fortaleza, 1942. p. 149.

OBSERVAÇÃO: A Praça era também conhecida por:

1 – CAMPO OU LARGO DA PÓLVORA: Nome popular por ser local destinado ao sacrifício de criminosos. Ali também foi erguido um patíbulo para punir condenados de crimes comuns. Destruído em 1831 por grupos de patriotas exaltados.

2 – PASSEIO PÚBLICO: Nome popular após a construção desse passeio que foi inaugurado entre festas, ao som de bandas de música, em 5 de julho de 1880.²¹⁹

Com esse Histórico, Noélia da Cunha explica a mudança na nomenclatura oficial e até mesmo os dois nomes populares. A autora aponta diferentemente de João Nogueira os anos estabelecidos e suas respectivas nomenclaturas. Em 1879, Praças do Mártires e em 1880 Passeio Público.

Em sessão de 20 de dezembro de 1879

Illmº Exmº Senrº

Tendo esta Camara dado começo à execução de alguns melhoramentos no Passeio Público, à Praça dos Martyres, acaba ella de verificar que a verba consignada no orçamento vigente, 10% de taxa adicional as Inspenções municipaes, apenas produziu até o fim de novembro próximo passado a quantia de Rs. 2:678\$274...²²⁰

Nessa correspondência a Câmara pede ajuda ao Presidente da Província para suprir uma dívida obtida devido às reformas no Passeio Público. No entanto, pode-se perceber que as duas denominações: Passeio Público e Praça dos Mártires já eram utilizadas no ano de 1879. O que demonstra que o entrelaçamento desses dois nomes é de muito tempo.

O nome Praça dos Mártires se remete a acontecimentos da época do antigo Campo da Pólvora, no entanto com outra conotação. Os participantes da Confederação do Equador que foram executados naquele local passaram a ser considerados mártires e heróis cearenses. Com isso, o Terceiro Plano do Passeio Público e o próprio nome das ruas adjacentes: Carapinima, Mororó, deviam se constituir como espaços de recordação da memória desses heróis, que não eram mais considerados inimigos do Imperador e sim mártires que lutaram contra o despotismo de D. Pedro I.

²¹⁹ CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990. p. 269.

²²⁰ APEC. Câmara de Fortaleza, 1872-1880 Cx. 39. Câmara Municipal – Correspondência expedida: 1879. (Documento digitalizado)

Tal disputa não acontece apenas no Passeio Público/Praça dos Mártires. Em outras Praças da cidade de Fortaleza verifica-se o mesmo confronto. Por exemplo Praça General Tibúrcio; o primeiro nome foi Largo do Palácio, depois Pátio do Palácio, Praça do Palácio. Praça General Tibúrcio e Praça 16 de novembro. Em 1891, a denominação oficial voltou a General Tibúrcio, mas popularmente ainda hoje é conhecida como Praça dos Leões, em virtude dos monumentos de leões que fazem parte da decoração da Praça.²²¹

Na Praça Castro Carreira verifica-se novamente a questão. Primeiramente chamada de Campo D'Amélia, depois Senador Carreira, Praça da Via Férrea e desde 1932, Castro Carreira. No entanto é popularmente conhecida como Praça da Estação, por estar localizada em frente à Estação Central da REFFSA ou Estação João Felipe.²²²

Outro caso, a Praça Capistrano de Abreu, cuja primeira denominação foi Praça da Lagoinha, em virtude da praça ter sido construída sobre uma pequena lagoa. Depois passou a se chamar Praça Coronel Teodorico, 16 de novembro, Comendador Teodorico e desde 1965 recebeu sua última denominação oficial Praça Capistrano de Abreu. Até hoje a denominação popular é Praça da Lagoinha, que foi o primeiro nome daquela Praça ainda durante a segunda metade do século XIX.²²³

Tais disputas também não acontecem apenas em Fortaleza, só para citar um exemplo na cidade do Rio de Janeiro, o local conhecido como Campo de Santana recebeu várias outras denominações. Chamou-se Campo da Aclamação, após a coroação do Imperador D. Pedro I, Campo de Honra durante o período Regencial, novamente Campo da Aclamação com D. Pedro II e por fim Praça da República, em 1889. A nomenclatura da Praça localizada na então capital, Rio de Janeiro, acompanhou as mudanças de regime ocorridas durante a história. Entretanto, nos dias de hoje a denominação popular que persiste é a primeira dos tempos coloniais, qual seja, Campo de Santana.²²⁴

Pode-se notar dos exemplos acima que os percursos das nomenclaturas dos locais públicos são variados. Mas afinal quais mecanismos estariam em jogo no emprego de uma nomenclatura a um lugar público? Para Antônio Luiz Silva Filho, a

²²¹ CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990. p. 357.

²²² Idem. Ibidem. p. 106.

²²³ Idem. Ibidem. p. 97 e 98.

²²⁴ ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994. p. 201.

“ambição de batizar os lugares constitui dispositivo estratégico na legitimação simbólica do poder público”.²²⁵ Destaca-se pela distinção entre nome oficial x nome informal, que essa adesão à toponímia estabelecida não acontece de forma integral por toda a população.

Mas quais possíveis intenções envolvidas no momento em que as comemorações, como o centenário da Confederação do Equador, vinculam-se a um determinado espaço público? Tal disputa no campo simbólico diz respeito também a uma disputa de memória, pela qual as políticas de memórias são voltadas para uma articulação da memória social com a memória oficial. Memória essa que busca se reafirmar na medida em que se reatualiza nos espaços públicos da cidade. Nesses espaços são evocadas lembranças de um passado glorioso no qual as elites são os protagonistas da versão que é contada e recontada. Com isso, as comemorações podem atuar reforçando as relações de poder estabelecidas socialmente, na medida em que os grupos políticos buscam sua força legitimadora nessa memória social.²²⁶

Pouco depois ainda do centenário outra lei observa novamente sobre a questão da nomenclatura. Sobre o *Código de Posturas* de 1932, Carlos Eduardo Nogueira destaca que, mesmo depois do estabelecimento de uma lei que obrigava o uso das nomenclaturas oficiais, o conflito oficial x informal acontecia dentro do próprio poder público²²⁷, como apontado por notícia do Jornal *O Povo*, do ano de 1933.

²²⁵ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2ª ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 49.

²²⁶ “Com efeito, a história urbana pode ser escrita partindo dos vestígios e escombros resultantes das lutas empreendidas pelas autoridades municipais e elites locais com o intuito de remodelar e racionalizar o espaço público... Outra, não menos importante, pode ser vislumbrada na toponímia urbana, não raro articulada aos ensejos de reatualização da memória oficial, com sua peculiar sofreguidão por figuras ilustres, datas representativas e heróis militares... a insurgência de uma normatização oficial quanto aos nomes das ruas, procedimento a serviço de uma memória que se atualiza nos espaços da cidade, assegurando um dispositivo de memorização e glorificação do passado construído e narrado pelas elites, as instituições sociais dominantes (Igreja, confrarias literárias, saberes científicos, representações e partidos políticos) e o próprio Estado... Em tais indícios, Fortaleza sugere as lutas que se travam pela manipulação dos símbolos, descortinando o jogo de forças que se exerce na legitimação da memória aliada a uma política do esquecimento. O recurso à onomástica prescreve o que deve sucumbir ao silêncio, para que a lembrança possa emergir”. SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2ª ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 56, 57 e 58.

²²⁷ O decreto de n. 75 oficializou uma tendência somente esboçada, no curso do tempo: a toponímia era convertida em monumento, destinado à rememoração de pessoas e feitos exemplares, visando à predominância dos valores de um grupo sobre a coletividade. Em um sentido simbólico, topônimos convertiam-se em lugares de memória. NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. p. 67.

Por Decreto n. 75, de 31 de Dezembro ultimo, a Prefeitura estabeleceu a nomenclatura oficial, obrigatória, das ruas, praças e travessas desta capital, sujeitando às penas da lei todo aquele que, em anuncios, letreiros, boletins ou outro meio de publicidade, usar nomes de logradouros não constantes da relação oficial. Temos, porém, observado que referido decreto não está sendo cumprido, nem mesmo pelas repartições publicas, em seus editais. [...] lembramos ao publico, principalmente às repartições, que existe uma lei dando nome oficial aos logradouros e ha penalidades aplicáveis aos desatentos.²²⁸

Com essa lei houve um maior rigor nas questões relativas à nomenclatura oficial. Não era apenas mais uma questão de conveniência usar os nomes oficiais de um lugar, naquele momento passou a ser obrigação. Se no documento oficial de 1879, as nomenclaturas oficial e informal apareciam lado a lado, já em 1932, se pagaria com multa pelo esquecimento, omissão ou lembrança.²²⁹ Embora com o valor da multa estipulado em vinte mil réis, sem dúvida os valores simbólicos daquela lei são incalculáveis. Por qual motivo seria tão importante garantir que uma nomenclatura oficial fosse utilizada? Era importante lembrar os nomes do passado imortalizados na toponímia dos lugares, mas talvez não apenas isso, era importante também destacar a atuação dos poderes públicos, firmar que o governo estava presente até mesmo nos pequenos detalhes do cotidiano da sociedade. A memória deveria ser uma e quem ditava o tom era o poder público.

Nesse jogo de lembrança/esquecimento, no qual as autoridades almejam tanto estar presentes no lado da lembrança, um político conseguiu ganhar seu espaço na Praça dos Mártires e ficar na memória lado a lado com os heróis de 1824.

Suas alamedas e avenidas perpetuavam os nomes dos mártires de 1824. Em frente à Santa Casa, a Avenida Pessoa Anta; em frente ao quartel, a Bolão; em frente à Rua Major Facundo, a Ibiapina; no centro, a Mororó, paralela a esta, a Carapinima, sombreada de imponentes castanholeiras. Em 1888, aumentou-se o aterro adiante desta e construiu-se a Avenida Caio Prado sobre o Segundo Plano, com magnífica vista sobre o litoral, entestanto com o primeiro baluarte da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Era o Passeio Público administrado pela Câmara Municipal, mas

²²⁸ O Povo, 12/01/1933, p. 1 APUD. NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. p. 69

²²⁹ Com efeito, a não adesão à nova nomenclatura poderia acarretar punição, desde que o *Código de Posturas* de 1932 prescrevera multa a quem “em anuncios, letreiros, boletins, correspondencia ou outro qualquer meio de publicidade, usar nomes de logradouros publicos não constantes da nomenclatura oficial” Vinte mil-réis o preço do esquecimento – ou seria da lembrança? NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. p. 69

as obras de embelezamento correram por conta duma subscrição entre os amigos do presidente da província, Caio Prado.²³⁰

Cada alameda do Passeio Público faz menção a participantes da Confederação do Equador que foram executados naquele local. Com exceção da Avenida Caio Prado que foi construída posteriormente. Antônio Caio da Silva Prado assumiu a presidência do Ceará no dia 21 de abril de 1888, por carta do Imperador de 25 de março do mesmo ano. Caio Prado veio a falecer praticamente um ano depois de sua posse, em 25 de maio de 1889. Em 9 de julho de 1888 foi inaugurada a Avenida Caio Prado no Passeio Público.²³¹ Embora sendo paulista de nascimento Caio Prado parece ter tido grande popularidade no Ceará. Morreu em pleno exercício de seu cargo aos 35 anos de idade, acometido por Febre Amarela.²³² Seu túmulo é um dos mais suntuosos do Cemitério São João Batista.

A partir de um texto de Gustavo Barroso, pode-se pensar sobre a popularidade alcançada pelo então Presidente da Província do Ceará, Caio Prado. O título do texto já põe em relevo os elementos que serão tratados a seguir, “O mais amado governante do Ceará”.

Durante os vinte e um anos que vivi em Fortaleza, - infância, adolescência e primeira mocidade, uma das cenas que mais me impressionavam a mente juvenil era a romaria anual ao cemitério de S. João Batista, no Dia de Finados... Relembro como se fora ontem essa comemoração dos mortos. As famílias ornamentando as sepulturas dos entes queridos e em torno delas permanecendo a rezar horas a fio... Logo à entrada do campo-santo, à direita de quem transpões o portão, esse túmulo se ergue sóbrio, majestoso e imponente: alta coluna clássica de granito rosado decepada pelo raio.

Em volta se podiam ver os sepulcros dos generais Sampaio e Tibúrcio, heróis das guerras sulinas, de Antônio Ferreira, o Boticário, reformador da cidade, chefe político de prestígio singular, de muitos outros homens eminentes nas várias atividades sociais, carregados de serviços ao Ceará e ao Brasil. Nenhum deles, no entanto, atraía daquela forma as homenagens anônimas da arraia miúda...

Durante cerca de 30 anos, esse culto intenso perdurou. Somente com o advento de novas gerações foi, aos poucos, diminuindo de intensidade até que afinal se apagou, sumiu e desapareceu no silêncio mortal do esquecimento, pesado manto com que a mão implacável do tempo acaba sempre cobrindo o homem e todas as obras de sua mente e de seu esforço.

²³⁰ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 273.

²³¹ REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925. p. 331 e 334.

²³² BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 319.

Qual o indivíduo merecedor de tão espontânea, contínua e fiel homenagem, que tantos anos de prolongou além da morte? Um profeta? Um apóstolo? Um benfeitor? Um grande estadista? Um militar coberto de louros nos campos de batalha? Um poeta inspirado? Um sábio consumido pela dedicação ao estudo? Não. Fora simplesmente o penúltimo presidente da província do Ceará no regime monárquico, que conquistara aquela popularidade em breve tempo com suas maneiras fidalgas, sua liberalidade, seus atos estabados à maneira de D. Pedro I, sua desenvoltura, a nobreza de seus gestos, a generosidade de suas ações, a beleza do seu físico maculo, a alegria da sua mocidade viril, o encanto pessoal do seu modo de ser, a expansão natural do seu temperamento de paulista de antiga estirpe. O povo adora os homens desse feitio. Por isso, o povo cearense adorou na vida e na morte a Antônio Caio da Silva Prado.

Todo o povo: nobreza, clero e arraia miúda. Todos os amaram sob os singelos de Caio Prado. A gente de prol deu seu nome à avenida do Passeio Público fronteira ao oceano, então lugar de reunião dos grã-finos, pondo em cada pedestal dos seus lampiões a gás o apelido dum membro de alta roda. A municipalidade batizou da mesma forma a praça fronteira à antiga Sé. E o povilheu deu-lhe anualmente a oblata sem par das suas flores no Dia de Finados.²³³

Por toda essa descrição de Gustavo Barroso pode-se notar o quanto Caio Prado marcou, se não o cenário político, ao menos o imaginário social. O autor destacou uma série de atributos que criaram a imagem de um político revestido de nobreza. Além disso, Gustavo Barroso aponta como um dos motivos para tal culto, a morte prematura de Caio Prado. Aqui se retoma uma questão tratada no tópico anterior, a da relação entre o dever de memória com os casos de morte violenta.²³⁴ Caio Prado, morreu aos 35 anos de idade, no momento em que ocupava o cargo mais importante de sua carreira. Não importava se era paulista, o lugar do seu túmulo e, portanto, a sua terra era o Ceará. Mesmo seu túmulo estando ao lado de outros cearenses ilustres o culto à sua pessoa destacava-se perante os outros.

Como bem observou Gustavo Barroso, se “a gente de prol” lhe rendia homenagem batizando locais com seu nome, o povo lhe comemorava todo ano no Dia de Finados. As visitas desse dia reforçavam sem dúvida a dimensão do cemitério na sociedade como um lugar de memórias.²³⁵ Talvez mais do que outros

²³³ BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004. p. 317, 318 e 319.

²³⁴ “Ora, a morte violenta não poderia ser apressadamente incluída entre as coisas dadas e manejáveis. Ela significa alguma coisa essencial concernente à morte em geral e, em última instância, à nossa morte. A morte dos próximos, sobre a qual preferimos meditar, é, na verdade, a morte “suave”, ainda que o horror da agonia a desfigure. Mesmo assim, ela equivale a libertação, ao apaziguamento, como o rosto do defunto permite ver, segundo o desejo secreto dos sobreviventes. A morte violenta não se deixa domar tão facilmente”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 371.

²³⁵ “Com a sua linguagem de recolhimento e de silêncio, o novo rito cemiterial irá encontrar na ‘visita’ periódica (com maior incidência no Dia dos Defuntos – 2 de novembro) o seu gesto público por

locais, o cemitério já surge com essa intenção de preservação de memórias, na medida em que eles foram cada vez mais urbanizados as suas visitas tornaram-se frequentes. O gesto de atribuir a uma das alamedas do Passeio Público o nome de Caio Prado, pode ter contribuído ainda mais no fomento de seu culto, com a permanência do seu nome no Passeio uma referência a mais poderia ser feita constantemente em sua homenagem.²³⁶

São várias as memórias que perpassam as alamedas do Passeio Público/Praça dos Mártires. As ações comemorativas tratadas, sobretudo no início do tópico, são apenas mais algumas naquele espaço. E na medida em que o tempo passa, misteriosamente aquele local consegue captar e firmar mais e mais dessas memórias.²³⁷ Talvez não tão misteriosamente assim, afinal, como se procurou observar, uma série de ações envolve essa construção de memórias.

Por fim, é válido destacar outra ação ocorrida naquele espaço posterior às comemorações do centenário. Em 1964, 40 após o centenário, o Passeio Público foi tombado como Patrimônio Histórico Nacional. O parecer aborda da seguinte forma, “obra: Área do Passeio Público, antiga Praça dos Mártires, inclusive o segundo plateau compreendido entre a futura avenida e a muralha de arrimo do jardim atual”²³⁸. Como pode-se observar, no processo de tombamento consolida-se novamente o nome de Passeio Público, Praça dos Mártires seria uma denominação antiga daquela localidade. Com isso, em diversos momentos nota-se como a nomenclatura Passeio Público teve um maior uso do que Praça dos Mártires. Ações recorrentes para atribuir ao local a nomenclatura Praça dos Mártires não foram suficientes.

excelência. E este ganhou um incontornável tom comemorativo e de celebração, como se comprova pela análise das romagens, sobretudo pelas que foram directamente animadas por intenções cívicas”. CATROGA, Fernando. *O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. p. 22.

²³⁶ “As mais notáveis dentre essas lembranças são aquelas de lugares visitados em comum. Elas oferecem a oportunidade privilegiada de se recolocar em pensamento em tal ou tal grupo. Do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se assim gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 131.

²³⁷ “Para os dois turistas o tempo de condensa em espaço; o que se o tempo torna invisível, enquanto pilha e destrói, os locais sempre sustentam de modo misterioso”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 330.

²³⁸ IPHAN. Processo Nº 744 – T- 64 D.P.H.A.N / D.E.T. Seção de História. Jardim: Passeio Público, Fortaleza – Ce. p. 11.

No entanto, o que poderia ter sido feito de diferente, para que se evocasse a lembrança da memória dos confederados e não do Passeio Público? Não basta a informação para se ouvir as vozes do passado daquele lugar.²³⁹ Deve-se provocar um sentimento mais profundo que consiste no vínculo entre o indivíduo e o lugar, tal vínculo pode ser conseguido por meio de uma relação estabelecida com a memória. Vale destacar ainda que o lugar Passeio Público/Praça dos Mártires se constitui como um *topos*²⁴⁰ capaz de evocar várias lembranças da sociedade cearense. Entretanto, não basta apenas dizer que determinado local guarda uma lembrança, o local só conserva determinadas lembranças quando os indivíduos se preocupam em mantê-las.²⁴¹

Mas quais poderiam ser os outros mecanismos capazes de atuar nas leituras do passado? Ensino de história em suas várias dimensões? E a historiografia como pode ser percebida sobre essa ótica? Algumas considerações sobre esses aspectos serão levantadas no capítulo seguinte.

²³⁹ “Mas será que eles estão em condições de fazer falar os locais, testemunhas mudas do passado, e dar lhes novamente a voz perdida? Pois só se pode ler essa paisagem memorial quem já conhece de antemão seu conteúdo; trata-se de uma leitura que leva à lembrança, não à informação”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 331.

²⁴⁰ “Esses *topoi* são locais em que fizeram sacrifícios, empreenderam-se fundações, mortes e juramentos. Eles localizam e fixam recordações míticas de morte, sacrifício e agon sangrento e, com isso, recordações da origem de uma sociedade que se une culto”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 333.

²⁴¹ “Um local – está claro – só conserva lembranças quando as pessoas se preocupam em mantê-las”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 347.

CAPÍTULO 3 – AS AÇÕES COMEMORATIVAS E A ESCRITA DA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR NO CEARÁ.

No terceiro capítulo pretende-se fazer algumas considerações acerca da relação entre a produção histórica e as comemorações do centenário da Confederação do Equador no Ceará. Compreendendo que embora existam particularidades e diferenças entre memória e história, existem pontos nos quais as fronteiras entre ambos são fluídas, as próprias comemorações podem ser um desses pontos de contato²⁴². Principalmente, no tocante à constituição de uma consciência histórica²⁴³, que seja capaz de elaborar os múltiplos signos que envolvem a noção de tempo para o homem em sociedade. Pensando sobre a consciência histórica tem-se a memória como um elemento constituinte que estabelece uma relação determinante com a experiência do tempo. Outro elemento da consciência histórica é a narrativa que recorrendo às lembranças elabora por meio de uma atividade intelectual uma relação entre o presente do momento da escrita e o passado. Com isso, considerar constantemente a relação entre memória e história de forma dialética, na medida em que uma e outra fornecem as bases para a compreensão do homem em sua relação com o tempo.²⁴⁴

Duas categorias de trabalhos históricos serão analisadas: os resumos cronológicos, que pretendem uma narrativa detalhada, levando à exaustão a organização e construção do evento, e as visões didáticas que operam na transmissão dessas interpretações na sociedade por meio do ensino da história.

²⁴² “Assim emolduradas, *história da memória e historização da memória* podem se confrontar numa dialética aberta, que as preserva dessa passagem no limite, dessa hubris que seriam, de um lado, a pretensão da história de reduzir a memória à categoria de um de seus objetos, de outro, a pretensão da memória coletiva de avassalar a história pelo viés desses abusos da memória, nos quais podem se transformar as comemorações impostas pelo poder político ou pelos grupos de pressão”. RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 403.

²⁴³ [consciência histórica seria] “a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010. p. 57.

²⁴⁴ “Sem essas representações da continuidade, a memória do passado não poderia ser articulada com a interpretação do presente e com a perspectiva do futuro, de modo que a memória seja efetivamente um elemento integrante da consciência humana do tempo. A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica”. RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010. p. 65.

Tais obras procurar-se-á situá-las a partir do ano de sua produção, antes e depois do centenário de 1924. Assim, busca-se observar possíveis mudanças ou permanências com relação à abordagem da participação do Ceará durante a Confederação do Equador após as ações empreendidas durante as comemorações do centenário. Ou ainda em que medida as ações comemorativas serviam apenas para consolidar o que já vinha sendo produzido pela historiografia local sobre os principais acontecimentos daquele ano de 1824.

3.1 A Confederação do Equador e algumas leituras da historiografia: interpretações, imaginação e disputas.

Antes mesmo das comemorações do centenário, a Confederação do Equador servia como um acontecimento, um feito²⁴⁵ que era abordado pela historiografia local. Um dos sentidos das ações comemorativas visava consolidar determinadas visões apresentadas pela história. Por meio de um trabalho de divulgação, tais versões deveriam ser minimamente conhecidas pela sociedade. José Aurélio Câmara aponta três momentos distintos da historiografia cearense. Uma primeira fase denominada de “descritiva”, uma segunda “elucidativa” e por fim uma fase “interpretativa”. As obras históricas situadas dentro do primeiro recorte teriam como foco principal descrever os fatos históricos sem necessariamente apresentar um maior rigor documental. As tramas históricas escritas naquele momento, em alguns casos, apareciam lacunas entre um momento e outro, sem apresentarem maiores explicações. A fase “elucidativa” que teve início com a instalação do Instituto do Ceará propunha esclarecer os vários momentos da história local baseado no confronto metódico da documentação, especialmente de cunho oficial, a fim de dissolver quaisquer dúvidas sobre como tenha acontecido determinado fato histórico. Seguindo as fases anteriores uma fase “interpretativa”,

²⁴⁵ Por princípio, nega-se aqui à história como suma de todos os objetos possíveis do conhecimento histórico qualquer objetividade: história é entendida como resultado de uma concepção de ações humanas (feitos) que somente se produz quando essas ações já ocorreram. Com outras palavras: nem tudo o que tem a ver com o homem e com seu mundo é história só porque já aconteceu, mas exclusivamente quando se torna presente, como passado, em um processo consciente de rememoração. RUSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010. p. 68.

na qual possíveis sínteses sobre os fatos históricos seriam o caráter marcante desse período.²⁴⁶

José Honório Rodrigues aponta o nascimento da historiografia cearense entre os anos de 1850 e 1860²⁴⁷, tal período equivaleria de forma aproximada à fase “descritiva” denominada por José Aurélio Câmara. Rodrigues destaca 4 nomes desse período: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, João Brígido dos Santos, Pedro Théberge e Tristão de Alencar Araripe. Dos nomes elencados acima destaca-se inicialmente Tristão de Alencar Araripe apontado como o primeiro historiador cearense.

No entanto, para o estudo em questão o que chama a atenção na produção histórica de Alencar Araripe é o fato deste ser membro da família Alencar. Tristão de Alencar Araripe nasceu em Icó, em 7 de outubro de 1821. Filho de Tristão Gonçalves de Alencar (Presidente do Ceará durante a Confederação do Equador e posteriormente considerado um dos heróis do movimento, como demonstrado anteriormente) e de D. Ana Tristão de Alencar. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1845. Ocupou uma série de cargos públicos.²⁴⁸

O livro *História da província do Ceará*: desde os tempos primitivos até 1850, de Tristão Araripe, foi editado pela primeira vez em 1867, sendo assim um dos primeiros trabalhos sobre a história do Ceará. Segundo o autor a obra seria constituída em duas partes: uma primeira contendo a narração dos acontecimentos e a segunda contendo as fontes utilizadas para que o leitor tivesse condições de vislumbrar os caminhos da pesquisa e pudesse partilhar ou realizar o seu próprio julgamento sobre os fatos narrados. Embora pelo título o autor demonstre a intenção de narrar os fatos passados até o ano de 1850, o texto final chega apenas até por volta dos anos de 1800. Portanto, não aborda diretamente os acontecimentos da

²⁴⁶ CÂMARA, José Aurélio. Prefácio da segunda edição da História da Província do Ceará. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958. p. VII-XII.

²⁴⁷ RODRIGUES, José Honório. A historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará. In: RODRIGUES, José Honório; RODRIGUES, Leda Boechat. (orgs.) Índice anotado da revista do Instituto do Ceará (do tomo I ao LXVIII). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 15-54.

²⁴⁸ Juiz municipal de Fortaleza em 1847; Deputado Provincial pelo Ceará de 1849 a 1850 (presidente da assembleia); juiz de direito de Bragança no Para em 1854; Chefe de Polícia do Espírito Santo em 1856; Chefe de Polícia de Pernambuco em 1859; juiz especial do comércio de Recife em 1861; desembargador da Relação da Bahia em 1870; Presidente da relação de S. Paulo em 1874, com o título de Conselho: removido para a corte em 1875; Presidente do Rio Grande do Sul em 1876; deputado geral pelo Ceará em 1869, 1872 e 1875; Presidente do Para em 1885; ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1886; ministro da Fazenda e depois da justiça e negócios interiores no governo de Deodoro da Fonseca. STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 3 (1915). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 160.

Confederação do Equador. No entanto, no prefácio da edição algumas considerações eram feitas, ainda que de forma breve, sobre a atuação de seu pai, Tristão Gonçalves, e seu tio, José Martiniano de Alencar. Outro texto que faz referência direta à Confederação do Equador e também será analisado é *Primazias do Ceará*, publicado na edição em comemoração ao tricentenário da chegada dos portugueses ao Ceará.²⁴⁹

A partir de passagens do “Prefácio” podem ser levantadas algumas questões a respeito das motivações de Tristão Araripe para escrever o livro. Primeiro, “Historiando os nossos sucessos, pagamos à Pátria tributo de cidadão; e como progênie veneramos a memória dos nossos antepassados, cujos exemplos de virtude assim se avivam dos presentes e vindouros.”²⁵⁰ Nesse ponto um dos elementos a ser destacado é a questão de que por meio da história é possível o pagamento do “tributo”. Novamente aqui surge a questão da dívida histórica que uma determinada sociedade tem para com seus antepassados. Lembrar, narrar, descrever tais fatos passados constitui-se como forma de pagamento dessa dívida. Ou ainda nas palavras do próprio Tristão Araripe: “Não podemos cinzelar estátuas: deixemos porém por escrito o que do nosso passado vamos alcançando. É útil exercício recordar as ações egrégias.”²⁵¹ Ainda, por meio dessa lembrança, pode-se estabelecer uma linha simbólica em que as virtudes dos antepassados podem servir como exemplo para o presente e o futuro consolidando assim uma determinada percepção temporal para a sociedade.

Segundo motivo que levou o autor a escrever o livro ocorreu quando cursava suas aulas preparatórias e leu em um compêndio de História do Brasil que ao tratar do processo de independência das províncias do Piauí e do Maranhão apontava os “Cearenses, como horda de vândalos, haviam invadido essas duas províncias, cometendo tropelias e latrocínios.”²⁵² Não satisfeito com esse julgamento dos “cearenses”, nota-se com isso mais uma vez o sentido de identidade pretendida pelo autor, a história produzida por Tristão Araripe dizia respeito aos seus antepassados. Sentidos de tempo e espaço atuam na constituição dessa identidade.

²⁴⁹ COMMEMORANDO O TRICENTENÁRIO DA VINDA DOS PRIMEIROS PORTUGUEZES AO CEARÁ (1603 - 1903) Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903.

²⁵⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958. p. 13.

²⁵¹ Idem. Ibidem. p. 14.

²⁵² Idem. Ibidem. p. 15 e 16.

Com isso, anos depois se propõe então a formular de outra forma os fatos que ocorreram durante o processo de Independência do Maranhão.

No livro *História da Província do Ceará*, o autor também não aborda o processo de Independência do Piauí e Maranhão, no entanto, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1885 existem dois artigos que versam sobre esta questão: *Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão*²⁵³ e *Independência do Maranhão*²⁵⁴. Os dois textos são apresentados na revista como memórias lidas pelo Conselheiro Tristão de Alencar.

O primeiro artigo consiste em um breve texto introdutório enunciando que após a proclamação da Independência no Brasil, o Ceará por ter aceito prontamente tal ato político, posteriormente organizou uma expedição em auxílio das Províncias vizinhas do Piauí e Maranhão. Nessa parte do texto o autor não aprofunda sua reflexão, mas em seguida compila uma vasta série de documentos sobre tal empreitada dos cearenses. E assim, mais uma vez Tristão de Alencar expõe sua concepção de história na qual, por meio da leitura documental seria possível esclarecer determinado acontecimento histórico ou ainda, mais do que esclarecer, “A leitura de taes documentos dará cabal Idea da parte, que a Província do Ceará teve no êxito gloriozo da nossa independência política, e a posteridade não lhe negará os devidos encômios por seu patriotismo”.²⁵⁵ Assim, por meio da leitura poderia ter-se uma ideia definitiva do que realmente se passou durante aquele acontecimento histórico e caberia ainda à posteridade prestar a devida homenagem e reconhecimento aos cearenses que participaram daquela campanha. Não atuando como vândalos como Tristão de Alencar leu em um compêndio de história do Brasil, mas sim, como cidadãos patriotas que lutaram pela causa da independência.

No segundo artigo, *Independência do Maranhão*, Tristão de Alencar opunha-se a uma tese recorrente de que o maior responsável pelo hasteamento da bandeira imperial na Província do Maranhão teria sido o mercenário inglês Lord Cochrane que contratado pelo governo imperial teria realizado tal feito. Para Tristão de Alencar no momento em que Cochrane desembarcou em São Luis, capital da

²⁵³ ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1885. p. 235-588.

²⁵⁴ Idem. Independência do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1885. p. 159-180.

²⁵⁵ Idem. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1885. p. 236-237.

Província, os dois únicos lugares que ainda não haviam aceitado a Independência no Maranhão eram justamente São Luis e a vila vizinha de Alcântara, os demais lugares da Província já estariam sobre o domínio imperial graças à Expedição dos cearenses, responsável por desbravar o interior do Maranhão levando aos diversos lugares o estandarte imperial. E principalmente foram os cearenses que lutaram em Caxias, principal núcleo de resistência portuguesa, comandado pelo coronel Cunha Fidié.

Nesse artigo, o autor não coloca em evidência as referências dos documentos que foram utilizados, como no artigo anterior, pelo que consta tal texto foi lido inicialmente pelo autor na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mas analisado conjuntamente com o texto anterior, também publicado naquele mesmo ano 1885, o segundo texto pode ser percebido como a narrativa produzida por Tristão de Alencar sobre aquele feito histórico aprofundando a exposição das ações da Expedição dos cearenses.

Ao falar daquela Expedição o autor destaca principalmente a atuação do comandante Pereira Filgueiras como líder da tropa. No entanto, no decorrer do texto algumas referências a seu pai Tristão Gonçalves são feitas.

Para esse fim a junta provisória do Ceará resolveu enviar para a Província do Piauí o governador das armas Jozé Pereira Filgueiras e o vogal mais votado da mesma junta Tristão Gonçalves de Alencar Araripe*, afim de que ambos conjuntamente promovessem o bom êxito da empresa.²⁵⁶

Faziam parte daquela Junta de governo provisório que se formou após a independência os Padres Francisco Pinheiro Landim e Vicente José Pereira, Miguel Antônio da Rocha Lima, Joaquim Felício de Almeida e Castro, José Pereira Figueiras e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. No trecho acima de Tristão Araripe este não perdeu a oportunidade de destacar que seu pai havia sido o mais votado daquela Junta e ainda colocando um asterisco após o nome de seu pai apontava em uma nota de rodapé a seguinte observação: “Este cidadão assinava-se então com o nome de Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Depois que regressou da campanha de Caxias suprimiu o apelido Pereira, e tomou o de Araripe.”²⁵⁷

²⁵⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. Independência do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1885. p. 164.

²⁵⁷ Idem. Ibidem. p. 164.

Nessa observação Tristão de Alencar qualifica seu pai como cidadão brasileiro, e essa era a imagem que deveria prevalecer sobre aquele homem que colaborou de forma efetiva durante o processo de independência do Brasil. Ainda procurando destacar a relevância daquela campanha para a vida de Tristão Gonçalves, o então conselheiro do império menciona o fato de que no retorno da campanha do Maranhão, Tristão Gonçalves mudara seu nome para um nome que apresentava uma maior identificação com sua terra natal.

Nesse ponto, passa-se para o terceiro motivo que teria levado Tristão de Alencar a produzir o livro *História da província do Ceará* e novamente destaca-se que, embora o texto termine antes da narrativa do autor sobre os fatos da Confederação do Equador, no prefácio, ele diz pretender esclarecer alguns fatos sobre aquele movimento e realizar uma defesa dos atos realizados por seu pai (Tristão Gonçalves de Alencar Araripe) e seu tio (José Martiniano de Alencar), duas das principais lideranças da Confederação aqui no Ceará. Pelo que indica Tristão de Alencar havia algumas incorreções nos escritos sobre os acontecimentos de 1824, e tais ideias produzidas não pareciam de acordo com suas.

Não pude ser indiferente à maneira, por que, em um artigo ultimamente publicado no *Diário de Pernambuco*, fala-se nesses dois nomes, cuja memória me deve merecer tanto amor, e veneração: julguei dever tirar do silêncio as notas que escrevi relativas aos acontecimentos políticos, em que meu pai e meu tio figuraram na época da independência, e da Confederação do Equador, publicando o trabalho como estava escrito, aguardando ocasião de rever e corrigir, se os tempos permitirem.

E se nenhum merecimento por si tiverem essas notas, terão ao menos o proveito de vir acompanhadas de documentos, sobre os quais poderá cada qual formar o seu juízo: então terei conseguido os dois fins, a que imediatamente me dirijo: 1º mostrar, que os Cearenses, aceitando com entusiasmo a ideia da independência nacional, são dignos de louvor pelo importante serviço de haverem concorrido com esforço, para que em mais duas províncias essa independência fosse proclamada; 2º mostrar, que os finados tenente-coronel Tristão Gonçalves e senador José Martiniano de Alencar foram sempre guiados por intenções retas, acrisolado amor do seu país em todos os atos públicos, em que tomaram parte.

Não é o temor, de que o juízo inconsiderado de algum noticiador venha desconceituar a memória de dois cidadãos, que em épocas difíceis nunca recusaram-se ao perigo da situação, quando entendiam que seus serviços podiam utilizar ao bem público: não é vão desejo de expor nomes a mim tão caros à cena da História Pátria, que me induzem a intentar a presente publicação; é um sentimento mais nobre; é o fervor de tributar a esses dois nomes o respeito, que à memória de ambos devo.²⁵⁸

²⁵⁸ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958. p. 17.

O segundo parágrafo transcrito acima é bem elucidativo do quanto para Tristão de Alencar valia aquela expedição organizada pelos cearenses ao Piauí e Maranhão, destaca-se novamente, como é possível perceber pelas publicações do ano de 1885 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que pelo fato daquela expedição ter auxiliado no processo de independência do Brasil, os cearenses teriam prestado enorme contribuição à causa pátria. É importante destacar que à frente dessa legião de cearenses estava seu pai, Tristão Gonçalves. E Tristão de Alencar realizava toda essa tarefa em nome de um certo “sentimento nobre”, o dever da memória para com seus familiares.

Ao ver a memória de duas pessoas a mim tão caras exposta a inexactos comentários, pareceu-me falta de consideração a suas venerandas cinzas calar-me, e deixar correr, sem protesto, narrações adulteradas. Indicando os sucessos apresento documentos contemporâneos: julgue cada um por si e, com a verdade, respeitarei o juízo dos homens sinceros.²⁵⁹

Tristão Araripe demonstra-se o tempo todo preocupado com o juízo, o julgamento que as pessoas poderiam fazer de sua família, e por meio da escrita histórica baseada em documentos, os juízos formulados deveriam ter um caráter mais coerente. Assim, o autor reforçava a ideia corrente na produção histórica daquele momento, do documento com o seu caráter de comprovação de um determinado acontecimento.

Alguns parágrafos adiante em seu prefácio ele formula sua tese de participação de seu pai e seu tio naquele período.

O movimento da Confederação do Equador foi filho da convicção, em que estavam os Cearenses, de que a independência nacional perigava, e cumpria sustentá-la a despeito de qualquer sacrifícios: a estes não se recusaram. E se o tenente-coronel Tristão Gonçalves esforçadamente se pôs a frente do movimento republicano, não foi certamente por sugestão estranha. Seu irmão desejava ver o império independente e unido; temia, que o movimento, dando a independência, trouxesse a desunião; e só levado de razões fortes decidiu-se a acompanhar o amigo pelo sangue e pelos sentimentos no lance arriscado, a que ambos se julgavam chamados pelo dever de cidadãos. Irmãos modelos na amizade, jamais um deles sacrificaria o outro.

Se quem não compreenda dedicações generosas, esse não deve escrever sucessos, aonde convém a exposição de sentimentos nobres do coração

²⁵⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958. p. 17 e 18.

humano: esse aguarde-se para narrar acontecimentos mesquinhos de paixões ferrenhas.²⁶⁰

O foco da ideia de Tristão Araripe girava em torno da questão do processo de Independência do Brasil. Seu pai, Tristão Gonçalves, só teria se lançado em tal empreitada por perceber que a independência do Brasil corria riscos. Como ele havia lutado na campanha que levou o estandarte imperial às Províncias do Piauí e Maranhão, ele não poderia deixar que aquele movimento retrocedesse na sua própria terra, embora para isso passasse a seguir uma orientação política mais arriscada. Nota-se ainda que para o autor, foi Tristão Gonçalves que teria tido a iniciativa de participação no movimento, José Martiano de Alencar teria aderido à causa da Confederação por cumplicidade a seu irmão. No entanto, o livro *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*, não expunha de forma mais detalhada tais ideias do autor, principalmente, quais fontes teriam sido utilizadas pelo autor para elaboração de tal compreensão. Embora Guilherme Studart,²⁶¹ no verbete sobre o autor no *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*, volume 3, supõe que Tristão de Alencar tenha deixado a parte referente ao século, escrita sem, contudo, tê-la publicado.²⁶² No entanto, vale o confronto com outros textos do autor para a observação de mais algumas questões.

A questão da independência e do império era frequente nos trabalhos de Tristão Araripe, como demonstrou Ítala Silva²⁶³, os lugares sociais ocupados durante a trajetória de vida de Tristão de Alencar Araripe foram fundamentais na elaboração das suas obras historiográficas. Com isso, o fato dele ter sido um Conselheiro do Império e de ter trocado o partido liberal pelo conservador modelou ainda mais sua visão de determinados acontecimentos políticos.²⁶⁴

²⁶⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958. p. 18.

²⁶¹ STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume 3 (1915). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 166.

²⁶² Outras referências sobre tal discussão em SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado, 2006. MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

²⁶³ SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado, 2006.

²⁶⁴ A transferência de Tristão Araripe do partido liberal para o conservador ocorreu em Pernambuco, em 1859. SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado, 2006. p. 42

Em outro texto, *Os Patriarcas da Independência*²⁶⁵, publicado em 1894, já no início da República, Tristão Araripe menciona três nomes que para ele teriam tido participação decisiva no processo de Independência, são eles: o príncipe D. Pedro de Alcântara, José Clemente Pereira e José Bonifácio de Andrada. Embora esses nomes tenham sido os principais citados por Tristão Araripe durante o seu texto, novamente o episódio da campanha dos cearenses que lutaram pela independência das Províncias do Piauí e Maranhão aparece como dignos de louvor por seus atos. Mesmo durante a busca do autor pelos que teriam sido os precursores da Independência Nacional, Tristão Araripe não se esquece de colocar os cearenses próximos dessa galeria.

Por fim, em texto de 1903, Tristão Araripe, lançou o seu olhar sobre o mito das origens, mas dessa vez não mitos nacionais, e sim mitos locais ou como denominado pelo autor as *Primazias do Ceará*.²⁶⁶

1º Agora que se trata de celebrar o tricentário da vinda dos primeiros Portugueses ao Ceará, não é fora de propósito recordar a primazia ou precedência, que essa porção do território brasileiro tem apresentado nos grandes fatos históricos e sociais de nossa pátria.²⁶⁷

Nesse texto Tristão Araripe não apresentou aquele ímpeto metodológico de seus trabalhos anteriores ao procurar basear sua narrativa em fontes, ou ao menos, fazer algum tipo de referência a elas. Ao longo das *Primazias do Ceará*, o autor menciona uma sequência de acontecimentos que teria se projetado inicialmente no Ceará, sem a menor preocupação com as discussões documentais como exemplo: o Ceará foi a primeira terra onde aportaram os europeus, o Ceará foi a primeira localidade a expulsar os invasores holandeses, o Ceará teria sido a primeira Província a clamar por Independência, etc.

Nesse texto novamente aparece a ideia da campanha que foi organizada no Ceará e que partiu em direção ao Piauí e Maranhão para instauração da Independência naquelas terras. No entanto, nesse texto das “Primazias” aparecem referências mais diretas sobre a Confederação do Equador são elas:

²⁶⁵ ARARIPE, Tristão de Alencar. Patriarcas da Independencia Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 57, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1894. p. 167-184.

²⁶⁶ Idem. Primazias do Ceará. COMMEMORANDO O TRICENTENÁRIO DA VINDA DOS PORTUGUEZES AO CEARÁ (1603 - 1903) Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903.

²⁶⁷ Idem. Ibidem. p. 227.

7º Foi no Ceará onde primeiramente vimos entre nós praticado o sistema republicano, funcionando o governo democrático com o devido aparelho administrativo, isto é, constituindo presidente popularmente eleito, reunindo conselho popular na capital da província, e escolhendo deputados para o congresso nacional constituinte, que devia reunir-se e funcionar na capital de Pernambuco, centro da confederação do Equador proclamada em 1824.

É certo que no Brazil operavam-se diversos movimentos com caracter democrático, quer antes, quer depois desta revolução política; mas todos esses movimentos não xegaram a ter administração regular democraticamente organizada, por dominar em todo o período d'elles a agitação revolucionária e o tumulto das armas.²⁶⁸

Naquele momento, segunda década da República no Brasil, era oportuno vincular o movimento da Confederação do Equador como uma semente dos ideais republicanos. Embora Tristão Araripe já estivesse no final de sua vida²⁶⁹ ele ainda se colocava habilmente naquele novo cenário político. Novamente, como observado por Ítala Silva, o cenário político no qual Tristão Araripe estava inserido foi preponderante sobre sua escrita histórica, ainda que de forma sutil o autor tenha buscado inserir sua família na história do Ceará. Procurando estabelecer assim os marcos da história dos cearenses e também da família Alencar.²⁷⁰

Outro livro que também pode ser colocado dentro da primeira fase da historiografia cearense é *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*²⁷¹, de Pedro Théberge²⁷². A primeira edição desse livro é do ano de 1869 e foi publicada postumamente, pelo filho do autor, Henrique Théberge. No proêmio do texto o autor menciona que sua intenção inicial era produzir “uma chronologia dos

²⁶⁸ ARARIPE, Tristão de Alencar. Primazias do Ceará. COMMEMORANDO O TRICENTENÁRIO DA VINDA DOS PORTUGUEZES AO CEARÁ (1603 - 1903) Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903. p. 229 e 230.

²⁶⁹ Falecido em 3 de julho de 1908.

²⁷⁰ “O que dota determinados locais de uma força de memória especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de família”. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 320.

²⁷¹ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. Trabalho dividido em três tomos. A parte segunda de 1875 e a terceira em 1895.

²⁷² Pedro F. Théberge – Natural de França e nascido em Marcè, na antiga Normandia, em 1811, faleceu brasileiro por adotar o país, a 8 de maio de 1864 em Icó, estado do Ceará. Fez em sua pátria de nascimento seus primeiros estudos sob a direção de um tio padre, que queria atrai-lo ao estado clerical;... Já casado em 1837, veio para o Brasil, estabelecendo-se em Pernambuco, onde com sua esposa fundou um estabelecimento de educação para meninas, que foi obrigado a fechar em 1845 por dificuldades financeiras e então passando para o Ceará, exerceu a medicina na capital. Em 1848 transferiu sua residência para o Icó, onde além de sua clínica, deu-se a estudos de história, estudou as necessidades da então Província do Ceará e ocupou-se das secas... BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 7. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p.35.

acontecimentos mais importantes da província²⁷³; no entanto, devido à vasta coleção de documentos reunidos por P. Théberge esse acabou “por ensaiar uma especie de memórias históricas”²⁷⁴. Alguns trechos do *Esboço histórico sobre a Província do Ceará* já haviam sido publicados no periódico *Diário de Pernambuco*. Mas para a compilação, algumas correções foram realizadas.

Alguns escritos de P. Théberge parecem ter causado um mal-estar na época de sua produção. O autor conclui o seu próêmio com o seguinte parágrafo:

Tenho sofrido renhida guerra de pessoas que como personagens publicas hão praticado ações que não quereriam ver publicadas em tempo algum: mas, pouco apreço à ela dei porque, como tenho consciência de haver escrito sem paixão nem preconceito: sem ódio nem affecto: e sem me deixar levar por opiniões políticas, que , como estrangeiro, não partilho com a mesma intensidade que os nacionaes, espero que as pessoas imparciaes receconhecerão que me hei esforçado por apreciar os factos em seu justo valor, e que, se algumas vezes errej, foi levado pela maior boa-fé.²⁷⁵

Pelo trecho acima o autor demonstrava-se de certa forma preocupado com alguns ataques realizados à sua obra. Naquele momento o autor não cita especificamente de onde partiam tais ofensas, no entanto, no apenso de número 3, publicado no segundo tomo do *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, tem-se mais informações sobre essa questão. Uma transcrição de um artigo publicado no *Correio Mercantil* de junho de 1862, assinado pelo Conselheiro José de Alencar²⁷⁶ (observe-se que uma das motivações que levaram Tristão de Alencar Araripe a publicar o seu livro *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*,

²⁷³ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. XI

²⁷⁴ Idem. Ibidem. p. XI.

²⁷⁵ Idem. Ibidem. p. XII.

²⁷⁶ José Martiniano de Alencar (Cons.^{to}) – Este ilustre Cearense, o creador do romance brasileiro, dramaturgo, poeta, jurisconsulto, parlamentar, nasceu não em Fortaleza, como dizem o Nouveau Larousse Illustré e a Grande Encyclopedie, mas em Mecejana a 1 de maio de 1829. Foi seu pae o Senador José Martiniano de Alencar, e sua mãe D.^a Anna Josephina de Alencar... Aos dezessete annos, e depois de haver feito os estudos preparatórios no collegio Januario Matheus Ferreira, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo e fez a formatura em 1850, havendo, porem, estudado o 4º ano em Pernambuco. Em 1848 fundou a Revista *Ensaio Litterarios*, de que foi redactor principal, e na qual, entre outros, publicou um trabalho sobre o índio Camarão... De 1851 a 1855 fez parte do corpo recadional do *Correio Mercantil*, sendo desse tempo seus notáveis folhetins sob o titulo *Ao correr da penna*... Em 1859 foi nomeado chefe de secção da Secretaria do Ministerio da Justiça. Em 1860 os Cearenses fizeram-o se representante na Camara Geral, fato que por vezes, e mui merecidamente, se repetiu em 1869, 1872 e 1877. Em 1868 subindo ao poder o partido conservador, o Marquez de Itaborahy, organizador do Ministerio de 16 de Julho, convidou a José de Alencar para a pasta da Justiça. Divergencias nos seio do Gabinete forçaram-o a abandonar o posto a 10 de Janeiro de 1870 e a lançar-se no campo da opposição. STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 2 (1913). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980. p. 158, 159 e 160.

foram críticas lidas pelo autor a seu pai Tristão Gonçalves e seu tio José Martiniano de Alencar que haviam sido publicadas no *Diário de Pernambuco*). Nesse artigo, intitulado “A Revista do Instituto Histórico”, o Conselheiro queixa-se publicamente após ter lido na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seu tomo de número 25, alguns aspectos bastante contraditórios a respeito da atuação de Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar durante a Confederação do Equador.

Quem tiver curiosidade de saber como se preparão em nosso paiz os elementos para a história pátria, leia na citada Revista Trimensal as reflexões do Sr. Dr. Théberge sobre os acontecimentos de 1824 no Ceará: e ahí verá como são tratados dous dos mais ilustres filhos d’aquela província, o senador José Martiniano de Alencar, e seu irmão o capitão Tristão de Alencar Araripe.

Citarei alguns trechos:

“Verdade é que Tristão podia fugir, mas em uma jangada, e não em um navio, que tinha assaltado, arrombado e roubado.”

Depois d’essa injúria atroz, atirada sem provas, sem documento, sem a autoridade de um só testemunho coevo, o sincero e conscienciosos escriptor acrescenta:

“Foi (Tristão) um bello character, um homem de convicção, e sem duvida o que fez o mais interessante papel nessa malfadada republica”

Na moralidade original do chronista a beleza do character pode andar unida a mais torpe criminalidade, qual a do homem que rouba a propriedade alheia. Isso não precisa de commento como não precisa de defesa a memória de um cidadão respeitável, que no ardor de seus sentimentos patrióticos pode ter cometido erros políticos; mas foi na vida particular exemplo de virtudes, e soube morrer como herói, segundo o confessa o próprio chronista.

A respeito do senador Alencar diz o Dr. Théberge: “que lanço e toda a responsabilidade sobre o irmão, ficando nos bastidores em companhia de Figueiras que guiava e dominava, sem mostrar de fora nem a ponta das orelhas”...

Diz ainda que o senador Alencar “sempre soube comprometter os outros em seu proveito proprio.”

A contradição e falsidade de tudo isto é manifesta.

Se o senador Alencar representou n’aquella revolução de 1824 o papel egoísta que lhe assigna o chronista, como foi depois preso e julgado? Se ele queria conservar-se nos bastidores, como acompanhava Figueiras, comandante das armas da republica, e tomava a iniciativa de que fala o Dr. Theberge?...

O que mais me admira, porém, não é o arrojo de quem trava da pena para escrever do que não entende; é sim, ver uma associação como o Instituto Histórico acolher na sua revista e cobrir com a sua autoridade um escripto d’esta ordem; um escrito indigno de figurar em jornal de polêmica, quanto mais em publicação scientifica.

Não preciso defeder o senador Alencar contra accusações de tal quilate: quem deixou na política, onde tão activamente militou, um nome puro: que nos últimos annos de vida conquistou pelas suas qualidades pessoas a

estima e o respeito dos que havião sido seus mais ardentes adversários, pode repousar em paz na memória dos vivos, como no jazigo dos mortos. Alguem opportunamente há de tirar a limpo a historia do Ceará de 1817 a 1824; e tenho fé que, apesar da Revista do Instituto e dos seus chronistas, a luz da verdade se fará para a opinião justa.²⁷⁷

Pelo visto, José de Alencar partilhou do mesmo sentimento de indignação que seu primo Tristão de Alencar Araripe ao ler crítica a respeito da atuação política de seus familiares. O que pretende-se perceber deste trecho é que ao longo de todos os comentários realizados por José de Alencar, ele apontava que o próprio P. Théberge apresentava contradições com respeito às imagens de Tristão Gonçalves e José Martiniano. Se em um dado momento escrevia os aspectos mais escrupulosos das ações políticas praticadas por Tristão Gonçalves e José Martiniano, na sequência logo tratava de amenizar a situação. Tal estrutura narrativa era impensada para José de Alencar que pretendia uma memória irretocável a respeito de seus familiares.

José de Alencar menciona ainda a preocupação por tais escritos terem sido publicados em uma Revista com autoridade reconhecida perante o público, isso seria um agravante a mais para exposição de tais erros históricos que poderiam levar à elaboração de uma imagem errônea sobre seu pai e seu tio.

Após publicar as acusações de José de Alencar, P. Théberge elaborou a sua defesa. Primeiro com uma carta enviada a João Brígido, procurando saber notícias de como aquele material pode ter sido publicado, pois aquele texto havia sido enviado em correspondência para a apreciação de João Brígido. O mesmo respondeu que

Deu-se porém um facto que veio pôr no domínio do publico este escripto, que nós ambos quizeramos que não fosse conhecido senão de alguns amigos. Quando estive n'esta cidade a comissão scientifica, entreguei aos Srs. Drs. Membros d'ella, parte dos manuscriptos que possuo, concedendo-lhes que extrahissem algumas copias. Esqueci-me, porém, de prevenil-os de que era reservada a ultima parte do seu extracto, que entre outros manuscriptos lhe; e um ou outro fez copiar. Ao menos é isto o que devo supor, porque essa única vez sahio o seu extracto da minha gaveta.²⁷⁸

Pedro Théberge mesmo transcrevendo tais cartas, vai além aprofundando o debate com o Conselheiro José de Alencar e discutindo as fontes que levaram o

²⁷⁷ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 196, 197, 198, 199 e 200.

²⁷⁸ Idem. Ibidem. p. 202.

autor a esboçar tais ideias sobre alguns dos acontecimentos da Confederação do Equador. Seguem adiante alguns trechos da resposta de P. Théberge.

Disse que o tenente-coronel Tristão de Alencar Araripe assaltou, arrombou e roubou, no Aracaty, em 1824, o brigue inglez *Lexfort*, surto no porto e protegido pela bandeira de uma nação amiga. Mas n'isto enganei-me, Sr. conselheiro; pois foram dous: o *Lexfort* e o *Vestal*.

É verdade que não tenho por testemunha de um semelhante facto, senão dous ou três mil homens que acompanharam o presidente Tristão na sua expedição contra o Aracaty, e uma geração inteira, que viram, presenciaram e referem o facto sem a menor discrepância. Mas o que vale o testemunho de toda essa gente ignara contra a palavra de um conselheiro?!...²⁷⁹

Mais adiante o autor completa a sua interpretação.

Devo no entretanto dizer que tenho intima convicção de que o tenente-coronel Tristão, quando tomou estes navios, pensou podel-o fazer sem violação da lei; e que, assim como o declara nas ditas ordens, o seu fim foi adquirir fundos para pagamento das tropas que sustentavam sua rebelião, e não tomar este dinheiro para o seu uso particular; por isso é que, não obstante a flagrante arbitrariedade d'este acto violento em contravenção á todos os princípios do direito das gentes, continuo a consideral-o como homem de bem, levado por uma convicção forte, e a toda prova, e como o heroe da malfadada Republica do Equador, pela qual sacrificou nobremente a vida, recusando salvá-a pela fuga, em consequência de não poder levar consigo os seus companheiros. Certamente não moralisaria este facto do modo porque o fiz, se me persuadisse que elle houvera tirado este dinheiro para o seu uso pessoal.²⁸⁰

O parágrafo reforça o argumento de que não era a intenção de P. Théberge manchar a imagem pública de Tristão Gonçalves, pelo visto esse procurava apresentar da forma mais detalhada possível como teriam se passado aqueles dias de guerra na Província do Ceará. Épocas violentas marcadas por guerras são envoltas por uma série de interpretações possíveis que procuram justificar determinadas ações. Entre ações individuais e ações coletivas vários modelos são propostos para justificar os antecedentes e também as consequências de acontecimentos de grau tão dramático. Isso alimenta bastante a produção histórica sobre esses fatos.

Para comprovar a afirmação sobre o assalto do navio *Lexfort* que teria sido comandado por Tristão Gonçalves, na sequência P. Théberge transcreve uma ordem assinada pelo então presidente da Confederação do Equador no Ceará que

²⁷⁹ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 203.

²⁸⁰ Idem. Ibidem. p. 202.

dá notícia sobre tal acontecimento. Mas, o que se destaca é o questionamento levantado pelo autor do que teria mais valor de verdade, a exposição de um conselheiro do império ou o testemunho de milhares de pessoas que teriam presenciado um acontecimento?

Possivelmente, P. Théberge não chegou a ouvir os milhares de envolvidos que teriam participado ou sabiam a respeito daquele dia para referenciar de fato tal argumento de veracidade. No entanto, seu questionamento leva a outro: o de como as relações de poder podem atuar na elaboração de representações da história. E aqui, volta-se para o título do presente trabalho *Memórias da política e políticas da memória*, assim, será que não se poderia dizer que a partir do momento em que um político de influência, no caso José de Alencar, tece tão ferrenha crítica a um texto publicado na Revista do Instituto Histórico, o mesmo não estaria usando da sua influência política para propor uma interpretação diferente da que foi colocada nas páginas da revista? Com isso, demonstra-se um dos diversos tipos de mecanismos sutis que podem ser utilizados pela política para criar suas bases de apoio dentro da memória social.

A resposta de P. Théberge sobre a atuação do pai de José de Alencar, José Martiniano, diz o seguinte:

Ora os ditos de tantas pessoas insuspeitas cairão por terra diante dos ditos sentenciosos do Sr. conselheiro, que nunca veio, suponho eu, ao Icó, nem ao centro da província; do Sr. conselheiro que tem todo interesse de encobrir os erros de seu pai; do Sr. conselheiro que parece ignorar completamente os factos mais triviais da historia da província, que o escolheu para se mandatário no parlamento brasileiro?

Que o senador Alencar soube comprometer os outros, conservando-se nos bastidores, bem o prova o caso de Tristão, que sem a menor duvida não foi o verdadeiro autor da proclamação da Republica do Equador no Ceará. Elle nunca se metteria em semelhante lance, se não fosse insuflado por alguém; visto que não tinha a illustração sufficiente. Para apreciar por si a gravidade dos factos d'aquella época. Logo elle foi insuflado por alguém; mas quem seria este mentor? Toda a população cearense diz que seu irmão, deputado á Constituinte, foi a alma d'este negócio.²⁸¹

Novamente, Théberge utiliza o argumento de que como todos tinham ciência de um fato, esse seguramente ocorreu. A habilidade política e a ilustração de José Martiniano de Alencar eram amplamente conhecidas no Ceará, se José de Alencar questionava tal fato era porque não devia conhecer bem a sua terra natal e

²⁸¹ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 206 e 207.

nem mesmo a história desse lugar. Estaria Théberge naquele momento também fazendo uma crítica às ações políticas de José de Alencar, acusando esse de não conhecer a realidade da Província que o elegeu? É nessas entrelinhas, nesses debates entre políticas, testemunhos, memórias e documentos que vai sendo escrita a história.

P. Théberge procura expor de forma detalhada os acontecimentos da Confederação do Equador, elaborando uma narrativa pautada na cronologia das ações tomadas durante a Confederação, ações essas que foram contadas principalmente seguindo a sequência das batalhas, dos movimentos de guerra que marcaram a Confederação do Equador.²⁸² O desenrolar dos acontecimentos de 1824 pode ser visto como em alguns aspectos decorrência das tramas de 1817. Mas pelas narrativas históricas observadas, 1824 conecta-se principalmente com os movimentos do processo de independência.

No início do texto de P. Théberge que vai tratar diretamente sobre a Confederação do Equador no Ceará, ele procurou situar o leitor no seguinte ponto:

Os sucessos da expedição do Piauí e do Maranhão tinham coberto de gloria e de renome a Filgueiras e a seu conselheiro, Tristão de Alencar. Realmente foi esta campanha a mais bella pagina da historia de sua vida, e tornou seu nome celebre em todo o Imperio do Brazil. Tristão que media perfeitamente o alcance do commandante em chefe, e que sabia que nada era elle capaz de fazer por si só, comprehendeu todo o partido que poderia tirar de um tal personagem, para favorecer as suas vistas ambiciosas. Alcançou que podia ser a alma de qualquer commetimento, apresentando em frente a figura de Filgueiras, e servindo-se de seu braço, e da espada que sabia empunhar de modo a infundir terror e respeito.²⁸³

Partindo desse trecho, Théberge já apresenta os principais personagens que irão perpassar a maior parte de sua narrativa desse capítulo: Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras. Tristão Gonçalves é apresentado como o líder e principal entusiasta da Confederação. Pereira Filgueiras era o braço forte no campo de batalha. Mas, o que se pretende chamar a atenção era de que durante a produção

²⁸² “Dizem-na sempre ‘mortífera mas inevitável’, ‘insuportável mas ordinária’. Como pensá-la de outro modo em história? A história jamais teria contado a guerra? Sim, é claro, o reino da história-batalha floresceu com aquele de seus corpos de elite e a lembrança de seus heróis. Os acontecimentos foram fielmente contados por ilustres historiadores; depois, com o declínio da história como crônica de acontecimentos a partir dos anos de 1930 (os *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch), a anedota, o relato das batalhas e das estratégias foram deixados de lado”. FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 41.

²⁸³ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 99.

do livro *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*, realizada ainda durante o Império, o maior destaque na produção histórica era dado para aquela expedição formada pelos cearenses que foram lutar pela independência nas Províncias do Piauí e Maranhão. Até mesmo no período de final do Império para início da República, como se viu anteriormente pela produção de Tristão Araripe, a projeção dos cearenses dentro de uma história nacional deu-se por intermédio daquele episódio registrado durante o processo de independência. A Confederação do Equador ainda não havia adquirido a importância que foi dimensionada pretensamente durante as comemorações de seu centenário.

Agora destacam-se mais dois trechos do livro de P. Théberge que podem ajudar nessa reflexão, primeiro.

A população do Ceará nunca foi republicana; a sua grande maioria sempre se conservou a favor do Imperador; mas, o temor que lhe inspirava Tristão, ou, antes, o indiferentismo, levou os seus membros a deixar passar tudo sem oposição; a prova d'esta asserção veremol-a manifestar-se com toda a evidência no pronunciamento unanime da população em favor da Monarchia, quando o astro de Tristão for declinado no horizonte político, ou, por outra, desde que se teve esperança de apoio contra este frenético republicano.²⁸⁴

A grande afirmativa do autor é a de que “a população do Ceará nunca foi republicana”, no decorrer de toda a sua narrativa P. Théberge vai expondo como foi difícil de implantar a ideia de república no Ceará,²⁸⁵ apesar de em algumas vilas isso ter ocorrido de forma tranquila, sem grandes conflitos. Pensar que a república no Ceará vinha sendo cultivada em toda a população desde 1824 é uma vertente de interpretação que foi especialmente desenvolvida após uma perspectiva de consolidação da instauração do regime republicano e principalmente após as comemorações do centenário.

E o autor complementa,

Os imperialistas eram infinitamente mais numerosos do que os republicanos; mas, também, muito menos exaltados. Depois de aceitarem a nova ordem de cousas, foram-se reunindo e fortificando em toda a província, e dispondo-se a aproveitar qualquer oportunidade para

²⁸⁴ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 110.

²⁸⁵ As atividades republicanas na Província do Ceará começaram em 21 de abril de 1870, com a fundação do Clube Republicano de Aracati, presidido por Júlio Cesar da Fonseca Filho. MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980. p. 61.

restabelecerem o governo imperial, que inspirava geralmente mais confiança.

Os factos de que logo mais trataremos são uma prova evidente e irrefragável d'esta proposição, que talvez não seja aceita de muito bom grado pelos homens dos diversos credos políticos mas eles fallam mais alto na historia do que as opiniões sempre parciais dos partidários.²⁸⁶

E na sequência o autor procura demonstrar qual era o grupo político dominante nas diversas vilas do Ceará, levando a crer que a sua afirmativa novamente estava correta. Théberge frequentemente ao realizar uma proposição imediatamente preocupa-se em apontar ou expor como chegou a ela apontando as provas que fundamentam tal opinião. E parece acusar possíveis discordâncias a respeito de suas teses como sendo de questões meramente partidárias, movidas por interesses. Por acaso não teria P. Théberge seus próprios interesses? Não estaria tomando partido do lado dos imperialistas com seu texto histórico? Essa questão da objetividade durante a exposição de um fato histórico pautava os círculos de debate sobre a produção do conhecimento histórico durante o século XIX e era usada frequentemente como uma ferramenta de ataque entre os historiadores. Théberge parece ter-se utilizado desse recurso visando dar legitimidade para a sua produção histórica.

Concluindo, gostaria de mencionar um trecho de outro livro: *Ceará (Homens e Fatos)*²⁸⁷, da autoria de João Brígido²⁸⁸. Esse livro, publicado em 1919, reúne um resumo cronológico e diversos escritos, saídos originalmente em vários jornais, principalmente o *Unitário*, do qual João Brígido foi o fundador e diretor.

²⁸⁶ THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 118.

²⁸⁷ BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

²⁸⁸ João Brígido dos Santos. Como ele mesmo diz, nasceu capixaba, pois veio ao mundo, em 3 de dezembro de 1829, na vila de São João da Barra, então Província do Espírito Santo. Filho de Inácio Brígido dos Santos e Vicência Rolim dos Santos. Trouxeram-no os pais para o Ceará em 1831, ou seja com pouco mais de um ano de idade, indo a família residir no Icó, donde passou para S. Mateus (hoje Jucás). Aí estudou as letras primárias e, em Quixeramobim, recebeu as então clássicas aulas de Latim. Desta língua foi mestre em Jardim, depois em Barbalha e afinal no Crato, onde se fixou, exerceu a advocacia e começou a sua tumultuosa jornada de imprensa, fundando e dirigindo a tão conhecida folha **O Araripe** (1855), a primeira a circular naquela cidade... Em março de 1861, por meio de concurso, foi nomeado professor de Português do Liceu, aposentando-se em 1881. Desde que chegou a Fortaleza, passou a redator, sucessivamente, de **Fraternidade**, órgão maçônico, **Gazeta da Noite**, **Martim Soares e Estado do Ceará**. Colaborou no **Libertador** e n' **A República**. Fundou, em 1903, o **Unitário**, o seu desabusado baluarte das campanhas políticas em que se empenhou e que reputaram o maior jornalista do norte do Brasil. Antes, fora Deputado Provincial (1864-1867), Deputado Geral (1878-1881), Senador do Estado (1892) e Deputado Estadual (1893 e 1894). GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição de. Dicionário da literatura cearense. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987.p. 71.

Dos textos de João Brígido destacam-se o *Resumo Chronológico para a História do Ceará, Povoamento do Sul do Ceará e seu Desenvolvimento*, *O Ceará Holandês*, dentre outros. Esses textos constituem uma espécie de ensaios históricos.

Mas, o ponto que pretende-se destacar desse livro com relação à Confederação do Equador, encontra-se na 4ª época, das *Datas Históricas do Ceará*. A respeito do dia 26 de agosto de 1824, Brígido comenta.

26 de agosto – Grande Conselho. Proclamação da república em Fortaleza, a qual é jurada por 455 indivíduos, quase todos notabilidades da província, ali reunidos; sonhos vão se liberdade, que sempre mentiram para os povos pobres, carecidos, por isto, da independência individual, e sem nenhum acesso às regiões da luz.

Tristão é aclamado presidente da República e Filgueiras comandantes das armas.²⁸⁹

João Brígido apresenta um estilo seco ao tratar do que foi considerado posteriormente o dia maior das festividades da Confederação do Equador no Ceará. Ao que parece o autor não foi muito partidário da forma como aconteceu a Confederação do Equador, interpretava muito mais como ações políticas de um grupo restrito, ao invés de ser um movimento de maior profundidade social.

Os pontos destacados nesse tópico pretenderam tratar de algumas outras interpretações a respeito dos acontecimentos da Confederação do Equador no Ceará. Procurou-se destacar como tais interpretações acabaram por gerar alguns conflitos na historiografia. Conflitos esses que dizem respeito ao processo de elaboração e escrita da história, mas que também e principalmente informam sobre algumas relações da política com a memória. Os trabalhos históricos analisados foram publicados antes do centenário, com isso, lembra-se mais um elemento das ações comemorativas: procurar amenizar essas divergências, buscando consolidar uma determinada versão dos acontecimentos.

3.2. Os livros didáticos de história e a Confederação do Equador no Ceará.

No tópico anterior foi observado como determinadas leituras eram motivos de disputa na produção historiográfica. A seguir deverá ser considerado o percurso

²⁸⁹ BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. p. 487.

que vai dos livros de história para a sociedade. O que os livros didáticos podem transmitir com relação a determinado acontecimento político? A comemoração do centenário da Confederação do Equador no Ceará terá exercido alguma influência sobre os materiais didáticos produzidos após 1924?

O material ou livro didático pode ser situado entre uma prática educacional e um projeto editorial, que, em linhas gerais, apresenta algumas características básicas, são elas: um sistema de redução do conteúdo, qualidade do papel, ilustrações e linguagem acessível.²⁹⁰ Os livros didáticos são formulados e voltados prioritariamente para o uso nas escolas. Assim, o público-alvo deveria consistir basicamente de crianças e jovens que frequentavam as Instituições de Ensino. No entanto, esses materiais também poderiam ser consultados por outros leitores.

Ora, se os livros didáticos são produzidos para uso, sobretudo, dentro do sistema educacional eles estão intrinsecamente ligados a uma lógica dos múltiplos mecanismos que envolvem os processos de aprendizado. Com isso, pensar a didática na História é refletir sobre como o conhecimento histórico pode adquirir uma função prática, ou seja, que possa ser aplicável dentro do cotidiano da vida humana e com isso pensa-se na noção de “formação histórica”, uma categoria didática que Jörn Rüsen, definiu como “o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário.”²⁹¹ Assim, na medida em que esse conhecimento histórico vai sendo difundido e apreendido dentro de uma sociedade, algumas das análises que foram alvos de disputa anteriormente passam a fazer parte dessa dimensão de formação de identidades. Em determinados casos tais imagens passam a ser reivindicadas como núcleo central na composição de determinada identidade.

A História passa a ser uma matéria escolar no Brasil, ainda durante o período da Regência, no ano de 1838, a partir de uma regulamentação do Colégio

²⁹⁰ SILVA, Ana Glória Lopes da. *Joaquim Nogueira, práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2010. p. 100.

²⁹¹ RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010. p. 95.

Pedro II.²⁹² O Ensino Secundário no Ceará tem início em 1845 com a criação do Liceu que passou a funcionar efetivamente em 1855. Depois dele, somente em 1863 foi fundado o Atheneu Cearense, esse além de ser particular, apresentava a característica de regime de internato. Após essas iniciativas, da década de 1870 a 1900, surgiram também outras instituições de Ensino.²⁹³

As atividades no Instituto de Humanidades de Fortaleza tiveram início em 1892, mas devido a algumas complicações, o colégio passou alguns anos fechado, tendo sido reaberto efetivamente em 1904. Sua metodologia de ensino era inspirada no currículo do Colégio Pedro II, no seu programa de ensino buscou adotar ritos, espetáculos, passeatas e comemorações como atividades pedagógicas, enfatizando a propaganda republicana e os valores patrióticos como elementos centrais da realidade escolar.²⁹⁴

O Instituto de Humanidades adotava o livro *Anno Escolar* como publicação didática. Desse livro existem três edições de 1908, 1910 e 1921. Esse material substituiu a *Revista Escolar*, que era publicada em fascículos, no entanto, no *Anno Escolar* existem alguns textos que haviam sido publicados na Revista.

O livro *Anno Escolar* servia como orientação básica para o ensino no Instituto de Humanidades e continha as matérias lecionadas: História do Ceará, Geografia do Ceará, Literatura local, etc. A parte dedicada à História do Ceará seguia a orientação das efemérides propostas por Guilherme Studart. Na sessão “Ceará Intelectual” várias tipologias de textos apareciam para destacar os mais diversos aspectos da cultura cearense.²⁹⁵

As três edições do livro encontravam-se divididas por temáticas. No ano de 1910, por exemplo: Cronologia (Efemérides do Ceará e Efemérides Nacionais); Literatura escolar (Coisas históricas, Frases Literárias, Moral, Civilidade, História Pátria, Civismo, Sabedoria, História do Brasil); Vida escolar (Ensaio de Gramática, Explicações de Aritmética, Ensaio de Geometria) e Ceará Ilustrado. Pela

²⁹² NADAI, Elza. “O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Vol. 13, Nº 25/26, Set. 1992/Ago. 1993, p. 143-162.

²⁹³ OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo Letrado em Fortaleza na década de 1870. IN: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

²⁹⁴ Idem. As Matrizes Histiográficas do ensino de História do Ceará Colonial na Primeira República. IN: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). *Em tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 265.

²⁹⁵ SILVA, Ana Glória Lopes da. *Joaquim Nogueira, práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2010. p. 84.

composição do *Anno Escolar* apresentar esse caráter compilatório, o livro pode ser percebido dentro da categoria dos livros enciclopédicos, que são aqueles que apresentam uma grande variedade de temas expostos e em que na maioria das vezes esses temas não são tão aprofundados. Tal caráter buscava facilitar o acesso ao conhecimento por parte do público leitor, ou pelo menos, assim entendiam os editores da publicação.²⁹⁶

Dentro do programa, em meio às grandes datas da história nacional e local que deveriam ser lembradas e comemoradas dentro da escola, O *Anno Escolar* também fez surgir em suas páginas algumas figuras heroicas. Tanto as datas quanto os personagens históricos compõem principalmente um calendário cívico republicano. Entre as datas, o 24 de fevereiro (promulgação da Constituição), o 24 de maio (batalha do Tuiuty), o 11 de julho (batalha do Riachuelo) e ainda o 21 de abril (dia de Tiradentes). Essas datas eram destacadas como sendo de âmbito nacional. Localmente o 24 de maio, por exemplo, era comemorado como o dia da libertação dos escravos no Ceará. No *Anno Escolar* de 1908, embora não aparecendo como uma data instituída no calendário cívico, um artigo de Antônio Bezerra de Menezes destaca Tristão Gonçalves como uma figura heroica republicana.²⁹⁷ Se em âmbito nacional houve disputa sobre quem seria o principal mártir da república, como apresentado por José Murilo de Carvalho²⁹⁸, no Ceará, Tristão Gonçalves era tido como um dos primeiros defensores do regime republicano, tendo participado das revoluções de 1817 e 1824.

No entanto, pretende-se centrar mais a atenção sobre a terceira edição do *Anno Escolar*.²⁹⁹ Devido à repercussão positiva que parece ter tido a *Revista Escolar* e o *Anno Escolar* dos anos anteriores, a Comissão de Instrução Pública lançou o projeto de número 87 do ano de 1919, no qual, analisando os benefícios que as publicações anteriores trouxeram para o ensino, principalmente do Instituto de Humanidades, a partir daquela data o livro *Anno Escolar* deveria ser utilizado

²⁹⁶ SILVA, Ana Glória Lopes da. *Joaquim Nogueira, práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2010. p. 128.

²⁹⁷ OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. p. 260-268.

²⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

²⁹⁹ NOGUEIRA, Joaquim. (org.). *Anno Escolar*. Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurilio, 1921.

como o material de apoio para os alunos e professores das Escolas públicas do Estado.

No decorrer do próprio parecer da Comissão de Instrução Pública, encontra-se a forma como deveria ser organizada aquela publicação. A primeira parte, o Civismo, que se dividia em: Efemérides Nacionais, Explicação das grandes datas que relembram os grandes feitos e seus protagonistas, Hinos e cantos patrióticos e um questionário sobre a Constituição Federal, poderes da Nação, organização do Estado, direitos e deveres do cidadão e etc. A segunda parte destinada à Moral, na qual, dever-se-ia desenvolver uma literatura escolar que compreendesse: Coisas históricas, frases literárias, reflexões morais, preceitos de civilidade, sabedoria e jogos do espírito. Por fim, uma terceira sessão denominada “Ceará Intelectual”, na qual deveriam ser publicados “a) Produções inéditas de intelectuais cearenses sobre assuntos genuinamente cearenses; b) Excertos de conterrâneos distintos.”³⁰⁰ Pela organização é possível perceber a principal preocupação do ensino naquele período de procurar formar esse “cidadão” participante da República, que deveria ter desenvolvidas suas capacidades cívicas e morais. Além disso, no livro, os temas que envolviam os aspectos sobre o Ceará eram recorrentes como já mencionado e deviam continuar presentes no ensino.

Após as justificativas da relevância do material e sua composição, seguia-se o decreto de como deveria ser a relação entre o poder público e o ensino.

A Assembléa Legislativa do Estado do Ceará
Decreta:

Art. 1º - Fica adoptado nas escolas publicas do Estado o livro denominado “Anno Escolar”, de autoria do professor Joaquim da Costa Nogueira.

Art. 2º - O Governo adquirirá para distribuição gratuita pelas escolas públicas primarias o minino de dois mil exemplares do referido livro.

Art. 3º - Anualmente concederá o Governo a subvenção de quatro contos de réis como auxilio á publicação da “Revista Escolar” do mesmo professor, que será paga em doze cotas iguaes.

§ único – Caso o Governo venha a montar a Imprensa Official, a impressão a impressão e tiragem da Revista será feita a expensas do Estado ficando a subvenção reduzida a um conto de réis e mais quatrocentos exemplares de cada numero da Revista para o referido Professor.

³⁰⁰ NOGUEIRA, Joaquim. (org.). *Anno Escolar*. Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurilio, 1921. p. VI.

Art. 4º - A “Revista Escolar” será mensal, e além da feição própria dada pelo seu autor, publicará as resoluções do Governo sobre a Instrução primaria – leis, regulamentos e programas de ensino, instruções ao professorado, estatística escolar.

§ único – Cada numero da Revistas conterà trinta e duas paginas, no mínimo, das quaes oito serão de preferência reservadas para a publicação dos actos officiaes acima referidos e, somente em falta desses, para matéria diversa.³⁰¹

Se as primeiras edições da Revista e do *Anno Escolar* foram publicadas pela iniciativa de Joaquim Nogueira, agora, o Governo do Estado pretendia tomar a frente desse empreendimento, patrocinando e pretendendo ampliar a divulgação desse material. Em troca disso, o Governo pretendia ter seu espaço garantido na publicação para divulgar também as ações que deveriam ser desenvolvidas por ele com relação à educação. Pelo decreto, 1/4 das páginas deveria ser dedicado à exposição das ações do Governo. Aqui novamente pretende-se destacar o envolvimento dos poderes públicos em ações de política da memória, pelo viés de que não bastava realizar uma determinada ação política, mas também, deveria ser propagado quem foram os autores daquela ação. Se pelo ensino os grandes feitos e os grandes nomes da história deveriam ser lembrados, as ações do presente e os políticos do presente deveriam também estar em um lugar de destaque. Forma-se um cidadão procurando estabelecer seus laços de identidade histórica, mas também vinculando-o com um determinado grupo de atores sociais de uma época.

Ainda nas primeiras páginas do livro, antes do início dos conteúdos, seguia-se uma série de reportagens que foram publicadas nos jornais *Correio do Ceará*, *Estado do Ceará*, *Folha do Povo*, *Jornal Pequeno* e *Diário do Estado*. Todas as reportagens teciam elogios à medida de adoção do material didático *Anno Escolar* nas escolas públicas.

Conforme se vê, o “Anno Escolar” constitue um livro que se presta admiravelmente a ser adoptado nas escolas publicas, uma vez impresso, revisto e melhorado na edição definitiva de que cogita o projecto...

Deixamos nestas linhas os nossos maiores applausos ás duas medidas, que a Assembléa do Estado acaba de approvar gostosamente, porquanto uma representa o resurgimento de duas publicações que muita luz derramaram sobre espiritos juvenis e, a outra, assegura a vida e a prosperidade do maior emprehedimento artístico que já se tentou no Ceará.³⁰²

³⁰¹ NOGUEIRA, Joaquim. (org.). *Anno Escolar*. Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurilio, 1921. p. VI e VII.

³⁰² Idem. Ibidem. p. XI

Essa notícia foi retirada da *Folha do Povo*, de 19 de setembro de 1919. O empreendimento mencionado diz respeito à Escola de Música Alberto Nepomuceno que parecia receber algum investimento público. Com relação ao *Anno Escolar*, nota-se o tom de destaque dado ao projeto da Assembleia. O Livro *Anno Escolar* em suas duas edições anteriores parece ter contribuído de forma positiva no Ensino da cidade, pois como afirmou o jornal, aquele teria derramado muitas luzes sobre os “espíritos juvenis”.

A parte dedicada às Efemérides Nacionais tem início com uma primeira parte intitulada “Descobrimento – explorações” que toma como ponto de partida o ano de 1492 caracterizado como sendo o ano de Descoberta da América. Daí segue-se até o descobrimento do Brasil passando por todo o período colonial até o Brasil Reino. Logo na primeira página destacam-se os acontecimentos de 1817, no qual, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar são apontados como os principais envolvidos com aquele movimento aqui no Ceará. Além desses, uma nota de rodapé chama atenção para o seguinte fato.

Na Fortaleza de N. S. da Assunção, (ora quartel do 46º batalhão) existe, religiosamente conservado, o local onde, em 1817, esteve presa d. Bárbara de Alencar, mãe dos denodados patriotas Tristão Gonçalves e padre Alencar. Nele se encontra a seguinte inscrição: “Aqui gemeu longos dias d. Barbara de Alencar, victima em 1817 da tyrannia do governador Sampaio”.³⁰³

Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar desde a sua participação no movimento de 1817, já eram colocados como exemplos de patriotas pela sua coragem naquele movimento. Outro ponto colocado nesse trecho é o do local onde teria ficado presa Bárbara de Alencar. Um local de dimensões reduzidas dentro da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, tal episódio alimentou bastante o imaginário dos cearenses. Ainda hoje, quem visita o local se surpreende com o lugar. Mas teria Bárbara de Alencar permanecido vários dias presas naquele local?

Sobre a Confederação do Equador o *Anno Escolar* apresenta o seguinte:

Manoel Carvalho Paes de Andrade, negando-se passar a administração de Pernambuco ao novo governo nomeado pelo Imperador, foi preso e, no mesmo dia, solto pela tropa revoltada, assumindo de novo a presidência e proclamando a Confederação do Equador (24 de julho) O movimento

³⁰³ NOGUEIRA, Joaquim. (org.). *Anno Escolar*. Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurilio, 1921. p. 31.

estendeu-se rapidamente ao Rio Grande do Norte, Parahyba e Ceará, sendo suffocado depois pelas tropas imperiaes commandadas pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (12 de setembro). Paes de Andrade fugiu a bordo de uma Fragata ingleza, nada tendo sofrido, vindo mais tarde a ser eleito Senador do Império. Quanto aos outros chefes do movimento, foram, pelas Comissões Militares condenados, muitos deles, a pena ultima [...] João Guilherme Ratcliff, no Rio de Janeiro; padre Joaquim do Amor Divino, vulgo Frei Caneca, em Recife; João de Andrade Pessoa Anta (30 de abril de 1825); Padre Gonçalo de Inacio Loyola de Albuquerque Mello Mororó (idem); Francisco Miguel Pereira Ibiapina (7 de maio); Tenente de milícias Luiz Ignacio de Azevedo, por alcunha Bolão (16 de maio); Coronel Feliciano José da Silva Carapinima (28 de maio), todos estes últimos no Ceará, à praça hoje, occupada pelo Passeio Público, ainda conhecida pelo nome de Praça dos Martyres.³⁰⁴

No livro *Anno Escolar* de 1921, a Confederação do Equador foi apresentada sem maiores comentários de como esta ocorreu no Ceará. O foco recai sobre a iniciativa de Pernambuco. O que se destaca são as execuções realizadas pelas Comissões Militares instituídas após a retomada do poder pelas tropas imperiais. Os nomes dos 5 personagens executados em Fortaleza aparecem seguidos das suas respectivas datas de execução. O que sobressalta então são essas personagens como mártires daquele movimento, sem maiores explicações das causas ou consequências do movimento, mas apontando o lugar destinado à memória desses mártires.

No tocante às efemérides, somente esse texto aparece sobre a Confederação do Equador. Existe ainda outra parte no livro denominado “Cousas Históricas”, mas nessa sessão aparecem apenas aspectos da história sagrada, história universal e mitologia.

A Confederação do Equador só volta a ser mencionada na sessão “Sabedoria”. Nessa parte, uma grande série de afirmações curtas sobre todas as matérias é colocada para ser trabalhada na forma de arguição pelo professor. Assim sobre a Confederação: “as províncias do Brasil que fizeram parte da Confederação do Equador: Pernambuco, Ceará, Parahyba e Rio Grande do Norte.”³⁰⁵ Tal informação sobre aquele movimento de 1824 é bastante superficial, novamente, não se entra em maiores detalhes ou tem-se mais informações sobre o movimento, como foi publicado na edição de 1908 do *Anno Escolar*. Outros temas que tratam de aspectos referentes ao Ceará: as plantações de Carnaúba, as jangadas, as belas

³⁰⁴ NOGUEIRA, Joaquim. (org.). *Anno Escolar*. Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurilio, 1921. p. 36 e 37.

³⁰⁵ Idem. Ibidem. p. 168.

paisagens do Ceará, a imigração para Amazônia, as secas, etc. ocupam várias páginas do livro.

Ainda no livro *Anno Escolar* a última rápida referência à Confederação do Equador foi feita em um texto de Eusébio de Sousa, que defendia a regulamentação oficial da bandeira do Estado do Ceará, o texto data do ano de 1919 e em sua parte final tem-se:

E, enquanto perdurar o indifferentismo dos poderes públicos, deixando de crear, oficialmente, a bandeira do Estado, quando em épocas normaes o Ceará tiver a oportunidade de rememorar os fatos brilhantes de sua gloriosa epopéa, procurando enaltecer o valor de seus antepassados, nas heroicas jornadas de 1603, 1817, 1824 e 1884, principalmente este ultimo anno com a sua memorável data de 25 de março, redimindo de toda província o captiveiro...³⁰⁶

Esse trecho de Eusébio de Sousa destaca bem o que poderiam ser considerados os principais acontecimentos do Ceará, que tiveram um destaque ou uma relação com a história nacional. A “fundação” do Ceará (1603), as revoluções de 1817, 1824 e a libertação dos escravos (1884). Ainda como apontou Eusébio de Sousa, desses marcos da história, o de maior relevância seria o da abolição dos escravos. E se no livro *Anno Escolar* (1921) as três primeiras datas aparecem de forma aligeirada, nessa edição, o espaço dedicado à libertação dos escravos na Província do Ceará aparece mais vezes, procurando reforçar e/ou caracterizar melhor o epíteto de “Ceará terra da luz”. Naqueles momentos iniciais da república, sobre essa fórmula pretendia-se criar uma relevância maior para servir de base em um discurso que pudesse se referir a uma identidade cearense.

Assim, esses foram alguns dos aspectos abordados, principalmente, no *Anno Escolar* de 1921, sobre a Confederação do Equador no Ceará. Após as comemorações do centenário em 1924 outros materiais didáticos surgiram tratando de outros aspectos do movimento.

Em 1931 foi publicado outro livro didático, esse da autoria de Cruz Filho.³⁰⁷ O livro *História do Ceará – Resumo didactico*, fazia parte de um projeto

³⁰⁶ NOGUEIRA, Joaquim. (org.). *Anno Escolar*. Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurilio, 1921. p. 298.

³⁰⁷ José da Cruz Filho. Nasceu em Canindé, no dia 16 de outubro de 1894. Foram seus pais José Joaquim Cordeiro da Cruz Júnior e Maria Rocha Cruz. Fez os estudos iniciais no Colégio Santo Antônio, dos Padres Capuchinhos, naquela cidade, no qual veio a ser professor. Incansável estudioso das letras clássicas, formou aprimorada cultura literária, não chegando, entretanto, a diplomar-se por qualquer escola superior. Ocupou os cargos de Inspetor Escolar Regional, Oficial de Gabinete da

maior do mercado editorial voltado para a publicação de uma série de livros sobre história da América, do Brasil e Geral. Nesse livro, o recurso da narrativa historiográfica é bem mais elaborado para além das efemérides apresentadas pelo *Anno Escolar*. Além disso, possuía também o recurso das ilustrações na maioria das temáticas tratadas, o que poderia facilitar ou ao menos tornar mais atrativa a leitura do material.³⁰⁸

No livro *História do Ceará – Resumo didactico*, os capítulos XIX, XX e XXI são dedicados à Confederação do Equador. Os títulos dos capítulos informam bastante sobre as intenções do autor. “A Confederação do Equador – O Grande Conselho”, apresenta os antecedentes do movimento a partir do episódio da dissolução da Assembleia Constituinte até a realização do Conselho de adesão do Ceará à Confederação do Equador, no dia 26 de agosto de 1824. Os capítulos ainda se subdividem em pontos, cada um procurando desenvolver uma informação a respeito da Revolução. No último ponto desse capítulo, Cruz Filho comentou:

7. – Mal sabiam os signatários da acta do Grande Conselho que, naquella memorável sessão de 26 de agosto de 1824, alguns dentre elles haviam, antecipadamente, assignado a sua sentença de morte, como os dois valorosos chefes Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras, e que a maioria dos que haviam jurado “dar a ultima gotta de seu sangue para manter e ser fiel à Confederação do Equador” e “fazer crua guerra ao despotismo imperial”, teria de faltar a fé jurada, quando o sangue generoso de tantos idealistas começasse a jorrar sobre a terra cearense!³⁰⁹

Nesse trecho, Cruz Filho procura dar ênfase às atuações de Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras. Para o autor, os dois foram os personagens de maior destaque durante a Confederação do Equador, pois esses teriam sido dos poucos que lutaram e mantiveram firme até o final de suas vidas o juramento feito em nome dos ideais do movimento de 1824.

Presidência do Estado, na gestão Justiniano de Serpa, Diretor Geral da Secretaria do Interior e da Justiça e Diretor da Hospedaria Getúlio Vargas. Foi professor de Português e Literatura no Liceu do Ceará... na capital, para onde se mudou em 1918, começou a mostrar as suas poesias através da revista Fortaleza (1906), vigoroso prenúncio – como ressalta Dolor Barreira – do poeta que alcançaria... GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição de. Dicionário da literatura cearense. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987. p. 91.

³⁰⁸ OLIVEIRA, Almir Leal de. As Matrizes Histiográficas do ensino de História do Ceará Colonial na Primeira República. IN: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). *Em tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

³⁰⁹ CRUZ FILHO. *História do Ceará – Resumo didactico*. São Paulo, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1931. p. 132.

No capítulo seguinte, “A Confederação do Equador. As expedições de Filgueiras e Tristão”, o autor continuou a expor a trajetória do movimento, mas a partir dos movimentos realizados pelos seus dois principais personagens, não poupando elogios a essas duas figuras históricas. “José Pereira Filgueiras, o destemeroso companheiro de Tristão Gonçalves, é um vulto de grande relevo na história política do Ceará”.³¹⁰ E, “com o sacrifício de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, porventura o vulto mais varonil e bello da historia cearense, exhalou o derradeiro alento, no Ceará, a malfadada Confederação do Equador”.³¹¹

O último capítulo sobre o movimento no livro *História do Ceará – Resumo didactico* é o seguinte, “A Confederação do Equador. O tribunal de sangue”, nele é mencionado principalmente o estabelecimento da Comissão Militar responsável por julgar e condenar os envolvidos durante a Confederação. O autor então traça o momento de execução dos 5 membros, Pe. Mororó, Pessoa Anta, Pereira Ibiapina, Azevedo Bolão e José Carapinima, que foram mortos no antigo Campo da Pólvora, situado no ângulo norte do atual Passeio Público de Fortaleza como descrito por Cruz Filho.

Sobre o livro *História do Ceará – Resumo didactico*, gostaria de destacar ainda uma nota de rodapé inscrita no final do capítulo sobre Tristão e Pereira Filgueiras, a nota expõe:

Por iniciativa do illustre historiador dr. Eusebio de Sousa, foi lançada, no dia 31 de outubro de 1924, data do 1º centenário do trucidamento de Tristão Gonçalves, a pedra fundamental do monumento que, à sua memória, deverá ser erigido na povoação de Santa Rosa.

Na mesma data, ainda por iniciativa do mesmo historiador, realizou-se uma romaria popular ao local em que caiu sem vida o grande patriota, sendo ahi inaugurada uma lapide commemorativa do centenário, com a seguinte inscripção em bronze: Neste local succumbiu Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, o heroico presidente da Confederação do Equador no Ceará. – 31 de outubro de 1824 – Homenagem do “Instituto do Ceará”. – 31-X-1924.³¹²

Para a elaboração de seu livro, Cruz Filho enumera uma série de trabalhos que teriam servido como referência, dentre eles: Tristão de Alencar Araripe (*História da Província do Ceará*), Pedro Théberge (*Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*), J. Brigido, *Cearenses illustres e Ceará (Homens e Fatos)*, J.

³¹⁰ CRUZ FILHO. *História do Ceará – Resumo didactico*. São Paulo, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1931. p. 136.

³¹¹ Idem. *Ibidem*. p. 138.

³¹² Idem. *Ibidem*. p. 138.

Catunda (Estudos de História do Ceará), Paulino Nogueira (Presidentes do Ceará e Execução de Pinto Madeira), além desses, as obras de Rocha Pombo (História do Brasil e História do Rio Grande do Norte), Pedro Calmon (História da Bahia) e os textos e documentos da Revista do Instituto do Ceará. Diante de uma variada gama de materiais que falam sobre a Confederação do Equador no Ceará, Cruz Filho reservou uma nota de rodapé destacando uma das ações desenvolvidas durante o centenário do movimento de 1924. Assim, os esforços empreendidos durante aquele evento parecem ter deixado marcas ou conquistado seus espaços de recordação, que por meio do livro *História do Ceará – Resumo didactico*, também passou a ser transmitido, utilizando uma das ferramentas do ensino de História, qual seja, o material didático.

Em 1941, outro material didático foi lançado, dessa feita o autor foi Filgueiras Sampaio,³¹³ *Noções de Historia do Ceará*,³¹⁴ livro que no ano de 1941 teve lançada sua 2ª edição e que logo na contracapa fazia constar uma mensagem da autoria de Pe. José Bruno Teixeira, que naquela data era Diretor do Departamento Geral de Educação.

Reputo o livro do Prof. Filgueira Sampaio um compêndio destinado a prestar relevantes benefícios aos escolares cearenses e que, ao mesmo tempo vem preencher uma sensível lacuna em nosso meio educativo. É um trabalho de divulgação, escrito em linguagem simples, escorreita e elegante.³¹⁵

O livro apresentado no formato de compêndio é bem sintético na exposição de seus temas. A parte referente à Confederação do Equador ocupa dois capítulos: “A Confederação do Equador” e “O ocaso Sangrento da Confederação”, os dois juntos preenchem apenas 6 páginas das 80 do livro. O resumo segue o desenrolar dos fatos como o seu anterior, no entanto, uma informação diverge. Filgueiras Sampaio aponta que a data da cerimônia do juramento de adesão do

³¹³ Romão Nogueira Filgueiras Sampaio. Professor quase toda a vida, fundou no ano de 1939, em Fortaleza, o Instituto Valdemar Falcão, de muita atuação nos meios educacionais da Capital. Ensinou no Colégio São Francisco, de Canindé, onde, aliás, fizera os estudos básicos. Do Ateneu São José, de Fortaleza, foi Vice-Diretor e professor de Português e História. Vários livros didáticos são de sua autoria: Lições de Geografia; História do Brasil; Geografia do Ceará; Lições de Português e Exercícios de Linguagem; Páginas da Nossa História; Noções de História do Ceará; Nova Seleta; O Ceará é assim...; O ABC do Folclore. De poesia deu a publicidade Folhas Soltas. Nasceu na cidade de Barbalha. GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição de. Dicionário da literatura cearense. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987. p. 207.

³¹⁴ SAMPAIO, Filgueira. *Noções de Historia do Ceará* (Compêndio didático, para uso das escolas primárias do Estado). 2ª ed. Papelaria Vera Cruz, Bahia, 1941.

³¹⁵ Idem. Ibidem.

Ceará à Confederação do Equador teria sido 27 de agosto de 1824.³¹⁶ O autor não apresenta mais detalhes sobre essa informação, mas pelo visto a data que foi considerada como marco no dia da comemoração não apareceu reforçada pelo autor.

Ao final de cada capítulo aparecem em destaque dois dos envolvidos no movimento são eles Tristão Gonçalves e Pe. Mororó. Se foi escassa a exposição feita por Filgueira Sampaio sobre as tramas da Confederação, os momentos finais das vidas dos dois heróis do movimento aparecem com detalhes. A biografia de Tristão Gonçalves foi escrita por Eusébio de Sousa e a do Pe. Mororó por Viriato Correa. Tristão Gonçalves novamente aparece como um dos vultos do movimento, só que nesse livro Pereira Filgueiras, que sempre aparecia ao lado de Tristão, foi relegado a um segundo plano. A morte dramática, de narrativa espetacularizada, do Pe. Mororó parece ter ganhado maior força no momento da publicação do livro.

Outro livro recomendado pelo poder público como suporte para o ensino de história foi *Pequena História do Ceará*, de Raimundo Girão³¹⁷. O livro foi publicado pela primeira vez em 1953, tendo uma segunda edição em 1962 e mais duas edições revistas em seu texto nos anos de 1971 e 1984. Segundo parecer do Conselho Estadual de Educação de 1953.

O Conselho Estadual de Educação, depois de examinar o livro *Pequena História do Ceará*, de autoria do Dr. Raimundo Girão, assinala a importância e a oportunidade dessa publicação, que, não tendo, embora, orientação especificamente didática, nem por isso deixa de ser um livro utilíssimo ao professorado cearense, pela preciosa e abundante contribuição que oferece à organização e desenvolvimento do programa de história local, nas escolas primárias do Ceará.

Assim, o Conselho Estadual de Educação, reconhecendo os méritos indiscutíveis dessa obra que tão necessária se fazia para uma divulgação

³¹⁶ SAMPAIO, Filgueira. *Noções de História do Ceará* (Compêndio didático, para uso das escolas primárias do Estado). 2ª ed. Papelaria Vera Cruz, Bahia, 1941. p. 32.

³¹⁷ Raimundo Girão. Filho de Luís Carneiro de Sousa Girão e Celina Cavalcanti Girão, nasceu na fazenda Palestina, do município de Morada Nova, (1900)... Em novembro de 1913, transferiu-se para Fortaleza, passando a frequentar o Colégio Colombo... (1920) matriculou-se na Faculdade de Direito do Ceará, cujo curso terminou colando grau de Bacharel no dia 8 de dezembro de 1924. Nessa mesma Faculdade, doutorou-se em 1926, sendo aluno laureado. Advogava nos auditórios do Estado, quando em 1932 é chamado a exercer as funções do cargo de Secretário Geral da Prefeitura de Fortaleza (Secretaria Única), para a 14 de dezembro desse ano receber a nomeação de Prefeito Municipal interino. Efetivou-se no cargo no dia 19 de abril de 1933 e o exerceu até 5 de setembro de 1934... Nomeado em 2 de março de 1946 Livre Docente da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, na cadeira de Estudos Comparados das Doutrinas Econômicas. Em 1949, como representante do Estado do Ceará e do Instituto do Ceará (para qual entrara como Sócio Efetivo em 1941 e do qual é Presidente de Honra),... GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição de. Dicionário da literatura cearense. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987. p. 110.

cultural mais ampla dos fatos e episódios que opulentam a história da nossa terra, resolve aprovar o livro *Pequena História do Ceará*, da autoria do Dr. Raimundo Girão, recomendando-o, especialmente, ao professorado cearense.³¹⁸

A síntese da história do Ceará produzida por Raimundo Girão parece servir como meio de divulgação dos momentos opulentos da história local. A Confederação está entre esses episódios. O capítulo referente à Confederação do Equador no Ceará no livro recebe o título de “A insubmissão de 1824. Consequências no Ceará.” No capítulo, o autor relaciona a eclosão do movimento com o episódio da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e a outorga da Constituição de 1824 pelo Imperador D. Pedro I. Tal medida autoritária da parte do Imperador teria deixado alguns grupos políticos das Províncias do Norte bastante insatisfeitos. O que levou esses grupos a não reconhecerem o poder do Imperador, não jurando a constituição imposta por ele e ainda lançando as bases para um possível desmembramento de algumas Províncias do território brasileiro.

Dos participantes desse “trágico episódio da história cearense”, como escreveu o autor, nenhum é apontado como o principal, em sua síntese todos são mencionados sem grandes destaques, desde José Martiniano de Alencar, deputado participante da Assembleia Constituinte, até os que foram executados no antigo Campo da Pólvora. No entanto, o monumento erguido no local onde teria sido morto Tristão Gonçalves é mencionado e a referência à iniciativa do Instituto do Ceará é novamente louvada.

Destaca-se ainda que ao final de cada capítulo de *Pequena História do Ceará*, Raimundo Girão aponta uma série de materiais que podem servir para o estudo sobre aquele determinado tema. Sobre a Confederação do Equador uma parte considerável desse material poderia ser encontrada nas Revistas do Instituto do Ceará, dentre outros o Tomo especial de 1924, o Almanaque de 1924 e *Os Martyres da Confederação do Equador*. Todos esses últimos trazem em seu bojo os aspectos que foram destacados durante as comemorações do centenário do movimento, assim como todo o sentido de comemoração que envolve tais obras.

Essas foram algumas das publicações que receberam o aval do poder público, como fontes seguras acerca da história do Ceará, desde a década de 1920 a 1950.

³¹⁸ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Editora A. Batista Fontenele, Fortaleza- Ceará, 1953. p. 8.

Por fim, concluindo a primeira edição de *Pequena História do Ceará*, Raimundo Girão, foi bem direto em seu parágrafo final. “Terminou, assim, esse trágico episódio da história cearense.”³¹⁹ No entanto, um episódio político de tamanha complexidade como foi o caso da Confederação do Equador, tão rico de significados assim, como as suas ações comemorativas, poderia ser sintetizado como apenas um episódio trágico da história local? Na segunda edição de *Pequena História do Ceará*, Raimundo Girão modifica especialmente o trecho final de seu capítulo, as fontes de estudo são as mesmas, mas o arremate final foi mais incisivo.

Terminou, assim, esse trágico episódio da história cearense. Joaquim Catunda, no seu belo estilo amargo, escreveu que a República veio a morrer pela incapacidade nativa da raça para qualquer regime de liberdade política, mas sem maior razão. A Confederação não deixou de vencer por falta de uma aptidão assim pessimistamente generalizada, e sim em virtude dos mesmos fatores negativos que derrotam as revoluções saídas para o campo ou para as ruas ainda não devidamente sazoadas e só deflagradas pela energia insopitável dos fortes ideais e dos fortes sonhos.

“A Confederação do Equador – disse-o Júlio César da Fonseca – foi um sonho, um desses sonhos eternos de reforma e transformação, foi um poder criador, olhando o futuro da Pátria, sem ambições e os preconceitos dos caçadores de glórias vãs, dos imitadores e copiadoreis estéreis sem ânsia do bem, que se superpõe aos seus interesses, e só se preocupam com o seu eu. Pelos gestos de abnegação e sacrifício têm os seus heróis lugar de eminente destaque em nossa agiologia cívica.”³²⁰

O acréscimo realizado pelo autor na segunda edição é bastante significativo. A imagem dos acontecimentos da Confederação do Equador no Ceará parece tomar uma maior dimensão. Não foi apenas um evento, um episódio trágico da história cearense que iniciou em 1824 e findou no mesmo ano. A forma colocada por Raimundo Girão aprofunda mais essa dimensão. Várias foram as repercussões da Confederação do Equador. Os fatos daquele acontecimento foram alvo de algumas interpretações que por vezes eram divergentes. De várias maneiras os acontecimentos de 1824 penetraram no imaginário político do Ceará. Algumas ações políticas procuraram deixar as suas marcas naquele movimento e nesse embalo ganhar o seu próprio espaço. Enfim, todos esses aspectos debatem-se sobremaneira nas disputas de memórias que envolvem a Confederação do Equador no Ceará, tais memórias são fontes inestimáveis para a elaboração de pretensas

³¹⁹ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Editora A. Batista Fontenele, Fortaleza- Ceará, 1953. p. 136.

³²⁰ Idem. *Pequena História do Ceará*. 2ª ed. Editora Instituto do Ceará. Fortaleza, 1962. p. 185 e 186.

identidades. E as identidades são fundamentais para a percepção do sujeito dentro de uma sociedade. Assim, procurar o limiar dessas múltiplas temporalidades, que envolvem um evento pretérito que vai sendo modificando em um presente por uma série de ações, e ainda alçar um olhar para o futuro, criar um modelo para a posteridade é tarefa complicada, mas que pode servir para lançar um olhar diferente sobre os acontecimentos políticos.

Não é só “pelos gestos de abnegação e sacrifício” que sujeitos de um determinado grupo tornam-se heróis e ganham “lugar de eminente destaque em nossa agiologia cívica.”³²¹ Uma fórmula reduzida a tal ponto pode acabar alimentando e sacralizando as ações políticas e seus sujeitos. A dimensão política não é sagrada talvez antes profana, feita por sujeitos históricos, envolta por uma trama de enredos e disputas de diferentes interesses que devem ser observados ou melhor investigados na amplitude de seus processos.

³²¹ GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. 2ª ed. Editora Instituto do Ceará. Fortaleza, 1962. p. 186.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Além disso, o que quer que lhe dissesse o seu professor de natação, sonhava com uma ilha que não se apresentava diante de si no presente, onde ele também se encontrava, mas, por decreto divino, repousava na irrealidade, ou no não ser, do dia anterior.”

(Umberto Eco)

O trecho acima pertence ao livro *A ilha do dia anterior* de Umberto Eco, conta a história de um jovem piemontês em missão a serviço do cardeal francês Mazarino, enfrentando uma série de aventuras em busca do ponto antípoda da terra. Os vestígios de tal empreitada ficaram registrados em um diário escrito em meados do século XVII, que teria sido posteriormente descoberto pelo autor. Com essa mistura de elementos de um contexto histórico com a ficção, Umberto Eco compõe uma narrativa intrigante de uma ilha que por ser cortada por esse meridiano, apresentaria a capacidade da passagem dos tempos passado, presente e futuro. O indivíduo em tal ilha poderia caminhar em direção ao passado, assim como, também, seguir em direção ao futuro.

Estabelecer um marco comemorativo pode ser semelhante ao meridiano que corta aquela ilha. Uma linha divisória no tempo presente, capaz de evocar um passado próximo ou distante e ainda projetar expectativas futuras. Várias foram as ações comemorativas elaboradas em torno do centenário da Confederação do Equador. Todas em comum buscavam lembrar passados, atribuindo (re)significados de acordo com aquele momento de lembrança e projetando ainda anseios futuros.

O dia de adesão do Ceará a Confederação do Equador poderia significar um marco da cidade de Fortaleza como centro de tomadas de importantes decisões políticas para a Província e depois Estado. Um movimento político cheio de nuances e com diretrizes federalistas significaria uma semente do movimento republicano. Vilões de uma revolução política 100 anos depois são consolidados como heróis da

história local. Escritos, monumentos e praças servindo como suportes, como alvo de disputas de memórias diversas, procurando se sobrepor umas às outras.

E assim, cada comemoração que atravessa um espaço dentro da sociedade cria, projeta aquela ilha do dia anterior. Sempre que se reporta a ela podemos perceber essas múltiplas temporalidades. Esse desejo do homem de vencer o tempo. Talvez, não conseguindo se projetar na realidade entre o passado, presente e futuro, mas na memória, na imaginação essa viagem torna-se possível.

TIPOLOGIA DE FONTES

Arquivo

APEC. Câmara de Fortaleza, 1872-1880 Cx. 39. Câmara Municipal – Correspondência expedida: 1879. (Documento digitalizado)

APEC. Câmara de Fortaleza, 1890-1921 Cx. 41. Intendência Municipal – Correspondência expedida: 1907; 1908 e 1909. (Documento digitalizado)

IPHAN. Processo Nº 744 – T- 64 D.P.H.A.N / D.E.T. Seção de História. Jardim: Passeio Público, Fortaleza – Ce. p. 11.

Livros

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Crato-Rio de Janeiro, 1859/1960*. Vol. 2. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Primazias do Ceará. Commemorando o tricentenário da vinda dos portugueses ao Ceará (1603 - 1903)* Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903.

_____. *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958.

_____. *História da província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002.

AZEVEDO, Rubens de. *Os 40 da Casa do Barão. (I Centenário do Instituto do Ceará)*. Brasília: Senado Federal, 1993.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Vol VIII. Brasília: Senado federal, 2002.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*. Volume 1. Fortaleza: Typographia Minerva, 1922.

_____. *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*. Volume 2. Fortaleza: Typographia Minerva, 1926.

BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BRITO, Jorge. *Diário do Governo do Ceará: origens da imprensa e da tipografias cearenses*. Ed. Ilustrada. Fortaleza: Secretaria da Cultura / Museu do Ceará, 2006.

COMMEMORANDO O TRICENTENÁRIO DA VINDA DOS PORTUGUEZES AO CEARÁ (1603 - 1903) Ceará: Typografia Minerva, de Assis Bezerra, 1903.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1990.

CRUZ FILHO. *História do Ceará – Resumo didactico*. São Paulo, Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1931.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Editora A. Batista Fontenele, Fortaleza- Ceará, 1953.

_____. *Pequena História do Ceará*. 2ª ed. Editora Instituto do Ceará. Fortaleza, 1962. p. 185 e 186.

NOGUEIRA, Joaquim. (org.). *Anno Escolar*. Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Editores Leite Ribeiro e Maurilio, 1921.

SAMPAIO, Filgueira. *Noções de História do Ceará* (Compêndio didático, para uso das escolas primárias do Estado). 2ª ed. Papelaria Vera Cruz, Bahia, 1941.

SOUSA, Eusebio de, *Há cem annos...: factos da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1924.

_____. *Meio século de existência. (Subsídio para a História do Instituto do Ceará), 1887 – 1937*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937.

_____. *Monumentos do Estado do Ceará: referência histórico-descritiva*. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/ Museu do Ceará, 2006.

STUDART, Barão de. *Os Martyres da Confederação do Equador no Ceará*. Fortaleza: Typographia Commercial, 1924.

THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a Província do Ceará*. Edição Fac-simile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

Periódicos

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1922.

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1924.

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1925.

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Ceará: Tipografia Gadelha, 1926.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedição do Ceará em auxílio do Piauí e Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1885.

_____. Independência do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 48, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1885.

_____. Patriarcas da Independência Nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 57, 1ª parte, Rio de Janeiro, 1894.

DIÁRIO DO NORDESTE. Fortaleza, Ceará - Segunda-feira 15 de outubro de 2001
Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/2001/10/15/010057.htm>. último acesso em 21/10/2013.

Homenagem do Correio do Ceará aos heróis de 1824. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza- Ceará, 1924

PINTO, Antônio Pereira. A Confederação do Equador: notícia histórica sobre a Revolução Pernambucana de 1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 29, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1866.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano I, Fortaleza, 1887.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano II, Fortaleza, 1888.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XIV, Fortaleza, 1900.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XVII, Fortaleza, 1903.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XVIII, Fortaleza, 1904.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXI, Fortaleza, 1907.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXII, Fortaleza, 1908.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXX, Fortaleza, 1916.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXI, Fortaleza, 1917.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXV, Fortaleza, 1921.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXV, Fortaleza, 1922.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, tomo especial, 1º Centenário da Confederação do Equador, Fortaleza, 1924.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano XXXVIII, Fortaleza, 1925.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Ano CXXIV, Fortaleza, 2010.

Livros de crônicas e memórias

ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1974.

AZEVEDO, Otacilio de. *Fortaleza descalça*; reminiscências. Fortaleza: UFC/ PMF, 1980.

BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. Apresentação: Túlio Monteiro. Rio - São Paulo – Fortaleza: FUNCET, 2004.

BEZERRA DE MENESES, Antônio. *Descrição da cidade de Fortaleza*. Introdução e notas de Raimundo Girão. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

CAMPOS, Eduardo. *Capítulos de história da Fortaleza do séc. XIX*. (O social e o urbano). Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985.

GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. 2ª ed. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1997.

LOPES, Marciano. *“Royal Briar”*: a Fortaleza dos anos 40. 4ª ed. Fortaleza: ABC, Coleção Nostalgia, 1996.

_____. *Fortaleza Antiga: Ruas, Praças, Esquinas*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou*: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Introdução, Sebastião Rogério Ponte. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

NOGUEIRA, João. *Fortaleza velha*; Crônicas. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*. 2.ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. In.: SOUZA, Simone (Coord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARROSO, Oswald. *Tristão Araripe: Alma Afoita da Revolução*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BARTHES, Roland. *Michelet*. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia as Letras, 1991.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 3. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

_____. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 7: Letras Pe-Z. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BORGES, Jorge Luis. Funes, o Memorioso. in : BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. Carlos Nejar. 3ª ed. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Editora Globo, 1982.

BURKE, Peter. História como memória social in: BURKE, Peter. *Variedades de História cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CÂMARA, José Aurélio. Prefácio da segunda edição da História da Província do Ceará. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: dos tempos primitivos até 1850*. 2ª ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

_____. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro: n.1, p. 123-152, 2000.

CATROGA, Fernando. *Ritualizações da História*. In: TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal sécs. XIX-XX*. Vol. II. Da historiografia à memória histórica. Sociedade Industrial Gráfica, 1998.

_____. *O céu da memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

_____. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

_____. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal)*. Fortaleza: Nudoc-UFC; Museu do Ceará, 2005.

_____. *Pátria e Nação*. VII Jornada setecentista, 2007. CEDOPE (Centro de documentação e pesquisa de História dos domínios portugueses) Humanas – UFPR (Universidade Federal do Paraná. Acesso em: 08/10/2013.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Meneses. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Trad. Maria Manuela Rocha. 2ªed. Oeiras: Celta Editora, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Inconfidência mineira: memória e contra-memória*. Varia história, Belo Horizonte, nº12, Dezembro/1993.

ECO, Humberto. *A ilha do dia anterior*. Trad. Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FELIX, Keile Socorro Leite. *“Espíritos inflamados”* [manuscrito] : a construção do estado nacional brasileiro e os projetos políticos no Ceará(1817-1840). Dissertação

(Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Trad. Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema Ltda, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”*: o retorno da história política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

FURTADO FILHO, João Ernani. História Escolar: desafios e possibilidades. IN: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs). *Em tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GAY, Peter. Ranke: o crítico respeitoso In.: GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad.: Denise Botmann. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

_____. Passados úteis. In: GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucía Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GIRÃO, Raimundo e SOUSA, Maria da Conceição de. *Dicionário da literatura cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

HIRSCHMAN, Albert O. O. *O Pensamento conservador: perversidade, futilidade e risco*. Trad. Rui Miguel Branco. DIFEL: Algés, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Revisão técnica Maria Celia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ e RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do Templo da História*. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico. 1º Volume O Processo de emancipação. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1965.

_____. Sobre uma doença infantil da historiografia (1973). In.: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Para uma nova história*. (org.) Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España editores, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Monumentos a los caídos como lugares de fundación de la identidad de los supervivientes. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional*. Madrid: Centro de Estudios políticos y constitucionales, 2011.

LE GOFF, Jacques. Calendário In.: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In.: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MAIA NETO, Vicente. *Futebol, imprensa e cidade: o processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921-1930)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, F. Abelardo. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

_____. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Ed. fac-similar. Fortaleza: NUDOC / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo Vasconcelos. *Tempo, progresso, memória: um olhar para o passado na Fortaleza dos anos trinta*. Dissertação (Mestrado em História

Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *Saber e poder: o pensamento social cearense no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

_____. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

_____. Universo Letrado em Fortaleza na década de 1870. IN: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. As Matrizes Histiográficas do ensino de História do Ceará Colonial na Primeira República. IN: RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). *Em tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

POMIAN, Krzysztof. *Sobre La historia*. Trad. Magalí Martínez Solimán. Madrid: Cátedra, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

PROJETO HISTÓRIA. São Paulo, vol. 20. Abr, 2000.

RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (orgs.). *Em tempo: História, Memória, Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

RIoux, Jean-Pierre. A associação em política. In.: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIVIÈRE, Claude. *As Liturgias políticas*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.

RODRIGUES, José Honório. "A Historiografia cearense na Revista do Instituto do Ceará". In: RODRIGUES, José Honório e RODRIGUES, Leda Boechat. *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará, 1887 – 1954*. 2ª Ed. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do Patrimônio em São Paulo 1969-1987*. p. 12. Disponível em: http://www.mem.com.br/Imagens_do_passado.pdf Último acesso em: 25/10/2013. O trabalho disponível é baseado na tese da autora defendida no ano de 1994 na UNICAMP.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n 30, p. 9-22. Trad. Paulo Martins, USP. 1995.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

_____. *Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

_____. *História Viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2010.

SCHAPOCHNIK, Nelson. As figurações do discurso da história. In.: MALERBA, Jurandir (org). *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os institutos históricos e geográficos: "Guardiões da história oficial". In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, Ana Glória Lopes da. *Joaquim Nogueira, práticas de leitura no Instituto de Humanidades de Fortaleza, edições escolares e a cultura cearense nas três primeiras décadas do século XX*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2010.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

_____. *Fortaleza: imagens da cidade*. 2ª ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

_____. *O Fardo da História e o Dever de Lembrar*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. Vol.22, n. 44, 2002.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In.: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*. Volume 1 (1910), Volume 2 (1913), Volume 3 (1915). Ed. fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

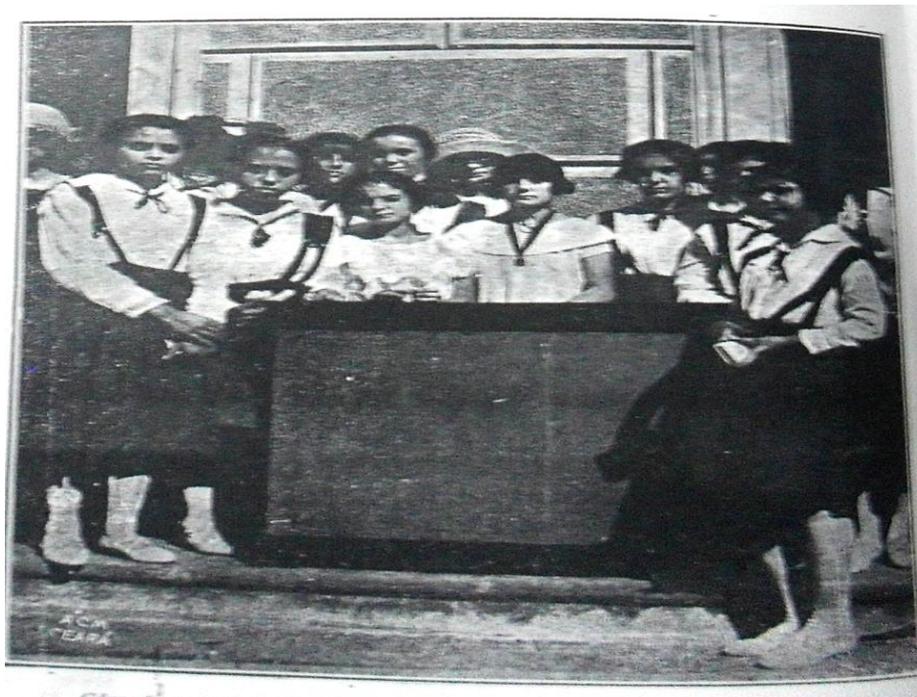
ANEXOS – FOTOGRAFIAS E IMAGENS DO CENTENÁRIO

Capa da edição especial do Correio do Ceará – 1924



Fonte: *Homenagem do Correio do Ceará aos heróicos de 1824*. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza-Ceará, 1924

Coral de órfãos da Santa Casa que cantaram durante a missa no Passeio Público



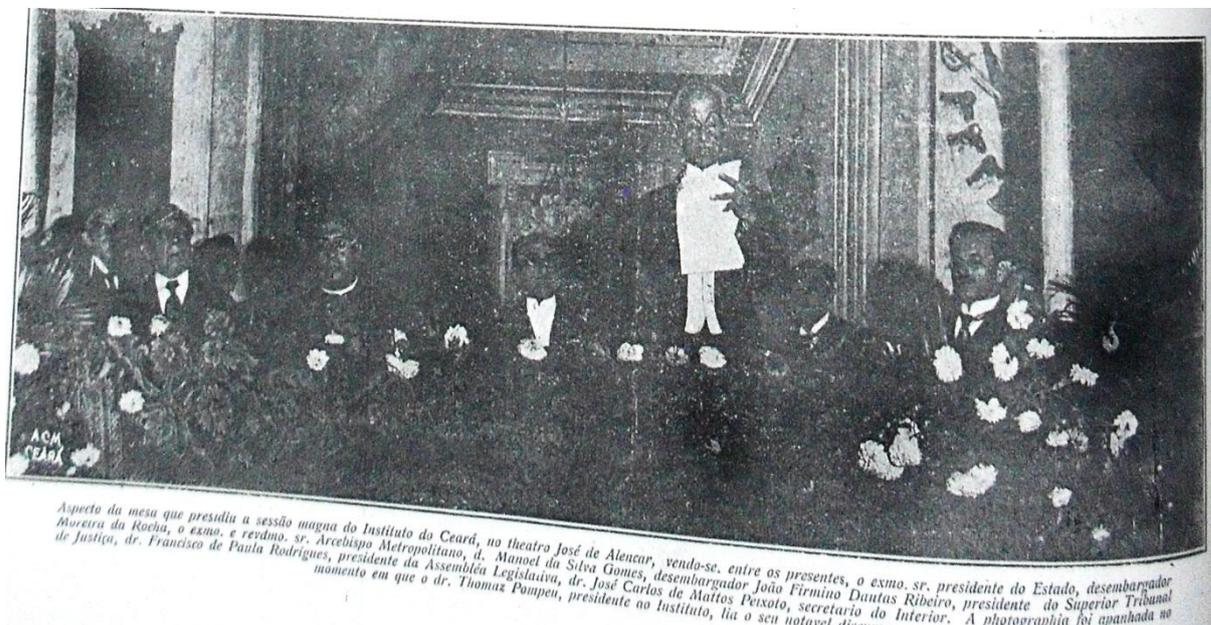
Fonte: *Homenagem do Correio do Ceará aos heróicos de 1824*. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza-Ceará, 1924

Grupo de escoteiros preparados para as fetividades



Fonte: *Homenagem do Correio do Ceará aos heroes de 1824*. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza-Ceará, 1924

Mesa que presidiu a sessão solene do Instituto do Ceará no Teatro José de Alencar



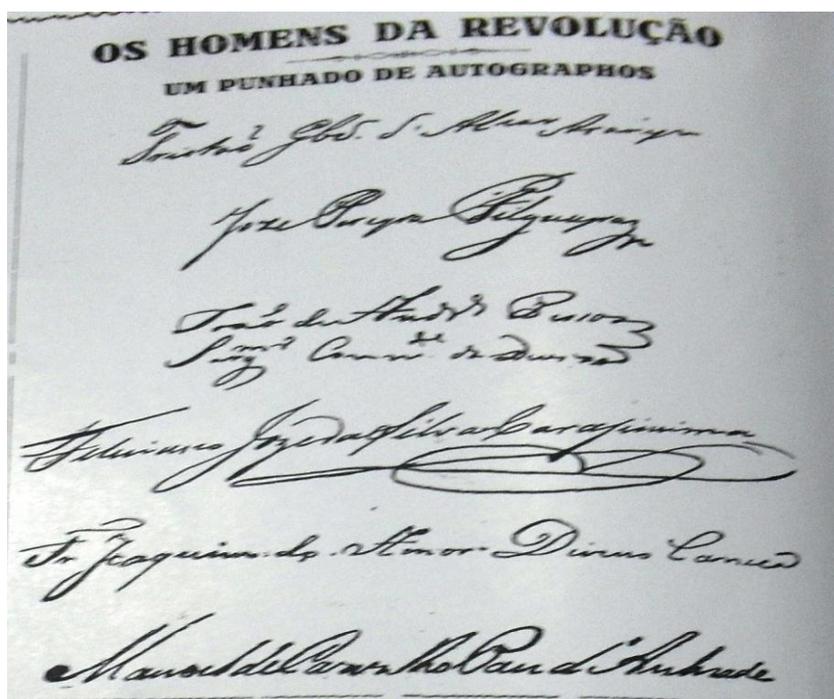
Fonte: *Homenagem do Correio do Ceará aos heroes de 1824*. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza-Ceará, 1924

Público durante a disputa da Taça Confederação do Equador



Fonte: *Homenagem do Correio do Ceará aos heróis de 1824*. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza-Ceará, 1924

Assinaturas de alguns participantes da Confederação



Fonte: *Homenagem do Correio do Ceará aos heróis de 1824*. Est. Graphico A. C. Mendes. Fortaleza-Ceará, 1924